Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil

From the SelectedWorks of Paulo S. Peres

2005

Tese de Doutorado: O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira

Paulo S. Peres

Available at: https://works.bepress.com/pauloperes/6/

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH
Departamento de Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Tese de Doutorado

O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira

PAULO SÉRGIO PERES

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da FFLCH da USP, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência Política

São Paulo
Abril de 2005

Universidade de São Paulo
BRASIL

Tese de Doutorado

PAULO SÉRGIO PERES

O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira

Dr. Fernando Limongi
Orientador

FFLCH

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

2005

Índice

Apresentação.....12

Primeira Parte *Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral: O Enquadramento do Teórico e Empírico do Problema*

Capítulo 1 Contextualizando o Problema: O Desenho Constitucional e a Democracia no Brasil

Introdução.....15
I. O Presidencialismo e a Democracia.....16
II. O Sistema Partidário e a Democracia.....24
III. O Desenho Constitucional e a Democracia Brasileira.....26
IV. As Hipóteses sobre o Sistema Partidário Brasileiro..... 30
V. O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral no Brasil.....34

Capítulo 2 O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa

Introdução.....43
I. A Hipótese do "Congelamento" dos Sistemas Partidários Europeus.....44
II. A Hipótese do "Descongelamento" dos Sistemas Partidários Europeus.....51
III. A Retomada da Hipótese do "Congelamento" dos Sistemas Europeus.....57
Considerações Finais.....68

Capítulo 3 A Volatilidade Eleitoral na Literatura de Política Comparada

Introdução.....70
I. Dos Mitos sobre a Instabilidade dos Sistemas Partidários Europeus.....71
II. A Instabilidade Eleitoral nas Democracias Recentes.....87
1. A Instabilidade Eleitoral nos Antigos Países Socialistas.....88
2. A Instabilidade Eleitoral nos Países da América Latina.....93
Considerações Finais.....102

Capítulo 4 Uma Avaliação Crítica das Interpretações e dos Significados do Índice de Volatilidade Eleitoral

Introdução.....105
I. Alguns Problemas Epistemológicos e Metodológicos do Índice.....106
1. A Contradição entre a Estabilidade Sistêmica e a Competição Eleitoral.....106
2. A Impossibilidade Lógica da Determinação do Ponto Ótimo da Volatilidade Eleitoral.....113
3. As Contradições nas Interpretações da Instabilidade Eleitoral.....116
II. Uma Interpretação Alternativa para a Instabilidade Eleitoral.....122
III. Os Critérios Metodológicos da Volatilidade Eleitoral Enquanto uma Medida Sistêmica.....132
IV. Os Fundamentos Metodológicos para a Análise do caso Brasileiro.....137
1. A Base de Dados e o Período.....137
2. A Unidade de Análise.....138
3. Os Critérios para o Cálculo do Índice.....139
4. Os Blocos Partidários Ideológicos.....140
Considerações Finais.....143

Segunda Parte O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral no Brasil

Capítulo 5 A Volatilidade Eleitoral Brasileira

Introdução....145
I. A Volatilidade Eleitoral Total ou Sistêmica....146
II. A Volatilidade Eleitoral Ideológica....156
III. A Volatilidade Eleitoral entre os Blocos Partidários Ideológicos....165
IV. A Segmentação do Mercado Eleitoral....172
Considerações Finais....183

Capítulo 6 A Volatilidade Eleitoral e a Abertura do Mercado Político no Brasil

Introdução....187
I. O Bipartidarismo Brasileiro: Duopólio Formal com Monopólio Real....188
1. A Estrutura de Competição do Sistema Bipartidário....191
2. A Reduzida Volatilidade Eleitoral Sistêmica....199
3. Um Sistema Estável e Pouco Competitivo....201
II. A Abertura do Mercado Eleitoral e a Configuração do Multipartidarismo....203
1. O Aumento das Competições Partidária e Sistêmica....204
2. O Aumento da Concorrência e a Elevação da Volatilidade do Mercado Eleitoral....212
3. A Diversificação da "Oferta" Partidária e a Consolidação do Mercado Aberto e Concorrencial....216
Considerações Finais....221

Conclusão....224

Bibliografia....230

Índice de Tabelas, Gráficos, Quadros e Figuras

Tabelas

2.1: Simulação das Votações e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A e B.....59

2.2: Simulação das Votações e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B e C.....60

2.3: Simulação das Votações e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B, C e D.....61

2.4: Simulação das Votações e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Partidários.....64

3.1: A Volatilidade Eleitoral Sistêmica [VES] Média de Países Europeus (1920-2000).....74

3.2: Comparação dos Países Europeus quanto à Freqüência de VES Alta e Baixa e quanto ao grau das Maiores e Menores VES.....75

3.3: Classificação da VES Média dos Países Europeus (1920-2000).....77

3.4: Freqüência de VES Alta e Baixa de Acordo com as Médias dos Países Europeus (1920-1950).....78

3.5: VES Média em Democracias Não-Européias de Língua Inglesa (1950-1990).....83

3.6: VES Média nos Países do Leste Europeu e do Ex-Bloco Soviético (1990-2003).....90

5.1: Evolução da VES nos Estados Brasileiros (1982-2002).....147

5.2: Classificação Dinâmica da VES por Estado e Região (1982-2002).....152

5.3: Distribuição de Freqüência da Incidência da Posição Intervalar da VES nos Estados (1982-2002).....155

5.4: Evolução da Volatilidade Eleitoral Ideológica [VEI] por Estado e Região (1982-2002).....157

5.5: Classificação Dinâmica da VEI por Estado e Região (1982-2002).....161

5.6: Distribuição de Freqüência da Incidência da VEI nos Estados Brasileiros (1982-2002).....164

5.7: Evolução da VES Média, a VEI Média e a Volatilidade Eleitoral entre os Blocos Partidários Ideológicos [VEIB] Média (1982-2002).....166

5.8: Evolução da VES, VEI e VEIB nos Estados Brasileiros (1982-2002).....168

5.9: Tipo de Volatilidade Eleitoral Predominante em cada Seqüência Eleitoral e no Período, nos Estados e nas Regiões (1982-2002).....169

5.10: Evolução da Saliência da VEI na Composição da VES nos Estados e nas Regiões (1982-2002).....170

5.11: Evolução da Votação e da VEIB nos Estados do Norte (1982-2002).....173

5.12: Evolução da Votação e da VEIB nos Estados do Nordeste (1982-2002).....175

5.13: Evolução da Votação e da VEIB nos Estados do C. Oeste (1982-2002).....177

5.14: Evolução da Votação e da VEIB nos Estados do Sudeste (1982-2002).....178

5.15: Evolução da Votação e da VEIB nos Estados do Sul (1982-2002).....179

5.16: Votação Média dos Blocos Ideológicos e Segmento Eleitoral Predominante (1982-2002).....181

Tabelas

6.1: Índice de Competitividade das Eleições para a Câmara dos Deputados (1966-1978)....192
6.2: Evolução do Número Efetivo de Partidos Eleitorais e da Situação do Mercado Eleitoral nos Estados Brasileiros (1966-1978)....194
6.3: Identificação do Partido Predominante em cada Estado em Função da Votação (1966-1978)....197
6.4: Evolução do Índice de VES (1966-1978)....199
6.5: Evolução do Número Nominal de Partidos (1982-2002)....206
6.6: Evolução do Índice de Competitividade nos Estados Brasileiros (1966-2002)....207
6.7: Evolução do Número Efetivo de Partidos Eleitorais (1966-2002)....210
6.8: Evolução da VES nos Estados Brasileiros (1966-2002)....213
6.9: Evolução Comparativa da VES nos Estados Brasileiros e nos Períodos de 1945-1962 e 1982-2002....215

Gráficos

2.1: Simulação da Volatilidade Eleitoral Sistêmica, Intra-Blocos e Inter-Blocos dos Partidos A, B, C e D....65
2.2: Médias das Volatilidades Eleitorais Sistêmica e Inter-Blocos Partidários na Europa (1885-1985)....66
3.1: Evolução do Número de Países Europeus com VES Alta e Baixa (1920-1990)....79
3.2: VES Média da América Latina (1980-2000)....96
5.1: Evolução da VES no Brasil, por Região (1982-2002)....150
5.2: Evolução da VEI no Brasil, por Região (1982-2002)....160
5.3: Evolução das Votações dos Blocos Partidários Ideológicos (1982-2002)....182
5.4: Media das Votações dos Blocos Partidários e Ideológicos (1982-2002)....183

Quadros

2.1: As Estruturas de Clivagens na Europa, Segundo Lipset and Rokkan....45
4.1: Comparação dos Elementos Teóricos das Abordagens Concorrentes na Explicação do Fenômeno Eleitoral....118
4.2: Classificação dos Partidos Brasileiros em Blocos Ideológicos....142
5.1: Classificação Intervalar Decimal da VES Media nos Estados Brasileiros (1982-2002)....148
5.2: Classificação dos Estados Brasileiros Segundo a Posição Intervalar da VES (1982-2002)....154
5.3: Classificação Intervalar da VEI nos Estados Brasileiros (1982-2002)....158
5.4: Classificação dos Estados Brasileiros Segundo sua Posição Intervalar de VEI (1982-2002)....163
6.1: Classificação das Eleições Segundo a Classe de Competitividade (1966-1978)....193
6.2: Classificação das Eleições Segundo a Classe de Competitividade (1966-2002)....208

Quadros

6.3: Evolução dos Partidos Dominantes e do Número de Partidos com Votação ≥5% nos Estados, nas Regiões e no Brasil (1982-2002).....217

6.4: Identificação dos Partidos Com Votação ≥5% nos Estados (1982-2002).....220

Figuras

4.1: Representação da Competição Espacial dos Partidos A, B e C.....126

4.2: Hipotética Estrutura de Preferências do Eleitor E.....126

4.3: Possíveis Estruturas de Preferências do Eleitor E, com Preferência pela Esquerda.....129

4.4: Reação Química Reversível de Equilíbrio Sistêmico.....136

Agradecimentos

A CAMINHADA que conduz até o final do doutoramento é bastante longa, trabalhosa... cheia de sacrifícios, de renúncias, de noites de sono perdidas, de dias de tediosa e catatônica reflexão, de uma rotina cada vez mais monástica de dedicação ao estudo e à pesquisa, de confrontos permanentes com folhas em branco à espera de qualquer texto, que geralmente teima em aparecer... de encantos e desencantos, de encontros e desencontros, de constantes cobranças, de prazos, de limitações de todos os tipos, de doses crescentes de frustrações, de ganhos constantes de peso com os assaltos à geladeira na calada das noites em claro e ao claro da luminária e da tela do computador... entre tantas outras coisas. Se, como já dissera Marx, o caminho que leva ao cume do conhecimento é árduo, íngreme e fatigante, não é menos verdadeiro que tudo fica ainda mais dificultoso com o peso cumulativo das responsabilidades e dos desafios que levamos às costas enquanto metemos a testa montanha acima, rumo ao ponto final dessa jornada de vários e longos anos a fio.

Obviamente, não chegaríamos nem à metade da escalada se não pudéssemos contar com o apoio carinhoso e amigo de inúmeras pessoas, dos mais diversos tipos, em todos e em cada momento dessa trajetória. Amigos e colegas dos tempos da graduação, alguns deles ainda presentes, outros amigos e colegas mais recentes dos tempos de pós-graduação, do mestrado e, agora, do doutorado, todos importantes e imprescindíveis à sua maneira e por razões diversas. Professores da graduação, do mestrado e do doutorado, funcionários dos departamentos, das bibliotecas, dos setores administrativos, todos tiveram, em alguma medida, sua cota de participação no compartilhamento do peso carregado enquanto este que vos escreve rumava ao destino final —porém, também inicial— dessa, por que não dizer, aventura intelectual. A todos vocês meus mais sinceros e cordiais agradecimentos. Não nomeio a todos precisamente porque poderia cometer a injustiça de não incluir um ou dois nomes, por puro lapso de memória, e não por desconsideração; afinal, foram muitos os apoios recebidos, apoios dos mais variados e não necessariamente apenas

intelectuais e burocráticos. Assim, penso que faço a devida justiça ao agradecer a todos genericamente, de modo que cada qual saberá reconhecer merecida e inegavelmente seu quinhão neste agradecimento em abstrato.

Não obstante, é minha obrigação nominar alguns, não apenas por dever burocrático da praxe acadêmica da vênia, mas acima de tudo pelo verdadeiro sentimento de gratidão pelo apoio profissional e extremamente sério que recebi na forma de um acompanhamento mais próximo de minha formação científica nos últimos anos. Enquadram-se nessa categoria uma pessoa e duas instituições. Quanto às instituições, primeiramente, meus mais sinceros agradecimentos ao Departamento de Ciência Política da USP pela acolhida e pela excelente estrutura oferecida ao meu trabalho, desde o mestrado até agora, no doutorado. Inclusive, ao explicitar minha gratidão ao DCP-USP, extensivamente, agradeço aos seus professores e funcionários, que são o corpo e a alma dessa instituição, responsáveis, portanto, pelo seu movimento incessante e que, assim, fazem dela o espaço dinâmico de excelência acadêmica reconhecido nacional e internacionalmente. A segunda instituição a qual faço meu agradecimento é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP, cujo suporte financeiro, por intermédio de uma bolsa de doutorado, tornou possível minha dedicação integral ao doutoramento e à pesquisa, objetivada agora nesta tese. A pessoa a qual também manifesto meu sincero agradecimento é meu orientador, Fernando Limongi, que me acompanha desde o mestrado e com quem aprendi duas coisas fundamentais, quais sejam, a Ciência Política neo-institucional e a duvidar de qualquer proposição sobre a política brasileira que não tenha ainda sido colocada à prova do teste empírico. Agradeço-lhe sobretudo pela oportunidade de ter trabalhado consigo, um dos principais cientistas políticos do país, e por ter sido devidamente apresentado a toda uma literatura até então pouco conhecida e, além do mais, por ter desenvolvido em mim o hábito cientificamente salutar de tentar transformar idéias gerais em possíveis hipóteses empíricas.

Agradeço ainda à minha família pelo apoio permanente e pelo carinho à portuguesa e à espanhola, certamente caloroso e, por vezes, exaltado, especialmente aos meus pais, João e Darci, sem os quais esta jornada sequer teria começado.

Finalmente, uma última pessoa a qual não apenas manifesto aqui meus agradecimentos como aproveito para lhe dedicar este trabalho, pois se trata de quem acompanhou tudo bem de perto, colaborando de tantas maneiras que se agora coloco um ponto final neste texto é porque ela foi o ponto de apoio em quase tudo que circundou a sua realização, sendo ainda a principal responsável pela felicidade que

tornou suportável e até divertida a extenuante caminha do doutoramento. Seu carinho, seu amor, seu sorriso tornaram mais leve todo o peso da caminhada montanha acima, de onde agora posso ver com mais clareza que toda a aventura acadêmica que me trouxe até aqui não era o objetivo principal da trama da minha saga pessoal, mas era apenas uma desculpa do destino, se acaso ele, de fato, existir, para que eu pudesse encontrá-la nesse vasto universo caótico de possibilidades infinitas. Mas, ainda bem que, assim como Quintana, tinha eu feito certos preparativos para a viagem, de modo que as chances estatísticas operaram favoravelmente, levando-nos ao encontro um do outro. Raquel, com amor, dedico-lhe, então, este trabalho.

E no entanto se move...

Galileu Galilei

Apresentação

HÁ DOIS OBJETIVOS que orientam a discussão desta tese de doutorado. O primeiro é analisar a evolução do sistema partidário brasileiro atual para averiguar em que medida ele, de fato seria, como afirmam diversos autores, caracterizado por uma instabilidade eleitoral extremamente elevada, a ponto de não estruturar minimamente as preferências eleitorais. Essa análise será feita pela consideração do índice de volatilidade eleitoral em duas dimensões: (1) a sistêmica e (2) a ideológica. O segundo objetivo é apresentar uma interpretação para os níveis de volatilidade eleitoral existentes. Neste caso, minha proposta consiste em abandonar a perspectiva teórica que interpreta a instabilidade eleitoral como indicador de institucionalização sistêmica em favor de uma interpretação que considera a volatilidade eleitoral como efeito da competição partidária —especialmente em sistemas submetidos a processos de "multipartidarização", como foi o caso brasileiro logo depois da abertura política e da reforma partidária de 1978.

Conforme procurarei mostrar, a instabilidade eleitoral do sistema partidário brasileiro não é tão elevada quanto sugere a literatura; ao contrário, considerando-se sua evolução histórica geral é claramente perceptível sua trajetória de declínio. Quando mensurada em termos ideológicos, a instabilidade é ainda mais reduzida e sua trajetória de decréscimo constante é ainda mais acentuada. Além disso, o grau de volatilidade existente não deve ser tomado como evidência de pouca institucionalização do sistema, mas como efeito da transformação do sistema bipartidário, vigente no regime autoritário, em um sistema multipartidário, surgido com a abertura política. Vista sob a ótica da competição, a evolução do sistema brasileiro ganha outra conotação, em que a volatilidade eleitoral pode ser compreendida como o efeito mais direto da abertura do mercado eleitoral à dinâmica

plenamente concorrencial entre um número elevado de partidos, seja em termos nominais, seja em termos efetivos. Desse modo, procurarei mostrar que a estabilidade eleitoral do período bipartidário estaria associada à reduzida competição e à existência de um duopólio partidário formal que, muitas vezes e em muitos estados, funcionou como um monopólio partidário real. Assim como a instabilidade eleitoral do período democrático recente estaria associada à abertura do mercado à competição e à disputa que novos partidos tiveram que empreender para conquistar espaços até então controlados pelos partidos herdeiros do sistema anterior. Portanto, a volatilidade eleitoral seria indicativa muito mais da institucionalização do multipartidarismo do que da baixa institucionalização do sistema partidário, tal como sugerem vários autores.

Para a consecução desses objetivos, a tese está estruturada da seguinte maneira. O capítulo 1 é introdutório e, nele, procuro contextualizar o problema do sistema partidário brasileiro no âmbito do debate da literatura acerca dos modelos constitucionais das democracias recentes. No capítulo 2, a discussão aborda o problema da instabilidade eleitoral, tal qual ele surgiu no contexto europeu. No capítulo 3, analiso a volatilidade européia procurando explorar os problemas relativos ao aumento da competição partidária. No capítulo 4, faço uma discussão teórica acerca dos três tipos de problema que caracterizam a utilização corrente do índice de volatilidade eleitoral e a interpretação dos seus significados conceituais. Também sugiro uma interpretação alternativa para o índice, deslocando a idéia de institucionalização para o segundo plano em favor de uma perspectiva analítica voltada à competição eleitoral. No capítulo 5, analiso a instabilidade eleitoral brasileira em suas diversas vertentes e, no capítulo 6, discuto o processo de abertura do mercado eleitoral e de configuração do multipartidarismo brasileiro.

Primeira Parte

Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral: O Enquadramento Teórico do Problema

Capítulo 1

Contextualizando o Problema: O Desenho Constitucional e a Democracia no Brasil

Introdução

A EMERGÊNCIA DE novos países democráticos nos anos 1970 e 1980 trouxe ao campo das reflexões teóricas e das pesquisas empíricas algumas das antigas preocupações relacionadas com o desenho das constituições e com seus efeitos mais diretos sobre a dinâmica dos regimes políticos. Os mecanismos pelos quais se constituiu e se distribui o poder representativo voltaram a ser o foco central das investigações, numa retomada um tanto renovada do constitucionalismo. Com isso, as discussões acerca das possibilidades da consolidação do regime democrático passaram, então, a dar ênfase às dimensões institucionais consideradas as mais relevantes para a consecução desse objetivo, quais sejam: (1) a forma de governo, (2) o arranjo federativo, (3) o formato do sistema partidário e (4) as regras eleitorais. No âmbito desse debate, a forma de governo presidencialista, inicialmente, foi vista de maneira extremamente negativa; depois, acabou sendo vista de forma mais favorável, desde que combinada com um sistema eleitoral mais restritivo, ou seja, com um sistema eleitoral que promovesse a redução no número de partidos eleitoralmente relevantes e que permitisse um maior controle destes sobre as candidaturas e os mandatos parlamentares. Assim sendo, chegou-se à determinação de um modelo constitucional que seria o mais eficiente para a dinâmica da representação, da formulação e da implementação de políticas públicas e, portanto, o mais indicado para a consolidação do regime democrático nas "novas democracias".

Baseados nesse modelo, diversos analistas têm avaliado o desempenho das democracias recentes, advogando determinadas reformas institucionais, com o intuito de aproximá-las do desenho constitucional ideal, segundo sua perspectiva: o modelo presidencialista com um parlamento forte e um sistema partidário com poucos ou com dois partidos relevantes. Nesse contexto, o modelo constitucional brasileiro tem sido considerado o pior desenho possível, e sua adoção tem sido

apontada como a principal causa da suposta ineficiência dos processos decisórios e das crises constantes de governabilidade. Apesar de algumas pesquisas recentes terem demonstrado que há considerável grau de governabilidade e que não existe nenhuma crise institucional rondando a dinâmica da democracia brasileira, ainda assim, o sistema partidário, principalmente no que se refere à arena eleitoral, continua sendo visto com sérias desconfianças pelos analistas de política comparada, que insistem em afirmar que ele seria um dos principais responsáveis pelo suposto *déficit* de governabilidade do país.

Sob tal perspectiva, meu objetivo neste capítulo é enquadrar teoricamente o tema deste trabalho —o sistema partidário brasileiro— no debate institucional mais amplo que lida com o problema constitucional da democracia, em geral, e da brasileira, em específico. Para tanto, a exposição está organizada do seguinte modo. Na seção I, discuto de maneira panorâmica o problema envolvendo a forma de governo presidencialista e a dinâmica democrática; na seção II, sintetizo alguns pontos referentes ao desenho constitucional e à democracia brasileira, ressaltando algumas das principais críticas ao modelo institucional do país; finalmente, na seção III, indico os problemas específicos do nosso sistema partidário tal como explorados pela literatura.

I. O Presidencialismo e a Democracia

Analistas de política comparada têm apontado seu foco de investigação para o desenho constitucional adotado em cada país estudado com o objetivo de determinar seus efeitos diretos e indiretos no funcionamento da democracia. Quanto a essa determinação, é possível afirmar que há dois grupos temáticos nos quais a literatura pode ser classificada. Há um grupo em que se encontram aqueles trabalhos que se concentram nas democracias européias; no outro, encontram-se aqueles que se dedicam às "novas democracias". Em ambos os casos, a questão central tem sido avaliar em que medida a forma de governo —presidencialismo/parlamentarismo— e a fórmula eleitoral —representação proporcional [RP] ou representação majoritária [RM]— induziriam à maior ou menor governabilidade, à maior ou menor coesão partidária no congresso, à maior ou menor orientação partidária no comportamento parlamentar, à maior ou menor estabilidade nas preferências eleitorais e assim por diante.

Com relação aos estudos focados nos países da Europa, as análises se concentram nos efeitos da escolha do regime eleitoral sobre o desempenho dos governos parlamentaristas. Neste caso, o problema é determinar se a representação proporcional ou a representação majoritária faz diferença quanto à sua efetividade —duração do gabinete, formação de coalizões, etc. Na verdade, há uma longa tradição de debates sobre isso, com uma série de autores que enfatizam que a RP produziria instabilidade nos gabinetes ministeriais (eg. Finer: 1932; Friedrich: 1941; Hermens: 1941) e que contestam até mesmo aquilo que parecia ser objeto de consenso teórico, ou seja, que essa fórmula de representação seria mais justa do que a RM (eg. Rustow: 1950; Horwill: 1925). Não obstante, estudos empíricos recentes (Lijphart: 1984ª, 1994ª, 1994b) têm mostrado que regimes com representação proporcional teriam desempenho semelhante ou até mais efetivo do que os de representação majoritária, inclusive no que diz respeito à formação do governo e à duração dos gabinetes parlamentares (Dodd: 1976; Budge and Herman: 1978; Lijphart: 1984b; Strom: 1990; Laver and Schofield: 1990; Laver and Shepsle: 1996; Strom, Budge and Laver: 1994; Gallagher, Laver and Mair: 1995).

Já no que se refere às "novas democracias", a questão posta pela literatura comparada é a de saber se a forma de governo, no caso, o presidencialismo —regime menos preferido pelos analistas, mas preferido pela maioria dos cidadãos dos países em questão—, tem condições de produzir governabilidade, de ser estável e de não reconduzir essas nações ao autoritarismo. Esse debate focado nas recentes democracias presidencialistas, cujo viés passou a ser essencialmente institucionalista, foi incentivado por Linz (1987, 1990), que impôs como categorias analíticas mais relevantes aquelas contidas na clássica dicotomia "parlamentarismo versus presidencialismo". Nesse caso, há analistas que afirmam que a forma de governo presidencialista seria aquela que provocaria maior instabilidade política e, conseqüentemente, apresentaria maior probabilidade de "quebra" democrática (Linz: 1987, 1990, 1994; Linz and Valenzuela: 1994; Blondel and Suarez: 1981; Nohlen and Fernández: 1991; Mainwaring: 1993; Sartori: 1994; Stepan and Skach: 1994; Lijphart: 1993, 1994c).

Essa visão pessimista acerca da funcionalidade do presidencialismo é caracterizada pela concepção de que todo regime presidencialista teria as mesmas características institucionais fundamentais, padecendo, assim, da mesma "patologia" constitucional. De acordo com todos aqueles autores, o fato de que essa forma de governo teria características tais como (1) um mandato fixo, (2) uma legitimidade dual

e (3) governos potencialmente minoritários e divididos, seria suficiente para que se pudesse chegar à fatídica conclusão de que o presidencialismo seria um regime propenso a impasses constantes entre Presidente e Parlamento, ou seja, entre Executivo e Legislativo, algo que poderia conduzir o sistema político, primeiramente, à tensão entre os poderes e, finalmente, à ruptura da própria democracia.

Na verdade, há trabalhos de análise histórica e institucional das rupturas democráticas já ocorridas que enfatizaram precisamente o impasse entre os poderes da República como a gota d'água na "quebra" desses regimes, cuja culminância seria algum tipo de crise de "paralisia decisória" (Santos: 1986; Gonzáles and Gillespie: 1994; Valenzuela: 1994). Autores como Mainwaring (1993), por exemplo, também investem nesse viés explicativo para a "onda" autoritária que assolou a América Latina a partir dos anos 1960 e, de certa forma, mantêm essa mesma posição crítica ao avaliar os processos de transição democrática e as escolhas constitucionais adotadas em vários países da região. De acordo com a literatura comparativa, o presidencialismo teria um problema intrínseco que consistiria na dualidade de poderes, promotora de tensão entre o Executivo e o Legislativo, cuja resolução, pouco satisfatória em termos democráticos, tem sido a recorrência de expedientes autoritários por parte dos presidentes, na forma de poderes legislativos unilaterais —como seria especialmente o caso do Brasil, com as medidas provisórias (Mainwaring: 1999).

Em função dessa situação, segundo asseveram Stepan and Skach (1993), haveria poucos incentivos à participação de vários partidos no governo, conforme seria o caso do parlamentarismo, capaz de produzir, sempre e mecanicamente, governos majoritários. No caso das coalizões, conforme observam os autores, o presidencialismo também seria uma péssima escolha constitucional em função de outros elementos institucionais correlatos, inclusive do ciclo eleitoral, uma vez que a proximidade das eleições seria um combustível infalível para incendiar qualquer compromisso partidário com o governo. Até mesmo Lijphart (1984a, 1993, 1994c), adepto dos modelos constitucionais que fragmentam o poder decisório —consociativismo e consensualismo—, mostra-se bastante crítico em relação ao presidencialismo, especialmente quando este aparece conjuminado com a representação proporcional. Isso porque, segundo o autor, tal combinação levaria à necessidade de formação de governos presidencialistas multipartidários de coalizão e, nesse caso, quanto mais fragmentado o sistema partidário —o que seria bom no caso do parlamentarismo, mas não no caso do presidencialismo—, mais difícil seria a

governabilidade e a estabilidade nas decisões legislativas. Sem contar, é claro, a dificuldade existente até mesmo em formar maioria no parlamento, pois, de acordo com os dados de Valenzuela (1993), nos anos 1980 e 1990, apenas 6 presidentes teriam conseguido formar coalizões majoritárias na América Latina. Com efeito, conforme observa Foweraker (2002, 667), "since, in this view, coalitions are ineffective, the familiar argument about the imperfections of multiparty presidentialism still apply. Fragmented party systems tend to minimize the assembly representation of the presidential party, so impairing governability".

Contudo, há alguns problemas conceituais desconsiderados nesse debate, para cuja importância a literatura tem chamado a atenção ultimamente, que consistem no fato de que essas duas formas de governo foram até há bem pouco tempo concebidas como coisas estanques, como categorias dicotômicas, portanto, não-contínuas e irredutíveis uma à outra. Ou seja, o parlamentarismo e o presidencialismo não possuiriam nenhuma característica em comum, e cada qual seria invariável em seu conteúdo institucional, o que quer dizer que não haveria variações nem mesmo endógenas, não haveria tipos de presidencialismo nem tipos de parlamentarismo, tampouco características comuns a ambas as formas de governo. Mas, ocorre que, em um âmbito mais geral, o desenho constitucional compreende várias outras dimensões institucionais altamente relevantes, que não apenas a forma de governo, e que fazem diferença substancial na "performance" das democracias (Przeworski: 1995; Goodin: 1996; Dryzek: 1996; Offe: 1996; Shepsle: 1996; Power and Gasiorowski: 1997; Figueiredo and Limongi: 1999). Assim, é possível supor a existência de diversos tipos de presidencialismo, sendo que suas diferenças residiriam no tipo de desenho constitucional adotado em cada país —o que demanda que sejam observadas as outras várias características do modelo institucional de cada país. Evidentemente, a variedade constitucional levaria, por sua vez, às diversas variações no que se refere ao funcionamento e ao desempenho de cada regime presidencial (Shugart and Carey: 1992, 1995; Jones: 1995; Ames: 2001; Shugart and Mainwaring: 1997). O terceiro problema é que, justamente por desconsiderar tais diferenças, os analistas não cuidaram de estudar empiricamente vários elementos importantes, como, por exemplo, os poderes legislativos à disposição do presidente, os recursos disponíveis para a formação de governos majoritários no presidencialismo multipartidário e o processo de formação e de operação das coalizões.

Sobre este último ponto, por exemplo, é importante observar que há um amplo terreno a ser explorado, uma vez que, como observa Deheza (1998, 151), "en la

literatura politológica se encuentra difundido cierto escpticismo respecto a los gobiernos de coalición en el presidencialismo, [pero], (...) por outra parte, los estudos que existem sobre los gobiernos de coalición en el sistema presidencial son de hecho escasos". Realmente foram feitas muito poucas análises sobre as coalizões de governo sob o presidencialismo, limitando-se a alguns estudos de caso, como o de Hartlyn (1988) sobre a Colômbia, o de Valenzuela and Wilde (1979) sobre o Chile e os de Hipólito (1987), de Abranches (1988), de Mainwaring (1992), de Amorim Neto (1994) e de Figueiredo e Limongi (1999) sobre o Brasil. Não obstante, embora pouco explorado, esse é um aspecto extremamente relevante da dinâmica do regime presidencialista na América Latina. Foweraker (2002, 665) acentua esse ponto de vista, ao salientar que "it is only so long as the prevalence of coalition formation and coalition government is ignored. In fact, even on a restrictive definition, coalition governments have recurred in Bolivia, Brazil, Chile, Ecuador and Peru (...)".[1]

Assim sendo, uma vez que nem toda forma de governo presidencialista seria idêntica, alguns analistas "descobriram" mais recentemente que, na verdade, haveria diversos "presidencialismos" em operação nas democracias recentes, e, com isso, chegaram à conclusão de que alguns tipos poderiam "sobreviver" e apresentar um desempenho democrático relativamente satisfatório (Shugart and Carey: 1992; Mainwaring and Shugart: 1997). Mas, o bom desempenho democrático em regimes presidencialistas dependeria, obviamente, do tipo de desenho institucional adotado em seu interior, cujos elementos preponderantes residiriam basicamente em dois conjuntos de variáveis: (1) o poder legislativo e de agenda conferido constitucionalmente aos presidentes e (2) o tipo de sistema eleitoral adotado. Desse modo, a deficiência no funcionamento da democracia passou a ser considerada no âmbito de algo que transcende a mera adoção do presidencialismo, de que forma que o mais relevante em qualquer investigação dessa natureza passou a ser a consideração do tipo de presidencialismo adotado em cada país, em simultaneidade com o tipo de fórmula eleitoral empregada (Shugart and Carey: 1992, 1995; Lijphart: 1993, 1984[a], 1994[a], 1994b, 1994b, 2003; Mainwaring: 1993[a], 1993b, 1997, 1999; Shugart and Mainwaring: 1997; Jones: 1995). Conseqüentemente, os juízos de valor acerca do

[1] De fato, os dados apresentados por Deheza (1998) corroboram a afirmação anterior. Entre 1958 e 1994, em 123 governos analisados na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e Brasil, 56% deles foram governos de coalizão, sendo que em 57% desses casos as coalizões foram majoritárias. No Brasil, num total de 16 governos estudados, todos foram de coalizão, sendo que 15 foram de coalizão majoritária. Esses dados mostram que o presidencialismo, pelo menos nesses países, tem sido propício à formação de governos com base em coalizões partidárias majoritárias, a despeito da possível fragmentação do sistema partidário incentivada pela fórmula eleitoral.

desempenho da democracia em cada país são emitidos agora a partir da avaliação desse "pacote institucional", digamos assim. Ou seja, como observa Jones (1995,03):

> *What is needed is systematic analysis of arrangements and methods which can be utilized to increase the effectiveness and probability of survival of democratic presidential government".* Para o autor*, one way to enhance presidential systems is by modifying the constitutional rules govern power relations in the political system. Another prominent way to enhance the effectiveness and stability of presidential systems is through the design of the systems' electoral laws.*

Em razão disso, as avaliações mais críticas a respeito dos desenhos constitucionais adotados em alguns países latino-americanos são dirigidas aos modelos que combinam presidencialismo com representação proporcional ou que conferem amplos poderes legislativos ao presidente, porque esta fórmula eleitoral e este tipo de prerrogativa legal incentivariam, de uma parte, a existência de multipartidarismo excessivo, decorrente de uma fragmentação eleitoral, e, de outra, um presidencialismo forte com presidentes propensos a governar às expensas do congresso. Tudo isso poderia criar sérios obstáculos à formação e à estabilidade dos governos, gerando, assim, uma potencial fonte de conflitos entre o Presidente e o Parlamento (Shugart and Mainwaring: 1997). Quanto a isso, a posição de Shugart and Carey (1992), por exemplo, é a de que a natureza problemática do majoritarismo inevitável no presidencialismo seria incrementada com o grau elevado dos poderes legislativos do Presidente, afinal, isso poderia levar a um acirramento do conflito inerente à legitimidade dual. Essa seria uma base institucional para potenciais impasses políticos e até mesmo para conflitos de ordem normativa, uma vez que a teoria democrática que prevê a efetiva separação dos poderes, na prática, seria vilipendiada.

Já para Shugart and Mainwaring (1997), seria a representação proporcional aquela que causaria os maiores danos à dinâmica democrática no presidencialismo. Segundo os autores, essa fórmula eleitoral criaria um sistema partidário fragmentado, gerando problemas para a formação de maiorias legislativas. O partido presidencial não conquistaria a maioria das cadeiras do parlamento, impondo a necessidade de negociação com vários partidos para a formação de coalizões de governo, ficando, assim, na dependência da disciplina partidária para aprovar suas medidas. Conseqüentemente, os presidentes em sistemas multipartidários sempre enfrentariam problemas para implementar suas agendas, tendo ou não poderes legislativos à sua disposição. Para solucionar esse problema, no pacote de reformas

constitucionais deveriam ser incluídos mecanismos de redução no número de partidos relevantes no sistema. Afinal, conforme salientam os autores (ibid., 394):

> *(...) the nature of the party system, in particular the number of parties, makes a fundamental difference in how presidential systems function".* Para eles*, the number of parties affects the likelihood of at least general compatibility between the assembly and the president. With a highly fragmented multiparty system, no party controls close to a majority.*

O resultado da combinação de um sistema partidário fragmentado e um Presidente com minoria legislativa poderia ter um indesejável desfecho. Ainda nas palavras dos autores (ibid, 396), "significant party system fragmentation is often a problem for presidentialism because it increases the likelihood of the executive having little legislative support, and therefore of executive-legislative deadlock". Em função desse imbróglio, Jones (1995, 08) chega à proposição de que:

> *Given that multiparty system is incompatible with successful presidential government, and yet the presidential form of government remains extremely popular, particularly among emerging democracies, (...) electoral laws can be utilized to help safeguard a system with two major parties in some countries, reduce the level of multipartism in others (...).*

Com isso, poderiam ser dadas as condições para a sobrevivência das democracias presidencialistas, uma vez que estas passariam a contar com apoio majoritário no parlamento depois de removidos os incentivos à formação de governos divididos. Portanto, a manutenção do presidencialismo exigiria dos legisladores a utilização prudente de certa "engenharia constitucional", focada especialmente nas regras eleitorais, pois, ainda de acordo com o autor (ibid., 01-2), "the electoral laws employed by democratic presidential systems are intricately linked to the prosperity and often the longevity of democratic government in these systems".

Como pode ser percebido, de maneira geral, Shugart and Carey (1992), Jones (1995) e Shugart and Mainwaring (1997) convergem na proposição mais geral de que a efetividade de qualquer regime presidencialista dependeria de três variáveis que necessariamente deveriam ser articuladas, quais sejam: (1) a existência de alguns poderes legislativos atribuídos ao Presidente, para que este controle a agenda dos processos decisórios, (2) a formação de coalizão de governo majoritária, para que tais poderes sejam exercidos plenamente, e (3) uma elevada disciplina partidária, para que exista alguma estabilidade no comportamento da coalizão governamental. Estas

variáveis poderiam ser manipuladas no âmbito das regras eleitorais e das regras inerentes ao processo decisório na esfera legislativa.[2]

Seja como for, a despeito do fogo cerrado contra o modelo constitucional adotado em diversos países da América Latina —especialmente o Brasil—, o fato de maior relevância a ser destacado é que a literatura comparativa tem se mostrado menos céptica quanto à forma de governo presidencialista. No máximo, alguns analistas se conformam em preconizar apenas alguns "ajustes" institucionais para que este seja o mais efetivo possível, de maneira que a democracia possa vir a se consolidar. Mas é importante destacar que tal guinada nos estudos de política comparada voltados às democracias latino-americanas, rumo a uma postura mais resignada diante da forma de governo presidencialista, deve-se muito mais ao surgimento de evidências empíricas favoráveis ao modelo do que a uma mudança da postura teórica dos pesquisadores. Nohlen and Fernandes (1998, 09) ressaltam este ponto, afirmando que:

> *En estos años se constató que el sistema presidencial, con todos sus imperfecciones y lastres y con todas las diferencias de modalidades jurídicas y de funcionamiento que se advierte en las distintas realidades nacionales, se había afianzado como el marco en el cual habían tenido lugar la recuperación y consolidación democráticas".* Dessa forma, continuam os autores, *"(...) empíricamente, no se materializó la desconfianza que había rodeado al presidencialismo (...), y más bién se há estimulado la búsqueda de sus fortalezas para contribuir a la estabilidad democrática. En otras palabras, el presidencialismo há podido afrontar el desafío de la gobernabilidad simultáneamente con el cambio político".*

Sob tal perspectiva, os estudos acerca do presidencialismo, então, têm apresentado uma maior preocupação com a investigação dos efeitos desse modelo, combinado com o sistema eleitoral, sobre a dinâmica da democracia e dos governos, trazendo, de uma parte, várias "receitas" de reformas constitucionais e, de outra, vários trabalhos empíricos de avaliação de algumas dimensões importantes desse

[2] Curiosamente, Linz (1991) apresenta um argumento contrário. Para ele, dada a possibilidade permanente de impasses no presidencialismo, seria melhor que os partidos fossem indisciplinados e, os parlamentares, clientelistas. Isso imporia certa maleabilidade na rigidez da legitimidade dual dessa forma de governo, abrindo brechas para negociações fisiológicas e paroquiais importantes para que fosse possível conquistar algum grau de governabilidade. Embora pouco eficiente para a dinâmica democrática, tal característica serviria como válvula de escape para os impasses constantes entre presidente e parlamento. Aparentemente, esse seria o ponto de partida das conclusões apresentadas por Jones (1995) acerca da relação entre os poderes no sistema presidencialista. Sua posição é a de que o partido presidencial não teria incentivos quaisquer para dividir o poder com outros partidos, especialmente partidos de oposição que, por sua vez, também não teriam incentivos para apoiar nenhuma medida do presidente. Então, o presidencialismo promoveria divisão no parlamento, com uma "oposição cega", obstinada na posição de não negociar, e com partidos "avulsos", disponíveis para negociações paroquiais feitas individualmente por seus parlamentares.

modelo, como é o caso dos estudos sobre a disciplina partidária, sobre a formação de ministérios, sobre a tramitação de projetos de lei e de emendas constitucionais, sobre os mecanismos de controle da agenda dos processos decisórios no Legislativo, sobre a formação e a dinâmica das coalizões de governo, etc.

II. O Sistema Partidário e a Democracia

Como vimos na discussão anterior, existem duas preocupações básicas que orientam as análises empíricas acerca das democracias presidencialistas, que são: (1) os tipos de dispositivos constitucionais que atribuem ao Presidente determinados poderes legislativos e de interferência nos processos parlamentares e (2) o tipo de sistema eleitoral adotado com o conseqüente sistema partidário em operação. Com relação ao sistema partidário, também há dois tipos de preocupação pairando sobre as cabeças dos analistas, quais sejam, (a) o grau de estabilidade que o sistema é capaz de produzir na dinâmica das preferências eleitorais e (b) o nível de fragmentação gerado pela competição intra e interpartidária e pela fórmula eleitoral. A posição que geralmente tem sido adotada em relação a estes dois índices —volatilidade eleitoral e fragmentação eleitoral— é a de que quanto menor for cada um deles, melhor será o funcionamento do processo democrático, tanto na arena eleitoral como na arena governamental.

No primeiro caso, em relação ao grau de estabilidade das preferências político-eleitorais, a suposição é a de que quanto maior for a coerência dos partidos —nitidez e distância ideológica—, maior será a probabilidade de que os eleitores ou se identifiquem com tais partidos, garantindo-lhes lealdade, ou estruturem suas preferências políticas de acordo com os critérios da escolha racional. Evidentemente, quando se trata de identificação, as premissas teóricas mobilizadas são de natureza sociológica; quando, pelo contrário, trata-se de preferências eleitorais, as premissas são as do institucionalismo racionalista [IR]. No segundo caso, em relação ao grau de fragmentação do sistema, o que geralmente está em questão é o número efetivo de partidos, ou seja, a quantidade de partidos com real poder eleitoral e, como tal, com real poder de influenciar as políticas na esfera governamental. Quanto maior o número de partidos com poder de veto, maior seria o grau de tensão entre estes atores coletivos (Tsebelis: 1999; Jones: 1995, Mainwaring: 1999; Ames: 2001); principalmente porque um sistema partidário fragmentado poderia refletir ou as diferentes clivagens sociais da polis ou as diferenças regionais de uma nação.

Conseqüentemente, o sistema partidário poderia, então, refletir diferentes interesses, ou no plano consociativo —étnico ou cultural— ou no plano federativo —espacial. Assim, se a fórmula eleitoral incentivar a emergência e a proliferação de partidos sintonizados com tais interesses, em função da adoção da representação proporcional e de magnitude distrital elevada, maior será a probabilidade de se produzir uma arena governamental tensa e, devido à facilidade de atuação dos atores com possibilidade de veto, mais propícia à manutenção do *status quo* (Tsebelis: 1999; Ames: 2001).

Como é possível perceber, em ambos os casos, seja em relação à estabilidade do sistema partidário e das preferências eleitorais, seja em relação ao grau de fragmentação partidária, a preocupação central é com a viabilidade e a estabilidade das decisões, tanto no nível eleitoral como no nível parlamentar. A estabilidade sistêmica, mensurada pelo nível de estabilidade das escolhas eleitorais, seria um indicador de institucionalização partidária, ou seja, de socialização política, de adesão moral ou valorativa a determinados partidos; portanto, de coerência do comportamento dos atores, que passariam a ser previsíveis (Mainwaring: 1995, 1998, 1999). O grau de fragmentação partidária, por sua vez, seria indicador do tipo de mobilização social dos atores para participação no sistema representativo, e do tipo de restrição que as regras eleitorais seriam capazes de impor à manifestação das preferências, se livremente ou se moderadas mecânica e psicologicamente pela fórmula eleitoral, induzindo-as, assim, a algum tipo de coordenação estratégica (Cox: 1997). Em última instância, então, a preocupação central dos pesquisadores é com o nível de governabilidade que poderia ser obtido em função do formato do sistema partidário, ou, mais diretamente, em função de seu grau de fragmentação. A posição mais geral da literatura em relação a isso é amplamente favorável a um número reduzido de partidos relevantes, de modo que a arena legislativa pudesse ser a menos fragmentada possível. Assim, de acordo com sua perspectiva, seria facilitada ou a constituição de maiorias eleitorais sintonizadas com o Presidente ou a formação de coalizões majoritárias com pouco partidos, permitindo que o Executivo tenha maior controle sobre sua base de apoio no Congresso. Isso significa que o sistema eleitoral seria uma peça central na promoção de um grau satisfatório de governabilidade em regimes presidencialistas, na medida em que as regras que regulam a competição e a representação poderiam incentivar a configuração de um sistema partidário com poder representativo mais concentrado em poucos ou até mesmo em dois partidos.

Com esse ponto de vista, a literatura de política comparada tem enfatizado que a fragilidade institucional da constituição brasileira residiria precisamente na

adoção dessa condenada combinação de representação proporcional com forma de governo presidencialista. E mais, haveria ainda nesse modelo um comburente altamente inflamável, qual seja, o federalismo descentralizado, conferindo um excessivo poder de veto aos governadores. Com efeito, tais seriam os ingredientes básicos para produzir as explosivas situações de "governos divididos" por fragmentação partidária, com crises intermitentes de governabilidade.

III. O Desenho Constitucional e a Democracia Brasileira

De acordo com a literatura de política comparada, o modelo constitucional brasileiro seria o menos eficiente e o mais propício a crises institucionais. Tais crises não resultariam apenas da tensão induzida pela forma de governo presidencialista —dualidade de poderes—, e pela fragmentação partidária —incentivada pela representação proporcional—, mas também da atuação de outras variáveis alojadas nos meandros de nosso desenho constitucional, como o federalismo bastante descentralizado e as regras eleitorais extremamente permissivas —mandato pessoal, listas eleitorais abertas e as formas de financiamento das campanhas. Seus efeitos mais diretos seriam a inviabilização do fortalecimento das organizações partidárias, de uma parte, e, de outra, a indução de comportamentos personalistas e paroquiais por parte dos congressistas. Esta é a visão de Mainwaring (1995, 370), que considera que "the electoral legislation is extremely permissive, it has no mechanism for curbing party system fragmentation and it granted politicians free rein vis-à-vis their parties". O problema disso, segundo o autor, é que a ausência de compromisso do parlamentar para com seu partido não apenas enfraqueceria ainda mais os diversos partidos existentes como ainda contribuiria, de maneira mais acentuada, para a fragmentação do poder decisório no Congresso. "Livres" de restrições institucionais e do controle partidário, os parlamentares agiriam como se fossem, eles mesmos, unidades partidárias atômicas, competindo uns com os outros, inclusive colegas de legenda, tanto na arena eleitoral —por votos, obviamente— como na arena legislativa —por recursos paroquiais oriundos de negociações patrimonialistas e clientelistas com o Presidente.

Em decorrência dessa situação, Ames (2001, 18) sugere que "in Brazil, where the parties cannot control their members and where individuals or groups trade cooperation for particularistic benefits or concessions, agenda control means that

most legislation includes a pork-barrel component". Para o autor (ibid. 268), a responsável direta por isso seria a regra eleitoral, uma vez que:

> *Open-list proportional representation personalizes politics, and Brazilian system weakens party control over politicians both on the campaign trail and in the legislature. Ties between voters and deputies remain weak, and parties struggle to aggregate societal interests into anything resembling a coherent program.*

Samuels (2001, 571) pensa do mesmo modo, pois, para ele:

> *The main elements of Brazil's electoral system —lack of central-party nomination control and large district magnitude with many candidates running— promotes highly individualistic electoral campaigns. Most candidates eschew programmatic appeals and concentrate on personalistically differentiating themselves from other candidates by providing and promising particularistic benefit".*

Na verdade, ambos os autores seguem a orientação geral da literatura e não explicitam nada mais do que a visão consensual a respeito dos efeitos das regras eleitorais na dinâmica da democracia representativa, bem como de sua importância na indução de determinados comportamentos mais cooperativos ou mais conflituosos. No caso do Brasil, as regras eleitorais incentivariam comportamentos não cooperativos e não coordenados, em função principalmente da combinação de votos preferenciais —com listas partidárias abertas às preferências dos eleitores no que se refere à ordenação dos candidatos na conquista de cadeiras— com distritos eleitorais de magnitude extremamente elevada —ou seja, o número de cadeiras disputadas em cada estado. Isso porque, de acordo com Carey and Shugart (1995, 418-9):

> *In all systems where there is intraparty competition, as M grows, so does the value of personal reputation".* Portanto, concluem os autores, *"personal reputation can be valuable in electoral systems with large districts, as well when candidates are elected from personal votes rather then from party list.*

Então, quando esses parlamentares chegam ao Congresso, a fragmentação partidária, já elevada, tornar-se-ia ainda maior, em função das regras eleitorais, consideradas permissivas, do personalismo e da ineficiência dos partidos no que se refere ao controle de seus membros. Devido a isso, de acordo com Mainwaring (1995, 379), "the catchall parties are undisciplined in Congress, individual representatives vote however they want". Afinal, todos esses fatores concorreriam para a descentralização dos processos decisórios e para a emergência do caos tanto na arena eleitoral como na arena governamental, dado que, ainda segundo o autor, "the

combination of a political culture in which personalism prevail, and weak institutional accountability has allowed politicians to use state jobs, resources, and regulatory powers to promote their political carriers" (ibid. 387).

Portanto, a divisão dos poderes inerente ao presidencialismo, o federalismo descentralizado e a fragmentação partidária propiciada pelo sistema eleitoral seriam os principais responsáveis pela formação de um sistema político de tal modo fragmentado que seria praticamente impossível a realização de quaisquer reformas sociais e econômicas mais profundas. Afinal, ter-se-ia produzido no Brasil uma espécie de hiper-constitucionalismo, favorecendo sobremaneira o *status quo*. Os obstáculos institucionais às reformas políticas, econômicas e administrativas consistiriam fundamentalmente na existência de múltiplos pontos de veto no sistema, compostos pelo Presidente da República —forma de governo presidencialista—, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado —bicameralismo—, pela Corte Federal com poder de revisão constitucional —"judicialização da política", por governadores com grande autonomia —federalismo—, pelo sistema partidário altamente fragmentado —multipartidarismo— e por parlamentares personalistas —sistema eleitoral com voto pessoal em listas abertas.

Assim, não seria à toa que, como observa Ames (2001, 03), "the past years of Brazilian democratic politics indicate that the nation's political institutions create a permanent crises of governability (...)". Ou seja, em função, da existência de vários obstáculos à formação de uma vontade majoritária simples ou por pluralidade, viveríamos constantes ameaças de "crise de paralisia decisória", ou, pelo menos, com efetivo conservadorismo político. Para o autor, "as a result, its central government has enormous difficulty producing innovative policies" (ibid., 12). Mainwaring (1995, 394), defende a mesma posição, ao afirmar que "Brazil has institutional arrangements that are generally unfavorable to democratic governance: weak parties, a weakly institutionalized party system, and presidentialism". Na verdade, segundo seu raciocínio, "no stable democracy in the world has parties as fragile as the Brazilian catchall parties". E mais, "(...) it is unlikely that they can sustain democracy over the long run".

Em decorrência de tudo isso, a democracia brasileira continua sendo o objeto de constantes críticas por parte dos estudiosos de política comparada. Seu argumento central, então, consiste em salientar que os processos políticos brasileiros seriam dificultados pelo desenho constitucional adotado pelo país, cujo resultado prático

seria a indução à instabilidade democrática e à irracionalidade das decisões coletivas no âmbito de governo e no âmbito eleitoral. Entretanto, nos últimos anos, há um conjunto de trabalhos que têm procurado enfrentar essas questões com evidências que contradizem várias das assertivas formuladas no âmbito da literatura comparativa, especialmente aquelas relacionadas com os efeitos provocados pelo sistema eleitoral-partidário sobre a dinâmica governamental, ou seja, sobre a relação entre o Executivo e o Legislativo e sobre o processo decisório parlamentar. Há trabalhos que contestam a baixa disciplina partidária (Figueiredo e Limongi: 1995ª, 1995b, 1998; Nicolau: 1999; Amorim Neto e Santos: 2001), que contestam a predominância de um conteúdo legal totalmente paroquial nos projetos apresentados por parlamentares (Lemos: 2001; Ricci: 2001, 2003), que contestam a interferência dos governadores (Figueiredo, Cheibub and Limongi: 2002) nas decisões legislativas da bancada estadual de deputados federais, que contestam a ação individualista do deputado, tanto na proposição de emendas ao orçamento federal como na introdução de projetos de lei no parlamento (Figueiredo e Limongi: 1999).

Não obstante, vários dos pesquisadores "revisionistas" (Santos: 1997, 2002; Amorim Neto: 2000; Amorim Neto and Santos: 2001; Pereira and Müller: 2000, 2002; Pereira and Rennó: 2001) convergem na proposição de que a governabilidade obtida pelo sistema político brasileiro se deve muito mais às instituições inerentes ao próprio processo legislativo e aos poderes constitucionais que o Presidente tem para interferir nesse processo e até de produzir legislação, do que à racionalidade da arena eleitoral. Assim, esses analistas têm se dedicado a apontar a importância das variáveis internas à arena legislativa e às especificidades do presidencialismo brasileiro no que se refere ao seu poder de impor uma agenda política ao Congresso, de forma a induzi-lo à cooperação, como a instância mais fundamental na dinâmica da democracia brasileira. De acordo com eles, os efeitos negativos produzidos pelo sistema eleitoral, como fragmentação da representação e do poder de decisão, incentivos ao personalismo e ao comportamento eleitoral caótico, seriam anulados por aquele que seria o "segredo eficiente" do modelo constitucional brasileiro, qual seja, a concentração efetiva do processo decisório na arena parlamentar (Figueiredo e Limongi: 1999).

Portanto, há um ponto em comum entre os analistas de política comparada e alguns "revisionistas". Ambos concordam que a arena eleitoral e o sistema partidário seriam a esfera mais problemática do modelo democrático brasileiro. Os primeiros julgam que tais "defeitos" institucionais seriam transpostos diretamente à arena

legislativa, inviabilizando a governabilidade. Os segundos, contestam que não haveria um nível satisfatório de governabilidade, mas apontam para a instância institucional relativa às regras do processo legislativo como a responsável pela anulação dos incentivos à irracionalidade das decisões coletivas coerentes, coordenadas e estáveis derivadas da arena eleitoral. Dessa forma, o sistema partidário e sua dinâmica na esfera eleitoral continuam sendo suspeitos principais no suposto crime cometido de maneira intermitente contra a democracia brasileira, qual seja, as ameaças constantes de instabilidade nas decisões legislativas e na rotina macro política, derivadas da instabilidade do sistema partidário.

IV. As Hipóteses sobre o Sistema Partidário Brasileiro

Há duas hipóteses fundamentais acerca do sistema partidário brasileiro. A primeira delas é a de que a elevada fragmentação partidária é decorrente do caráter regional dos partidos (Lima Jr.: 1981, 1982, 1983, 1993; Lamounier: 1987, 1990, 1991ª, 1991b, 1992, 1994; Mainwaring: 1991, 1992, 1995, 1997, 1999; Mainwaring and Scully: 1995; Abrucio: 1998; Abrucio and Samuels: 1997; Samuels: 2000ª, 2000b, 2003; Jones: 1994, 1995; Ames: 1995ª, 1995b, 2001). A segunda tese é a de que o sistema partidário seria altamente instável, instabilidade esta traduzida em uma elevada volatilidade nas preferências eleitorais (Mainwaring: 1992, 1995, 1999; Mainwaring and Scully: 1994, 1995; Torcal and Mainwaring: 2002; Jones: 1995; Roberts and Wibbels: 1999; Ames: 2001). Quanto à primeira hipótese —fragmentação partidária de caráter federativo—, a lógica que dá embasamento à proposição é a de que, devido ao fato das organizações partidárias serem entidades pouco nacionalizadas, baseadas em alguns estados ou, no máximo, em algumas regiões, quando os partidos com representação significativa são computados em termos nacionais, a fragmentação atingiria um grau bastante elevado. Quanto à segunda tese —pouca estruturação das preferências eleitorais—, tal fenômeno ocorreria em função, de uma parte, da multiplicidade de partidos, e, de outra, de sua debilidade organizacional e ideológica. Por causa disso, as preferências dos eleitores seriam muito pouco estruturadas, não havendo, assim, qualquer tipo de lealdade por parte dos atores políticos em relação aos partidos.

Os problemas práticos advindos desses, digamos, "defeitos" institucionais seriam óbvios. No primeiro caso, teríamos um problema de caráter federativo, uma vez que a elevada fragmentação partidária dificultaria a formação de coalizões majoritárias de governo, ao mesmo tempo em que a base estadual de tal fragmentação levaria à constituição de vários atores regionais na arena parlamentar com

considerável poder de veto. Dessa maneira, esse "defeito" institucional levaria à rivalidade entre interesses locais, representados pelos partidos estaduais no Congresso —e, normalmente sob a liderança de seus respectivos governadores—, e interesses nacionais, representados pelo Executivo, na figura do Presidente da República. No segundo caso, a elevada instabilidade eleitoral seria mais um daqueles "defeitos" institucionais provocados pela representação proporcional e pela debilidade partidária. Mas, a própria instabilidade eleitoral, por sua vez, produziria novos efeitos deletérios sobre o sistema representativo. Portanto, além de ser um indicador da pouca estruturação das preferências eleitorais diante das várias alternativas oferecidas pelo sistema partidário, essa instabilidade aumentaria ainda mais o grau de incerteza dos próprios partidos em competição a respeito do comportamento dos eleitores, incentivando tais partidos a um pequeno comprometimento programático e a uma ação mais estratégica, ou seja, mais pragmática e conjuntural, dificultando, extensivamente, uma maior consistência nas políticas públicas a cargo do Executivo Federal.

Desse modo, segundo os analistas, com tal desenho institucional, ter-se-ia criado no Brasil um sistema representativo extremamente complexo, com sobreposição de distritos —locais, estaduais e nacional— e de fórmulas eleitorais —majoritária com dois turnos e majoritária com um turno, e proporcional—, levando o eleitor a certa confusão "cognitiva", por ficar dividido entre a lógica nacional e a lógica local nas disputas eleitorais, e divido, do mesmo modo, entre a racionalidade mais estratégica da competição regida pela fórmula majoritária e a menos estratégica da competição regida pela fórmula proporcional.

De fato, é possível mesmo afirmar que o sistema eleitoral brasileiro é consideravelmente complexo. Em 2002, por exemplo, os eleitores das 27 unidades federativas do país foram às urnas para decidir quem deveria ser o Presidente e o Vice-Presidente da República, o governador e o vice-governador de cada um dos estados, os 54 senadores da República, os 513 deputados federais e os 1058 deputados estaduais a ocuparem as respectivas casas legislativas. Em termos práticos, coube aos eleitores a complexa tarefa de votar simultaneamente em 6 candidatos para 5 cargos diferentes, com duas regras distintas para a transformação de votos em cadeiras —uma proporcional e outra majoritária. Por meio de seus votos, os eleitores tiveram que decidir a respeito de questões relativas a dois níveis diferentes de poder político e de formulação e implementação de políticas —o estadual e o nacional—, e acerca de dois tipos específicos de representação —executiva e legislativa.

Em termos da mecânica eleitoral, as eleições de 2002 replicaram a mesma sobreposição de dois distritos totalmente distintos, algo que ocorre desde 1994, devido à concomitância das eleições para o governo dos estados e para os legislativos estaduais e federal com a eleição para a presidência da República. Em um distrito, a circunscrição é local, no âmbito da unidade federativa. No outro, a circunscrição é nacional, na qual foi decidida a eleição presidencial. No distrito nacional, a eleição é majoritária com dois turnos; portanto, no primeiro turno, a magnitude do distrito é potencialmente igual a 2 [M = 2] e, no segundo turno, a magnitude é definitivamente igual a 1 [M = 1]. Nos distritos locais, cuja circunscrição coincide com os estados, também há disputas para cargos nacionais, mas, por força do desenho distrital, a decisão acerca dessa representação ocorre no nível local. Neste caso, as disputas para cargos nacionais são de dois tipos, quais sejam, majoritária, para o Senado, e proporcional, para a Câmara dos Deputados. No caso do Senado, em 2002, a magnitude do distrito foi igual a 2 [M = 2] —mas, há eleições em que se disputa apenas uma cadeira [M = 1]. No caso da Câmara dos deputados, a magnitude do distrito, ou seja, o número de cadeiras em disputa, é variável de acordo com o estado em questão. Há estados com magnitude extremamente elevada, como São Paulo [M = 70], Minas Gerais [M = 53] e Rio de Janeiro [M = 46]. Há outros com magnitude média, como Ceará [M = 22], Maranhão [M = 18] e Santa Catarina [M = 16]. E há ainda aqueles com magnitude mais baixa —embora seja uma magnitude elevada se comparada em termos internacionais e se considerada nos termos da proporcionalidade da representação entre cadeiras legislativas e população do distrito eleitoral—, como Amazonas, Acre e Rondônia [todos com M = 8].

Voltadas estritamente para questões estaduais, as eleições para governador e deputado estadual também ocorrem no contexto de duas fórmulas distintas. A disputa para o governo do estado obedece à regra majoritária e ocorre em dois turnos, sendo, portanto, potencialmente M = 2, no primeiro, e, definitivamente M = 1, no segundo. A competição para deputado estadual segue a regra proporcional, sendo M variável de acordo com o número de cadeiras em disputa em cada unidade da federação. A eleição para governador deve mobilizar questões estaduais, a despeito da heterogeneidade de cada estado. Os deputados estaduais devem se referir a problemas locais, enquanto os deputados federais devem se referir a temas nacionais, embora possam também se referir a temas de interesse estadual, mas cujo âmbito de decisão seja o plano nacional. De uma forma ou de outra, ambos, deputado estadual e deputado federal, lidam com legislação, apesar de serem esferas distintas e

hierárquicas de legislação. Paralelamente a tudo isso, há a eleição presidencial, que, por sua vez, deve mobilizar temas e propostas nacionais e deve agregar preferências eleitorais de atores políticos de regiões variadas, com interesses regionais também variados —se é que há tais interesses.

Assim, de acordo com os analistas de política comparada, diante desse quadro de complexidade institucional, o eleitor ver-se-ia em um mundo de informações ininteligíveis, o que dificultaria sua decisão coerente e inviabilizaria qualquer possibilidade de que suas preferências sejam estruturadas. Nesse caso, é claro, restaria apenas o atalho partidário, ou seja, o partido como o depositário de determinadas posições ideológicas consistentes, um porto seguro no qual esse mesmo eleitor poderia atracar em meio a essa tempestade de informações cruzadas e sobrepostas. Contudo, segundo sua linha de raciocínio, na prática, os partidos brasileiros seriam irrelevantes, tanto em termos organizacionais como em termos ideológicos. Ademais, devido à representação proporcional, a dificuldade de uma estruturação de preferências eleitorais seria incrementada pelo fato de que haveria uma multiplicidade de partidos, aumentando o número das alternativas e tornando ainda mais complexa e volúvel a tomada de decisão a cada nova disputa eleitoral. Sob tal perspectiva, restaria ao eleitor apenas o caminho de procurar cultivar relações de natureza personalista com seus representantes. Na verdade, haveria até mesmo um incentivo institucional bastante forte para tal tipo de relação, que seria, de uma parte, a escolha facultada ao eleitor de votar pessoalmente no candidato, ao invés do partido, e, de outra, a prerrogativa do mandato pessoal e não partidário. Em tal contexto, os políticos ficariam na posição de tentar manter a preferência pessoal dos eleitores e, para tanto, seriam incentivados a perseguir políticas paroquiais no Congresso, desconsiderando qualquer orientação partidária, qualquer vínculo com governos nacionais e com políticas voltadas a bens coletivos. Tudo o que interessaria ao parlamentar seria a recompensa que sua paróquia poderia lhe dar em termos de votos e, portanto, da garantia de prosseguimento em sua carreira política. Em contrapartida, tudo o que interessaria ao eleitor seria a troca clientelística, ou seja, que seu representante pudesse invariavelmente *to bring bacon home*.

O resultado dessa "estrutura de oportunidades", cujos padrões de comportamentos seriam dados por uma matriz constitucional contraproducente para a efetividade democrática, seria a formação de governos instáveis, com pouca governabilidade, e, o que mais nos interessa aqui, a dinamização de processos eleitorais caóticos, em função de eleitores voláteis. Sem qualquer lógica racional no

processo de representação política e sem possibilidade de formação de governos estáveis e representativos, a democracia brasileira estaria seriamente comprometida, senão pela ameaça de um retrocesso ao autoritarismo, ao menos por uma baixa efetividade de suas instituições representativas fundamentais. Todavia, a despeito da incontestável complexidade do sistema eleitoral brasileiro, seria mesmo possível afirmar que o seu sistema representativo seria caótico, que seu sistema partidário seria instável, impossibilitando qualquer tipo de estruturação das preferências eleitorais? A literatura de política comparada vem respondendo sim a esta questão, conforme veremos a seguir.

V. O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral Brasileira

Os estudos de política comparada que focaram a volatilidade eleitoral na América Latina (Mainwaring and Scully: 1995; Mainwaring: 1998, 1999; Roberts and Wibbels: 1999; Torcal and Mainwaring: 2002) são unânimes em duas conclusões: a primeira delas é que os países da região seriam bastante instáveis; a segunda é que, dentre todos eles, o Brasil seria o país eleitoralmente mais volátil. Por causa disso —e de outros "defeitos" constitucionais já discutidos anteriormente—, Mainwaring (1992, 681) chegou à conclusão de que "many of the cliches about parties in Latin America (clientelistic, dependent of the State, little impact in formulating public policy) are partially misleading when applied to the other more developed countries of the region, but they are generally true in brazilian case". E, especialmente com relação ao sistema partidário, o autor assevera que "the brazilian political class has consciously opted for weak parties. This option is reflected and institutionalized in party organization and in electoral legislation (ibid., 678). Em função disso, "in Brazil, what took place after 1980 was not the demise of old parties in well-established party system, but rather difficulty in institutionalizing a party system" (Mainwaring: 1998, 573).

Seguindo o padrão da literatura comparativa, o autor aponta uma seta que liga diretamente a volatilidade eleitoral com a institucionalização sistêmica, cujo vetor de influência causal partiria da primeira variável para a segunda. Assim sendo, de acordo com ele, a pouquíssima institucionalização do sistema partidário brasileiro é claramente evidenciada pelos níveis extremamente elevados de volatilidade eleitoral; volatilidade esta que ele procura explicar sem tergiversações. Segundo suas próprias palavras, "(...) the underdevelopment of political parties in Brazil is exceptional in Latin America and on a world scale" (Mainwaring: 1992, 667), o que significa que

"party organization are weaker and citizens are less informed and less attached to parties" (Mainwaring: 1999, 269). Desse modo, "the combination of structural factors that fragment social classes and political institutions that encourages personalism is the key to understanding the weak linkages between voters and parties in Brazil, in turn, weak linkages underpin high volatility".[3]

Conclusões semelhantes podem ser encontradas nas análises de Torcal and Mainwaring (2002) e de Roberts and Wibbels (1999). Estes últimos localizam no conhecido "descompasso" entre estruturas tradicionais e modernas o hiato *huntingtoniano* da instabilidade política, ressaltando que "(...) [Brazilian] party system lie suspended between the demise of the populist era of political representation and the rise of a new one that corresponds to the more heterogeneous and fragmented social landscape" (ibid., 587). Pegos nesse contrapé, os eleitores não conseguiriam estabelecer qualquer tipo de vínculo afetivo e efetivo com os partidos que, em decorrência de uma escolha deliberada das elites políticas, seriam entidades praticamente amorfas, tanto em termos ideológicos como em termos organizacionais. Para Torcal and Mainwaring (2002, 30), isso seria mais um adendo explicativo da expressiva volatilidade eleitoral brasileira, uma vez que os eleitores daqui "(...) lack psychological attachments to parties and to other kinds of social anchors that might make for a predictable vote and a stable party system".

Como é possível perceber, há uma articulação teórica entre os analistas que investigam o sistema partidário brasileiro —e os latino-americanos— e os analistas que vêm há mais tempo investigando os sistemas europeus. Se na Europa a

[3] Algo que deve ser enfatizado é que Mainwaring (1992, 1995, 1998, 1999) talvez seja o mais destacado de um conjunto de pesquisadores norte-americanos que nutrem certa desconfiança em relação à funcionalidade do sistema partidário brasileiro. Em realidade, esse autor tem feito uma verdadeira profissão de fé a tarefa de apontar os equívocos constitucionais de todo o modelo político-institucional adotado no país, em especial, o multipartidarismo. Porém, em termos concretos, ele segue as conclusões já apresentadas por alguns autores brasileiros, como Soares (1973), Campello de Souza (1978), Lamounier and Meneguello (1984). De Campello de Souza (1978) ele empresta a idéia de que o sistema partidário brasileiro teria sido criado a partir do Estado. Como se sabe, a autora tentou indicar em seu trabalho outra esfera em que um partido poderia ser gerado, além daquelas duas clássicas já sugeridas por Duverger (1951). Segundo ela, os partidos poderiam ter origem societária e origem parlamentar, mas poderiam também, como seria o caso do sistema de 1945-64, no Brasil, poderiam ter origem na esfera estatal —o que é um adendo original à tipologia durvergeriana realizada pela autora, embora ainda muito pouco percebida pelos pesquisadores. O problema é que Campello de Souza (1978) refere-se àquele período, enquanto Mainwaring (1999) prolonga essa idéia para o sistema partidário atual, confundindo origem estatal com origem parlamentar. De Lamounier e Meneguello (1984), o autor emprestou a concepção de "subdesenvolvimento" partidário para o caso brasileiro, "comprando" como totalmente verdadeiras e ainda válidas uma série de interpretações de um ensaio de síntese de idéias gerais. Na verdade, é importante que seja ressaltado, com a exceção do PT, praticamente não há estudos empíricos sistemáticos sobre as organizações partidárias brasileiras do período democrático atual, o que significa que não há muitas evidências factuais que possam corroborar toda espécie de conclusão taxativa que circula em grande parte da literatura. Na verdade, em alguns dos poucos estudos empíricos que focalizaram os partidos do ponto de vista organizacional, os dados indicam o oposto (Meneguello: 1998; Roma: 2000; Peres e Roma: 2002).

preocupação com a instabilidade eleitoral surgiu em decorrência da desconfiança de que o aumento da volatilidade significava a quebra dos vínculos sociológicos entre partidos e classes, a ruptura psicológica das identidades partidárias tradicionais e, por isso, significava um eloqüente sinal de crise institucional e do próprio sistema representativo; no caso das democracias recentes, e, obviamente, do Brasil, todas essas preocupações acompanharam a replicação da perspectiva teórica e da mensuração empírica, porém, com a inversão do sinal da equação. As questões centrais no contexto brasileiro seriam detectar em que medida seu sistema partidário estaria ou não se institucionalizando, em que medida estariam ou não sendo formadas identidades partidárias, em que medida o índice de volatilidade eleitoral poderia servir como um sinalizador de crise política —no caso de ser extremamente elevado— ou de consolidação democrática —no caso de ser extremamente baixo. Então, a despeito de estudar processos em sentidos inversos —desinstitucionalização na Europa e institucionalização nas democracias recentes—, a literatura especializada na América Latina e, com ela, no Brasil, mira seu foco analítico nos mesmos processos políticos —eleições e representação política— e, o mais importante, com a mesmíssima perspectiva teórica —paradigma sociológico (eg. Mainwaring: 1991, 1992, 1993[a], 1995, 1997, 1998, 1999; Mainwaring and Scully: 1994, 1995; Stepan and Skach: 1993; Valenzuela: 1993; Power and Gasiorowski: 1997; Coppedge: 1998; Roberts and Wibbels: 1999; Torcal and Mainwaring: 2002). Daí sua obsessão com a estabilidade eleitoral e a idéia fixa de que os partidos devem ser "máquinas de socialização política", devem ser "partidos de massa" e que devem constituir vínculos afetivos e imutáveis com os eleitores, representando invariavelmente certas clivagens sociais e/ou ideológicas.

Em realidade, a ênfase na institucionalização e a supervalorização da estabilidade acabam determinando essa visão comum sobre o sistema partidário brasileiro, que varia entre a idéia de que este, no mínimo, seria muito pouco institucionalizado, e a idéia de que, no máximo —porém, um máximo possível—, este seria caótico. Não haveria, assim, qualquer padrão nas votações, não haveria qualquer padrão nas oscilações, não haveria qualquer lógica na dinâmica da representação política. Conforme sugerem os analistas, a inexistência de clivagens sociais bem definidas, em concomitância com a existência de regras eleitorais e partidárias que incentivam o vínculo pessoal, em detrimento do vínculo partidário, estimulariam o voto personalista —portanto, aleatório— e o comportamento paroquial —portanto, indisciplinado— do parlamentar no Congresso (Shugart and Carey:1992; Ames: 1995,

2001; Jones: 1995; Mainwaring: 1999; Samuels: 2003). Sem controle partidário sobre os políticos e sem vínculo partidário entre representados e representantes, a esfera eleitoral seria praticamente um "estado de natureza", uma situação de "guerra de todos contra todos", na qual predominariam as paixões pessoais, as idiossincrasias, a irracionalidade, a insegurança e a instabilidade; predominaria, enfim, a volatilidade quase total nas votações —seja nas eleições, seja no Congresso.

Mas, seria isso mesmo? A literatura estaria correta nas conclusões extraídas da análise da volatilidade eleitoral brasileira? E, sobretudo, estaria correta na análise da própria volatilidade eleitoral? Há duas formas de enfrentar estas questões. A primeira é aceitar os termos do debate e testar em que medida a volatilidade no Brasil seria tão elevada a ponto de prevalecer uma espécie de caos —fluxos de votos agregados extremamente oscilantes entre os partidos e aleatórios— na arena eleitoral. A segunda seria transcender os termos do debate, procurando deslocar o problema da "institucionalização" do sistema partidário para o segundo plano, abrindo espaço, assim, para a análise da volatilidade eleitoral enquanto uma medida de competição do mercado eleitoral. Com isso, abandonar-se-ia a perspectiva de que a arena eleitoral é um espaço de socialização política, em favor da concepção de que a arena eleitoral pode ser estruturada e funcionar como uma espécie de "mercado" político. No primeiro caso, a volatilidade eleitoral é tratada no âmbito da instabilidade sistêmica; no segundo, no âmbito das decisões estratégicas que os atores tomam em um mercado imperfeito, ou seja, com variabilidade de escolhas possíveis, mas com restrições exógenas, tais como *déficit* de informações, incentivos institucionais, etc. Minha intenção é tratar do primeiro caso neste capítulo e do segundo caso no próximo.

No que se refere ao problema da volatilidade eleitoral enquanto correspondente empírica da instabilidade/estabilidade sistêmica, há alguns trabalhos que vêm contestando a visão geral da literatura comparativa. Alguns autores brasileiros mostraram que (1) a volatilidade eleitoral sistêmica não apresenta correlação significativa com o número efetivo de partidos (Nicolau: 1998b) —portanto, a fragmentação partidária, embora seja uma condição necessária, não é a condição suficiente para a instabilidade eleitoral—; que (2) a volatilidade, tanto sistêmica como ideológica, não é tão elevada em alguns estados quanto supõem vários autores (Lima Jr.: 1997); que (3) mesmo em termos gerais, considerando-se todos os estados, a média brasileira e o Brasil como um todo, há estabilidade —sistêmica e

ideológica— suficiente para invalidar a idéia de um caos generalizado na arena eleitoral (Peres: 2000, 2002); e, mais ainda, que (4) mesmo quando a volatilidade eleitoral é calculada tomando-se os municípios como unidade de agregação este padrão é mantido (Braga: 2004). Tais pesquisas, evidentemente, introduzem uma visão alternativa àquela que analistas comparativos difundiram em seus estudos e sugerem haver uma discrepância nos resultados encontrados em cada um dos dois grupos de autores. Qual deles estaria correto?

De um modo geral, é possível afirmar que as pesquisas que refutam a tese da instabilidade extrema e generalizada são mais rigorosas e mais detalhistas do que as de seus interlocutores. Em função de realizarem uma análise de caso, concentrando-se apenas no sistema partidário brasileiro, essas pesquisas puderam apresentar mais abrangência e maior profundidade analíticas do que as dos comparativistas. Nicolau (1998b), analisou todos os estados da federação e testou correlações entre a volatilidade eleitoral sistêmica e algumas variáveis institucionais. Seu estudo, portanto, investiu na abrangência, embora não tenha investido na profundidade, deixando de considerar a volatilidade eleitoral ideológica. Limar Jr. (1997), contrariamente, organizou uma série de pesquisas que exploraram o índice com profundidade, avaliando a volatilidade total e ideológica, porém, não se mostrou abrangente, na medida em que analisou apenas alguns estados —Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Braga (2004), por sua vez, analisou a volatilidade com abrangência e profundidade, porém, utilizou uma unidade de agregação dos dados [por município] que fugiu ao padrão adotado pela literatura [por distrito eleitoral, no caso, os estados], dificultando possíveis comparações.

Em estudos anteriores (Peres: 2000, 2002), procurei preencher algumas dessas lacunas com uma análise espacialmente mais abrangente, com profundidade analítica e estatisticamente comparável. Esses trabalhos (1) cobriram todos os estados da federação em uma seqüência temporal que abarcou as eleições de 1982 até 1998, (2) exploraram igualmente as volatilidades eleitorais sistêmica e ideológica e (3) tomaram os distritos estaduais como unidade de agregação para o cálculo. A análise empírica, assim, dividiu-se em duas partes. Na primeira, procurei comparar o índice de volatilidade eleitoral sistêmica e ideológica no Brasil com alguns países latino-americanos e europeus. Na segunda parte, a análise voltou-se exclusivamente para o caso brasileiro e a comparação foi concentrada na variação do índice nos estados da federação.

Quanto à primeira parte —comparativa—, pude chegar às seguintes constatações. A instabilidade eleitoral do sistema partidário brasileiro era elevada em relação aos países europeus e intermediária em relação aos países da América Latina. Não obstante, em termos absolutos, ou seja, comparando-se a volatilidade com o máximo de instabilidade prevista pelo índice, ela não era tão elevada —26,5 pontos, em média. Quanto à segunda parte —análise específica do caso brasileiro— os dados da volatilidade eleitoral sistêmica mostravam que havia uma dinâmica de queda do índice na grande maioria dos estados. Em apenas 6 deles a variação era ascendente. Em 2 estados, havia estabilidade e, em 3, a oscilação era tão pendular que não permitia uma classificação. Em 16 estados, havia declínio no grau de volatilidade eleitoral sistêmica. Em todas as regiões havia estados com diminuição no grau de instabilidade. Todos os estados do Sul apresentavam queda e quase todos [3] do Sudeste também, com exceção do Espírito Santo, que apresentava aumento. Dos 4 estados do Centro-Oeste, 2 apresentaram dinâmica de queda e, 2, de estabilidade sistêmica. Na região Norte, 3 estados apresentaram queda e 3 apresentaram aumento no índice. Dos estados da região Nordeste, 5 apresentaram uma dinâmica descendente e, 2, uma dinâmica ascendente. Além disso, em termos gerais, o sistema partidário como um todo mostrava uma evolução da instabilidade eleitoral também em declínio. A volatilidade sistêmica havia caído pela metade, passando de 35,5 em 1982-1986, para 15,5 em 1994-1998.

Quando analisada a variação do índice de volatilidade eleitoral ideológica, os resultados foram ainda mais surpreendentes. Assim como ocorreu com a volatilidade eleitoral sistêmica, havia um declínio da instabilidade eleitoral ideológica na grande maioria dos estados. Em cerca de 60% deles, a instabilidade ideológica apresentava uma dinâmica de queda. Em apenas cerca de 20% o índice aumentou. Em aproximadamente 12% ele não se alterou significativamente. O restante dos estados, 4 ao todo, apresentavam uma dinâmica oscilante de tal maneira pendular que era impossível sua classificação. Todos os estados da região Sul apresentavam queda, enquanto 50% dos estados da região Sudeste apresentavam queda e 50% apresentavam aumento. Na região Norte, cerca de 57% dos estados tinham uma dinâmica de declínio, 28% mantinham-se estáveis e 15% aproximadamente, ou seja, 1 estado, apresentava estabilidade. A região Centro-Oeste apresentava declínio em metade de seus estados e, na região Nordeste, 44% dos estados tinham uma dinâmica de queda em sua instabilidade, enquanto 11%, ou seja, 1 estado, apresentava aumento e cerca de 22,5% mantiveram-se estáveis. Os dados mostravam também que, após um

pico em 1986-1990, o índice de volatilidade ideológica apresentava uma curva descendente em todas as regiões do país. Da mesma forma, o sistema partidário como um todo —considerando-se o Brasil em termos agregados— também apresentava uma evolução que indicava queda na instabilidade eleitoral [10], mostrando uma estabilidade média de 90 pontos. A última eleição analisada [1998] apresentou apenas 1,7 de volatilidade ideológica, indicando uma volatilidade menor do que a volatilidade ideológica de todos os países europeus analisados.

Portanto, de maneira geral, esses dados permitiram algumas conclusões importantes para o caso brasileiro. A primeira delas era que a estabilidade eleitoral —74,5 pontos, em média— era elevada o suficiente para garantir um considerável nível de estruturação do comportamento eleitoral naquele período. A segunda era que a volatilidade eleitoral ideológica, bastante reduzida —90 pontos de estabilidade, em média—, tornava possível inferir hipoteticamente que a ideologia se mostrava como o fator de maior estabilização das preferências eleitorais. Isso significava ainda que a maior competição —traduzida em volatilidade eleitoral— se concentrava nos partidos pertencentes aos mesmos blocos ideológicos e não entre partidos de ideologias diferentes. Em terceiro lugar, o confronto entre a volatilidade sistêmica mais elevada e a volatilidade ideológica bem mais reduzida mostrava que a ideologia parecia ser a variável de maior referência na decisão do eleitor, sendo o partido a segunda variável mais importante.

Embora dados desse tipo não permitissem fazer inferências diretas a respeito do comportamento individual dos eleitores, eles indicavam que, de forma agregada, havia uma estabilidade significativamente elevada do comportamento eleitoral, de acordo com clivagens ideológicas, porque quanto menor a volatilidade ideológica, em comparação à volatilidade total ou sistêmica, menos significativo é o peso da ideologia na competição eleitoral. Ou seja, quanto mais estáveis ideologicamente forem os eleitores, mais a volatilidade sistêmica seria um indicador de que haveria uma competição maior entre os partidos de um mesmo bloco ideológico do que entre partidos de ideologias diferentes. Tal fenômeno mostrava que o sistema seria competitivo, porém, consistente no que se refere à estruturação mais substantiva das preferências políticas. Aliás, a volatilidade eleitoral elevada de sistemas multipartidários poderia ser o resultado desse tipo de dinâmica competitiva —caso em que o Brasil poderia ser enquadrado, como veremos no próximo capítulo. Assim sendo, o sistema partidário brasileiro não apresentava características que pudessem validar a inferência amplamente aceita pela literatura temática de que este seria

instável a ponto de caracterizar o país como uma *feckless democracy* (cf. Mainwaring: 1995). Pelo contrário, apesar do curto período democrático, com eleições de fato competitivas, havia evidências de que o sistema partidário, pelo menos até aquele momento, estava estruturando, cada vez mais, as preferências eleitorais.

Entretanto, apesar de apresentarem uma visão contrária àquela difundida pela literatura de política comparada, com base em uma análise mais criteriosa e com mais minúcias, esses trabalhos mais positivos em relação à dinâmica do sistema partidário brasileiro e a sua função representativa ainda estão voltados em demasia ao problema da instabilidade eleitoral enquanto um indicador de institucionalização sistêmica —viés sociológico. Esses estudos contribuíram bastante para a dissipação do "espectro de instabilidade" eleitoral generalizada vislumbrado pelos autores comparativos, mostrando que o sistema brasileiro balizava as escolhas eleitorais e conferia certa estabilidade à votação dos partidos. Contudo, o problema da institucionalização permanece como orientação geral, impedindo que as análises avançassem sobre outro plano interpretativo pouco explorado, que é o da instabilidade eleitoral associada à competição partidária e, portanto, à formação do "mercado político".

Tomando essa ótica como ponto de partida, minha intenção neste trabalho é replicar as análises anteriores (Peres: 2000, 2002) e atualizá-las com os dados da última rodada eleitoral [2002], de forma a voltar a analisar as duas hipóteses acerca do sistema partidário brasileiro ainda correntes na literatura, quais sejam: (1) que o sistema seria eleitoralmente instável a ponto de predominar o caos nas votações e (2) que, em função disso, não haveria qualquer padrão ou qualquer estruturação nas preferências eleitorais. Mas, há ainda um segundo objetivo mais importante, ou propriamente a tese a ser defendida, que é o de procurar apresentar uma interpretação alternativa para o índice de volatilidade eleitoral encontrado no caso do sistema partidário brasileiro, que consiste em abandonar o viés sociológico normativamente atrelado à defesa da estabilidade eleitoral como indicadora de institucionalização e de desenvolvimento político, em favor de uma abordagem de viés econômico, por meio da qual a instabilidade poderia ser indicador de competição política num processo de formação de um "mercado político" aberto, especialmente em sistemas multipartidários.

Dessa forma, a análise cumpre dois propósitos fundamentais. Primeiramente, sanar alguns dos problemas teóricos e metodológicos que caracterizam os estudos comparativos que abordaram o Brasil. Essas análises consideram apenas a evolução da

volatilidade agregada em termos nacionais. Entretanto, o país é bastante grande, com uma enorme diversidade social, cultural, econômica e política; o que significa que é extremamente importante considerar a evolução da volatilidade eleitoral em cada estado —uma vez que as variações no índice podem ser grandes e a instabilidade média brasileira pode não corresponder a uma instabilidade espalhada da mesma forma em todos os estados. Tais estudos também não exploram a volatilidade ideológica, deixando de investigar um aspecto fundamental da dinâmica de um sistema multipartidário. Em segundo lugar, o propósito da análise do nível de volatilidade eleitoral é preparar o terreno para a consideração da dinâmica do sistema partidário sob a ótica da competição e da estruturação do "mercado" eleitoral.

Capítulo 2

O Problema Teórico e Empírico da Instabilidade Eleitoral na Europa

Introdução

AO FINAL DOS anos 1960, Lipset and Rokkan (1967) apresentaram a tese de que os sistemas partidários europeus estariam "congelados", refletindo clivagens de classe cristalizadas na dicotomia capital/trabalho ainda nos anos de 1920. Essa tese impunha uma perspectiva inversa à visão que se generalizava à época, qual seja, a de que os partidos europeus não estariam sendo efetivos na estruturação do comportamento eleitoral e de que os sistemas da região estariam em processo de desestruturação. Pouco depois, outras análises, também baseadas em dados eleitorais, retomariam o debate em oposição à tese *lipsetrokkaniana*, mostrando evidências de que os partidos estariam perdendo a capacidade de representação política e de que a instabilidade teria se instalado novamente naqueles sistemas. Dessa vez, as análises eram acompanhadas de um maior refinamento metodológico e de testes empíricos mais apurados, trazendo inúmeras inovações no tratamento da questão. Não obstante, a despeito das inúmeras inovações analíticas e metodológicas no tratamento da questão, a preocupação de fundo consistia ainda no enfrentamento daquele problema tão recorrente nas análises empíricas, nas reflexões teóricas e até mesmo na política cotidiana do velho continente, qual seja, a instabilidade eleitoral como componente fundamental da instabilidade política em geral.

Em função disso, é possível afirmar que a análise desse debate e da construção do problema da instabilidade eleitoral é imprescindível para a compreensão não apenas da dinâmica dos sistemas partidários das democracias mais "consolidadas", como também para o devido entendimento dos tipos de problemas que podem estar envolvidos na transposição das teorias, dos conceitos e da metodologia usualmente aplicados nas análises dos sistemas europeus ao contexto latino americano e mesmo ao contexto brasileiro. Assim sendo, meu objetivo neste capítulo é reconstruir a

formulação do problema da instabilidade eleitoral tal qual ele se deu na Europa e a operação analítica conectada às formas de mensuração desse fenômeno. Com isso, e com a análise de dados recentes sobre a dinâmica dos sistemas europeus que será feita no próximo capítulo, preparo o terreno teórico e analítico para algumas críticas que, no capítulo 4, serão endereçadas a algumas das formas de utilização do índice de volatilidade eleitoral mais ou menos freqüentes na literatura.

A exposição está organizada da seguinte forma. Na seção I, discuto alguns elementos envolvidos na formulação da conhecida hipótese do "congelamento" das clivagens partidárias na Europa. Na seção II, enfoco as críticas empíricas àquela hipótese e a proposição de que os sistemas europeus estariam sendo submetidos a um processo de "descongelamento" das clivagens partidárias. Finalmente, na seção III, a discussão trata da retomada da hipótese do "congelamento" sistêmico.

I. A Hipótese do "Congelamento" dos Sistemas Partidários Europeus

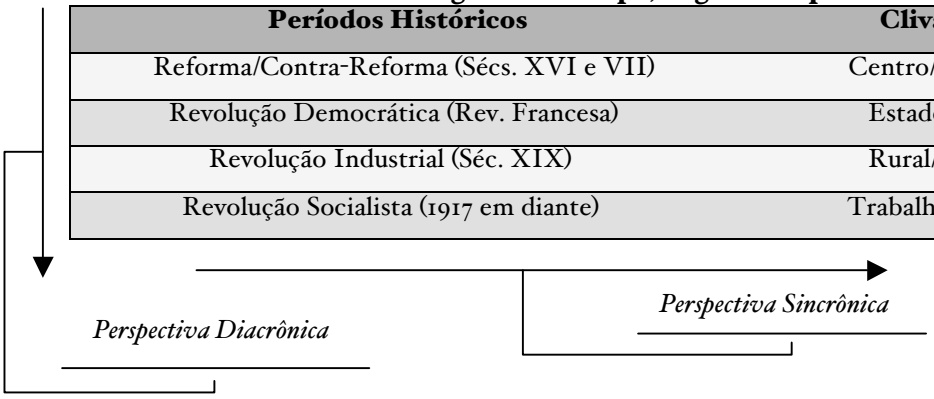
O problema teórico e empírico da instabilidade eleitoral está diretamente relacionado com a conhecida hipótese do "congelamento" dos sistemas partidários europeus, formulada por Lipset and Rokkan (1967). De acordo com estes autores, aqueles sistemas refletiam ainda no final dos anos 1960 a mesma estrutura de clivagens configurada no primeiro quarto do século XX, ou seja, uma estrutura de classes baseada na dicotomia capital/trabalho, ou, mais propriamente, na diferenciação entre trabalho manual e trabalho não manual. Então, de uma maneira bastante genérica, é possível afirmar que, em seu estudo exemplar de Sociologia Política, Lipset and Rokkan (1967) procuraram traçar a trajetória política européia desde o início da modernidade, utilizando o recurso heurístico de enfocá-la a partir das sucessivas estruturações de clivagens sociais e, conseqüentemente, de enquadrá-la em tipologias, cada qual correspondendo a um determinado período histórico. Com tal ponto de vista, ambos sugerem que a evolução histórica daquelas sociedades levou à configuração de quatro tipos sucessivos de clivagens dicotômicas, culminando na atual —pelo menos, em sua época— estrutura de classes, conforme sintetizadas a seguir.

O quadro abaixo possibilita uma leitura em duas dimensões distintas, porém, interligadas. No eixo vertical, temos uma perspectiva diacrônica, ou seja, processual da evolução das clivagens em termos históricos. Assim, a proposição dos autores é a de que a passagem do período da reforma/contra-reforma ao período inaugurado pela

revolução francesa correspondeu, em termos de estruturação social, à passagem das clivagens baseadas na dicotomia centro/periferia às clivagens baseadas na dicotomia Estado/Igreja; e, assim, sucessivamente, até o período inaugurado pela revolução socialista na Rússia. No eixo horizontal, a perspectiva é sincrônica e permite visualizar o tipo de clivagem estruturada em um dado período histórico. Dessa forma, eles propuseram, por exemplo, que, a partir da revolução russa, configurou-se nos vários países europeus uma estrutura social baseada nas relações de classe.

QUADRO 2.1
As Estruturas de Clivagens na Europa, Segundo Lipset and Rokkan

Períodos Históricos	Clivagens
Reforma/Contra-Reforma (Sécs. XVI e VII)	Centro/Periferia
Revolução Democrática (Rev. Francesa)	Estado/Igreja
Revolução Industrial (Séc. XIX)	Rural/Urbano
Revolução Socialista (1917 em diante)	Trabalho/Capital



Em um âmbito mais teórico, é possível afirmar que os autores tomaram como premissa a idéia de que a dinâmica social e política poderia ser entendida estritamente em termos sociológicos, ou seja, em termos das estruturas de clivagens que vieram se formando desde os primórdios da modernidade. Essa premissa, aliás, explica o fato de eles terem feito uma análise voltada, normativa e analiticamente, aos processos de modernização sócio-econômica e de "desenvolvimento" político na Europa Ocidental "pós-contra-reforma" religiosa —período em que foram sendo formados os Estados nacionais e em que a Filosofia e o modelo político liberal vieram, paulatinamente, e cada vez mais, impondo-se tanto como ideologia quanto como forma de organização social e econômica. Simbolicamente, essa evolução é usualmente ilustrada pela seqüência histórica das "revoluções burguesas" —as duas etapas da revolução inglesa [a puritana e a "gloriosa"], a revolução [independência] norte-americana e a revolução francesa.

A ênfase dos autores nos tipos de rupturas históricas, de uma parte, e de divisões ou clivagens estabelecidas em dada estrutura social de determinado período, de outra, levou-os a delimitarem às primeiras décadas do Século XX a gênese dos

sistemas partidários europeus que vigiam naquele momento. Nesse caso, segundo sua argumentação, os partidos —cujas funções principais seriam servir de agências de mobilização política dos indivíduos, de integradores das classes sociais no sistema representativo e, acima de tudo, de "tradutores" das demandas das classes no sistema político— teriam correspondência direta com as clivagens sociais e, no contexto europeu, depois de redefinidas as clivagens em termos classistas ao longo dos anos 1920, o fato mais significativo seria que seus sistemas partidários teriam sido "congelados" nesses moldes. Então, ao conceberem os partidos como "tradutores" institucionais das demandas e das clivagens sociais, e ao perceberem que tais clivagens permaneceriam essencialmente as mesmas desde o início do século, eles chegaram à conclusão de que os respectivos sistemas partidários dos diversos países da Europa Ocidental permaneceriam estáveis, ou seja, sem alterações significativas em termos de apoio eleitoral e de "tradução" das clivagens de classe no sistema político.

De certa maneira, esse trabalho de Lipset and Rokkan (1967), bem como trabalhos posteriores de Rokkan (1970, 1977), fizeram uma clara oposição ao diagnóstico crítico e pessimista que Kirchheimer (1966) havia oferecido à comunidade acadêmica, com sua indicação de que a evolução dos partidos na Europa, em meados dos anos 1960, não confirmava a proposição de Duverger (1951), qual seja, a de que os partidos de massas estariam se instalando na Europa Ocidental como o ápice da escala evolutiva das organizações partidárias, trazendo consigo fatores essenciais à dinâmica política moderna, como identidade política e balizamento ideológico.[4] Pelo contrário, segundo Kirchheimer (1966), os partidos de massas, ideológicos, estavam sendo substituídos por partidos pragmáticos e meramente estratégicos, por partidos que ele denominou de *catch-all*, em função de admitirem em seus quadros personalidades políticas de matizes ideológicos variados e em função de atuarem na arena eleitoral como uma empresa tentando maximizar seus lucros, que, no caso, seriam eleitores ou votos também de todos os matizes.[5]

[4] É importante salientar que, *grosso modo*, há duas perspectivas acerca da crise partidária e da instabilidade dos sistemas políticos em geral. Kirchheimer (1966), aqui considerado, entende que a instabilidade dos sistemas seria "causada" pela própria dinâmica da competição partidária. A outra perspectiva é de Huntington (1968), que propõe que a instabilidade sistêmica seria "causada" pela rápida mobilização política. Seu maior interlocutor e crítico, nesse caso, é Przeworski (1975), que procurou testar essa assertiva por meio da mensuração da instabilidade eleitoral agregada. Seus resultados refutaram a hipótese *huntingtoniana*. Outro ponto que é importante salientar é que enquanto Kirchheimer (1966) se preocupa com a instabilidade dos sistemas políticos já estáveis e democráticos, como os europeus, Huntington (1967) se volta às sociedades "tradicionais" ou "semi-modernas", como os países latino-americanos.

[5] Ou seja, a idéia geral que subsidia a proposição de Kirchheimer (1966) é a de que qualquer competição acabaria se submetendo às leis de mercado, cujo imperativo é a maximização de objetivos,

Portanto, a tese da emergência dos partidos do tipo *catch-all* significou um dos primeiros "diagnósticos" de crise partidária e de transformação dos sistemas europeus. Evidentemente, houve análises anteriores que também se concentraram na questão das transformações dos partidos, como no caso de Weber (1919) e Michels (1974); contudo, ambos os autores apresentavam uma visão positiva acerca dessa transformação. O primeiro contemplou o surgimento do político profissional e do partido moderno como a forma de superação da política plutocrática em favor de uma política verdadeiramente liberal. O segundo, embora apresentasse a polêmica tese da inescapável formação de uma burocracia oligárquica em qualquer tipo de organização, mesmo a partidária, vislumbrou esse processo, ou essa "lei",[6] como um

---

seja o lucro, seja o apoio eleitoral. O quanto o autor teria se inspirado no trabalho agora clássico de Downs (1951), ou ainda, mais diretamente, de Schumpeter (1942), não é explicitado em sua discussão, mas, como é possível notar, essa é uma possibilidade considerável, dado que parece se tratar de uma posição normativamente negativa acerca dos efeitos centrípetos em direção ao eleitor mediano, induzidos pela lógica da competição espacial ou de mercado. Downs (1951), diversamente, percebe esse processo como racional e positivo. Curiosamente, Schumpeter (1942), que serviu de inspiração a Anthony Downs (1951) conforme este próprio salienta nas páginas iniciais de seu trabalho, entende tal processo como a conseqüência de fatores irracionais tanto das massas como dos indivíduos no plano da decisão política. Schumpeter (1942), apesar de ser o grande pioneiro na aplicação de um paradigma econômico a um fenômeno político —no caso, a democracia—, concebe o *Homem Político* de maneira bem diversa do *Homem Econômico*. Este último seria essencialmente racional, enquanto o primeiro, inversamente, seria irracional. Evidentemente, isso se deve ao fato de que o autor está diretamente vinculado às concepções da Psicologia Social ou Coletiva ainda vigentes em sua época, cujos pressupostos teóricos assentavam-se tanto na Psicologia conservadora de Gustave Le Bon, como na Psicologia "libertária" de Eric Fromm. Em decorrência disso, Schumpeter (1942) acaba por entender que a decisão política, por ser, ontologicamente, uma ação coletiva e, no caso das eleições, uma decisão coletiva das massas, expressaria, necessariamente, o predomínio dos elementos irracionais em seu processo e em seus resultados. Afinal, sob a ótica do autor, quando se mistura às massas, o mesmo indivíduo que, isoladamente, no mercado, tomaria suas decisões seguindo critérios racionais e reflexivos, no caso da política, decidiria de acordo com critérios irracionais e afetivos. Portanto, toda decisão coletiva, especialmente a eleitoral conteria em seu âmago mais profundo elementos de irracionalidade; fundamentalmente, de irracionalidade primitiva, desperta em cada qual dos indivíduos que agem conjuntamente no interior dessa substância amorfa e amoral que seria a massa. A irracionalidade coletiva seria derivada, então, da irracionalidade individual, atrelada à natureza de cada um dos sujeitos que compõem a massa. Uma proposição semelhante, contudo, menos psicológica —e mais lógica, portanto, mais provocativa e contundente—, viria a ser desenvolvida pouco tempo depois por outro economista, Kenneth Arrow (1951). Em sua proposta, a irracionalidade das decisões coletivas tornou-se menos "elitista", uma vez que foi generalizada para além das massas, chegando ao âmbito da Assembléia composta por "notáveis" altamente informados e racionais, como é o caso do parlamento. Na verdade, para esse autor, a irracionalidade das decisões coletivas adviria exatamente da racionalidade individual irrestrita —ou seja, sem restrições institucionais— de cada indivíduo do grupo que toma decisão.

[6] No caso de Michels (1974, 21-2), é inegável sua posição favorável ao moderno partido de massas que, embora esteja submetido à lei de ferro da oligarquia, poderia dela fazer uso proveitoso. Isso porque, segundo ele, "o partido moderno é uma organização de combate no sentido político do termo e, como tal, deve ajustar-se às leis da tática. Estas, exigem, antes de tudo, a facilidade de mobilização. (...) Uma vasta organização", por sua vez, continua o autor, "é por si mesma um mecanismo pesado e difícil de ser posto em movimento. (...) A centralização garantiria, e sempre garantiu, a rapidez das decisões." Afinal, "(...) somente certo grau de cesarismo assegura a rápida transmissão e a precisa execução de ordens na luta de todos os dias. (...) A submissão das massas à vontade de alguns indivíduos seria assim uma das mais altas virtudes democráticas." Desse modo, prossegue, "(...) dentro de um partido, e mais particularmente de um partido político de luta, a democracia não se presta ao uso interno; ela é acima de tudo um artigo de exportação. (...) A democracia é totalmente incompatível com a presteza estratégica e suas forças não servem para uma rápida entrada em luta. (...) Donde a necessidade de uma

fator positivo nas imperiosas ações táticas que um partido é levado a adotar no contexto da competição democrática. Mesmo Duverger (1951), que também tratava de um processo de transformação partidária, concebeu como altamente positiva e desejável a emergência dos modernos partidos de massas na Europa.

Na verdade, esses autores fazem parte de uma corrente da literatura temática que se caracteriza precisamente por encarar de maneira positiva a passagem dos partidos de quadros ou de notáveis —enquanto organizações endógenas ao sistema político e com auto-suficiência financeira para suas atividades— aos modernos partidos de massas —enquanto organizações exógenas ao sistema e financeiramente dependentes de seus membros e filiados espalhados pelo conjunto dos grupos e das classes sociais; enraizados, portanto, na esfera da sociedade civil (Weber: 1919; Duverger: 1951; Lipson: 1964; Lipset and Rokkan: 1967; Sartori: 1976). Ao mesmo tempo, nenhum deles enxerga nesse processo, nem mesmo de soslaio, qualquer vestígio de instabilidade democrática ou de problema político, porque, de acordo com seus pontos de vista, as transformações seriam linearmente voltadas à modernização das esferas sociais e, se instabilidade houvesse, seria resultante da crise de um mundo tradicional —da forma tradicional de dominação— ou dos resquícios de um tipo de *ancien régime* que deveria mesmo ser aniquilado.

---

constituição que, sem ser cesarista no sentido absoluto do termo, não deixa de ser fortemente centralizada e oligárquica." Contrariamente, Weber (1993), colocando-se em pólo oposto, percebeu no surgimento do moderno partido de massas o problema moral da emergência do político empreendedor, uma espécie de condutor de massas ou mesmo de um *boss* político, detentor de recursos partidários, como cargos, para distribuição clientelista. Dessa forma, tal centralização com tal monopolização de recursos partidários, criaria um ambiente no qual a distribuição de cargos seria algo muito mais importante do que a implementação do programa partidário, ou, conforme observa o próprio autor, "os partidos se irritam muito mais com arranhões ao direito de distribuição de cargos do que com desvios de programas". (ibid., 68) Desse modo, de acordo com sua visão, os partidos políticos estariam, cada vez mais, operando com uma lógica empresarial, cujo exemplo mais visível em sua época eram os partidos norte-americanos, controlados por uma pequena oligarquia responsável pela direção e pela burocracia, compondo o que o autor chamou de máquina partidária orientada, de uma parte, à demagogia, em função do caráter plebiscitário da democracia, com consulta às massas, e, de outra parte, à busca pragmática de cargos ligados ao governo —*office*. Essa máquina partidária orientada pragmaticamente às vitórias eleitorais levaria os partidos a se transformarem em verdadeiras máquinas eleitorais em busca de recursos de poder, controladas pelos *bosses* ou empreendedores políticos. Tais seriam as características de um sistema representativo digno das mais severas críticas de Weber, em razão de terem levado àquilo que o autor chamou de *spoil system*. Mesmo no caso da Alemanha, a centralização partidária teria criado sérios problemas para o funcionamento do processo decisório parlamentar, na medida em que, em decorrência da concentração de poder de decisão em poucas lideranças partidárias, o parlamento teria se tornado inexpressivo enquanto instituição representativa, uma vez que os debates e as polêmicas foram substituídos por votações determinadas pelas indicações dos *bosses* partidários, o que, segundo o autor (ibid., 94), teria criado a inusitada situação na qual, "no Reichstag alemão, os parlamentares deram-se ao hábito de utilizar suas cadeiras para cuidar da correspondência privada, dando, dessa forma, pelo menos a impressão de que se preocupavam com o bem estar da nação". Mais grave ainda, seria o caso da Inglaterra. Lá, segundo o autor (ibid.), "os parlamentares, com exceção de alguns membros do Gabinete e de alguns excêntricos, viram-se reduzidos à condição de bestas de votar, perfeitamente disciplinadas".

Então, quando Kirchheimer (1966) trouxe à baila sua proposição acerca da emergência dos partidos *catch-all* e apontou as conseqüências que esse tipo de organização partidária poderia trazer ao sistema político como um todo, o que veio à cena foram justamente dois elementos ausentes nos estudos daqueles autores. Primeiramente, a preocupação com a transformação dos partidos sob um viés negativo, e, em segundo lugar, o problema da instabilidade política derivada da instabilidade dos sistemas partidários. Afinal, segundo assevera Mair (1990, 06):

> *The nature of the organizational transformation involved in the emergence of the catch-all party is clearly specified. (...) The catch-all party severs its specific organizational links with the society of which it is part and begins to operate at one remove from its constituency. It shifts from being a bottom-up party to being a top-down party, and chooses to compete on the market rather than attempting to narrow that market. It builds on conditional support than on a sense of identification. It seeks the endorsement of voters rather than their encapsulation.*

Partindo, portanto, de uma premissa bastante próxima daquela adotada pioneiramente por Schumpeter (1942), Kirchheimer (1966) percebeu que a própria dinâmica da competição eleitoral, processo fundamental da democracia representativa, atuaria como uma espécie de incentivo às lideranças políticas para que elas procurassem adotar, cada vez mais, um tipo de organização mais condizente com essa lógica de mercado. À medida que um partido obtivesse êxito com este tipo de estratégia, seria criado um efeito indutor, uma espécie de mimetismo partidário, em decorrência do qual as outras organizações seriam levadas a seguir estratégia semelhante. Ou seja, como observa Wolinetz (1979, 06):

> *Because the catch-all party is a superior instrument of competition, other parties imitate it, and the central features of party competition cease to be the formation of action preferences, advocacy of causes or defence of a classe gardée. Instead, we find a opportunistic battle among bland parties trying to achive the best marketing result.*

Logo em seguida à apresentação da tese de Kirchheimer (1966), Lipset and Rokkan (1967) vieram à tona com dados mais aprofundados, dados que refutariam as "impressões de superfície", afirmando justamente o contrário, ou seja, que não haveria nenhuma crise de representação e de identidade partidária e que os países europeus investigados seriam caracterizados muito mais pela persistência do que pela mudança de seus sistemas. E mais, os apoios aos partidos seriam estáveis e os alinhamentos dessas organizações em termos de votação teriam como base as estruturas de clivagens assentadas nas classes sociais. Seguindo a trilha aberta por esses autores, vários trabalhos importantes procuraram apresentar dados cada vez

mais sistemáticos para verificar a *freezing hypothesis* ou simplesmente para refutar a tese de Kirchheimer (1966) acerca da proliferação dos partidos do tipo *catch-all* (Wolinetz: 1979; Dittrich: 1983). Um dos primeiros estudos desse tipo, considerado como pioneiro ao testar a estabilidade com uma extensa massa de dados agregados, foi o Rose and Urwin (1970). Eles partiram da pressuposição operacional de que a confirmação da estabilidade dos sistemas partidários europeus deveria ser buscada em sua correspondente empírica imediata, qual seja, a votação constante nos partidos em eleições sucessivas. Para tanto, tomaram as organizações partidárias individualmente como unidade básica da análise e mensuraram a taxa agregada na variação proporcional dos apoios partidários entre eleições consecutivas. Seus resultados indicaram que havia pouca flutuação na votação dos partidos em geral, considerando-se seu desempenho eleitoral entre os anos 1940 e 1960. A hipótese do "congelamento" dos sistemas europeus estaria, assim, confirmada, e veio a se constituir em uma espécie de paradigma hegemônico no campo dos estudos partidários pelo menos até o final dos anos 1970.

Diante disso, grande parte dos anos desse decênio foram dedicados à busca das explicações para a estabilidade dos sistemas europeus; afinal, uma vez que a estabilidade teria sido admitida como um "fato verificado", conseqüentemente, as pesquisas deveriam ser voltadas à caça das variáveis explicativas desse fenômeno. De forma bastante esquemática, é possível afirmar que há três linhas de explicação que se desenvolveram desde então; obviamente, todas inter-relacionadas e, como sugere Crewe (1985), vinculadas ou ao paradigma sócio-estrutural ou ao paradigma baseado na identificação partidária, nos quais as forças sociais e psicológicas surgem como os fatores motivadores do comportamento eleitoral. Dessa maneira, na primeira linha explicativa, alguns autores enfatizaram que a estabilidade dos sistemas europeus, em grande medida, era decorrência da persistência das organizações partidárias tradicionais que se formaram naqueles países desde o início do Século XX (eg. Daalder: 1966; Lipset and Rokkan: 1967; Epstein: 1967; Eckestein: 1968; Rose and Urwin: 1970; Rokkan: 1970, 1977). Na segunda, foi defendido o argumento de que a estabilidade dos sistemas partidários seria explicada fundamentalmente pela persistência das identidades políticas ligadas aos partidos de massas (eg. Converse: 1969; Shively: 1972; Butler and Stokes: 1974; Thomassen: 1976; Wolinetz: 1979). Na terceira, a ênfase foi dada à persistência da posição ideológica dos eleitores ou aos valores sociais aos quais cada classe estava estreitamente atrelada (eg. Inglehart and Klingemann: 1976; Inglehart: 1977, 1979; Percheron and Jenings: 1981; Fuchs and Klingemann: 1990; Kitschelt and Hellemans: 1990; Knutsen: 1995, 1997, 1998).

Desse modo, até o final dos anos de 1970, não havia, no contexto acadêmico europeu, nenhum estudo de política comparada mais sistemático que pudesse desafiar a hipótese de Lipset and Rokkan (1967) —hipótese esta que acabara, então, transformando-se em uma tese e que, enquanto tal, manteve-se unanimemente aceita ao longo de quase uma década. Como vimos, a hipótese estabelecia que os vínculos entre partidos e clivagens sociais mostravam-se tão estáveis nos países da Europa Ocidental que era possível afirmar que seus sistemas partidários estariam "congelados" pelo menos desde os anos 1920. Foi somente a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que essa tese passou a ser duramente contestada, gerando um programa de pesquisa concorrente, cujos propósitos principais seriam: (1) demonstrar que os sistemas europeus estariam se tornando instáveis desde o final da década de 1960 e (2) que esta instabilidade seria indicador de uma crise partidária, de uma crise de representação e, em um âmbito maior, seria indicador de um amplo processo de transformação tanto estrutural como cultural nos países daquela região. Assim, as análises passaram a enfocar o "descongelamento" dos sistemas partidários europeus, uma vez que, conforme observou Crewe (1985, 06), "by the close of the 1970s fragments of evidence suggested that the solidity of western party systems was flaking (...)".

II. A Hipótese do "Descongelamento" dos Sistemas Partidários Europeus

Em frontal oposição ao tema predominante nas pesquisas de política comparada centrada na Europa Ocidental desde o final dos anos 1960 até o final da década de 1970, a literatura temática dos anos 1980 se concentrou no diagnóstico e nas explicações da instabilidade dos sistemas partidários dos países daquela região. O principal trabalho que marcou o ponto de inflexão na consolidada tese da estabilidade estrutural dos sistemas partidários europeus foi protagonizado por Pedersen (1979), responsável por uma importante inovação metodológica no que se refere à mensuração dinâmica dos sistemas partidários.

Este autor se concentrou nas evidências da instabilidade e propôs o índice de volatilidade eleitoral como uma medida capaz de apreender os padrões de estabilidade e de mudança sistêmicas. Na verdade, é importante que se ressalte, esse diagnóstico partiu de uma preocupação mais teórica. Ao propor o índice de volatilidade eleitoral como ferramenta analítica imprescindível para o estudo dos sistemas partidários, Pedersen (1979) estava preocupado com a construção de uma teoria que pudesse, de uma parte, explicar o funcionamento de sistemas

multipartidários, e, de outra, captar, digamos assim, determinados fatores dinâmicos. A razão para tal proposição residia no fato de que a grande maioria dos estudos acerca dessa temática na Europa até os anos 1940 havia se concentrado em sistemas bipartidários. Por outro lado, quando os sistemas de vários países começaram a se transformar em multipartidários, as preocupações analíticas com esse novo fenômeno, por sua vez, ficaram restritas ao formato sistêmico, ou seja, às mensurações centradas apenas no número de partidos relevantes e nas classificações quanto às polarizações ideológicas.

Portanto, embora alguns estudos empíricos e teóricos sobre aqueles sistemas multipartidários europeus tenham contribuído para o aumento do conhecimento sobre esse tema —especialmente quanto a sua taxonomia, com várias sugestões de tipologias quantitativas e qualitativas de partidos e de sistemas partidários—, seus enfoques eram insuficientes para apreender aspectos dinâmicos, uma vez que seus modelos teóricos e conceituais eram eminentemente estáticos (eg. Duverger: 1951; Kirchheimer: 1966; Lipset and Rokkan: 1967; Sartori: 1968a, 1968b, 1976). Não obstante, de acordo com Pedersen (1983, 30):

> *When moving from the relatively simple and well-known case of the two-part system to the more complex ones it becomes difficult to understand not only the formation and sustained existence of many parties, but also the widely varying character and performance of these parties".* E, acima de tudo, conclui o autor, *the difficulties reflects the lack of generalized theory of multiparty systems and their developmental aspects.*

Como contribuição à construção dessa teoria, o autor procurou apresentar uma análise que focalizasse justamente os aspectos dinâmicos dos sistemas partidários, de forma a ser possível apreender sua formação, sua evolução e sua mudança, e propôs um índice matemático cuja formalização pudesse captar as mudanças agregadas nos apoios partidários em seqüências eleitorais históricas. Evidentemente, sua contribuição teórica se restringiu mais ao caráter operacional e metodológico, uma vez que sua proposta consistiu em sugerir uma heurística e um algoritmo que tornassem tratáveis em termos analíticos as conseqüências empiricamente testáveis extraídas das proposições teóricas advindas da hipótese do "congelamento" dos sistemas partidários europeus. Seguindo a intuição de Sartori (1976), de que a configuração estrutural impõe determinadas predisposições mecânicas ao sistema, Pedersen (1979, 1983), então, propôs-se a analisar a relação entre uma variável estática [formato do sistema] e uma variável dinâmica [variação agregada nas votações dos partidos]. A pressuposição teórica da qual partiu o autor

era a de que o sistema, enquanto um todo composto de partes que interagem de determinada forma, deveria apresentar, necessariamente —como um *conditio sine qua non* para que funcionasse de fato como um sistema—, algum padrão dinâmico. Por sua vez, a hipótese adotada estabelecia que o caráter quantitativo [número de partidos] desse compósito, ou seja, dessas partes sistêmicas, influenciaria o padrão agregado de sua interação [dinâmica]. Essa, a interação sistêmica, foi determinada em termos quantitativos, sendo entendida como a proporção, variável ou não, de apoio eleitoral de cada partido em cada ponto temporal considerado. Ou seja, o número de partidos em competição afetaria a dinâmica das votações e, como tal, a dinâmica sistêmica.

Estabelecidas essas pressuposições elementares, a medida adotada para a análise da dinâmica dos sistemas partidários foi o índice de volatilidade eleitoral, correspondendo à taxa de mudança agregada nas proporções dos votos dos partidos entre duas eleições consecutivas.[7] Sua formalização é desenvolvida da seguinte forma. Supondo-se que Pi,t represente a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t, então, a mudança em seu apoio eleitoral entre duas eleições poderá ser:

$$\Delta Pi\,t - Pi,t-1$$

Desconsiderando-se os sinais negativos, ou seja, procedendo a somatória em módulo, o total de mudança agregada (*TMA*) pode ser formalizado como se segue; em que n representa o total de partidos em competição nas duas eleições consecutivas; sendo que: $0 \leq TMAt \leq 200$.

$$TMAt = \sum_{i=1}^{n} |\Delta Pi,t|$$

Considerando-se que o total agregado de votos que alguns partidos ganham é igual ao total agregado de votos que outros partidos perdem, a fórmula anterior leva à dupla contagem dos votos voláteis, daí a variação do índice ser de 0 a 200. Para eliminar a dupla contagem e normalizar a variação do índice entre 0 e 100, basta introduzir 2 na fórmula como divisor do total de mudança agregada dos votos, tal

[7] A formulação do índice de volatilidade eleitoral de Pedersen (1979, 1983) corresponde à evolução analítica desse tipo de mensuração que já vinha se desenvolvendo no campo da política comparada. Sua lógica e sua operação é semelhante àquelas propostas por Rose and Urwin (1970), Przeworski (1975) e Ascher and Tarrow (1975). Para uma exposição didática de sua formalização e de sua aplicação, veja Nicolau (1997), para uma discussão teórica do índice, veja Bartolini and Mair (1990), Tavares (1997) e Peres (2000), para uma discussão histórica e epistemológica, veja Peres (2000).

como sugerido a seguir; em que *Vt* representa a volatilidade agregada, *Vi,t* a porcentagem de votos obtidos pelo partido *i* na eleição *t* e *Vi,t-1* a porcentagem do partido *i* na eleição *t-1*; sendo que: $0 \leq VT \leq 100$.

$$Vt = \tfrac{1}{2} \sum |Vi,t - Vi,t\text{-}1|$$

Com essa medida foi possível ao autor explorar com mais nitidez os padrões diacrônicos configurados ao longo de um contínuo histórico em alguns países da Europa Ocidental e realizar uma espécie de "teste crucial" da hipótese da estabilidade estrutural dos sistemas daquela região. Os dados analisados em seu estudo refutavam as conclusões de Lipset and Rokkan (1967) e de Rose and Urwin (1970), pelo menos sua validade para o período de 1960 a 1974. Em termos empíricos, Pedersen (1983, 35) procurou mostrar que os níveis da volatilidade eleitoral teriam aumentado significativamente em vários países daquela área a partir do final dos anos 1960 e que, portanto, "recent political history has produced some rather unexpected events which make it somewhat difficult to reconcile the theoretical view and the empirical realities". E, mais do que isso, o autor encontrou uma possível explicação para esse novo padrão na dinâmica competitiva dos sistemas, que seria a relação entre o número de partidos e a volatilidade eleitoral. Segundo ele, "the number of competing parties has increased considerably in some of the nothern Europe over the last few years, and the distribution of electoral strengh in several countries has changed in unpredictable ways".

Obviamente, esse novo teste e as conseqüências dos resultados da análise de Pedersen (1979, 1983) motivaram a realização de uma série de estudos comparativos extremamente importantes e altamente representativos desse novo período de investigações acerca dos sistemas partidários europeus (eg.: Crewe: 1980; Ersson and Lane: 1982; Daalder and Mair: 1983; Sarlvik and Crewe: 1983; Dalton, Flanagan and Beck: 1984; Flanagan and Dalton: 1984; Crewe and Denver: 1985).[8] Isso porque os diversos pesquisadores convergiram para as mesmas conclusões fundamentadas no trabalho daquele autor, quais sejam:

[8] É importante salientar que, embora esse diagnóstico sobre os sistemas europeus em meados dos anos 1975 tenha influenciado uma série de estudos igualmente importantes acerca do sistema partidário norte-americano, a literatura dedicada a analisar a instabilidade eleitoral e as mudanças no apoio partidário agregado naquele país se desenvolveu anteriormente. A questão central, nesse caso, era o realinhamento daquele sistema bipartidário. Trabalhos exemplares quanto a esse problema seriam os de Campbell, Converse, Miller and Stokes (1960); Campbell (1960, 1977); Converse (1966, 1969), Burnham (1968, 1970); Phillips (1969); Ladd and Hadley (1975); Pomper (1975); Nie, Verba and Petrocik (1976); Beck (1977); Clubb, Flanigan and Zingale (1980); Fiorina (1981); Norpoth and Rusk (1982).

> *For a variety of reasons, voters become less committed to their parties. The voter is no longer cast on the basis of traditional loyalty, it is no longer a near-automatic response to stimuls of an election. This is reflected at the aggregate level where there is a marked decline in the strengh of the relationship between social-structural variables and party support. The solidity with which different social groups give their support to one party or another begins to crumble.*
>
> (Denver: 1985, 401-2)

Diante desse diagnóstico, a literatura temática desenvolveu-se em três frentes correlatas. Numa delas, realizaram-se vários estudos cujo teor investigativo residia na análise das novas organizações representativas da sociedade civil. Em outra, diversos autores procuraram as mais variadas evidências que pudessem demonstrar de forma cada vez mais conclusiva que os sistemas europeus estariam saindo, digamos, da inabalável "era glacial" e entrando vertiginosamente em um período de liquefação. Na terceira frente, surgiram várias análises em busca das variáveis explicativas dessa instabilidade.

Quanto às novas organizações, predominaram os estudos dos movimentos sociais como entidades alternativas para a representação política (eg. Barnes and Kaase: 1979; Dalton, Flanagan and Beck: 1984; Lawson and Merkl: 1988). No que se refere aos diagnósticos, as análises tomaram como base empírica três tipos de evidências (cf. Mair: 1990, 1997): primeiramente, o aumento na volatilidade eleitoral, indicando que os eleitores estariam mudando seus votos com maior amplitude e com maior freqüência; em segundo lugar, o surgimento e o crescimento de novos partidos, em detrimento do apoio eleitoral dos partidos tradicionais já consolidados há vários anos; por último, o esmaecimento estrutural e a perda de legitimidade das organizações partidárias, em favor da proliferação e do fortalecimento de novas formas de representação e intermediação políticas. Esses diagnósticos, baseados nesses tipos de evidências, contribuíram, então, para a formação de um consenso de que a Europa estaria atravessando um período de grande transformação em sua esfera política, dando ensejo a uma era de incertezas, de inexistência de clivagens estáveis e de crise dos partidos enquanto organizações representativas (eg. Berglund and Lindstrom: 1979; Crewe et al: 1977; Wolinetz: 1979; Cain: 1980; Borre: 1980; Budge: 1982; Stephens: 1981; Maguire: 1983; Pedersen: 1983; Dalton et al: 1984; Crewe and Denver: 1985; Franklin et al: 1992; Klingemann and Fuchs: 1995; Dalton and Wattenberg: 2000).

Finalmente, quanto às explicações, é possível afirmar que elas convergiram para a aceitação de que a "causa" primordial da instabilidade sistêmica residiria no intenso processo de mudanças econômicas, sociais e culturais ao qual as nações européias estariam sendo submetidas desde o início dos anos 1960, processo este que teria conduzido aquelas sociedades a grandes transformações em sua estrutura de classes. Conseqüentemente, também estaria a ocorrer uma alteração radical no sistema de valores e de crenças dos indivíduos (Inglehart: 1977, 1984, 1990), levando ao inevitável surgimento de novas clivagens (Kitschelt: 1994; Knutsen and Scarbrough: 1995). Essas transformações teriam sido geradoras de uma significativa fragmentação dos grupos tradicionais, produzindo, por sua vez, desalinhamentos eleitorais (Crewe, Sarlvik and Alt: 1977; Crewe: 1980; Dalton, Flanagan and Beck: 1984; Franklin et al: 1992). Em decorrência disso, as clivagens políticas até então consolidadas teriam perdido sua importância no que se refere ao desempenho dos partidos (Sarlvik and Crewe: 1983; Flanagan and Dalton: 1984; Dalton and Wattenberg: 2000).

Portanto, assim como ocorrera anteriormente, uma vez que a instabilidade estava empiricamente "demonstrada", a tarefa seguinte consistiria em escarafunchar as variáveis explicativas do fenômeno. Obviamente, como é possível perceber, a literatura inverteu o sinal do sentido seguido pela anterior, passando agora a buscar sistematicamente as possíveis explicações para a instabilidade —e não mais, para a estabilidade— encontrada nos sistemas partidários europeus a partir da década de 1960; ou seja, as causas desse processo de "descongelamento" sistêmico. Na verdade, aos olhos de alguns autores (Bartolini and Mair: 1990; Mair: 1990, 1997), a preocupação quase obsessiva com essa questão tornava possível o estabelecimento de um paralelo com aquela outra preocupação que a elite européia do Século XIX nutria em relação à crescente organização da classe trabalhadora e à potencial instabilidade que esse movimento poderia trazer ao *status quo*. Em uma alusão provocativa ao clássico texto de Marx e Engels, Bartolini and Mair (1990, XVII) enfatizam esse aspecto salientando que "spectres continue to haunt Europe. This time around", observam, "it is the spectre of electoral instability (...)". E, a julgar pela literatura, continuam os autores, "(...) we are living in an age of party breakdown, dealignment, and decay, [an age which] we are now finally witnessing a major transformation of traditional mass politics."

Contudo, em oposição à generalizada predominância da convicção acerca da hipótese —ou tese —do "descongelamento" no interior da comunidade acadêmica de

política comparada durante os anos 1980, os autores apresentaram, logo no início da década de 1990, um estudo no qual contestaram tal conclusão, afirmando, de maneira provocativa, que "this spectre, like many others, has proved elusive, and when we actually looked for the empirical evidence of this mass electoral change, we found that it simply failed to materialise" (ibid.). Com essa análise, eles contribuíram decisivamente para a revitalização da tese do "congelamento" das clivagens partidárias na Europa. Conseqüentemente, os anos 1990 foram marcados pela "redescoberta" dos partidos como atores coletivos cruciais e, por extensão, pela reconsideração da importância dos sistemas partidários para o funcionamento da democracia (cf. Mair: 1997). Em parte, por causa da assim conhecida "terceira onda" democrática —tema gestado no interior da literatura da "transitologia" e da "consolidologia" (cf Schmitter: 1995)—, que reafirmou a importância dos elementos institucionais na dinâmica e na consolidação desse regime, incluindo-se aí as instituições representativas formais, como os partidos (eg. Linz: 1978; O'Donnell, Schmitter and Whitehead: 1986; O'Donnell: 1994). Em parte, também, por causa de trabalhos empíricos que rivalizaram com a literatura que se consolidou nos anos 1980, assentada sobre a idéia de que os sistemas europeus seriam instáveis e estariam atravessando um período de intensas transformações estruturais.

III. A Retomada da Hipótese do "Congelamento" dos Sistemas Partidários Europeus

Como já mencionado, o trabalho de Bartolini and Mair (1990) representa o ponto mais importante de uma nova inflexão nos estudos dos sistemas partidários europeus. Seu trabalho abrangeu vários países da Europa Ocidental e cobriu cem anos de eleições naquela região, abarcando o período entre 1885 e 1985. Nesse novo "teste crucial", a estratégia adotada pelos autores foi tomar como ponto de partida uma crítica teórico-conceitual aos trabalhos anteriores que refutaram a hipótese de Lipset and Rokkan (1967), com base na medida da taxa das mudanças agregadas dos apoios partidários em eleições consecutivas (Pedersen: 1979, 1983; Shamir: 1984). Conforme veremos logo a seguir, essa crítica de teor mais teórico redundou em uma pequena, mas significativa, variação metodológica no índice de volatilidade eleitoral, de Pedersen (1979, 1983). Segundo os autores, somente com a utilização dessa variação seria possível testar, de fato, o que propunha a hipótese *lipsetrokkaniana*.

A crítica teórico-conceitual de Bartolini and Mair (1990) baseou-se em uma questão que sequer havia sido cogitada pelos analistas anteriores. Os autores se

perguntaram se não seria possível ocorrer simultaneamente instabilidade eleitoral com estabilidade nas clivagens partidárias. Ou seja, se não seria possível encontrar uma elevação da volatilidade eleitoral sistêmica, de uma parte, e, de outra, e ao mesmo tempo, uma estabilidade nas votações dos partidos cujos lastros sociais estivessem enodados em determinadas clivagens. Isso porque, apesar de concordarem com a análise de Pedersen (1979, 1983) —que apontava que (1) houve uma elevação significativa da volatilidade sistêmica e que (2) a volatilidade apresentava uma correlação positiva com o aumento no número de partidos em competição—, os autores divergiam da conclusão extraída de seus dados. Eles discordavam de que tal instabilidade associada à proliferação partidária pudesse ser entendida como uma evidência de que Lipset and Rokkan (1967) estivessem equivocados quanto à estabilidade das clivagens partidárias. De acordo com seu raciocínio, a proliferação de partidos, evidentemente, trouxe consigo maior oscilação nas votações, em decorrência da mudança dos votos em face da maior variabilidade de alternativas à escolha do eleitor; contudo, isso não significaria que os alinhamentos partidários, de acordo com determinadas clivagens sociais, estivessem perdendo seu poder explicativo no que se refere às preferências eleitorais.

Para enfatizar esse aspecto e para abrir um novo flanco analítico a ser explorado, Bartolini and Mair (1990) chamaram a atenção para o fato de que a hipótese do "congelamento" sistêmico propunha que haveria uma estabilidade eleitoral assentada nas clivagens sociais e nos partidos vinculados a tais clivagens. Sua hipótese não estabelecia, portanto, que as clivagens fossem vinculadas somente a determinados partidos tradicionais *stricto sensu*, ou seja, que um partido A, por exemplo, fosse o representante necessário e suficiente da clivagem M, e que nenhum outro partido, suponhamos, B, pudesse vir a disputar votos com o partido A e a representar, simultaneamente, essa mesma clivagem M. Pelo contrário, o aumento da competição eleitoral, advinda da entrada de novos partidos no ambiente político, deveria levá-los à disputa por votos com os partidos tradicionais, e a estratégia a ser adotada seria precisamente a de procurar representar "melhor" ou de maneira mais "eficiente" as clivagens sociais já estabelecidas. Assim sendo, o aumento na gama de alternativas à disposição dos eleitores pode realmente ter trazido um aumento na flutuação das votações em termos partidários, mas sem, contudo, significar que esses eleitores tivessem mudado suas preferências estruturais em termos da clivagem social. Em outros termos, os eleitores podem até ter mudado seus votos de uma eleição para outra, mas essa mudança poderia ter sido entre partidos que representam uma mesma

clivagem. Isto, convenhamos, faz toda diferença. Uma coisa seria mudar o voto entre duas eleições, mudando, simultaneamente, não apenas de partido, mas de clivagem partidária. Outra coisa seria mudar o voto entre dois partidos que representam uma única e mesma clivagem.

Para elucidar melhor esse raciocínio, vale a pena esboçar um pequeno exemplo. Imaginemos um sistema com dois partidos, A e B. Suponhamos que suas votações se distribuam estavelmente, de determinada maneira, ao longo de várias eleições [E] sucessivas [E1, E,2 E3, E4...En]. Suponhamos também que estes partidos representem determinadas clivagens, que poderiam ser trabalhadores [partido A] e capitalistas [partido B]. Suponhamos tudo isso, tal qual ilustrado na tabela abaixo.

TABELA 2.1.

Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A e B

Partidos	***E1***	***E2***	***E3***	***E4***	***E5***	***E6***	***Média***
Partido A	45	46	45	44	46	46	45,4
Partido B	55	54	55	56	54	54	54,6
Vol. Eleitoral		1	1	1	2	0	1

Nesta simulação, é possível perceber que estaríamos diante de um sistema bipartidário e que, se os resultados eleitorais fossem estes que aparecem na tabela acima, poderíamos dizer que o sistema seria bastante estável, sendo estáveis, simultaneamente —e por efeito de redundância—, as preferências em termos partidários [partidos A e B] e as preferências em termos de clivagem [trabalhadores/capitalistas].

Entretanto, suponhamos, agora, que este mesmo sistema venha a se tornar mais competitivo, passando a ser multipartidário, com, digamos, três partidos. Imaginemos que o novo partido [C] também seja vinculado aos trabalhadores, passando a disputar votos, portanto, no âmbito da mesma clivagem com o outro partido trabalhista já tradicional [A]. Essa dinâmica é ilustrada na tabela a seguir.

TABELA 2.2

Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B e C							
Partidos	***E1***	***E2***	***E3***	***E4***	***E5***	***E6***	***Média***
Partido A	45	38	40	38	36	34	38,5
Partido B	55	52	48	48	48	50	50,2
Partido C		*10*	*12*	*14*	*16*	*16*	*11,3*
Vol. Eleitoral		5	4	2	2	2	3

Como é possível perceber, em uma situação tal qual a descrita acima, haveria um aumento significativo no índice de volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. O partido C teria trazido maior competição ao cenário anterior, estável tanto em relação aos apoios partidários como em relação aos vínculos políticos das clivagens consideradas. As votações médias dos partidos A e B declinaram e a volatilidade do período reflete essa oscilação negativa, bem como a oscilação positiva do partido C, que, em função das mudanças nos votos já consolidados na antiga estrutura de competição, pôde crescer eleitoralmente e tornar-se um partido com uma votação média importante.

Mas é possível conceber um cenário ainda mais competitivo. Suponhamos que nesse mesmo sistema partidário entre um quarto partido [D]. Suponhamos também que esse partido D procure vincular seu programa à clivagem dos capitalistas e, dessa forma, estabeleça uma competição direta com o tradicional representante desse estrato social, que no caso seria o partido B. O bom desempenho eleitoral desse novo partido [D], ou seja, sua viabilidade enquanto organização de intermediação e de representação de interesses ou de determinados valores, dependeria do grau potencial de desprendimento daqueles eleitores acostumados a votar no partido B. Em outras palavras, o partido D será bem sucedido se e somente se houver ambiente eleitoral favorável à competição no interior da clivagem dos capitalistas, tal qual era o caso do partido C quando este entrou no sistema político procurando representar os eleitores da clivagem trabalhista e, por extensão, disputando votos com o tradicional partido A.[9] Esta situação é ilustrada logo a seguir.

[9] Evidentemente, esses dois novos partidos deverão apresentar algumas diferenças marginais em relação aos tradicionais, de forma a atrair eleitores da mesma clivagem que possuam diferenças marginais em suas preferências ou, mais propriamente, uma ordenação ligeiramente diferenciada em sua estrutura de preferências.

TABELA 2.3

Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B, C e D							
Partidos	*E1*	*E2*	*E3*	*E4*	*E5*	*E6*	*Média*
Partido A	45	38	38	36	32	30	36,5
Partido B	55	42	40	38	34	32	40
Partido C		10	10	12	16	18	11
Partido D		10	12	14	18	20	12,5
Vol. Eleitoral		20	2	4	8	4	7,6

Neste novo cenário hipotético, estaríamos diante de um sistema multipartidário com quatro partidos [A, B, C, D], sendo que dois deles teriam grande peso eleitoral e dois deles teriam capital eleitoral significativo, porém, reduzido. Os dois maiores partidos seriam justamente os tradicionais A e B, representantes, respectivamente, das clivagens trabalho/capital. Os dois menores seriam os novos partidos C e D, contendores dos votos dos trabalhadores [C] e dos capitalistas [D]. O dado mais imediato à observação é que a mera entrada destes dois novos partidos [C, D] no sistema provocou uma instabilidade sensivelmente elevada na segunda eleição [E2] e, embora a volatilidade eleitoral sistêmica tenha diminuído de forma considerável nas rodadas subseqüentes em comparação com as duas tabelas anteriores, de maneira geral, ocorreu um aumento importante no índice. Conseqüentemente, a média também se elevou bastante, atingindo 7,6 contra 1 ponto da primeira simulação e 3 pontos da segunda.

À primeira vista, somos levados, então, a concluir, embora precipitadamente, que este sistema partidário imaginário estaria enfrentando um período de crise de representação, evidenciada pela desvinculação crescente das clivagens estruturais em relação aos partidos, resultando em uma elevação constante da volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. A taxa de apoio aos partidos tradicionais sofre declínio, enquanto novas organizações, sem tradição e sem "enraizamento social", conseguem expressivas votações. Não obstante, outra maneira de olhar o fenômeno poderia ressaltar que, ao invés de crise sistêmica e de representação, essa dinâmica permitiria concluir apenas que o ambiente eleitoral estaria ficando mais competitivo e, como tal, permitiria acima de tudo concluir, tanto em termos teóricos como em termos normativos, que o sistema estaria, *pari passu*, tornando-se mais democrático. Afinal, a condição para que os novos partidos [C, D] sejam bem sucedidos é precisamente a ocorrência de algum

grau substancial de instabilidade eleitoral sistêmica, vinculada, tal instabilidade, às flutuações dos votos antes distribuídos apenas entre os partidos tradicionais [A, B]. Ademais, outro ponto importante, embora ainda passível de teste empírico —que é no que consiste a proposta analítica de Bartolini and Mair (1990)—, é que esta volatilidade eleitoral encontrada não necessariamente significaria que estaria em curso algum processo de ruptura nas representações partidárias baseadas em clivagens sociais.

Para dirimir de maneira mais precisa essa querela, os autores sugeriram uma pequena variação no índice de volatilidade eleitoral. Essa variação leva em consideração um elemento óbvio, porém, desconsiderado pelos analistas até aquele momento, qual seja, o fato de que os partidos europeus não seriam unidades organizacionais isoladas ou estanques, sem quaisquer proximidades com uns com os outros. Pelo contrário, segundo eles, e conforme sugerem outros trabalhos (Mair: 1990, 1997; Ware: 1996; Colomer: 1996; Siaroff: 2000; Gallagher, Laver and Mair: 2001), os sistemas daquelas regiões podem ser enquadrados em determinadas "famílias" partidárias, cuja proximidade programática ou ideológica possibilitaria sua agregação em blocos partidários, seja internacional, seja nacionalmente. Esses blocos nacionais sim, deveriam corresponder à representação de dadas clivagens sociais, em termos agregados. Com base nessa nova perspectiva os autores propuseram a variante no cálculo da volatilidade eleitoral. Para tanto, tomaram como ponto de partida a lógica inicial da formulação do índice, qual seja, a de que ele corresponderia à somatória das variações nas votações dos partidos em duas eleições sucessivas, tendo 2 como divisor, tal qual indicado abaixo, em que *VT* é a volatilidade total ou sistêmica e *PV* corresponde às diferenças nas votações entre duas eleições dos partidos *A*, *B*, *C* e *D*, podendo o número de competidores, obviamente, variar até *N* partidos; sendo $0 \leq VES \leq 100$.

$$VT = |VA| + |VB| + |VC| + |VD| \ldots + |VN| \div 2$$

Tomando-se a formalização algébrica original do índice de volatilidade eleitoral proposto por Pedersen (1979), tal que *Pit* seja o partido *i* no tempo *t*, *Pi(t + 1)* seja o mesmo partido *i* no tempo *t* + 1, ou *t2*, e *VES* seja a volatilidade eleitoral sistêmica, sendo $0 \leq VES \leq 100$; temos, finalmente, que:

$$VES = \sum_{i=1}^{n} |Pit - Pi(t+1)| \div 2$$

Este procedimento algorítmico, no entanto, desconsidera justamente a existência das famílias partidárias, ou seja, de partidos que representam uma mesma clivagem e que competem pelos eleitores a ela vinculados, uma vez que a unidade básica do cálculo sistêmico é cada partido individualmente. Desse modo, a competição entre dois partidos pelos votos de eleitores de uma determinada clivagem, com a conseqüente oscilação em suas votações em decorrência dessa contenda, indicaria uma instabilidade total que falsamente seria identificada como instabilidade na representação das clivagens. Para evitar essa limitação metodológica, Bartolini and Mair (1990) sugeriram uma solução bastante simples; qual seja, que se considerassem todos os partidos de uma mesma família como se fossem, na verdade, um único partido. Assim, eles formariam um bloco partidário, cujo desempenho eleitoral deveria ser mensurado de maneira conjunta, conforme indicado na fórmula a seguir, em que *VEB* é a volatilidade eleitoral entre os blocos partidários, *B* corresponde aos blocos partidários *A/C* [*B1*] e *B/D* [*B2*], *V* é a volatilidade de cada partido [*A, B, C, D*] de cada bloco; sendo $0 \leq VB \leq 100$.

$$VEB = | B1\ (AV + CV) + B2\ (BV + DV) | \div 2$$

Formalizando-se de outra maneira, chegamos finalmente à expressão algébrica do índice de volatilidade eleitoral entre blocos partidários [*VEB*] adotado pelos autores, em que *PBt* é a votação do bloco *B* no tempo *t* e *PB (t + 1)* é a votação do bloco *B* no tempo *t + 1* ou *t2*, sendo $0 \leq VEB \leq 100$.

$$VEB = \sum_{b=1}^{n} | Pbt - Pb\ (t + 1) | \div 2$$

Dessa forma, a mensuração é sensível apenas às oscilações resultantes da mudança de votos entre os blocos e, como esses blocos seriam os representantes mais fiéis e abrangentes das preferências conectadas às clivagens, teríamos, assim, o algoritmo mais indicado para o índice, cujo propósito seria o teste empírico do grau de estabilidade ou o nível do "congelamento" dos sistemas europeus em termos de vínculo entre representação partidária e estruturais sociais. Nos exemplos explorados nas tabelas acima, as clivagens representadas pelos partidos são trabalho/capital, mas poderiam ser liberais/socialistas, ou progressistas/conservadores, ou ainda católicos/protestantes. De modo semelhante, poderia se tratar de uma estrutura de clivagens dividida em termos ideológicos, ou seja, composta por eleitores e partidos de direita, de centro e de esquerda.

Também no caso dos exemplos considerados, a multiplicação de partidos trouxe mais competição e, desse modo, provocou aumento na volatilidade eleitoral sistêmica, conforme ilustra a tabela 2.3., especialmente porque o cálculo tomou como base a variação nas votações de cada uma das unidades partidárias. E foi exatamente esse o procedimento adotado por Pedersen (1979, 1983). Mas, o que será que aconteceria se considerássemos que os mesmos partidos A, B, C e D poderiam ser agrupados em famílias ou blocos correspondentes à estrutura de competição delineada em torno da dicotomia trabalhadores/capitalistas e que, desse modo, sua volatilidade pudesse ser calculada como indicado logo acima? Conforme ilustra a tabela abaixo, a mesma simulação com essa nova perspectiva apresenta resultados opostos ao da tabela anterior.

TABELA 2.4

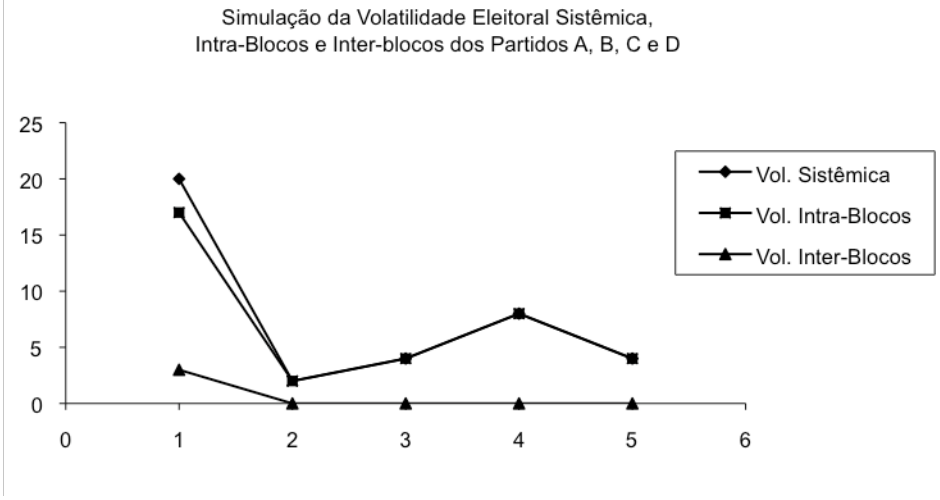
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Partidários							
Partidos	*E1*	*E2*	*E3*	*E4*	*E5*	*E6*	*Média*
Bloco Trabalhista (Partidos A e C)	*45*	*48*	*48*	*48*	*48*	*48*	*47,5*
Bloco Capitalista (Partidos B e D)	*55*	*52*	*52*	*52*	*52*	*52*	*52,5*
Volatilidade Eleitoral entre os Blocos Partidários	3	0	0	0	0	0	0,6

O que temos aqui é um rearranjo completo nos dados que, até então, indicavam um processo de aumento da instabilidade eleitoral. Encontramos agora uma monótona estabilidade nos apoios eleitorais aos blocos partidários. A entrada dos dois novos partidos [C, D] em E2 trouxe alguma volatilidade, mas, depois, o sistema apresentou uma dinâmica cuja estabilidade foi total, atingindo uma volatilidade média de 0,6 pontos, contra a média de 7,6 da volatilidade sistêmica. Evidentemente, o exemplo é extremado, mas serve ao propósito de demarcar as diferenças nos resultados e nas conclusões quando são consideradas essas duas mensurações.

Sob tal perspectiva, a dedução lógica a ser extraída destes dados induz à conclusão de que o aumento da volatilidade eleitoral total ou sistêmica, neste caso, está associada ao aumento do *portfólio* partidário à escolha dos eleitores pertencentes a mesma clivagem, ou seja, ao aumento da competição eleitoral, e não à desintegração

do sistema. Os novos partidos entraram neste "mercado" procurando competir pelos eleitores ligados às clivagens já existentes [trabalho/capital], e a instabilidade sistêmica, de certa forma, reflete essa competição. Contudo, na simulação proposta, no que se refere aos posicionamentos das clivagens sociais, a estruturação sistêmica permaneceria bastante estável, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 2.1.



Como pode ser percebido, as linhas da volatilidade sistêmica e da volatilidade intra-blocos caminham de maneira conjunta entre E1 e E2, quando sobrepõem-se uma à outra, perfazendo um curso idêntico até E5. Esta evolução, indica que a instabilidade sistêmica se deve às mudanças de voto no interior de uma mesma família partidária, ou seja, às diferenças marginais nas preferências de eleitores de um mesmo setor social que, apesar de mudarem seus votos de um partido para outro, fizeram-no entre partidos da mesma clivagem. E evidente também que não é necessário que a entrada de novos partidos produza volatilidade, mas, no caso de produzi-la, a explicação residiria, então, no incremento da competição, e isso, por si só, não significaria instabilidade da estrutura de preferências ou mesmo crise do sistema.[10] Para que a volatilidade total pudesse ser um indicador da desestruturação geral do sistema partidário seria necessário que fosse observada simultaneamente uma

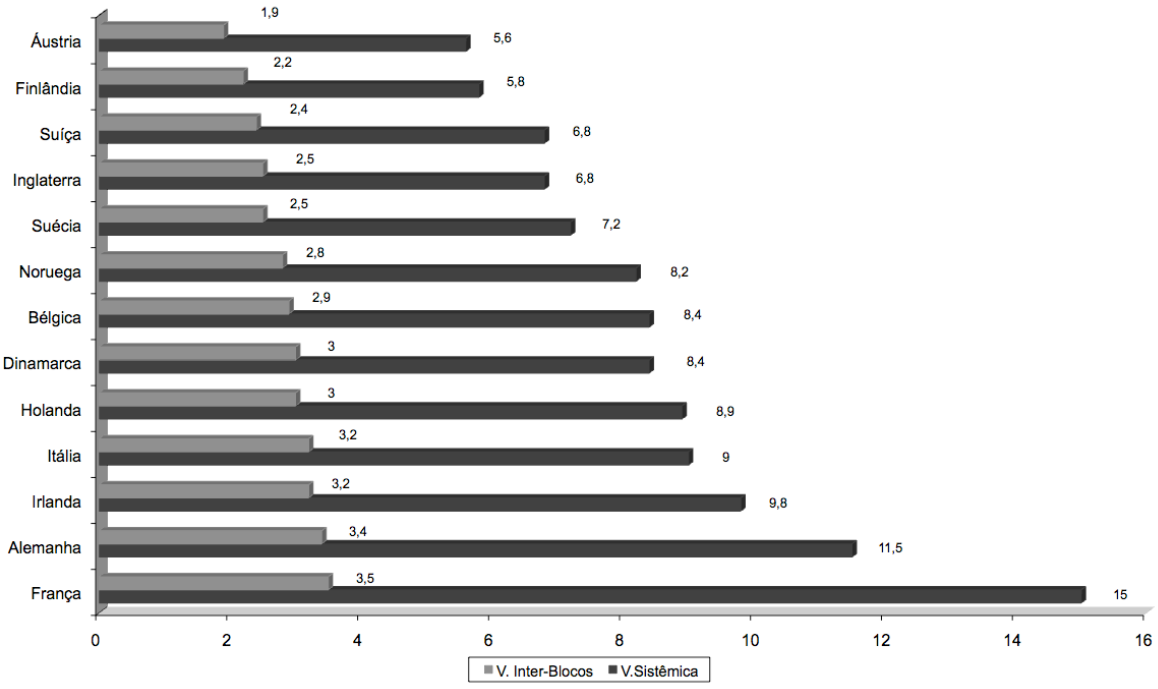
[10] Deve ser observado ainda que em um sistema eleitoral com representação proporcional esse efeito da competição pode estar associado aos seus incentivos à manifestação da primeira alternativa da estrutura de preferências dos eleitores, diminuindo, assim, os efeitos mecânicos e psicológicos sugeridos por Duverger (1951); efeitos estes que poderiam levar à coordenação dos eleitores e à conseqüente diminuição no número de competidores (Cox: 1997). Agregue-se a isso mais um fator importante, qual seja, em um sistema partidário recente, como é o caso brasileiro, os eleitores podem estar ainda em processo de estruturação de suas preferências.

elevação no índice de volatilidade eleitoral sistêmica e de volatilidade eleitoral entre os blocos de partidos.

Baseados nesse raciocínio, Bartolini and Mair (1990) analisaram um largo período histórico de eleições na Europa Ocidental e corroboraram a primeira constatação de Pedersen (1979), indicado que haveria uma elevação no índice de volatilidade eleitoral a partir dos anos 1970, com uma elevação, inclusive, na média do período. Porém, contrariamente a essa dinâmica, a evolução da volatilidade eleitoral entre clivagens ou inter-blocos partidários mostrou-se, na média, bastante reduzida, o que indicava que aqueles sistemas permaneciam bastante estáveis e que a segunda constatação daquele autor não podia ser corroborada. Em realidade, os autores encontraram justamente a coexistência de uma volatilidade sistêmica ligeiramente elevada com uma volatilidade em termos de clivagens sociais consideravelmente baixa, como pode ser evidenciado pela comparação entre os dois índices nos países analisados em seu estudo e adaptados no gráfico a seguir.

Gráfico 2.2.

Médias das Volatilidades Eleitorais Sistêmica e Inter-Blocos na Europa, de 1885 a 1985



Fonte: Bartolini and Mair (1990)

Como pode ser observado, a comparação entre ambas as mensurações mostra a distância entre os índices, permitindo perceber que a França, por exemplo, embora apresente a maior volatilidade sistêmica registrada no período [15], no que se refere à volatilidade entre blocos partidários [3,5], apresenta números quase idênticos aos da Dinamarca [3] e não muito distantes daqueles da Finlândia [2,2] e da Áustria [1,9], países com os menores índices de volatilidade nas duas dimensões consideradas. Na verdade, a distância entre a volatilidade sistêmica e a volatilidade entre clivagens pode ser tomada como uma medida do nível de oscilação nas votações entre partidos de uma mesma família ou de um mesmo bloco. Naturalmente, essa seria mais uma dimensão em que se poderia mensurar a volatilidade eleitoral que, no caso, seria a volatilidade dentro dos blocos partidários. Quando este terceiro índice excede a volatilidade entre blocos —aquela que mensura a taxa agregada da migração dos votos entre clivagens diferentes—, temos a indicação de que a volatilidade sistêmica ou total é inflada, digamos assim, pela troca de votos entre partidos que correspondem a um mesmo alinhamento social. No caso daqueles países europeus, essa medida pode reforçar uma perspectiva mais analítica acerca do índice de volatilidade eleitoral, ou seja, uma perspectiva que toma como premissa metodológica a necessidade de dividi-lo em suas partes elementares. Ao mesmo tempo, pode reforçar as novas conclusões às quais se pode chegar ao comparar-se o índice em seus dois níveis, o sistêmico e o sub-sistêmico.

Logicamente, a volatilidade eleitoral sistêmica é composta por dois sub-níveis, correspondentes ao fluxo da migração de votos, quais sejam: (1) pela mudança de votos entre partidos de um mesmo bloco e (2) pela mudança de votos entre partidos de blocos diferentes ou, mais claramente, entre blocos partidários diferentes. Assim sendo, dado que a volatilidade eleitoral sistêmica [*VES*] é igual à somatória da volatilidade eleitoral entre os blocos [*VEB*] e a volatilidade eleitoral dentro de cada bloco [*VEiB*], temos que, inversamente, $VEB = VES - VeiB$. Portanto, no gráfico 2.2, são apresentados os dados obtidos por esse procedimento aritmético, com base nessa orientação analítica, e é possível perceber que os mesmos dados ganham uma nova inteligibilidade. Na comparação entre as duas componentes do índice de volatilidade sistêmica, há três coisas que ficam evidenciadas. Primeiramente, a instabilidade das preferências eleitorais baseadas na relação entre clivagens e representação política é baixa e estável. Em segundo lugar, a elevada média de instabilidade eleitoral nos países europeus se deve substancialmente às mudanças de votos entre partidos que pertencem a uma mesma família. Em terceiro lugar, a coexistência de volatilidades

sistêmica e intra-bloco elevadas com volatilidade inter-bloco reduzida indica que a instabilidade encontrada se deve à competição entre partidos de uma mesma família que disputam votos de eleitores de uma mesma clivagem.

Desse modo, Bartolini and Mair (1990) responderam afirmativamente àquela questão indicada anteriormente, apontando que era possível sim haver, simultaneamente, instabilidade eleitoral com "congelamento" das clivagens partidárias. E mais: sugeriram ainda que a detecção desse aparente paradoxo somente seria viável por meio da decomposição do índice de volatilidade eleitoral, tal qual discutido até aqui. Afinal, conforme assevera Mair (1990, 14), "any measure of change which therefore ignores the question of the broader cleavage alignment, cannot distinguish between intra-bloc change, on the one hand, and inter-bloc change, on the other". Ou seja, uma medida que tenha como base de cálculo apenas a unidade partidária seria obviamente inadequada para testar o verdadeiro teor da proposição *lipsetrokkaniana*. O teste desses autores considerou justamente tais aspectos e descortinou um novo cenário para a análise e a compreensão da evolução dos sistemas partidários europeus, cuja conseqüência mais direta foi a dissipação de grande parte daquele espectro de instabilidade e de crise que vinha monopolizando a atenção dos pesquisadores e obnubilando seus pontos de vista.

Considerações Finais

A discussão realizada neste capítulo apresentou um panorama teórico do problema da instabilidade eleitoral tal qual este foi pensado por um conjunto de pesquisadores europeus, cujas lentes de análise foram voltadas justamente aos sistemas partidários daquela região. Como pudemos perceber, houve um intenso debate teórico e exaustivos confrontos empíricos ao redor da tese *lipsetrokkaniana* acerca da cristalização das clivagens partidárias. Esta foi defendida, criticada, refutada, revalidada, reconstruída, remendada, desprezada, venerada, entre tantas outras coisas. Mas, seja como for, esta tese sempre foi e ainda é o ponto de partida privilegiado nas análises correntes dos sistemas partidários da região. Isso porque as proposições contidas no estudo de Lipset and Rokkan (1967) tocaram no tendão de Aquiles, por assim dizer, da dinâmica democrática européia do século XX, que é a organização da política de massas em um contexto representativo, no qual os partidos aparecem como atores políticos centrais e no qual a competição eleitoral cumpre uma função essencial no funcionamento estável —esta é a palavra chave— de todo o arcabouço constitucional daqueles países.

Mas, além da importância propriamente teórica e empírica desse debate, há um efeito residual extremamente relevante para as análises de política comparada, que é o desenvolvimento de operações técnicas mais sofisticadas, como a formulação de índices e o refinamento conceitual que possibilitaram não apenas a realização de testes cada vez mais consistentes, mas que também criaram ferramentas metodológicas que possibilitaram a padronização das análises e a realização de estudos comparativos que transcenderam o contexto europeu. No caso da instabilidade dos sistemas partidários, a formulação do índice de volatilidade eleitoral, paralelamente à emergência da perspectiva teórica que apreende o fenômeno sob a ótica da lógica de mercado e da competição espacial, representaram avanços importantes na apreensão deste antigo objeto de análise.

Como também pudemos perceber na discussão deste capítulo, essa nova perspectiva possibilitou a realização de novos testes da hipótese em questão e a revitalização de suas afirmações. Como veremos no capítulo a seguir, esse desenvolvimento teórico e metodológico possibilitou ainda que os analistas de política comparada deslocassem suas lentes de investigação para as democracias recentes, em busca do mesmo fenômeno. Veremos também, no capítulo 4, que isso não foi levado a cabo sem problemas, embora as potencialidades desse tipo de análise sejam relevantes para pensarmos a dinâmica democrática nessas novas democracias, inclusive, e especialmente, a brasileira, sob o ponto de vista da evolução e da instabilidade dos sistemas partidários. Porém, antes de avançar nas considerações das análises que têm sido realizadas com o mesmo viés, mas com o foco voltado às democracias recentes, e antes de avançar nas críticas aos problemas teóricos e metodológicos envolvendo a interpretação e a utilização do índice de volatilidade eleitoral como operativo empírico da instabilidade sistêmica, a discussão do próximo capítulo ainda focalizará primordialmente os sistemas partidários europeus. Procurarei explorar melhor a revalidação da hipótese do "congelamento" das clivagens partidárias, tal qual proposto por Bartolini and Mair (1990), inclusive, com a análise de dados eleitorais mais recentes.

Capítulo 3

A Volatilidade Eleitoral na Literatura de Política Comparada

Introdução

A DISCUSSÃO anterior destacou que o "espectro da instabilidade" dos sistemas europeus rondou periodicamente o ambiente acadêmico e as pesquisas de diversos autores pelo menos desde os anos 1940. Depois de vários testes empíricos, de debates teóricos e de sucessivas refutações e revalidações, esse espectro parece ter-se dissipado, em função principalmente do minucioso e exaustivo estudo de Bartolini and Mair (1990), que mostrou que a estabilidade completa e segura dos sistemas partidários da Europa até a década de 1960 não era nada mais do que um mito; e que mostrou também que a instabilidade completa e caótica percebida a partir dos anos 1970 também não era verdadeira. Na verdade, de acordo com aqueles autores, a despeito de várias mudanças nas organizações partidárias e até no comportamento dos eleitores, depois de um período de maior instabilidade nos anos anteriores à década de 1950, os sistemas europeus teriam retornado a uma situação de maior estabilidade e a estrutura do voto em termos agregados ainda dava sinais de que as clivagens partidárias persistiriam como variáveis centrais na explicação da dinâmica daqueles sistemas. Diante disso, meu objetivo neste capítulo é explorar um pouco melhor a refutação daqueles mitos acerca da mudança e da persistência dos sistemas europeus e avançar na análise de dados eleitorais mais atuais. Há alguns pontos que procurarei acrescentar nesse debate e há alguns pontos que procurarei enfatizar. Neste segundo caso, minha intenção é demarcar alguns elementos problemáticos contidos na transposição deste tipo de investigação e de abordagem para o contexto das democracias recentes, pelo menos do modo como isso tem sido feito pela literatura comparativa.

Desse modo, a discussão está estruturada do seguinte maneira. Na primeira seção, exploro um pouco mais as proposições de Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997) acerca dos mitos a respeito da evolução dos sistemas europeus e analiso a volatilidade eleitoral sistêmica européia das últimas eleições. Na segunda seção,

discuto o deslocamento desse problema, do enfoque teórico e dos recursos metodológicos às análises das novas democracias, que são divididas em dois grupos, quais sejam, as do antigo bloco socialista e as da América Latina. Finalmente, na terceira seção, apresento algumas breves considerações conclusivas.

I. Dos Mitos sobre a Instabilidade dos Sistemas Partidários Europeus

Bartolini and Mair (1990) e Mair (1990), conforme já foi discutido, trouxeram evidências de que a Europa não estava se enveredando por um caminho de crise de representação e de crise partidária no final dos anos 1970. Segundo eles, seus sistemas, pelo contrário, mostravam mais sinais de persistência do que de mudanças. Mas, em realidade, é importante que se observe também que estes autores foram um pouco mais longe na investigação deste problema e em suas conclusões. Como adendo à discussão central, eles sugeriram que a consideração de uma seqüência temporal mais larga das eleições na Europa —como é o caso de seu estudo— mostrava evidências surpreendentes que desafiavam ainda mais as conclusões daqueles que advogavam tanto a estabilidade total (Rose and Urwin: 1970; Wolinetz: 1979; Dittrich: 1983) como a instabilidade parcial e apenas recente daqueles sistemas partidários (Pedersen: 1979, 1983; Sarlvik and Crewe: 1983; Maguire: 1983; Dalton, Flanagan and Beck: 1984; Flanagan and Dalton: 1984; Crewe: 1985; Crewe and Denver: 1985; Denver: 1985; Dalton and Wattenberg: 2000). De acordo com sua avaliação, entre 1920 e 1940, os sistemas europeus se mostravam tão instáveis quanto no período iniciado a partir dos anos 1970.[11]

Em decorrência dessa constatação, Bartolini and Mair (1990) e Mair (1990, 1997) ressaltaram que, surpreendentemente, o que mais chamava a atenção no caso daqueles países era o inusual período de estabilidade entre 1950 e 1970, em comparação com os períodos anterior e posterior. De acordo com eles, tal fenômeno indicaria que, apesar de Lipset and Rokkan (1967) estarem corretos em afirmar que havia uma persistência nos alinhamentos sociais dos partidos desde o final dos anos de 1920, portanto, havia estabilidade na evolução da volatilidade eleitoral sistêmica ou total [VES], curiosa e paradoxalmente, também estaria correta a afirmação de que, no que se refere exclusivamente à VES —precisamente aquela que a literatura tem

[11] É importante observar que, anteriormente, houve até quem, como Shamir (1984), considerasse que o intenso debate em torno do problema da instabilidade eleitoral fosse inadequado, uma vez que, de acordo com esse autor, os sistemas europeus nunca teriam sido, de fato, "congelados".

utilizado unicamente como evidência empírica de suas análises—,[12] o único período de maior estabilidade teria sido aquele entre 1950 e 1970. Ou seja, não teria havido estabilidade ininterrupta até o início da década de 1970, quando supostamente os partidos teriam entrado em crise e a volatilidade eleitoral aumentado.

Com tal proposição, os autores, conseqüentemente, conduzem-nos a uma questão ainda mais instigante e, de certo modo, bastante controversa, qual seja, a de que a tão propalada e reverenciada estabilidade eleitoral sistêmica dos países europeus entre os anos 1920 e final dos anos 1960 talvez nunca tenha ocorrido —pelo menos da maneira tão absoluta como a literatura sempre indicou. Na verdade, segundo eles, o período de maior estabilidade teria sido restrito aos anos 1940 e 1960. Isso significa que a suposta estabilidade sistêmica seria muito mais uma exceção a ser explicada do que uma regra que teria sido quebrada a partir de 1970? Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997) respondem de maneira afirmativa a esta indagação. De acordo com eles, a estabilidade sistêmica européia realmente seria uma exceção restrita ao período entre 1940 e 1970. Mas, se assim o for, teremos uma guinada radical naquela que tem sido a visão geral comungada pelos estudiosos do tema, qual seja, a de que os sistemas partidários da Europa Ocidental seriam exemplos de estabilidade quase total até o final dos anos 1960, quando, então, todos eles teriam sido acometidos por alguma "patologia" institucional, traduzida (1) no enfraquecimento dos laços ou das identidades partidárias, (2) na crise de representação política objetivada pela alienação eleitoral e, por extensão, (3) no aumento significativo da volatilidade eleitoral.[13]

---

[12] Cumpre-me voltar a enfatizar a diferença metodológica e analítica entre a volatilidade eleitoral sistêmica [VES] e a volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB]. No primeiro caso, a medida apreende todas as oscilações nas votações de todos os partidos de maneira indistinta. A unidade de cálculo, portanto, é cada partido individualmente. Assim, chega-se a um resultado que reflete as oscilações ou a volatilidade total, de todo o sistema. Por isso, essa volatilidade é sistêmica ou total. No caso da volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB], os partidos são agrupados em determinadas famílias, conforme o caso, variando de país para país. Cada grupo ou cada bloco de partidos passa a ser considerado como um único partido. Daí, a unidade básica do cálculo são os blocos e a medida apreende o fluxo de votos entre esses blocos e não entre os partidos individualmente, como é o caso da volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. No caso do Brasil, como será discutido no final do próximo capítulo, os partidos serão agrupados em blocos de acordo com sua orientação ideológica. Então, a volatilidade entre blocos [VEB] será a volatilidade entre blocos ideológicos [VIB]. Em termos analíticos, essa diferença no cálculo possibilita a interpretação dos significados dos votos instáveis, embora em nível agregado.

[13] É importante ressaltar que, conforme mostra a literatura**,** do ponto de vista empírico, de fato, ocorreu em vários países europeus uma queda considerável do grau de identificação partidária e um aumento importante no nível de alienação eleitoral. Não obstante, não ocorreu simultaneamente um aumento vertiginoso nem no índice de volatilidade eleitoral sistêmica [VES] —conforme será discutido mais adiante—, nem no índice de volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB] — como evidenciaram Bartolini and Mair (1990). No que se refere às conseqüências mais diretas e significativas de qualquer processo de instabilidade sistêmica, a melhor ferramenta analítica para a

De fato, os dados apresentados na tabela abaixo parecem dar sustentação empírica, pelo menos parcial, a tal conclusão. Como é possível perceber, a evolução dos índices de volatilidade eleitoral sistêmica ou total correspondentes às médias das eleições em cada década nas "democracias mais antigas" indicam que a estabilidade dos sistemas partidários parece ser relativa a alguns momentos e não a todo o período entre 1920 e 1970. É claro que mesmo os níveis elevados desses países não são similares àqueles encontrados nas "novas democracias" —como veremos mais adiante—, mas, em termos contextuais, os índices das democracias mais "consolidadas", conforme conceituado pela literatura, poderiam ser considerados elevados frente ao "mito" de estabilidade quase total.[14]

Observe-se ainda que, ao considerarmos as médias regionais, encontramos os maiores índices de volatilidade eleitoral sistêmica [VES] do período anterior aos anos 1970 precisamente nas décadas iniciais, ou seja, nos anos 1920 [9,7] —devido especialmente à Alemanha, à Irlanda e à França—, nos anos 1930 [10,5] —em função principalmente da Áustria, da Alemanha, da Bélgica, da França, da Suécia e da Irlanda— e nos anos 1940 [10,1] —em decorrência dos elevados índices da Itália, da Irlanda, da Dinamarca, da Áustria e da Bélgica. Ademais, as médias regionais dessas décadas são superiores à média geral [8,8], evidenciando que, em seu conjunto, a Europa apresentou alta volatilidade sistêmica nesse período. Inversamente, nos anos 1950, 1960, 1970 e 1980, as VES médias da região foram baixas —em relação à média geral já mencionada—, com destaque para o decênio de 1960 [7,3]. Nos anos de 1990, a VES voltou a ser alta na grande maioria dos países, elevando-se ainda mais nas primeiras eleições dos anos 2000 [14,3]. Portanto, o padrão geral desenhado pela evolução das médias em cada década indica que, realmente, ao contrário do que conclui a literatura, há uma dinâmica de instabilidade anterior ao período de

detecção de um padrão de desagregação objetiva dos sistemas partidários seria o índice de volatilidade eleitoral. Portanto, o que estava na mira desses autores é o vínculo que a literatura sempre procurou estabelecer entre variáveis subjetivas e comportamentais e resultados políticos objetivos. Do ponto de vista prático, a queda no grau de identificação partidária —variável subjetiva— não produz, necessariamente, uma desestruturação dos apoios eleitorais agregados dos partidos —variável objetiva. A mensuração dessa variável objetiva —taxa de apoio eleitoral dos partidos— torna-se mais acurada quando tomada diretamente dos dados objetivos relacionados ao fenômeno, o que significa que a variável mais importante para a mensuração do real grau de instabilidade sistêmica ou de instabilidade sociológica [clivagens partidárias] é, dentre estas apresentadas, o índice de volatilidade eleitoral. Nesse caso, de acordo com os dados dos autores, não ocorreu no mesmo período um aumento tão significativo e generalizado da VES e, acima de tudo, persistiu a estabilidade das clivagens partidárias mensuradas pelo índice de volatilidade entre blocos de partidos [VEB].

[14] Devo deixar registrado aqui meus agradecimentos ao Peter Mair, da University of Leiden, Holanda, pela gentileza de me ter cedido dados ainda inéditos sobre a volatilidade recente em vários países europeus e em alguns outros países não europeus.

estabilidade iniciado nos anos 1950 e interrompido, não nos anos 1970, como também indicam vários autores —inclusive Bartolini and Mair (1990) e Mair (1990, 1997)—, mas nos anos 1990.

TABELA 3.1
A Volatilidade Eleitoral Sistêmica Média de Países Europeus, dos anos de 1920 a 2000

	1920s	*1930s*	*1940s*	*1950s*	*1960s*	*1970s*	*1980s*	*1990s*	*Média*	*2000s**
Áustria	7,6	15,8	12	4,1	3,3	2,7	5,5	9,4	7,5	24,2 (2002)
Bélgica	5,1	11,4	10,1	7,6	10,2	5,3	10	10,8	8,8	13,4 (2003
Dinamarca	4,4	5,7	13,5	5,5	8,7	15,5	9,7	12,4	9,4	13,2 (2001)
Finlândia	5,1	7,7	6,3	4,4	7	7,9	8,7	11	7,2	6,4 (2003)
França	17,2	10,6	5,7	22,3	11,5	8,8	13,4	15,4	13,1	22,3 (2002)
Alemanha	20,5	15		15,2	8,4	5	6,3	9	11,3	6,3 (2002)
Islândia				9,2	4,3	12,2	11,6	13,7	10,2	8,9 (2003)
Irlanda	18,7	10	15,6	10,3	7	5,7	8,1	11,7	10,8	8,7 (2002)
Itália			23	9,7	8,2	9,9	8,6	22,9	13,7	37,2 (2001)
Luxemburgo				10,8	8,8	12,5	14,8	6,2	10,6	
Malta				9,2	14,4	4,6	1,4	3,6	6,6	0,5 (2003)
Holanda	7,7	9,4	5,6	5,1	7,9	12,3	8,3	19,1	9,4	30,7 (2002)
Noruega	9,5	9,3	7	3,4	5,3	15,3	10,7	15,9	9,5	16,1 (2001)
Suécia	8,3	10,1	9,4	4,8	4	6,3	7,6	13,8	8	13,9 (2002)
Suíça	3	8,1	9,2	2,5	3,5	6	6,4	8	5,8	7,8 (2003)
Reino Unido	9,3	14	3,9	4,3	5,2	8,3	3,3	9,3	7,2	5,6 (2001)
Média Regional	9,7	10,5	10,1	8	7,3	8,6	8,4	12	8,8	14,3

Fonte: Bartolini and Mair (1990), *appendix 2* (pp.323-58); Peter Mair's personal archives (University of Leiden)
* Nota Explicativa: os números entre parênteses correspondem ao ano da última eleição realizada.

Semelhante padrão também pode ser observado quando analisamos a configuração da VES em cada país individualmente. Neste caso, além de encontrarmos uma evolução que refuta a idéia de estabilidade geral de 1920 até o final da década de 1960, encontramos também uma dinâmica bastante heterogênea —o que, inclusive, desautoriza uma conclusão mais taxativa abrangendo a Europa Ocidental como um todo, tal como tem sido a tônica de diversas analises. A Áustria, por exemplo, foi bastante instável nas décadas de 1930 [15,8] e 1940 [12], ficando bem acima das médias desses períodos. Algo parecido ocorreu com a Bélgica, que se mostrou instável nos anos 1930 [11,4], 1940 [10,1] e 1960 [10,2]. Já a Alemanha e a Irlanda foram instáveis entre os anos 1920 e 1950. A França, por sua vez, manteve-se instável ao longo de quase todo o período, com as exceções apenas dos anos 1940 [5,7] e, de forma mais modesta, dos anos 1970 [8,8]. É verdade que os países restantes

apresentaram menor instabilidade, mas, em vários deles, e em algumas décadas, a instabilidade não foi tão pequena quanto se imagina costumeiramente.

Para efeito de demonstração, este ponto pode ser analiticamente mais bem explorado se utilizarmos o tradicional recurso da classificação. Para tanto, estabeleçamos um determinado ponto de corte —mesmo que meramente convencional— para decidirmos quando o nível de volatilidade eleitoral sistêmica [VES] pode ser considerado contextualmente alto ou baixo. Com tal perspectiva, tomemos como ponto de corte a média geral, obtida a partir das médias de cada década, que, no caso, é 8,8. Analisemos agora a evolução conjunta desses países sob tal enfoque, com base nos dados apresentados na tabela abaixo.

TABELA 3.2
Comparação dos Países Europeus quanto à Freqüência de Volatilidade Eleitoral Sistêmica Alta e Baixa e quanto ao grau dos Maiores e Menores Índices de VES

	*Volatilidade Alta**	*Volatilidade Baixa*	*Volatilidade Maior*	*Volatilidade Menor*	*Amplitude***	*Volatilidade Predominante*
Áustria	37,5 (3)	62,5 (5)	15,8 (1930s)	2,7 (1970s)	13,1	(↓)
Bélgica	62,5 (5)	37,5 (3)	11,4 (1930s)	5,1 (1920s)	**6,3**	(↑)
Dinamarca	50 (4)	50 (4)	15,5 (1970s)	4,4 (1920s)	11	(~)
Finlândia	12,4 (1)	87,5 (7)	11 (1990s)	4,4 (1950s)	6,6	(↓)
França	87,5 (7)	12,4 (1)	22,3 (1950s)	5,7 (1940s)	**16,6**	(↑)
Alemanha	57,14 (4)	42,86 (3)	20,4 (1920s)	5 (1970s)	15,5	(↑)
Islândia	80 (4)	20 (1)	13,7 (1990s)	4,3 (1960s)	9,4	(↑)
Irlanda	62,5 (5)	37,5 (3)	18,7 (1920s)	5,7 (1970s)	13	(↑)
Itália	56,7 (4)	33,3 (2)	**23 (1940s)**	8,2 (1960s)	14,8	(↑)
Luxemburgo	80 (4)	20 (1)	14,8 (1980s)	6,2 (1990s)	8,6	(↑)
Malta	40 (2)	60 (3)	14,4 (1960s)	**1,4 (1980s)**	13	(↓)
Holanda	37,5 (3)	62,5 (5)	19,1 (1990s)	5,1 (1950s)	14	(↓)
Noruega	62,5 (5)	37,5 (3)	15,9 (1990s)	3,4 (1950s)	12,5	(↑)
Suécia	37,5 (3)	62,5 (5)	13,8 (1990s)	4 (1960s)	9,8	(↓)
Suíça	12,5 (1)	87,5 (7)	9,2 (1940s)	2,5 (1950s)	6,7	(↓)
Reino Unido	37,5 (3)	62,5 (5)	14 (1930s)	3,3 (1980s)	10,7	(↓)

Notas Explicativas:
* A freqüência em destaque é em porcentagem e os números entre parênteses correspondem à freqüência absoluta.
** A amplitude (*A*) refere-se à diferença entre a volatilidade mais alta (*VESa*) e a volatilidade mais baixa (*VESb*) observadas no período considerado, ou seja, $A = VESa - VESb$.

Na tabela, encontramos a disposição das freqüências absoluta e relativa da VES média alta e baixa em cada década e em cada país. Encontramos ainda a maior e a menor VES média ocorrida também em cada país, com a indicação das respectivas

décadas em que este evento foi observado. Nas duas colunas finais, à direita, encontramos, primeiramente, a amplitude da VES —correspondente à diferença entre a maior [>] e a menor [<] VES—, e encontramos, finalmente, a indicação do tipo mais freqüente ou predominante de VES em cada país, se alta [↑], baixa [↓] ou equivalente [~].

A primeira análise a ser feita é aquela que considera a freqüência de volatilidade eleitoral sistêmica [VES] alta e baixa nos países individualmente. Com isso, podemos ter um panorama geral acerca do tipo de VES que predominou ao longo de todo o período. Quanto a este aspecto, é possível perceber, pela notação da última coluna, que o número de países com VES alta apresenta um ligeiro predomínio sobre aqueles com VES baixa [8x7]. Apenas um país —a Dinamarca— apresenta VES alta e baixa equivalentes [4x4]. Dos países com VES alta predominante, aqueles com as maiores proporções são, respectivamente, França [87,5%] e Luxemburgo [80%], seguidos pela Bélgica, pela Irlanda e pela Noruega, com freqüências idênticas [62,5%].

Portanto, desconsiderando-se a evolução histórica e suas oscilações, o que temos em termos estáticos é uma evidência de que a ocorrência de VES baixa não é a tônica dominante nos países europeus, nem antes, nem depois de 1970. Pelo contrário, a instabilidade elevada é que seria o padrão predominante —embora este predomínio seja bastante sutil. Aliás, o grau de amplitude também corrobora estas assertivas. A amplitude é uma medida estática cuja propósito é amenizar a influência da dinâmica histórica recente, seja no caso de um país que apresentou crescimento na VES —como a Áustria—, seja no caso de um país que apresentou declínio na VES —como Malta. A medida da amplitude possibilita, então, uma indicação razoável do grau geral de instabilidade de cada país ao longo de todo o período, só que de maneira sincronizada. Como é possível notar, vários países apresentam uma amplitude elevada, sendo que a França, a Alemanha, a Itália, a Áustria, a Irlanda, a Holanda, Malta e a Noruega são, por ordem decrescente, aqueles com maior oscilação e, portanto, com maior instabilidade.

E no caso de introduzirmos a variável temporal, esse padrão é alterado? Parece que não. Ao considerarmos a evolução histórica, tomando as décadas das ocorrências das maiores e das menores VES nesses países, encontramos uma evidência ainda mais sistemática deste e de outro argumento contra-intuitivo também já mencionado, qual seja, o de que houve sim instabilidade eleitoral em períodos anteriores aos anos 1970. Como pode ser observado ainda na tabela acima, na Alemanha e na Irlanda, os

maiores níveis de instabilidade eleitoral ocorreram na década de 1920; no caso da Áustria, da Bélgica e do Reino Unido, isso ocorreu na década de 1930; na Itália e na Suíça, nos anos 1940; na França, nos anos 1950, e, por último, em Malta, nos anos 1960. Ademais, quando esta dinâmica é considerada de acordo com a distribuição de freqüência das séries temporais e classificada segundo as categorias sugeridas [VES alta e baixa], ou seja, quando transformamos essa variável quantitativa em uma variável qualitativa, esta evolução de instabilidade pendular —e não dicotômica, como defende a literatura temática—, fica ainda mais evidente, como pode ser percebido na próxima tabela.

TABELA 3.3
Classificação da Volatilidade Eleitoral Sistêmica
Média dos Países Europeus nas Eleições das Décadas de 1920 a 2000

	1920s	*1930s*	*1940s*	*1950s*	*1960s*	*1970s*	*1980s*	*1990s*	*2000s**
Áustria	Baixa	**Alta**	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	**Alta**
Bélgica	Baixa	**Alta**	**Alta**	Baixa	**Alta**	Baixa	**Alta**	**Alta**	**Alta**
Dinamarca	Baixa	Baixa	**Alta**	Baixa	Baixa	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**
Finlândia	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	Baixa
França	**Alta**	**Alta**	Baixa	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**
Alemanha	**Alta**	**Alta**		**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	Baixa
Islândia				**Alta**	Baixa	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**
Irlanda	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	Baixa
Itália			**Alta**	**Alta**	Baixa	**Alta**	Baixa	**Alta**	**Alta**
Luxemburgo				**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**	Baixa	
Malta				**Alta**	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Holanda	Baixa	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	Baixa	**Alta**	**Alta**
Noruega	**Alta**	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	**Alta**	**Alta**	**Alta**
Suécia	Baixa	**Alta**	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	**Alta**
Suíça	Baixa	Baixa	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Reino Unido	**Alta**	**Alta**	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	**Alta**	**Alta**
Média	**ALTA**	**ALTA**	**ALTA**	BAIXA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	**ALTA**	**ALTA**

Para cada país e para cada década, as VES foram classificadas em categorias com base na média geral [8,8], sendo que *VESa* é tomada como volatilidade alta e *VESb* como volatilidade baixa, tal que $VESa \geq 8{,}8 > VESb$. A categoria volatilidade eleitoral sistêmica alta está em negrito, de forma que fica mais fácil visualizar sua dinâmica ao longo das colunas em que estão dispostas as séries históricas. Desconsiderando-se, portanto, os respectivos montantes de VES ocorridos em cada

país ao longo das décadas analisadas —cujas magnitudes variam bastante, como mostrado na tabela 3.1— e avaliando-se apenas a sucessão de VES alta e baixa ao longo do tempo, é bastante perceptível a concentração de VES baixa na maioria dos países nos anos 1950, 1960, 1970 e 1980, entremeada por dois períodos de maior concentração de VES alta na maioria dos países; sendo o primeiro nos anos 1920 e 1930 e, o segundo, nas décadas de 1990 e 2000.

Para termos uma idéia das proporções que estão em jogo, ou seja, das grandezas que estão subjacentes às categorias analíticas, observemos na tabela seguinte a disposição das variações quantitativas, controladas pela variável temporal, referente a cada década. Conforme mostram os dados, as freqüências proporcionais de VES em cada país também falsificam a assertiva da estabilidade geral anterior aos anos 1970. Segundo a classificação proposta, podemos perceber que, nos anos 1920, há mais países com VES baixa [7] do que com VES alta [5]. Nas décadas seguintes, isso se inverte. Nos anos 1930, há uma maior quantidade de países com alta volatilidade eleitoral sistêmica [9] do que com volatilidade eleitoral sistêmica baixa [3]; do mesmo modo que os anos 1940, com 7 países com VES baixa e 5 com VES alta. Nas décadas subseqüentes, até os anos 1990, voltamos a observar a predominância de países com volatilidade eleitoral sistêmica baixa. Nos anos 1950 e 1970, encontramos 9 países com VES baixa e 7 com VES alta. Nos anos 1960, ocorre a freqüência de maior estabilidade, com 12 países com volatilidade baixa e 4 com volatilidade alta.

TABELA 3.4
Freqüência (%) de Volatilidade Eleitoral Alta e Baixa de acordo com as Médias dos Países Europeus em cada Década, dos anos de 1920 a 1990*

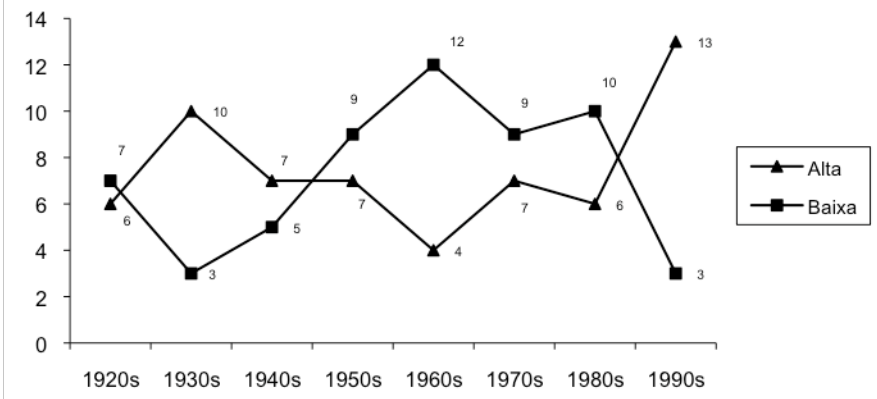
	*Volatilidade Alta***	*Volatilidade Baixa*	*Total*	*Volatilidade Predominante*
1920s	46,15 (6)	53,85 (7)	100 (13)	↓
1930s	76,9 (10)	23,1 (3)	100 (13)	↑
1940s	58,3 (7)	41,7 (5)	100 (12)	↑
1950s	43,75 (7)	56,25 (9)	100 (16)	↓
1960s	25 (4)	75 (12)	100 (16)	↓
1970s	43,75 (7)	56,25 (9)	100 (16)	↓
1980s	37,5 (6)	62,5 (10)	100 (16)	↓
1990s	81,25 (13)	18,75 (3)	100 (16)	↑
(∑)	**50,84 (60)**	**49,16 (58)**	**100 (118)**	**↑**

Notas Explicativas:
*A freqüência em destaque é em porcentagem e os números entre parênteses correspondem à freqüência absoluta.
***VESa* é tomada como volatilidade eleitoral sistêmica alta e *VEBb* como volatilidade eleitoral sistêmica baixa, tal que $VESa \geq 8{,}8 > VEBb$.

Desse modo, o que se observa é que, em termos agregados, depois do sutil predomínio de volatilidade eleitoral sistêmica baixa na década de 1920, ocorreu uma inversão neste padrão, de modo que, nos anos 1930 e 1940, houve um predomínio significativo de VES alta. Foi somente na década de 1950 que esta dinâmica se inverteu, em favor do predomínio de VES baixa. Este novo padrão, por sua vez, mostrou-se duradouro, sendo interrompido somente depois de 40 anos, quando, na década de 1990, a instabilidade eleitoral elevou-se dramaticamente. Na verdade, a elevada quantidade de países com VES alta nos anos 1990 contribuiu decisivamente para que sua somatória geral [∑VESa] superasse, mesmo que discretamente, a somatória geral [∑VESb] da VES baixa. Portanto, contrariando as conclusões da literatura, não houve nem estabilidade quase total até o final dos anos 1960, nem instabilidade generalizada a partir dos anos 1970; tampouco ocorreu uma divisão dicotômica, com estabilidade geral entre 1920 e 1970 e com instabilidade generalizada a partir de 1970. Na verdade, o que houve foi uma evolução pendular. A estabilidade predomina na maioria dos países nos anos 1920 e entre os anos 1950 e 1980. A instabilidade, por sua vez, predomina na maioria dos países nos anos 1930 e 1940, nos anos 1990 e nas primeiras eleições dos anos 2000, conforme ilustra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 3.1.

Evolução do Número de Países Europeus com Volatilidade Eleitoral Alta e Baixa, dos anos de 1920 a 1990



Podemos perceber que temos 3 pontos de distanciamento mais intenso e 3 pontos de convergência e cruzamento das linhas históricas. Estes pontos representam inversões nas posições do índice. Nos anos 1920, VES alta e baixa são praticamente idênticas. Nos anos 1930, predominam de maneira acentuada os países com VES alta.

Na década de 1940, ambos os grupos se aproximam, até convergirem nos anos 1950 e inverterem suas posições, culminando com uma predominância bastante acentuada dos países com VES baixa no decênio de 1960. Nas décadas de 1970 e 1980, embora haja uma aproximação entre os índices, persiste o predomínio de países com VES baixa. A partir dos anos 1990, a instabilidade aumenta de maneira generalizada e atinge seu grau mais elevado em termos agregados em toda história da região. Evidentemente, esta dinâmica contradiz as afirmações centrais da literatura temática, cuja conclusão insistentemente defendida é a de que este suposto aumento generalizado da volatilidade eleitoral sistêmica na Europa a partir de 1970, depois de um período de plácida e inabalável estabilidade, estaria a conduzir todos os países da região a uma crise partidária ou de representação política.

Mas, o que teria levado pesquisadores, os mais diversos, a aderirem, de uma parte, ao "mito" da estabilidade sistêmica pré-1970 e, de outra, ao "espectro" da instabilidade pós-1970? Uma conjectura possível é que, provavelmente, muitos deles foram induzidos a tais conclusões em decorrência do aumento significativo da volatilidade eleitoral em alguns países entre as décadas de 1960 e 1970, como a Dinamarca —que pulou de 8,7 para 15,5—, a Islândia —que saltou de 4,3 para 12,2—, Luxemburgo —que sofreu aumento de 8,8 para 12,5—, a Holanda —cujo índice cresceu de 7,9 para 12,3— e a Noruega —que incrementou sua volatilidade de 5,3 para 15,3. Porém, o ponto fundamental é que, não obstante estas elevações na VES, em termos globais, elas não provocaram grande aumento nas médias dos períodos, pois, de 7,3, nos anos 1960, chegamos a 8,6, nos anos 1970, e 8,4, nos anos 1980. Ademais, é necessário que se ressalte, outros países apresentaram declínio também acentuado em seus índices no mesmo período, compensando o aumento daqueles mencionados acima —são os casos da Bélgica [de 19,2 para 5,3], de Malta [de 14,4 para 4,6], da França [de 11,5 para 8,8] e da Alemanha [de 8,4 para 5]. Houve ainda alguns com declínio menor, mas que, de qualquer forma, apresentaram oscilações negativas no índice. Outros, como a Áustria, a Finlândia, a Irlanda e a Itália, mantiveram seus índices praticamente estáveis. Além disso, o número daqueles com instabilidade eleitoral reduzida ainda permaneceu superior, uma vez que há mais países com VES abaixo da média geral [8,8]. Da mesma forma, nos anos 1980 —época em que a idéia de crise partidária atingiu seu ápice entre os pesquisadores—, há um número considerável de países com VES baixa [10 ao todo] em relação àqueles com VES alta [6, no total].

Então, o que realmente ocorreu foi que os países com instabilidade já elevada sofreram um incremento significativo em seus índices, o que, obviamente, trouxe impacto à média do período —e é fato que, em relação à década anterior, mais do que dobrou o número de países com VES alta. Aquelas nações, isoladamente, sim, apresentaram aumento sensível em sua volatilidade eleitoral sistêmica nos anos 1970. Mas, em compensação, houve países com declínio importante, como a Bélgica, a Alemanha e Malta. Em contrapartida, nos anos 1990, a volatilidade eleitoral sistêmica aumentou substancialmente, sendo também expressivo o número de países cujo índice ultrapassou em muito a média geral. Caprichosamente, na década de 1990 —quando a importância dos partidos é, digamos assim, redescoberta no âmbito das diversas pesquisas temáticas (cf. Mair: 1997)—, ocorreu a maior instabilidade da região em toda sua história eleitoral até momento. Ao todo, 13 países apresentaram VES alta, enquanto apenas 3 apresentaram VES baixa. Além do mais, analisando-se os índices de volatilidade eleitoral sistêmica das primeiras eleições dos anos 2000, podemos observar que o padrão de instabilidade da década de 1990 não apenas se mantém, como se acentua de maneira contundente. Ainda de acordo com os dados da tabela 3.2, os casos mais expressivos são, respectivamente, a Itália [37,2], a Holanda [30,7] —que, como veremos mais adiante, apresentaram índices semelhantes aos países mais instáveis do antigo bloco soviético—, a França [22,3], a Áustria [24,2] e a Noruega [16,1] —países que, como também veremos adiante, ostentam índices semelhantes aos países da América Latina.

Portanto, este padrão parece corroborar a assertiva de Bartolini and Mair (1990) e Mair (1990, 1997) a respeito da inexistência de uma estabilidade plena em toda a Europa Ocidental desde os anos 1920 até o início dos anos 1970 —uma vez que houve instabilidade predominante em algumas décadas desse período. Mas, a análise desses mesmos dados, de certa forma, não permite a corroboração de outras duas assertivas daqueles autores. A primeira delas é a de que a estabilidade sistêmica seria uma exceção a ser explicada. Na verdade, de acordo com os dados analisados há pouco, a estabilidade parece não ser nem a exceção, nem a regra. Como pudemos observar, em termos agregados, os países, em seu conjunto, mostram uma dinâmica heterogênea, oscilante e pendular, com predomínio de volatilidade eleitoral sistêmica baixa [VESb<8,8] nos anos 1920, de volatilidade eleitoral alta [VESa≥8,8] nos anos 1930 e 1940, de VESb novamente nos anos de 1950, 1960, 1970 e 1980, e de VESa mais uma vez nos anos 1990 e nas primeiras eleições dos anos 2000. A segunda assertiva não validada é a de que a VES aumentou substancialmente a partir da

década de 1970 —o que, de fato, não ocorreu— já que a Europa somente foi chacoalhada com um aumento generalizado da VES a partir dos anos 1990.

Um ponto importante a ser observado, portanto, é que, se por um lado, os autores, inegavelmente, introduziram uma inovação bastante perspicaz no índice de volatilidade eleitoral ao proporem a diferenciação entre a instabilidade sistêmica, ou seja, a medida da volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB] —aquela que, de fato, crescia— e a instabilidade na estrutura de clivagens partidárias, que é a medida da volatilidade eleitoral total ou sistêmica [VES] —aquela que, segundo seus dados, permanecia estável; por outro lado, eles incorreram em um pequeno equívoco. Este consistiu em ter aceito a conclusão da literatura acerca da VES —instabilidade generalizada a partir de 1970—, procurando refutar apenas a outra conclusão que apontava para o "descongelamento" das clivagens sociais dos partidos. Isso porque, para eles, a questão primordial não era discutir se Pedersen (1979) estava correto em suas conclusões acerca do aumento disseminado da instabilidade sistêmica, mas demonstrar que sua análise ou, mais propriamente, sua operação metodológica, não era adequada para o teste da hipótese do "congelamento" das clivagens partidárias. Mas, como os dados categorizados e analisados logo acima indicaram, não há base fatual para sustentar a inferência acerca do incremento da VES no final da década de 1960. O aumento só veio mesmo nos anos 1990 —quando até a média geral elevou-se de maneira um pouco mais acentuada.

Outro contraponto que deve ser destacado em relação ao tradicional posicionamento da literatura é a surpreendente evolução da instabilidade eleitoral em democracias consideradas "consolidadas" situadas fora da Europa. Usualmente, os pesquisadores têm enfatizado a trajetória *sui generis* dos sistemas partidários europeus, destacando sua enorme capacidade de gerar lealdade dos eleitores para com os partidos e de produzir uma história de persistente estabilidade pelo menos até a década de 1970. As outras democracias "consolidadas" não européias seriam contrastantes, com trajetórias de maior instabilidade. Mas, se estendermos a análise a estas democracias não européias, encontraremos resultados bastante contra-intuitivos e, de certo modo, falsificadores dessa concepção eurocêntrica, como mostra a tabela abaixo, onde há dados sobre a evolução da volatilidade eleitoral sistêmica em quatro países de língua inglesa —classificação que tem sido de praxe nos trabalhos de Lipset (1967)— localizados em regiões não européias.

TABELA 3.5
Volatilidade Eleitoral Sistêmica Média em Democracias Não-Européias de Língua Inglesa, das Décadas de 1950 a 1990

	1950s	*1960s*	*1970s*	*1980s*	*1990s*	*Média*
Austrália	6,4	5,8	7,3	3,8	9,2	6,5
Canadá	9,2	8,1	5,3	11,3	24,3	11,.6
Nova Zelândia	6	4,6	9	11,8	13,4	8,9
Estados Unidos	2,9	3,6	3,3	3,1	3,2	3,2
Média	**6,1**	**5,5**	**6,2**	**7,5**	**12,5**	**7,5**

Fonte: Peter Mair's personal archives (University of Leiden)

De acordo com os índices mostrados na tabela acima, é possível afirmar que todos os países apresentam uma dinâmica de pouca instabilidade, embora, assim como ocorreu com as nações européias, também houve uma elevação da VES nos anos 1990. Se analisarmos a evolução das médias da VES ao longo das sucessivas décadas, podemos observar ainda que, tomando a média geral como ponto de corte [7,5], a freqüência de volatilidade alta [VESa≥7,5] é bastante inferior à freqüência de volatilidade baixa [VESb<7,5]. Em termos individuais, há, evidentemente, algumas variações que devem ser destacadas. A Nova Zelândia, depois de um período de instabilidade baixa nos anos 1950 e 1960 e de uma pequena variação positiva na década de 1970, apresentou um crescimento importante em seu índice nos anos 1980 [11,8] e 1990 [13,4]. Contudo, sua média [8,9], embora tenha ficado ligeiramente acima da média geral [7,5], não é tão elevada como é o caso de vários países europeus. O Canadá é o país mais instável dentre os quatro analisados. Com a exceção da década de 1970 [5,3], todos seus resultados são relativamente elevados, com destaque para os anos 1990 [24,3], quando sua VES média se elevou tanto quanto a de países europeus mais instáveis e se aproximou de países do antigo bloco socialista e da América Latina. Por outro lado, a Austrália e os Estados Unidos são bastante estáveis. No caso dos Estados Unidos, cujo sistema partidário tem sido invariavelmente criticado desde sua criação —em função especialmente de seus partidos, considerados pouco coesos, pouco ideológicos, indiferenciados e programaticamente irresponsáveis— , os resultados são ainda mais surpreendentes. Todas as suas médias ficaram abaixo da média geral do grupo e são bastante reduzidas. Sua evolução histórica mostra uma dinâmica extremamente estável, sendo sua média geral também significativamente baixa [3,2]. Comparando seus índices com

os europeus, o que temos é que, dentre todas as democracias consideradas "consolidadas", os Estados Unidos são o país que possui a maior estabilidade eleitoral.

Estes dados, portanto, contradizem a sabedoria convencional de teor normativo que tem prevalecido no âmbito da literatura comparativa e que, com base na evolução da instabilidade eleitoral, tem julgado os partidos e os sistemas partidários europeus mais estáveis e "desenvolvidos" do que seus congêneres norte-americanos. Assim sendo, uma conclusão imediata a qual podemos chegar a partir da análise comparativa dos dados referentes às "democracias consolidadas" européias e não-européias é que, quando algum pesquisador adota a postura normativa de interpretar a estabilidade eleitoral como um indicador sociológico —ou seja, de vínculo social entre as classes ou os grupos e os partidos e, por conseqüência, como indicador de estabilidade sistêmica e de "desenvolvimento político"—, ao deparar-se com dados desse tipo, ele, inevitavelmente, acaba se defrontando com uma situação, digamos, desconfortável. Este desconforto adviria do fato incontestável de ter de admitir que, na verdade, é o sistema partidário norte-americano, e não os europeus, que seria o modelo ideal a ser seguido pelas nações democráticas, se for este o caso —uma vez que o objetivo final de vários desses analistas de política comparada é propor, indutivamente, um modelo normativo do melhor arranjo institucional possível a ser adotado por todas as democracias recentes. Isso porque, tal admissão contrariaria as premissas teóricas mais caras aos adeptos de tal perspectiva teórica, que são aquelas já clássicas e notórias sugeridas por Duverger (1951) a respeito dos partidos de massas como as organizações representativas mais "desenvolvidas" e mais indicadas, portanto, para a efetividade da representação social na esfera política e para a estabilidade da democracia.

A resolução satisfatória e razoável dessa discrepância demandaria a aceitação de que variáveis institucionais exógenas ao contexto social, como aquelas inerentes à esfera bem delimitada da política —ou as "regras do jogo" político, como se tem convencionado tratar tais instituições—, cumpririam uma função primordial na estruturação do comportamento dos atores e, acima de tudo, que as escolhas coletivas poderiam se basear mais nas preferências individuais e nas decisões estratégicas do que nas imutáveis identidades de classe. Neste caso, então, seria relevante considerar variáveis relativas à racionalidade do comportamento em termos de escolhas individuais dinâmicas, estimuladas institucionalmente, ao invés de privilegiar variáveis estáticas, relativas à afetividade, como a identidade ou a identificação com algum grupo social. Dessa maneira, variáveis como a forma de

governo, a fórmula eleitoral, o princípio de representação, o número de partidos, a estrutura de preferências eleitorais, etc., poderiam elucidar melhor os fatores explicativos da dinâmica da representação e da competição política nessas democracias —evidentemente, sem o viés normativo e "desenvolvimentista" que tem caracterizado várias interpretações sociológicas da instabilidade eleitoral.

A verdade é que este tipo de interpretação tem se mostrado contraproducente no que se refere à explicação das oscilações do índice de volatilidade eleitoral, na medida em que tem concentrado seus esforços analíticos apenas na tentativa de previsão das crises gerais e definitivas dos partidos e dos sistemas partidários toda vez que se depara com alguma instabilidade eleitoral. Em decorrência disso, esse tipo de orientação teórica acaba enfrentando sérias dificuldades empíricas e contradições. Afinal, como conciliar a defesa normativa do modelo partidário europeu [supostos partidos de massas] e a constatação positiva [empírica] que os sistemas da região são mais voláteis do que o norte-americano? Como concluir que é a *catchallnização*, digamos assim, dos partidos europeus, ou sua americanização, que tem contribuído para a crise de representação e para a conseqüente elevação da instabilidade eleitoral e constatar que justamente o sistema partidário norte-americano, cujo modelo seria o culpado pela crise européia, seria extremamente estável?

O que acontece é que tal perspectiva teórica não está conceitualmente equipada para explicar estes fenômenos de maneira acurada. Suas premissas teóricas s incapacitam-na a perceber a elevação da volatilidade eleitoral —ou sua existência em nível relativamente elevado— como indicador de outra coisa que não de uma hecatombe geral. O aumento da competição, que pode ser entendido como uma maximização do princípio democrático de contestação pública (Dahl: 1972) necessariamente traz consigo certa instabilidade eleitoral sistêmica, um fluxo de votos migratórios entre partidos —e, no caso europeu, como vimos anteriormente, entre partidos da mesma família— e pode muito bem não significar nenhuma crise de representação, mas, pelo contrário, um aumento do escopo dos interesses aptos a serem representados; um aumento, portanto, da variabilidade das preferências mais sinceras a serem expressas. Então, a relação entre fragmentação e competição —que, como veremos logo mais adiante, pode ser uma das chaves explicativas do aumento da VES—, infelizmente, é desconsiderada, ou, no máximo, percebida como altamente problemática para a democracia, sendo tomada como evidência de algum "abalo sísmico" na própria estrutura do sistema representativo.

Em realidade, este é um ponto extremamente importante, mas que foi desenvolvido apenas tangencialmente tanto por Pedersen (1979, 1983) como por Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997), que é a natureza possível da relação entre a instabilidade eleitoral e a competição partidária. Nesta relação, poderíamos encontrar algumas respostas plausíveis para a questão crucial suscitada pelas evidências encontradas por estes autores, qual seja: por que a migração de eleitores entre os partidos individualmente é elevada e, simultaneamente, a migração de eleitores entre famílias partidárias diferentes é baixa? Trata-se, portanto, da tentativa de explicação da aparentemente contraditória discrepância entre o índice de volatilidade eleitoral sistêmica ou total —que oscilava de forma pendular e se mostrava elevado em alguns períodos— e o índice de volatilidade eleitoral entre blocos partidários —que oscilava muito pouco, mostrando que as clivagens sociais dos partidos permanecia estável. Trata-se, além disso, de tornar possível uma explicação normativamente neutra para a elevação da VES ou para sua ocorrência em grau elevado, sem que isso seja pensado nos termos da "baixa institucionalização" ou mesmo da "desinstitucionalização" do regime democrático. Esta mudança do registro interpretativo poderia trazer uma grande contribuição ao debate acerca do problema da instabilidade eleitoral, especialmente no caso da análise dos sistemas partidários das "democracias recentes" com representação proporcional. Tal contribuição poderia consistir em propor outra forma de interpretar os significados do índice, de modo que fosse superado o viés sociológico que tem predominado em sua aplicação —viés este que, como veremos na última seção deste capítulo, padece de alguns problemas lógicos e metodológicos graves.

Seja como for, há algumas outras conclusões importantes que também podem ser extraídas da análise dos dados anteriores. Em primeiro lugar, em termos agregados, a instabilidade —e não a estabilidade— eleitoral é historicamente predominante na Europa Ocidental. Em segundo lugar, a dinâmica da VES mostrou-se bastante heterogênea, demandando um cuidado maior em suas avaliações. Em terceiro lugar, a VES aumentou de forma significativa a partir dos anos 1970 somente em alguns países, e não na maioria deles, sendo que tal aumento não interferiu nas clivagens partidárias já estabelecidas, que continuaram estáveis, uma vez que a volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB] se manteve reduzida. Em quarto lugar, a VES sofreu um aumento generalizado apenas a partir dos anos 1990, e não a partir de 1970. Em quinto lugar, o aumento da VES, bastante sutil e pontual nos anos 1960, 1970 e 1980, e mais acentuado e generalizado a partir da década de 1990, está

associado ao aumento da competição entre partidos de uma mesma família por eleitores de uma mesma clivagem.

Com relação a este último aspecto, a lógica do argumento é a de que a concomitância de volatilidade eleitoral sistêmica alta [VES] com volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB] reduzida indicaria que, ao mesmo tempo em que persistem os alinhamentos sociais —o que confirmaria a hipótese de Lipset and Rokkan (1967)—, vem ocorrendo um aumento na competição partidária —o que confirmaria a hipótese de Pedersen (1979) acerca da elevação da volatilidade eleitoral total associada à fragmentação partidária. Isso significaria, portanto, que a volatilidade eleitoral sistêmica não seria elevada em função da volatilidade eleitoral entre blocos partidários, mas sim em função da volatilidade eleitoral entre partidos do mesmo bloco. De certo modo, tal coisa seria o mesmo que afirmar que a instabilidade eleitoral encontrada dever-se-ia à proliferação de partidos vinculados a uma mesma clivagem política, o que demonstraria a persistência dos alinhamentos partidários determinados pela estrutura social; determinação esta tão vigorosa a ponto de estabelecer a segmentação da competição [intra-blocos partidários] e a estratégia competitiva dos partidos [não ideológica/marginalista].

Porém, antes de avançar nesta discussão de orientação mais teórica e metodológica, procurarei explorar brevemente a transplantação desse tipo de análise que os estudiosos de política comparada fizeram do contexto europeu para o plano das "democracias recentes". Estes pesquisadores têm investigado a evolução da instabilidade eleitoral nesses países mantendo o viés sociológico em seus trabalhos, procurando interpretar a instabilidade eleitoral, mensurada pela VES —e desconsiderando-se a volatilidade eleitoral entre blocos partidários [VEB]— como um dos obstáculos à institucionalização ou à consolidação da democracia. Inicialmente, abordarei os países do antigo bloco socialista. Depois, os países latino-americanos.

II. A Instabilidade Eleitoral nas Democracias Recentes

Como vimos até o momento, a preocupação com a estabilidade e com a mudança dos sistemas partidários já faz parte da tradição de estudos europeus de política comparada. No âmbito do debate da literatura temática, desenvolveram-se teorias de partidos, conceitos e toda uma metodologia de análise empírica, todos voltados à investigação do problema. Mas, esta preocupação e todo o instrumental teórico-

metodológico não ficaram restritos às análises apenas daquela região; sob o mesmo viés analítico, os sistemas partidários das democracias recentes também passaram a ser objeto de atenta investigação dos estudiosos de política comparativa a partir dos anos 1990. Em decorrência disso, foram realizados vários trabalhos cujo intuito maior era a mensuração do grau de instabilidade eleitoral daqueles recentes sistemas. Contudo, diferentemente do que foi o mote central das pesquisas centradas nos países da Europa Ocidental, a questão crucial nas novas democracias era o quanto os seus respectivos sistemas partidários facilitavam ou dificultavam a consolidação do novo regime. Esta literatura pode ser dividida em dois grupos: de uma parte, há uma série de trabalhos dedicados à análise dos sistemas partidários dos países europeus do antigo bloco socialista; de outra, os estudos que se concentraram na dinâmica dos sistemas partidários latino-americanos, especialmente aqueles da América do Sul.

De forma geral, em seu conjunto, estas análises também têm utilizado o índice de volatilidade eleitoral como indicador de institucionalização sistêmica e, por conseqüência, como indicador da efetividade e da funcionalidade dos sistemas partidários dos países dessas regiões, especialmente no que se refere ao estabelecimento de identificações entre partidos e eleitores. Assim, além da utilização de índices similares àqueles empregados nas análises dos países da Europa Ocidental, os estudiosos das democracias recentes também tomam os resultados daqueles países como ponto de comparação normativa e, uma vez que não observam resultados semelhantes aos das democracias antigas e já "consolidadas", concluem que os sistemas partidários dos antigos países socialistas e da América Latina seriam muito pouco institucionalizados, e portanto, seriam importantes obstáculos ao processo de consolidação do regime democrático.

1. A Instabilidade Eleitoral nos Antigos Países Socialistas

O esfacelamento do regime socialista no bloco de países da Europa Central e do Leste abriu um espaço importante para a propagação da "onda democrática", iniciada nos anos 1970, no mediterrâneo europeu, e disseminada pela América Latina, nos anos 1980 e 1990. Assim como no caso das nações latino-americanas, as preocupações centrais de diversos analistas de política comparada que, desde então, vêm se dedicando ao estudo daqueles países, concentram-se nas possibilidades de instauração e de consolidação das instituições representativas. Com tal propósito, todos eles têm voltado suas discussões para quatro dimensões constitucionais fundamentais, quais sejam: (1) o tipo e o princípio de representação —se proporcional ou majoritária [e

suas variações relativas à magnitude dos distritos eleitorais]—, (2) a forma de governo —se parlamentarismo [misto ou puro] ou presidencialismo [cuja adoção concentrou-se sobejamente na América Latina]—, (3) o modelo de arranjo federativo —se mais unitário ou mais descentralizado— e, finalmente, (4) os partidos políticos [sua estrutura organizacional e seu perfil ideológico] e os respectivos sistemas partidários [seu formato numérico e seu grau de estabilidade].

No âmbito dessa literatura, a concepção geral compartilhada por todos os analistas é a de que o desenho constitucional, ou, mais propriamente, a escolha do perfil dessas instituições, exerce um efeito preponderante no próprio desempenho das democracias, seja para obstar seu funcionamento efetivo, seja para, inversamente, dinamizá-lo. Neste contexto, os partidos e os sistemas partidários vêm ocupando um lugar cada vez mais central nos estudos comparativos. Com relação à formação e à dinâmica dos recentes sistemas partidários nos países daquela região, vários analistas têm apontado reiteradamente que, em comparação com a Europa Ocidental, estes apresentam uma instabilidade eleitoral extremamente elevada (Bielasiak: 2003, 2001, 1997; Lewis: 2000; Olson: 1998; Rose et al: 1998; Mair: 1997; Cotta: 1996; Kopecky: 1995; Reddaway: 1994).

De fato, como pode ser observado na tabela abaixo, excetuando-se a República Tcheca [13,4], a Croácia [16,9] e a Romênia [19,6], todos os outros países apresentam índice de volatilidade eleitoral acima dos 20 pontos, sendo que nada menos do que 10 países apresentam índice acima de 30 pontos. A Rússia [47,3] tem o sistema partidário mais instável e, de forma geral, os países que compunham a União Soviética apresentam maior instabilidade eleitoral do que os antigos países socialistas do Leste Europeu. Não é mero acaso, portanto, que os seis países com volatilidade mais elevada são justamente aqueles pertencentes ao antigo bloco soviético [Rússia, Lituânia, Georgia, Moldavia, Latvia, Armênia]. Em contrapartida, apenas dois países do Leste Europeu estão acima da média geral [Polônia e Macedônia] e quatro estão acima da média do Leste [Bulgária, Hungria, Polônia e Macedônia]. Isso, inclusive, reflete-se nas médias regionais. Embora ambas possam ser consideradas elevadas em relação aos 13 países da Europa Ocidental [8,5] analisados anteriormente, nos países do Leste [23,1], a média é significativamente inferior àquela dos países do antigo bloco soviético [36,7].

TABELA 3.6

Volatilidade Eleitoral Sistêmica Média nos Países do Leste Europeu e do Ex-Bloco Soviético, do Período de 1990 a 2003

Países	*Volatilidade Média*
República Tcheca (LE)	19,3
Croácia (LE)	16,9
Romênia (LE)	19,6
Albânia (LE)	21,5
Eslováquia (LE)	24
Eslovênia (LE)	22
Média Leste Europeu	**23,1**
Bulgária (LE)	25,3
Hungria (LE)	26,9
Média Geral	**28,6**
Ucrânia (BS)	29,2
Polônia (LE)	32,7
Estônia (BS)	31.4
Macedônia (LE)	34,7
Armênia (BS)	35.1
Latvia (BS)	36,4
Moldavia (BS)	36,6
Média Bloco Soviético	**36,7**
Georgia (BS)	38
Lituânia (BS)	39,3
Rússia (BS)	47,3

Fonte: Bielasiak (2003); Central and Estern European Elections: <*www.essex.ac.uk/elections*>
* Nota Explicativa: LS refere-se aos países do Leste Europeu e BS aos do ex-bloco soviético.

Desse modo, é compreensível o fato de que exista certo consenso em relação à concepção, digamos, *standard*, de que os países daquelas regiões possuem sistemas partidários com elevada instabilidade eleitoral. Todavia, a partir desse consenso, surge um ponto de dissensão que subdivide a literatura em duas correntes conflitantes. Esta controvérsia tem como fonte de polêmica as explicações e as justificativas para estes elevados índices de volatilidade eleitoral sistêmica encontrados naqueles países. Em uma dessas linhas, há um conjunto de pesquisadores que enfatizam que aqueles sistemas já deveriam ter "cristalizado" as identidades partidárias rapidamente, e que o fato de isso não ocorrer seria indicativo da ineficácia ou mesmo da ineficiência dos partidos enquanto veículos de representação de interesses e, conseqüentemente, seria indicativo da existência de graves empecilhos à consolidação democrática (Miller et al: 2000; Shabad and Slomczinski: 1999; Kitschelt et al: 1999; Kitschelt: 1992). Tal conclusão se baseia em duas justificativas

principais; uma, teórica, e, outra, histórica. A justificativa teórica tem como pressuposto a perspectiva de que a estruturação das clivagens partidárias seria um processo sempre rápido e seguro e, por extensão, a própria estruturação do sistema partidário deveria ocorrer rapidamente, conduzindo, no curto prazo, o comportamento eleitoral dos atores a um grau elevado de estabilidade. Dessa maneira, a estruturação das preferências políticas vinculadas aos partidos e a institucionalização dos sistemas partidários deveriam transcorrer em um breve período eleitoral, dado que os eleitores seriam agentes racionais plenamente aptos a selecionar seus representantes em um contexto no qual estes fossem capazes de sinalizar de maneira coerente suas posições —especialmente no caso da tradução dos interesses econômicos e sociais em clivagens partidárias (cf. Shabad and Slomczynski: 1999; Evans and Whitefield: 1993). A justificativa histórica consiste no argumento de que os cidadãos dos antigos países socialistas seriam já bem formados e informados acerca de seus interesses coletivos de classe, sendo dotados, portanto, de capacidade suficiente para processar uma rápida identificação dos partidos que melhor representem suas preferências.

Na outra corrente explicativa, agrupam-se alguns analistas que não entendem que a mera existência de instabilidade eleitoral seja necessariamente um indicador de ineficiência partidária ou de obstáculo à institucionalização da democracia. Assim como os autores do grupo anterior, suas justificativas também são de ordem teórica e histórica. No âmbito teórico, eles defendem a posição de que a estruturação de um sistema partidário é inevitavelmente um processo longo e incerto, repleto de oscilações na dinâmica de formação das identificações com os partidos (Bielasiak: 2003, 1997; Markowski: 1997; Kopecky: 1995; Bunce and Csanadi: 1993; Rychard: 1993; Mair: 1991; Offe: 1991). Assim, a elevada volatilidade eleitoral dos sistemas partidários daqueles países seria algo teoricamente esperado e perfeitamente explicável mesmo em termos do paradigma neo-institucional. No âmbito histórico, estes autores enfatizam a herança dos regimes socialistas de partido único, algo que teria produzido uma mentalidade avessa à competição interpartidária, um sentimento anti-competitivo (Lewis: 2001, 2000; Kitscheldt et al: 1999; Prindham and Lewis: 1996; Olson and Norton: 1996), e, acima de tudo, teria imposto certa complexidade na cultura política, traduzida em um legado de total inexistência de um daqueles requisitos fundamentais para a democracia representativa de massas, qual seja, uma sociedade civil de matriz liberal, organizada de maneira societária e com intenso capital social. Junte-se a isso o próprio processo de transição democrática e os

desenhos constitucionais específicos adotados em cada país (Elster, Offe and Preuss: 1998; Simon: 1997; Geddes: 1995; Lijphart: 1992), e a instabilidade eleitoral não apenas seria explicada, como também justificada —embora, é claro, não menos condenada.

Então, os autores dessa segunda linha explicativa procuram corroborar com dados empíricos a noção teórica geral (cf. Odershook: 1995) de que a estruturação dos sistemas partidários seria um processo longo, lento e com algum grau de incerteza quanto aos seus resultados práticos finais. Mair (1997) procura até avançar em outro tipo de explicação, que tem como fundamento esta mesma perspectiva. Para o autor, a instabilidade observada seria algo normal para a situação daqueles países e, de certo modo, seria algo inerente ao processo de formação de um mercado político competitivo —e, conforme será discutido mais adiante, é exatamente este o ponto mais essencial a ser considerado quando se avalia a evolução de um sistema em formação. Segundo seu ponto de vista, a estruturação de um sistema partidário não seria algo rápido e automático, especialmente quando isso envolve a configuração de um ambiente eleitoral realmente aberto à competição, o que implica na proliferação de partidos concorrentes com diferenças ou bastante elásticas ou marginais e, naturalmente, na maior suscetibilidade do eleitor diante da variedade de alternativas à sua escolha. Na verdade, esta instabilidade associada à intensa competição partidária teria um efeito positivo na própria consolidação democrática, na medida em que seria um indicador de que a rotatividade no poder seria uma possibilidade concreta, induzindo os diversos atores a atribuírem maior legitimidade ao procedimento eleitoral.

De qualquer modo, a despeito de tais divergências existentes no interior da literatura que analisa os países do antigo bloco socialista, é importante destacar três pontos de convergência fundamentais; dois, centrados em generalizações teóricas, e, um, de natureza mais singular e empírica. Primeiramente, todos concordam que o sistema partidário é uma variável central tanto para o funcionamento efetivo como para a consolidação da democracia. Em segundo lugar, todos admitem que seria desejável que o sistema partidário fosse capaz de produzir, mais cedo ou mais tarde, algum grau de estabilidade eleitoral ou, mais precisamente, algum grau de institucionalização sistêmica. Em terceiro lugar, todos os autores indicam que a volatilidade eleitoral sistêmica daqueles países seria significativa e "perigosamente" elevada.[15] Assim sendo, como conseqüência lógica desse raciocínio, é inevitável

[15] Curiosamente, em nenhuma análise foram feitos cálculos da volatilidade eleitoral entre blocos partidários, o que poderia trazer mais profundidade a esses estudos.

deduzir que, uma vez que os novos sistemas não reproduzem o suposto padrão de estabilidade da Europa Ocidental, logo, seus partidos seriam débeis e/ou seus eleitores seriam "obtusos", quer isso seja algo esperado —como defendem alguns analistas—, quer isso seja algo inesperado —como defendem outros analistas. Ou é possível deduzir ainda, como o fazem outros tantos pesquisadores, que as elites políticas das democracias recentes sejam de tal forma irracionais que seriam incapazes de coordenar seus esforços e suas estratégias, de maneira que fosse diminuído o nível da competição e, conseqüentemente, o nível da volatilidade eleitoral.

Em grande parte, senão na totalidade, esta é a concepção que também permeia todo o conjunto de trabalhos que miraram seu foco de investigação ao outro extremo do planeta, ou seja, aos países da América Latina. Também em tais análises, o índice de volatilidade eleitoral tem sido usualmente tomado como indicador de institucionalização sistêmica e, do mesmo modo, a premissa teórica adotada assenta-se na idéia de que a consolidação democrática depende de uma elevada estabilidade nas votações dos partidos, algo que somente poderia ser obtido com a configuração de organizações representativas coerentes e funcionais quanto à moldagem sociológica das identificações partidárias. Entretanto, há duas diferenças fundamentais em relação às pesquisas sobre os países europeus do ex-bloco socialista. Uma delas é que as análises voltadas aos países latino-americanos são consideravelmente mais escassas. A outra é que, de um modo geral, não há qualquer discordância acerca do estatuto teórico e empírico da dinâmica de estruturação dos sistemas partidários na região, concebido sempre como um processo longo, incerto, instável e envolto em uma espécie de caos institucional e comportamental. Isso porque, diferentemente dos indivíduos do antigo bloco socialista, a população latino-americana teria tido uma trajetória histórica de pouco envolvimento político e de pouca organização da sociedade civil. Ademais, além da história de sucessivas rupturas institucionais, a própria escolha do modelo constitucional teria sido atabalhoada, senão, equivocada mesmo, e extremamente contraproducente no que se refere ao funcionamento adequado e estável da democracia.

2. A Instabilidade Eleitoral nos Países da América Latina

Se no caso da Europa, o precursor da tentativa de uma teorização dinâmica dos sistemas partidários e da preocupação com a instabilidade eleitoral em termos agregados foi Pedersen (1979, 1983), com relação à América Latina, uma das maiores

contribuições foi trazida pelos trabalhos de Mainwaring (1999, 1998, 1995) e Mainwaring and Scully (1995). Aliando-se aos inúmeros pesquisadores preocupados com os problemas da institucionalização e da consolidação da democracia nos países do "terceiro mundo", estes autores propuseram um tratamento especial aos sistemas partidários, considerando-os variáveis tão fundamentais na constituição dos novos regimes quanto outras até então privilegiadas, como a forma de governo, o modelo federativo e o sistema eleitoral. De acordo com sua argumentação, um sistema partidário forte e estruturado seria o grande responsável pela produção de compromissos entre os atores e de estabilidade no sistema político como um todo. Em conseqüência, os sistemas partidários mais institucionalizados estruturariam de maneira mais efetiva os processos políticos fundamentais, que são a representação política, a produção de legislação e a execução das políticas públicas. Portanto, a institucionalização dos sistemas partidários seria, ao mesmo tempo, um indicador e um indutor de comportamentos padronizados, recorrentes, dos atores políticos, criando um ambiente de maior previsibilidade e, paralelamente, de diminuição do grau de incerteza agregado.

Partindo de tais premissas, as análises que tomaram a América Latina como objeto de investigação são unânimes quanto às conclusões acerca da dinâmica de suas instituições representativas. Todas as avaliações são extremamente pessimistas ou, no mínimo, cautelosas quanto ao desempenho dos partidos e dos sistemas partidários na região e quanto aos seus efeitos sobre a própria efetividade da democracia nestes países (eg. Torcal and Mainwaring: 2003; Ames: 2001, 1995; Roberts and Wibbels: 1999; Maiwaring: 1998, 1995; Coppedge: 1998; Hagopian: 1998; Kay: 1996; Weyland: 1996; Mainwaring and Scully: 1995; Jones: 1995; Roberts: 1995; O'Donnell: 1994; Remmer: 1991). As conclusões gerais que prevalecem nesta literatura são as de que (1) os partidos seriam frágeis em termos ideológicos e organizacionais, (2) os sistemas partidários seriam instáveis e inconsistentes e, em decorrência disso, (3) os eleitores seriam extremamente voláteis. Torcal and Mainwaring (2002: 28, 30) sintetizam tais conclusões de maneira bastante clara ao afirmar que:

> *Large numbers of latin americans are floating voters.* Ou seja*, rather than supporting the same party or a party of the same ideological bloc over time, they choose on the basis of candidates images and campaigns, frequently voting for different parties one election to the next, or choosing candidates of different parties at the same election.* Portanto*, their vote is not predictable from one election to the next.*

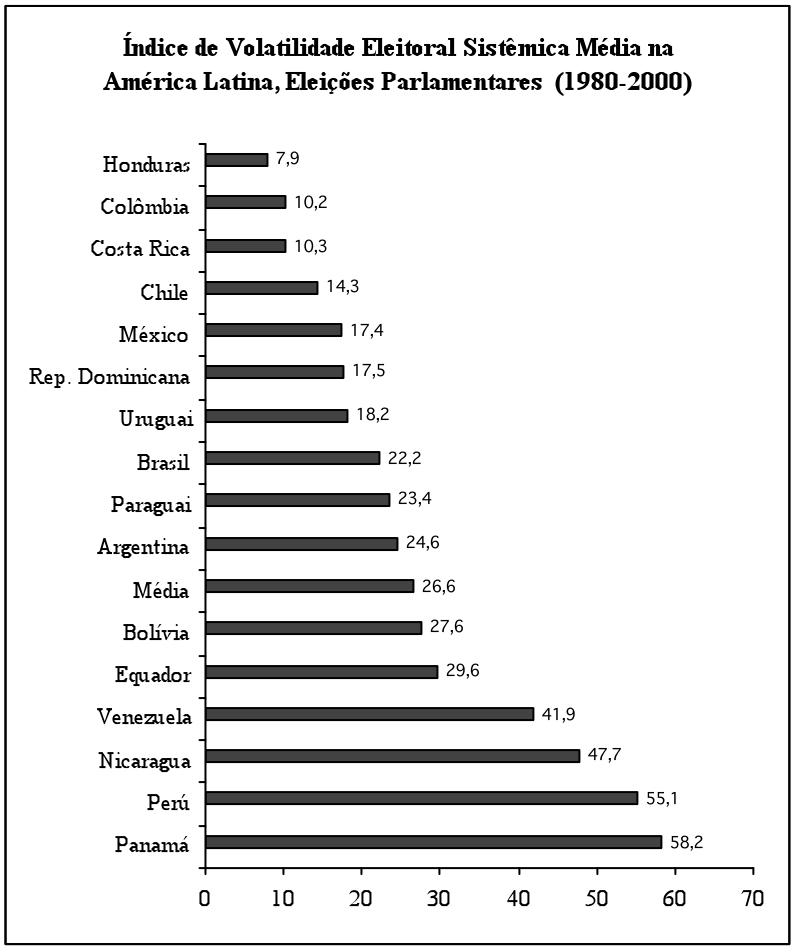
Este panorama de fragilidade institucional e de comportamento eleitoral volúvel, evidentemente, trouxe consigo sérias preocupações aos vários estudiosos da

política na região. Isso porque, como assevera Mainwaring (1998, 524), "in the third wave of democratization, a largely new phenomenon has occurred. Polyarchies that endure for many elections with very volatile party systems and weak parties". Inevitavelmente, este fenômeno contribuiria para a formação de sérios obstáculos à funcionalidade dessas recentes democracias e, em função disso, Roberts and Wibbels (1999, 574) ressaltam que "in Latin America, although the initial expectations of most observers, the instability of party systems has become a source of puzzlement and concern". A causa de tal preocupação, ainda segundo os autores, consiste em que "(...) this volatility, which finds clear parallels in the former soviet bloc, poses a significant challenge to democratic governance in contemporary Latin America".

De certa forma, quando são comparados os índices de volatilidade eleitoral sistêmica dos países latino-americanos com os países da Europa Ocidental, sob o viés analítico da institucionalização sistêmica, as conclusões e as reticências desses autores quanto à dinâmica da democracia representativa nesta região parecem mesmo ganhar algum fundamento. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, em termos comparativos com as democracias, digamos, mais antigas, é possível afirmar que os sistemas partidários da América Latina, de fato, são sensivelmente mais instáveis. Como pode ser notado, apenas Honduras [7,9], Colômbia [10,2], Costa Rica [10,3] e Chile [14,3] apresentam níveis de volatilidade eleitoral próximos às médias dos países europeus. Naquela região, a França [15] é o país com maior instabilidade e, no entanto, seu nível de volatilidade é similar ao do Chile [14,3], o país com a quarta menor instabilidade eleitoral da América Latina. Enquanto a média européia é 8,5 pontos, a média latino-americana é 26,6 pontos. Esta média elevada se deve principalmente às volatilidades eleitorais sistêmicas extremamente elevadas no Panamá [58,2], no Perú [55,1], em Nicarágua [47,7] e na Venezuela [41,9].

Outro aspecto que é possível perceber é que há um grupo de países em uma posição intermediária quanto ao nível de instabilidade, que são a Argentina [24,6], o Paraguai [23,4], o Brasil [22,2], o Uruguai [18,2], a República Dominicana [17,5] e o México [17,4]. Todos eles estão abaixo da média regional [26,6] e acima da média francesa [15], a maior volatilidade européia. Então, mesmo sendo países com instabilidade intermediária no contexto da América Latina, em relação à Europa Ocidental, sua volatilidade pode ser considerada elevada, embora não extremamente elevada a ponto de representar uma dinâmica de votações aleatórias ou caóticas.

GRÁFICO 3.2



Fonte: Torcal and Mainwaring (2003); Roberts and Wibbels (1999)

Aliás, se analisarmos os países com o critério endógeno de tomar a média como fator de classificação da VES em alta e baixa, podemos perceber que são poucos os países com instabilidade eleitoral extremamente elevada e próximas daquelas dos países mais voláteis do antigo bloco socialista. Convencionando-se, portanto, a volatilidade eleitoral sistêmica alta [VESa] e baixa [VESb], respectivamente, como VESa≥267,6>VESb, encontramos o seguinte. Do total de 16 países analisados, apenas seis deles apresentam VES alta. Estes países são a Bolívia [27,6], o Equador [29,6], a Venezuela [41,9], Nicarágua [47,7], o Peru [55,1] e o Panamá [58,2]. Quando consideramos apenas estes países, obtemos uma média de 43,3. De outra parte, tomando-se apenas os países com VES baixa encontramos uma média de apenas 16,6. A diferença entre ambas as médias é de 26,7 pontos —uma diferença substancial. Ademais, é importante considerar que dentre estes dez países, sete apresentam VES média abaixo de 20 pontos.

Mas, de qualquer maneira, este padrão, mesmo que heterogêneo, tem sido insistentemente apontado como indicativo da fragilidade partidária e da precariedade da relação entre os sistemas representativos e os eleitores na América Latina. Na perspectiva dos comparativistas, os sistemas partidários da região estariam, de certo modo, acometidos de uma espécie de "patologia" institucional, cujo "tratamento" exigiria um profundo e acurado diagnóstico das causas dos elevados níveis de instabilidade eleitoral. Afinal, conforme ressaltam Roberts and Wibbels (1999, 575), "if parties perform important political functions under democratic regimes, then the extreme level of electoral volatility that plagues Latina America merits greater scrutiny, as it is a primary indicator of failed or fragile representation". E mais, de acordo com Mainwaring (1998, 524), "although it new seems obvious that democracy can endure with volatile party systems, such systems affect the quality of democracy".

Dentre outros tantos danos à qualidade da democracia que são freqüentemente apontados por diversos analistas, há alguns especialmente ressaltados, como, por exemplo, o perigo de que a democracia possa ser irremediavelmente afetada no que se refere à imprescindível "*accountability* horizontal" (O'Donnell: 1994), produzindo um novo e indesejável "animal político", qual seja, uma democracia meramente eleitoral e "delegativa" (O'Donnell: 1994) —ou ainda, como no caso específico do Brasil, uma "democracia perversa" (Lamounier: 1992), repleta de políticas paroquiais e de políticos personalistas (Samuels: 2003; Ames: 2001; Mainwaring: 1999; Jones: 1995; Lamounier: 1994; Shugart and Carey: 1992). De acordo com os autores, há uma combinação de fatores que convergem para a produção desse fenômeno, no mínimo, indesejável, que seria uma democracia que não se rompe, com retrocesso autoritário, mas que tampouco se consolida, com a institucionalização dos partidos e da representação dos interesses coletivos. Os fatores convergentes para a composição desse quadro seriam de natureza social, econômica e político-institucional.

Em termos sociais, o maior problema seria o fato de que não haveria nos países latino-americanos qualquer tipo de clivagem de classe —ou mesmo de outra natureza— bem definida. Como conseqüência, Torcal and Mainwaring (2003, 30) indicam que "traditional social cleavages have very little impact for most latin american voters" e, desse modo, como afirmam Roberts and Wibbels (1999, 587), "in much of the region, party system are neither well institutionalized nor grounded in social cleavages". Em termos econômicos, a miséria e a péssima distribuição de renda criariam um ambiente pouco favorável à lealdade partidária e mais propício às

constantes ameaças à democracia (Torcal and Mainwaring: 2003; Roberts and Wibbels: 1999; Mainwaring and Scully: 1994, 1995; Remmer: 1991) —uma vez que as demandas por políticas sobrecarregariam financeira e administrativamente o Estado que, assim, ficaria em uma situação de total incapacidade de corresponder às expectativas dos mais variados grupos e classes sociais. Em termos político-institucionais, o maior problema seria a escolha dos desenhos constitucionais adotados nos diversos países da região, que combinariam uma legislação partidária permissiva com um sistema eleitoral pouco restritivo (Torcal and Mainwaring: 2003; Mainwaring: 1999, 1995; Roberts and Wibbels: 1999; Coppedge: 1998; Kay: 1996; Mainwaring and Scully: 1995ª, 1995b; Roberts: 1995; Remmer: 1991).

No entanto, apesar de todos concordarem com a convergência dessas três ordens de fatores, há uma ligeira diferenciação nesta literatura quanto à ênfase dada a cada fator específico. De uma parte, encontramos um conjunto de pesquisadores que dão praticamente o mesmo peso a todos os fatores mencionados (eg. Mainwaring: 1999, 1998; Kay: 1996; Mainwaring and Scully: 1995ª, 1995b; O'Donnell: 1994), destacando sua articulação —como conjunção de crises econômicas, de desorganização da sociedade civil, de debilidade partidária e das péssimas escolhas institucionais— para a formação desse ambiente de instabilidade política. De outra parte, encontramos autores que enfatizam os elementos institucionais (eg. Roberts: 1995; Coppedge: 1995), autores que enfatizam os elementos econômicos (eg. Weyland: 1996; Remmer: 1991) e autores que enfatizam os elementos sociais. Neste último conjunto, prevalece certa polêmica quanto ao peso de cada um desses elementos na produção dos níveis de volatilidade eleitoral encontrados. A primeira polêmica opõe explicações institucionais e explicações econômicas. Remmer (1991), por exemplo, salienta os elementos econômicos, apontando que as maiores taxas de instabilidade eleitoral encontradas na região teriam ocorrido precisamente nos anos entre 1980 e 1990, quando houve vários ciclos de crise econômica, ligados especialmente à estagnação produtiva e à inflação dos preços relativos. Coppedge (1995), por sua vez, enfatiza a explicação institucional, com base em um estudo que realizou acerca da volatilidade eleitoral em alguns países América Latina do início do século XX até 1990, e em cuja conclusão afirma que a elevada instabilidade encontrada estaria relacionada mais às manipulações anti-democráticas das elites em relação ao arranjo institucional do que às crises econômicas. Intuitivamente, somos levados a concluir que, no primeiro caso, a "solução" para a instabilidade sistêmica

seria obtida por meio de reformas econômicas e, no segundo, por meio de reformas institucionais.

Contudo, há trabalhos mais recentes que se voltaram às explicações centradas nas estruturas sociais ou, mais propriamente, nas estruturas de clivagem social, remontado às premissas clássicas da Sociologia Política de Lipset and Rokkan (1967) e até mesmo de Huntington (1968). Tais trabalhos caracterizam uma segunda polêmica, que é aquela que opõe as explicações sociais às explicações institucionais e econômicas. Este é, por exemplo, o caso de Roberts and Wibbels (1999) que, embora enfatizem a importância das variáveis institucionais na determinação da elevada volatilidade eleitoral sistêmica na América Latina, encontram no problema da tradução das clivagens sociais em partidos políticos a explicação preponderante para o fenômeno. Para defender esta posição, os autores analisaram as eleições em vários países da região ao longo dos anos de 1990. Esta teria sido uma década caracterizada precisamente por (1) poucas crises econômicas e por (2) estabilidade institucional. A despeito disso, conforme apontaram os autores, neste período, persistiram os elevados índices de volatilidade eleitoral em todos os países estudados. Desse modo, apesar de concordarem que a volatilidade eleitoral esteja associada a três tipos variáveis independentes —perturbações econômicas de curto prazo, pouca estruturação das clivagens sociais e fragilidade institucional dos respectivos modelos democráticos—, eles ressaltam a preponderância das variáveis sociais, especialmente a desorganização da sociedade civil e, por extensão, a pouca estruturação de clivagens sociais —de classe ou de religião. De acordo com eles, a história política da América Latina, por sua vez, explicaria este padrão sociológico de estruturação —ou desestruturação— da sociedade civil e de sua desconexão com o sistema político, representado pelos partidos.[16]

[16] No caso do Brasil, por exemplo, Murilo de Carvalho (2001) realizou uma síntese histórica da evolução política e social do país enfatizando exatamente esse descompasso entre sociedade civil e Estado, com a defesa de que houve o predomínio deste último sobre a primeira, caracterizada sempre como frágil e dependente dos governos e dos aparelhos estatais. Fortemente inspirado pelo esquema analítico de Marshal (1967), Murilo de Carvalho (2001) contempla essa dinâmica histórica sob a ótica da evolução da estruturação dos direitos que compõem a formação da cidadania. Embora a inspiração venha de Marshal (1967), no que se refere ao problema estruturação da cidadania enquanto um "pacote" de direitos, no que diz respeito à prevalência do Estado, enquanto aparelho burocrático, a inspiração veio de toda uma corrente de pensamento político brasileiro cujo mote central é a defesa da idéia de que a esfera estatal, de uma forma ou de outra, amesquinhou o desenvolvimento autônomo da sociedade civil, sendo muito pouco limitado pelo que já se convencionou chamar de liberdade negativa. Um dos maiores representantes dessa linha de pensamento é Faoro (2000), para quem a evolução histórica brasileira pode ser entendida em termos de centralização/descentralização política, na forma de um embate entre classes sociais [sociedade civil] e estamento burocrático [Estado], com o constante predomínio deste último. Evidentemente, há pensadores que propuseram justamente o contrário, ou seja, que na formação histórica do Brasil, não houve prevalência do Estado, tampouco da

Esta perspectiva é semelhante àquela defendida por Torcal and Mainwaring (2003). Estes autores compararam alguns países da América Latina com alguns da Europa Ocidental e chegaram à conclusão de que as sociedades latino-americanas teriam uma espécie de *déficit* sociológico no que se refere à estruturação de clivagens sociais, especialmente de clivagens modernas. Na verdade, as únicas clivagens razoavelmente estruturadas que os autores encontram seriam aquelas mais vinculadas ao mundo pré-moderno, organizadas em torno de elementos rurais e urbanos. Em suas próprias palavras:

> *(...) Class cleavages are much weaker in most of Latin American than in most of Western Europe (...) [and] religious cleavages are also somewhat weaker in Latin America, notwithstanding the accelerated secularization of Western Europe. Among the traditional Lipset and Rokkan Cleavages, only the rural/urban cleavage is stronger in Latin American than in Western Europe.*
>
> (Torcal and Mainwaring: 2003, 29)

Em função disso, não existiriam clivagens sociais de classe ou mesmo de religião que pudessem ser traduzidas em termos partidários —e nem mesmo existiriam clivagens em termos ideológicos, uma vez que, ainda segundo os autores, a auto-localização espacial dos atores no contínuo direita/esquerda seria extremamente inconsistente. Obviamente, ainda de acordo com Torcal and Mainwaring (2003, 28), isso seria decorrente do fato de que "latin american voters [are] poorly educated, uninterested in politics, uninformed politically, detached from parties, and unaware of the meaning of left and right". E, dessa forma:

> *Many Latin American voters have weak social and psychological electoral anchors. In all of these respects, especially for the psychological anchors, the contrast between Latin America and Europe is sharp. These data parallel the arguments that Latin American party systems are generally less institutionalized than party systens in the advanced industrial democracies" (ibid.).* Isso porque, continuam os autores, *rather than casting their vote on the basis of long term factors such as left-right location, class, or religion, many Latin American voters make their decision on the basis of short term factors such as economic voting and candidates images and campaigns.*

---

sociedade civil, mas sim da família e, de certo modo, da pequena comunidade orbital do núcleo familiar. Esse é o caso de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Hollanda, a despeito das enormes diferenças entre seus pontos de vista. Há também quem tenha tentando mostrar que, pelo menos desde 1930, processou-se uma espécie de articulação entre tais esferas, na forma de uma espécie de "linguagem política" ou de certa "gramática" que combinaria elementos informais, como o clientelismo, vinculado ao particularismo, com elementos formais, vinculados ao Estado moderno, como a burocracia e os procedimentos universais do liberalismo (Nunes: 1997).

Assim, as conclusões extraídas desse tipo de abordagem constroem um ambiente bastante desolador para os países latino-americanos no que se refere ao processo de representação política e à funcionalidade da democracia. Afinal, de acordo com Roberts and Wibbels (1999, 576), a volatilidade eleitoral não deverá diminuir nem com estabilidade econômica, nem com estabilidade institucional, uma vez que "electoral volatility is not a mere epiphenomenon of larger societal forces, its major souces are deeply rooted within latin american party systems themselves and are not easily remedied by external or quick-fix solutions". Ou seja, nem reformas macro-econômicas, nem reformas institucionais seriam eficazes para a construção de um ambiente eleitoral mais estável e de identificação mais duradoura dos eleitores com os partidos. A "solução", portanto, seria de longuíssimo prazo e dependeria de fatores sociais, porque, para estes e tantos outros autores, o problema central das instituições representativas na América Latina seria de natureza estrutural, uma vez que sua resolução envolveria mudanças seculares na estrutura social, mudanças estas relacionadas com o processo de modernização sócio-econômica e de ruptura com as formas tradicionais de política, mudanças, portanto, responsável pela formação de clivagens sociais coesas, pela configuração de uma sociedade civil organizada, pela educação das massas, pelo acesso à pluralidade de informações e, finalmente, pela produção de identificação societária dos atores com os partidos.

Como é possível entrever, este tipo de abordagem guarda pouco secretamente em seu âmago um profundo apego teórico às premissas basilares da Sociologia Política dos anos 1950 e 1960. Conduzidos por tal raciocínio, somos inevitavelmente arremessados de volta ao velho problema do desenvolvimento econômico como indutor do desenvolvimento político, na medida em que o desenvolvimento econômico significaria a configuração de uma estrutura, de fato, capitalista, capaz de levar esses países à modernização das suas clivagens sociais, com classes bem definidas e conscientes de seus interesses coletivos, de modo que esta consciência pudesse ser traduzida de forma coerente e consistente em comportamento eleitoral extremamente estável.[17]

[17] É importante observar que, em grande parte, essa perspectiva sociológica que estabelece certa relação causal entre desenvolvimento econômico ou modernização e democracia já havia sido amplamente exposta e defendida muito anteriormente por autores brasileiros, como Buarque de Hollanda (1999), Nunes Leal (1997) e, de certo modo, Raymundo Faoro (2000) —embora freqüentemente, costume-se atribuir tal crédito aos comparativistas norte-americanos. Em todos eles, podemos perceber a defesa de pelo menos uma relação de associação entre essas variáveis, com base na perspectiva de que a modernização poderia criar o ambiente social e econômico com os requisitos fundamentais à formação do indivíduo liberal, com valores democráticos e representativos, tais como impessoalidade, racionalidade e colaboração com o Estado; valores e indivíduos, portanto, preparados para a República democrática, capazes de ensejar, no caso do Brasil, a tão desejada transcendência das

Considerações Finais

A discussão realizada neste capítulo permitiu que o problema da instabilidade eleitoral européia fosse explorado com um pouco mais de detalhe, do ponto de vista empírico. Permitiu também que fossem explorados de maneira mais detida alguns dos mitos apontados por Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997) e alguns outros presentes até mesmo nos estudos desses autores. Do ponto de vista teórico, a discussão também tornou possível apreender que tipos de procedimentos conceituais e metodológicos estão presentes nas análises de política comparada que vêm se dedicando ao estudo dos sistemas partidários das democracias recentes; e, desse modo, foi possível indicar que problemas podem estar contidos nesta transposição teórica e analítica. Dentre estes problemas, há um que é preciso ser destacado, na medida em que quase toda a literatura parece nele incorrer, que consiste na adoção de forte teor sociológico em suas premissas. Sua preocupação principal é sempre com a formação de identidades partidárias consistentes, sólidas e socialmente enraizadas.

A premissa normativa —e, de certo modo, analítica— que dá suporte ao conjunto desses estudos é a de que somente o desenvolvimento de partidos socialmente representativos e coerentes é que pode contribuir decisivamente para o imprescindível processo de moldagem das identidades políticas vinculadas a estas organizações —e, conseqüentemente, tal desenvolvimento poderia ser um fator dinâmico essencial no processo de consolidação da democracia naqueles países. O teor sociológico da literatura comparativa reside, portanto, no seu apego irrestrito à premissa de que a estabilidade social é um valor absoluto a ser atingido e mantido, e de que qualquer instabilidade seria indicador de algum tipo de ruptura ou de ineficácia institucional, ou ainda, a perda do controle social sobre o comportamento

---

relações sociais, políticas e econômicas tradicionais, consideradas como os entraves ao desenvolvimento do país. Esses autores brasileiros poderiam, na verdade, ter se inspirado nos precursores da Sociologia, principalmente Montesquieu, cujo argumento central em sua principal obra de teoria política seria a proposição da importância da adequação entre instituições políticas, como forma de governo e código jurídico, e os costumes. Com um mote semelhante, podemos encontrar em diversos pensadores brasileiros uma perspectiva crítica quanto ao que Oliveira Vianna considerou como um "idealismo constitucional" ou uma desconexão entre o modelo político brasileiro instaurado a partir da Constituição de 1891 e a realidade social do país. Contudo, a crítica ao descompasso entre instituições políticas e cultura nacional, aparece na obra de outros autores, como Sérgio Buarque de Hollanda, por exemplo, e até mesmo de Nunes Leal, não para defender uma especificidade brasileira positiva e que deveria permanecer tal qual se apresentava, como era o caso de Gilberto Freyre, mas para propor a relação entre modernização social e econômica e o desenvolvimento político. A intenção, nesse caso, seria atingir o mesmo estágio europeu, o que pressuporia, portanto, certa convergência institucional. Desse modo, a idéia geral que fundamenta o "projeto" de modernização brasileira que pode ser encontrada na obra de Sérgio Buarque de Hollanda é que não seriam as instituições políticas que conseguiriam modificar a sociedade civil, mas sim a economia, responsável pela produção de novas formas de sociabilidade, de novos valores e de grupos sociais modernos, gerando, assim, um ambiente propício à democracia liberal.

dos atores —ou seja, uma luz vermelha a indicar perigo iminente. Em realidade, é importante que se observe, este era justamente o caso das análises acerca dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Ali, o problema da instabilidade eleitoral consistia naquilo que este fenômeno indicava potencialmente, de maneira indireta, ou seja, a ruptura dos laços entre classes sociais e partidos, em decorrência da própria transformação secular que estaria em curso na esfera da estrutura social.

Avançando um pouco nos termos comparativos, poderíamos conceber que, para a maior parte daqueles analistas, a volatilidade eleitoral européia indicaria, essencialmente, a desarticulação entre estrutura e "superestrutura", entre a base social e o sistema de representação; indicaria, assim, a quebra de determinado padrão de comportamento, causada pelo esfacelamento da vigente estrutura de valores ou, mais diretamente, da até então estável relação de identidade entre os eleitores e os partidos. Quando, então, a literatura comparativa se voltou aos antigos países socialistas e aos países da América Latina, a concepção teórica permaneceu a mesma, invertendo-se apenas o sinal da equação. Partindo da premissa de que qualquer instabilidade eleitoral seria indício de pouca identificação entre quaisquer eleitores e quaisquer partidos, os analistas vêm advogando sempre um nível de volatilidade o menor possível, para que se possa auferir com segurança um padrão estável de interação dos sistemas partidários com os cidadãos. Portanto, o dilema, neste caso, não consiste em determinar o quanto os sistemas seriam ou não "congelados", ou estariam ou não "descongelando-se", mas em avaliar o quanto eles estariam ou não se "congelando", ou, mais precisamente, institucionalizando-se.

Contudo, explorando um pouco mais a perspectiva comparativa, é possível postular uma conjectura crítica que não é de todo sem plausibilidade, qual seja, a de que, mesmo que de maneira remota ou até tácita, o conjunto dessa literatura nutre certa crença teórica de que em um mundo no qual não exista qualquer controle do "mercado" político, poderia vir a se instalar o caos, a desordem e a violência política (cf. Powell Jr.: 1994). E mais do que isso; a esfera política não deveria, de forma alguma, funcionar como um "mercado", no qual a competição, em última instância, está relacionada com alguma volubilidade dos atores diante dos "apelos" das diversas "mercadorias" ofertadas, no qual a lealdade não seja algo afetivo e irretocável, mas seja algo minimamente racional em termos de cálculo baseado em interesses. Ou seja, se, para alguns, a ausência de competição partidária inviabilizaria a democracia, na ótica desses autores, do mesmo modo, o excesso de competição poderia ameaçá-la. Assim sendo, o que temos é que a valorização da estabilidade máxima como um objetivo

absoluto —mesmo quando em conflito com a competição—, de certa forma, é resultante da própria premissa básica predominante na teoria adotada por esta literatura. Sob sua ótica, a esfera política não é concebida como algo que pode funcionar com uma dinâmica análoga à do mercado concorrencial; os atores não podem mudar de opinião, não podem alternar suas preferências em funções da variação do contexto de escolha, não podem agir de forma estratégica. Ao invés disso, os eleitores têm que ser "automáticos" em seu comportamento e, em última instância, avessos à tomada de decisão, na mais literal acepção da palavra, uma vez que, decidir, pressupõe uma escolha entre alternativas possíveis e aceitáveis. Neste caso, então, votar não é escolher, não é decidir, não é expressar uma preferência, mas é, apenas e tão somente, manifestar mecanicamente uma identidade prévia, afetiva e imutável. Isso porque, sob tal perspectiva, a ênfase da análise é sempre colocada na capacidade do sistema gerar um grau máximo de previsibilidade e, em conseqüência, de estabilidade, e não em sua capacidade de gerar competição —o que demanda algum grau, às vezes, elevado, de instabilidade.

Em função disso, no interior dessa perspectiva teórica e normativa a respeito da dinâmica democrática envolvendo a competição eleitoral, surgem alguns sérios problemas metodológicos, conforme veremos no próximo capítulo. Nele, procurarei discutir três tipos de problemas que podem ocorrer na aplicação do índice de volatilidade eleitoral e na interpretação conceitual de seus resultados numéricos. Procurarei ainda indicar uma perspectiva analítica e interpretativa que possibilita a resolução desses problemas, da mesma forma que possibilita apreender a instabilidade eleitoral, especialmente do caso brasileiro, sob outro prisma, diferente daquele que tem dado a coloração geral das análises de política comparada.

Capítulo 4

Uma Avaliação Crítica das Interpretações e dos Significados do Índice de Volatilidade Eleitoral

Introdução

NO CAPÍTULO ANTERIOR, indiquei de passagem que a literatura de política comparada que se dedica ao estudo dos sistemas partidários contém um viés sociológico em suas premissas teóricas e que, em decorrência disso, o tipo de perspectiva predominante em diversas análises não é capaz de vislumbrar outra coisa na instabilidade eleitoral que não o aterrorizador "espectro de instabilidade" política mencionado por Bartolini and Mair (1990), ao qual também fiz breve referência anteriormente. Mencionei ainda, ligeiramente, que esta orientação analítica conduz a certas dificuldades empíricas e analíticas. Neste último caso, surgem dificuldades especialmente no que se refere a uma outra compreensão possível dos significados contextuais da evolução do índice de volatilidade eleitoral em vários países, como, por exemplo, sua associação com aumento da competição interpartidária —associação esta já sugerida por Pedersen (1979, 1983) e desenvolvida de maneira um pouco mais sistemática por Mair (1997).

Sob tal perspectiva, minha intenção neste capítulo é destacar alguns problemas teóricos e metodológicos envolvendo a utilização do índice de volatilidade eleitoral e a análise da instabilidade dos sistemas partidários. Discutirei também os critérios dos cálculos adotados na análise da volatilidade eleitoral no Brasil; análise esta que será feita nos dois próximos capítulos. Quanto a isso, procurarei justificar a classificação dos partidos em blocos ideológicos e o modo como foram feitos os cálculos da volatilidade eleitoral. Procurarei justificar também o entendimento desse índice como uma medida sistêmica. Portanto, a reflexão desenvolvida neste capítulo é tanto metodológica como epistemológica, e se mostra indispensável a uma utilização não apenas mais criteriosa da medida como mais crítica das interpretações de seus resultados numéricos.

I. Alguns Problemas Epistemológicos e Metodológicos do Índice de Volatilidade Eleitoral

Conforme tentarei discutir, há três problemas básicos geralmente desconsiderados pela literatura de política comparada que analisa a volatilidade eleitoral dos sistemas partidários, seja Europa, seja América Latina. O primeiro é que a estabilidade eleitoral, muitas vezes, pode estar em conflito com a competição partidária, o que significa que a valorização da estabilidade, em detrimento da competição, pode conduzir à desconsideração deste que é um dos requisitos básicos da democracia representativa, qual seja, a efetiva contestação pública.[18] O segundo problema é que não existem quaisquer fundamentos lógicos que justifiquem a escolha de um determinado ponto ótimo para o índice quando este é tomado como indicador de institucionalização. Por último, o terceiro problema é que não há uma única maneira de interpretar os significados de cada nível de volatilidade eleitoral encontrados em cada país específico. Vejamos isso com maior detalhamento.

1. A Contradição entre a Estabilidade Sistêmica e a Competição Eleitoral

O índice de volatilidade eleitoral tem sido sistematicamente utilizado pela literatura de política comparada como suporte empírico para uma avaliação normativa acerca da institucionalização ou não de dado sistema partidário, tomando-se como critério de decisão avaliativa seu grau de estabilidade eleitoral. No fundamento mais básico dessa concepção reside a premissa valorativa de que quanto menor as oscilações nas votações, maior a estabilidade das identidades partidárias, sendo isso, conseqüentemente, algo melhor para o sistema político e, extensivamente, melhor para a democracia. Mas, mesmo se admitíssemos a necessidade do viés normativo, ainda assim poderíamos perguntar o seguinte: será que a estabilidade eleitoral é sempre boa e a instabilidade eleitoral, contrariamente, sempre é ruim?

De um modo geral, a literatura vem respondendo sim a essas questões, adotando uma postura favorável à estabilidade. De uma parte, os analistas defendem teoricamente a estabilidade sistêmica —ou seja, a estabilidade do sistema

[18] Como todos sabemos, paralelamente à inclusão máxima da participação dos indivíduos de uma comunidade política nas decisões eleitorais, a contestação pública ampla e maximamente irrestrita, ou seja, a competição política entre a pluralidade dos grupos sociais, é um dos requisitos básicos para a detecção do fenômeno democrático em um determinado país e, de certa forma, para a mensuração de seu grau de democracia. Esses critérios foram sugeridos e fundamentados por Robert Dahl (1972), sintetizando toda uma tradição de pensamento político liberal pluralista. Desde então, seus critérios poliárquicos têm sido adotados de maneira consensual no âmbito da literatura de política comparada que se dedica ao estudo das democracias.

partidário—, considerada, de maneira indisputável, como um bem auto-evidente. De outra, eles prescrevem arcabouços institucionais mais propícios à produção de estabilidade eleitoral, impregnando suas teorias com vários pronunciamentos de teor normativo condizentes com tais objetivos. Contudo, sejamos um pouco cartesianos e cogitemos algumas dúvidas razoáveis a respeito da sabedoria convencional compartilhada por inúmeros autores; ou seja: e se nem toda instabilidade for ruim e nem toda estabilidade for boa?

Como já foi afirmado anteriormente, o índice de volatilidade eleitoral tem sido conceitualmente interpretado pela literatura temática como indicador de institucionalização dos sistemas partidários analisados; o que significa que este índice tem sido freqüentemente utilizado como uma medida de padronização de comportamento, de formação de identidades partidárias, de moldagem social da mentalidade política dos indivíduos, dos grupos ou das classes, de enraizamento social dos partidos e de interiorização de normas e valores. Dessa forma, o índice é concebido a partir da premissa axiológica de que o máximo possível estabilidade seria algo inegável e absolutamente bom e, portanto, totalmente desejável. A instabilidade, por oposição, seria algo necessariamente ruim e, como tal, deveria ser evitada —afinal, a instabilidade seria, acima de tudo, evidência de falha do sistema partidário e das instituições sociais e políticas em sua função de "encapsular" ou de "domesticar" o conflito social. Assim sendo, a postura adotada por grande parte da literatura comparativa se caracteriza precisamente pela desconsideração de qualquer possibilidade da ocorrência de comportamento estratégico e racional por parte dos atores sociais, na medida mesma em que, contrariamente, privilegiam-se os componentes afetivos envolvidos na interação política. No limite —e com alguma liberdade analógica—, de acordo com esse tipo de abordagem, votar em um partido seria o mesmo que torcer por um time, ou seja, um ato passional e incondicional. Portanto, mesmo que este esteja em último lugar no campeonato, não seria cabível e até mesmo aceitável que alguém simplesmente mudasse de time. Em última instância, a competição teria que se manter em um nível mínimo, o máximo possível —ou no limite, inexistir—, de modo que a estabilidade pudesse ser seguramente garantida e longeva.

Contudo, se seguirmos tal raciocínio, incorreremos em dois problemas lógicos cruciais. O primeiro decorre das conseqüências de se admitir que o melhor sistema seria aquele que pudesse gerar estabilidade total, sem nenhuma alteração nas votações partidárias. O segundo, contrariamente, decorre das conseqüências de se admitir que

um mínimo de instabilidade seria desejável, de forma que pudesse haver uma pequena oscilação nos apoios eleitorais dos partidos, sendo garantido, assim, algum grau de competição política —este último problema será tratado na próxima seção. No que se refere ao primeiro caso, a contradição lógica redunda em um problema teórico e, em grande parte, normativo, uma vez que a proposição de estabilidade total vai frontalmente de encontro com o requisito democrático da competição política e da alternância no poder. Ou seja, e se todos votassem sempre da mesma forma, assim como propõem normativa e teoricamente as premissas dessa perspectiva? Quais as conseqüências desse tipo de comportamento para a própria efetividade da democracia? Logicamente, se todos votassem sempre do mesmo modo, o que teríamos é que o grupo eventualmente majoritário tornar-se-ia continuamente majoritário. Tal quadro não seria alterado mesmo com a entrada de novas gerações no sistema político, uma vez que esses indivíduos seriam socializados pelos grupos pré-existentes e predominantes no *status quo* —tal como pressupõem as premissas da teoria sociológica acerca dos processos de constituição moral dos indivíduos. Assim, invariavelmente, o mesmo grupo majoritário sempre venceria as eleições.

Na verdade, é imprescindível que seja relembrado, tal problema nos remete precisamente àquela que sempre foi a maior preocupação dos teóricos que se ocuparam da reflexão normativa, seja moral, seja pragmática, acerca da melhor forma de governo para uma comunidade política, que é a "degeneração" daquele que eles consideravam como um dos melhores regimes possíveis —senão mesmo o melhor deles—, a república. Podemos perceber, tanto em Platão (1996) como em Aristóteles (1999), por exemplo, a concepção de que a democracia, entendida como governo da maioria, —que, no caso, seria o *demos* ou, descartado o eufemismo, seriam os pobres (cf. Harrison: 1996)— consistiria na degeneração da república ou, mais propriamente, do governo de todos e das leis, em uma tirania do grupo majoritário sobre os grupos minoritários. Tal governo seria tirânico porque atenderia somente aos interesses da maioria, e não aos interesses de todos, e, acima de tudo, porque esta maioria seria altamente coesa, sendo, por extensão, sempre única, totalmente estável e previsível.

Aliás, a mesma preocupação aparece nos escritos dos filósofos políticos modernos, como Locke (1961) e Montesquieu (1996), cujas tentativas teóricas e normativas de fuga da tirania se concentravam nas idealizações de arranjos institucionais capazes de desvencilhar a sociedade civil tanto da opressão de um governo concentrado na ínfima minoria da autocracia do monarca absolutista como

da opressão de um governo da maioria —*demos*— invariável. E não nos esqueçamos da problemática magnitude de tal maioria que, pela lógica da decisão majoritária por maioria simples, contém, intrinsecamente, a propensão a atingir qualquer ponto mínimo acima dos 50%, ou seja, aquele ponto máximo minimamente necessário para formar a maioria ao qual Riker (1982) se reportou em sua teoria da formação de coalizões. Isso significa que aquela parcela que é considerada minoritária pode corresponder até um máximo, digamos, X, tal que $49\% \leq X < 50\%$. Portanto, uma ampla parcela da comunidade política acabaria se submetendo à vontade de uma maioria, poderíamos dizer, pouco substanciosa.

Vislumbrando o mesmo problema, Madison, Hamilton and Jay (1978) "traduziram" nos artigos "Federalistas" a engenharia constitucional debatida e concretizada pelos norte-americanos na Convenção de 1787.[19] Sua constituição

[19] Essa é considerada a primeira constituição de um grande Estado moderno que, como tal, toma como fundamento os princípios racionais dos filósofos franceses, especialmente Montesquieu (1996) —embora a maior referência quanto aos direitos naturais e quanto ao direito de resistência à tirania e à defesa do princípio constitucionalista da divisão dos poderes seja emprestado de Locke (1961). Os ideólogos da colônia norte-americana visavam à elaboração de uma constituição que superasse a "onipotência" do parlamento, caracterizada pelo modelo político inglês do século XVIII. Seu objetivo maior era uma espécie de retorno à Inglaterra do século XVII, quando a soberania se assentava na lei ou, nos termos de James Harriton, um pensador e político importante do período, no governo das leis e não dos homens. Desse modo, no âmbito legal mais genérico, os teóricos norte-americanos apegaram-se ao direito natural para estabelecer princípios legais imutáveis, aos quais tanto a Constituição como o Parlamento deveriam se curvar. Estabeleceram, assim, certa hierarquia na soberania, em que o Parlamento deveria se submeter à Constituição [leis positivas] e esta, por sua vez, ao direito natural [jusnaturalismo]. Assim, a relação entre *jus* [direito] e *lex* [lei] fundamentaria a hierarquia da soberania, de modo que a fonte última da legitimidade pudesse ser baseada no princípio do contrato —o direito fundamentado na natureza. Com isso, assegurava-se a própria imutabilidade da Constituição, pelo menos em seus princípios basilares, uma vez que a imutabilidade do direito natural seria uma "verdade auto-evidente", "soberana" e necessariamente precedente. Do ponto de vista prático, os objetivos mais gerais da Constituição eram a promoção da defesa comum e a garantia da prosperidade geral. Enquanto uma República federativa, corresponderam-lhe algumas medidas práticas imperiosas, como a supressão da soberania e da independência total dos estados ou dos "entes" que passaram a compor a nação, uma instituição caracterizada por dadas unidades legal e cultural supra geográficas. Portanto, desde então, haveria um "povo norte-americano" que transcenderia as unidades geográficas dos estados, representado, este "povo", pela soberania legítima de um governo central. Essa Constituição obteve a aprovação imediata de 9 dos 13 estados. Pelo princípio da maioria, que passaria a prevalecer em todas as decisões da nova República, fez-se valer a vontade majoritária e soberana da nação —consubstanciada naquela maioria dos estados. Na verdade, a partir daquele momento, o modelo constitucional dos Estados Unidos da América sempre oscilou entre dois pontos cujo equilíbrio, embora sempre frágil e difícil, manteve-se como uma das mais importantes diretivas, que é, de uma parte, a ênfase na vontade da maioria [princípio republicano] e no direito de resistência da minoria [princípio liberal pluralista]. Um dos principais mecanismos institucionais para evitar a tirania da maioria consistia na adoção do princípio da divisão dos poderes, mas com a inovação da instituição de um Poder Executivo central forte, representado pela figura do Presidente. Com isso, além de ser superada a estrutura do Poder Real, como no caso inglês, em favor de uma República com governo representativo, evitava-se também a anarquia do modelo anterior, baseado na Confederação dos estados independentes, carentes de um governo central verdadeiramente vigoroso, com poderes constitucionais efetivos. Segundo os defensores do federalismo, a figura do Presidente, acima de tudo, preenchia o espaço de poder necessário para a formação de veto à tirania da maioria formada no parlamento, por meio da qual determinados estados, grupos sociais e interesses pudessem vir a prevalecer nas decisões políticas. Naquele momento, ao contrário da percepção atual, o Parlamento era considerado como o *locus* da vontade da maioria e a Presidência o *locus* da vontade das minorias. O

continha o propósito de limitar ao máximo a concentração de poder —seja no governo central [república], seja nos governos locais [federação], seja na maioria popular [democracia]—, de tal forma que pudessem ser erguidos vários obstáculos político-institucionais à "degeneração" da república representativa ou, mais precisamente, ao exercício de um governo puramente democrático (cf. Dahl: 1956, 2003);[20] obviamente, nos termos em que eles entendiam a democracia. E como eles a entendiam? Do mesmo modo que os filósofos clássicos e modernos até então, ou seja, como um governo da maioria estável e imutável, como um governo capaz, portanto, de, inevitavelmente, tiranizar as diversas minorias. Tocqueville (1998), como se sabe, foi quem elogiou com maior entusiasmo este desenho constitucional, destacando seu "realismo" ao aceitar o inexorável advento da democracia —ou, mais propriamente, da incorporação das massas à política—, mas de conferir-lhe, simultaneamente, os elementos "virtuosos" da aristocracia —eleições e representação— e os devidos controles mútuos constitucionalistas dos *checks and balances* —fragmentação do poder—, tão indispensáveis às liberdades dos indivíduos e das minorias contra a tirania da maioria absoluta, venha esta de onde vier, quanto o são as barricadas ao avanço das tropas inimigas. [21]

Presidente, como representante da República, tinha que procurar o denominador comum da vontade geral, transcendente à vontade majoritária. O Presidente era parte componente de um sistema de vetos que passava pelo grau de independência dos estados, pela existência de governadores e parlamentares no âmbito estadual, pela eleição direta de representantes em vários cargos públicos municipais e estaduais, até pela criação de uma corte de justiça federal, com poder de revisão constitucional. Assim, como parte desse mecanismo republicano e presidencialista, resolveu-se adotar um sistema eleitoral que garantisse legitimidade independente ao chefe do Executivo, que seria eleito pelo voto popular como seu representante direto, sem quaisquer intermediações —como era o caso do modelo parlamentarista, também inglês. Caberia também ao Presidente a composição autônoma do gabinete, sendo sua prerrogativa, portanto, a escolha dos ministros de Estado. Ademais, atribuiu-se ao Presidente determinados poderes legislativos, como a direito de veto às medidas parlamentares. Esse poder de interferência no processo legislativo foi incrementado ainda pela necessidade legal de composição de uma maioria de 2/3 no parlamento para que este pudesse derrubar um veto presidencial. Apesar do presidente ficar impedido de introduzir propostas e projetos no Legislativo, coube-lhe as alternativas de fazê-lo por meio dos parlamentares de seu partido, além de ser-lhe garantido um grande poder de influenciar as políticas decididas no Parlamento por intermédio das mensagens ao Congresso, um ritual que veio a se institucionalizar paulatinamente desde então.

[20] Observe-se que quanto aos efeitos limitadores da concentração de poder, a caracterização é inversa. Para limitar a concentração de poder no governo nacional [República], impõe-se o federalismo [poder local]; para limitar a concentração de poder nos governos locais, impõe-se a República [poder nacional]; para evitar a concentração de poder na maioria popular, impõem-se os filtros aristocráticos [eleições primárias e governo representativo].

[21] É claro que é possível argumentar que um desenho constitucional com extrema divisão do poder e difusão das instâncias de veto que as minorias podem exercer sobre a vontade majoritária contem um caráter conservador. Tanto Platão (1996) e Aristóteles (1999) como autores dos artigos Federalistas (1978) e Tocqueville (1998) estavam francamente alarmados com a possibilidade de um governo de classe que pudesse expropriar a propriedade privada. E, no caso destes últimos, acabou-se criando ou defendendo um modelo institucional que está mais apto à manutenção do *stablishment* do que às reformas; um modelo, portanto, que se assenta sobre a premissa valorativa de que o melhor governo é

Como é possível perceber, na perspectiva teórica de todos estes autores, há, evidentemente, uma contraposição radical entre a república e a democracia, consideradas como formas de governo antagônicas, porém, de certo modo, tragicamente vinculadas. A democracia seria o resultado da degeneração da república. Na república, todos os cidadãos participariam das decisões políticas, procurando atender aos interesses coletivos. Porém, em termos práticos, a sociedade civil seria dividida em classes ou grupos, com interesses específicos e tão diferenciados a ponto de serem contrários uns aos outros. A lógica das decisões coletivas levaria, portanto, à união dos indivíduos, em princípio, dispersos, de modo que se formariam grupos sociais bem delimitados e diretamente concorrentes. Assim, aquele grupo ou aquela coalizão de grupos que se constituir como a vontade majoritária estaria automaticamente habilitado/a a determinar em seu favor toda e qualquer decisão coletiva; mas, é claro, sob a condição necessária, embora não suficiente, de manter-se sempre coeso/a e maximamente estável.

Então, se a socialização dos indivíduos em um determinado grupo, de uma parte, e, de outra, a identificação destes com o grupo, em conjunto com a expressão recorrente dessa identidade política nas eleições, criariam o ambiente de plena

---

aquele que pouco governa ou que pouco interfere no estado de coisas tal qual ele se apresenta. Ademais, é possível também argumentar que, em termos lógicos, o pluralismo —como ficou nomeada essa escola de pensamento— pecaria por falta de coerência, uma vez que admite que a sociedade é dividida em vários grupos de interesse e, ao mesmo tempo, defende a República como sendo o governo de todos, e condena a democracia por ser o governo apenas da maioria. Porém, isso não invalida o problema real do voto imutável de acordo com a identidade de classe ou de grupo como combustível para tirania da maioria. Isso, é claro, sem contar o problema inerente às decisões coletivas, tal qual abordado por Arrow (1951) e apontado inicialmente por Condorcet —e, de certo modo, tratado pelos Federalistas e contemplado na Constituição Norte-Americana. Na verdade, há quem sugira que Jefferson, quando de sua estadia como diplomata na França, manteve contato pessoal com o Barão de Condorcet e, em decorrência disso, tomou conhecimento do paradoxo das decisões coletivas, o que significa que Jefferson teria consciência bastante clara da necessidade de se instituir mecanismos constitucionais que pudessem dificultar as decisões por maioria simples (cf. McLean and Urken: 1992; McLean: 2004). Conforme demonstrou Arrow (1951) em seus lemas desenvolvidos a partir dos teoremas de Condorcet, a decisão majoritária não satisfaz simultaneamente os critérios de verdade [epistemológico], de justiça [moral] e de estabilidade [econômico e sociológico]. Portanto, a querela em torno da decisão majoritária com grupos homogêneos e altamente coesos não envolve apenas a questão da expropriação das terras e das riquezas, mas também o problema de se chegar a decisões mais verdadeiras, mais justas e mais estáveis, embora não totalmente verdadeiras [verdade provisória], não totalmente justas [justiça estratégica ou decisões em busca do maior consenso, com transcendência da preferência máxima], não totalmente estáveis [tempo de mandado ou duração provisória do pacto de submissão com renovações periódicas]. Riker (1982) procurou desenvolver um raciocínio no qual defende o modelo constitucional norte-americano como sendo aquele capaz de produzir a decisão mais verdadeira, mais justa e mais estável em função da utilização dos ciclos de instabilidade de forma racional e controlada pela dinâmica institucional. Embora o autor não desenvolva tão profundamente as conseqüências desse tipo de argumentação, é possível concluir que, nesse caso, as decisões mais verdadeiras, mais justas e mais estáveis seriam aquelas tomadas por maiorias cíclicas formadas a cada período eleitoral, a partir da coordenação estratégica das várias minorias com poder de veto. Ou seja, se toda decisão majoritária necessariamente é injusta porque contemplaria apenas uma das maiorias possíveis, a única forma de fazer justiça ou a única justiça possível seria promover uma "circulação" das diversas maiorias.

estabilidade tão reivindicado por vários analistas atuais, em contrapartida, tal estabilidade poderia, igualmente, representar a emergência de uma tirania do grupo majoritário. Até mesmo Kelsen (1966) referiu-se a isso com reprimenda, asseverando que a ampla defesa do princípio de representação majoritária, mediante a adoção de um sistema eleitoral do tipo "o-vencedor-leva-tudo", deveria atentar para o fato de que este sistema deveria contar, *ex-ante*, com distritos —ou *constituencies*— socialmente heterogêneos, sob pena, em caso contrário, de não produzir quaisquer alternâncias nos poderes Executivo e Legislativo e, por conseqüência, de minar as bases da própria democracia representativa.

Como é claramente perceptível, há uma contradição, poderíamos dizer, até moral, em se admitir que a alternância no poder seria um requisito e um indicador importante da qualidade da democracia e, ao mesmo tempo, em defender que esta será tanto melhor quanto maior for a estabilidade do comportamento eleitoral, já que, contida neste "quanto maior for", está a conseqüência lógica da regressão até o valor mínimo, o que, necessariamente, conduz à defesa da estabilidade até o ponto zero ou da estabilidade total. Mas, se a democracia demanda a possibilidade de alternância no poder, por princípio, demanda também algum grau de instabilidade. Então, nem toda estabilidade deve ser boa —como a estabilidade total— e nem toda instabilidade deve ser ruim —como a instabilidade associada à competição política e, por extensão, à rotatividade no poder. Portanto, tais dificuldades mostram a impossibilidade da defesa de algum tipo de juízo de valor prévio em relação à instabilidade/estabilidade eleitoral e constituem um indicativo da necessidade de ser abandonada qualquer posição normativa absoluta em relação ao índice.

Enfrentemos, agora, o problema da defesa do máximo de estabilidade possível, porém, com algum grau de instabilidade. Este, sim, tem sido um posicionamento teórico mais amplamente compartilhado por vários estudiosos de política comparada, qual seja, de que existiria um ponto ótimo para a instabilidade eleitoral medida pelo índice de volatilidade. A determinação desse possível ponto ótimo, por sua vez, envolve a consideração de critérios de natureza lógica, que consiste nas seguintes questão: será que há um ponto ótimo do contínuo instabilidade/estabilidade? Ou seja: será que há elementos que justifiquem o posicionamento convergente da literatura quanto à existência desse ponto? Das respostas satisfatórias a estas perguntas dependem as justificativas possíveis para a defesa de que haveria um ponto ótimo para o índice de volatilidade eleitoral, tanto no que se refere ao grau ótimo de

competição interpartidária, como no que se refere ao grau ótimo de institucionalização sistêmica. Esta é a discussão da próxima seção.

2. A Impossibilidade Lógica da Determinação do Ponto Ótimo da Volatilidade Eleitoral

Provavelmente, a adesão da literatura à premissa de que um sistema partidário deve ser estável, o máximo possível, mas que também deve apresentar algum grau de instabilidade eleitoral, seguiu a estratégia de compatibilizar a defesa da estabilidade dos sistemas com o requisito democrático de competição partidária. Afinal, conforme observam Bartolini and Mair (1990, 03), "on the one hand, long-term electoral stabilization appears as a necessary prerequisite for democratic consolidation. On the other hand, a degree of electoral instability also appears to be necessary in order to ensure democratic responsiveness and accountability". Entretanto, como procurei explicitar na seção anterior, além da maximização simultânea desses dois objetivos ser algo logicamente disparatado, mesmo no caso de se admitir alguma articulação teórica entre ambos, ainda assim permaneceriam dois problemas metodológicos igualmente espinhosos, que seriam: (a) qual sistema deve ou pode ser instável e (b) qual o ponto ótimo da instabilidade?

Quanto à primeira questão, existe uma contradição lógico-conceitual que atenta contra a própria teoria sociológica. Se mantivermos a devida coerência teórica, se nos mantivermos rigorosamente nos ditames axiomáticos da Sociologia Política, não será possível determinar qual grupo de eleitores poderia ser volátil sem que isso violasse alguns protocolos basilares dessa perspectiva, que estabelece que (1) toda socialização consiste na moldagem de determinadas identidades, que (2) a socialização política e o enraizamento partidário efetivos significariam a institucionalização ou a recorrência invariável de um comportamento afetivamente constituído e que, portanto, (3) toda e qualquer instabilidade ou desvio do padrão de comportamento seria, necessariamente, evidência de falha no processo institucional de socialização —no caso, política—, de pouco enraizamento partidário, de participação política incipiente, de identidades políticas débeis ou inexistentes, e daí por diante. Sendo assim, não resta nenhuma brecha teórica que permita conceder a algum conjunto especial de eleitores o privilégio da instabilidade racionalmente aceitável.

Portanto, no âmbito da perspectiva sociológica, não há justificativas possíveis para a determinação teórica e sequer empírica de quais indivíduos ou grupos sociais poderiam e até mesmo deveriam ser eleitoralmente voláteis. E mesmo se fôssemos

lenientes quanto a tal determinação, que é de natureza essencialmente qualitativa, o problema metodológico estaria longe de ser resolvido, uma vez que restaria outro problema —de natureza quantitativa— que, talvez, seja ainda maior. Encontramo-nos, neste caso, defronte a um *qui pro quo* de ordem lógica, referente à determinação do ponto ótimo da volatilidade eleitoral. Isso porque, quando é admitido que é preciso haver simultaneamente alternância no poder político e estabilidade eleitoral, entretanto, uma estabilidade relativa —o que significa que seria importante algum grau de instabilidade para que a alternância no governo fosse possível—, surge a necessidade metodológica de determinar de maneira justificada o grau de instabilidade que poderia ser considerado, digamos, salutar para a democracia e para o sistema político como um todo. E mais: como determinar o grau de volatilidade eleitoral que pudesse indicar um nível satisfatório de institucionalização sistêmica?

Diante disso, seria imprescindível que se encontrassem determinados critérios endógenos ao índice que pudessem permitir a conciliação de um nível de volatilidade que contenha instabilidade eleitoral suficiente para a vigência da competição democrática com um nível de estabilidade eleitoral necessária para a institucionalização do sistema partidário. Sabemos, de antemão, que ninguém recomendaria um sistema partidário que apresentasse um grau zero de oscilação nas votações —ou seja, uma completa estabilidade eleitoral. Do mesmo modo, ninguém recomendaria que esse mesmo sistema apresentasse elevadas taxas de oscilação, algo em torno de 40, 50, 60, 70, 80, 90 ou 100 pontos —ou seja, uma elevada ou completa instabilidade eleitoral. Assim, a única certeza da qual alguém poderia partir é a de que sempre seria preferível maior estabilidade eleitoral. Mas, quanto? Temos que encontrar o ponto ótimo entre zero e o cem; mas, de preferência, que este ponto seja o mais próximo possível de zero, porém, não igual a zero.

Há duas alternativas que poderiam ser pensadas como "soluções" metodológicas para este problema. De uma parte, poderiam existir critérios para a adoção de um ponto ótimo absoluto; de outra, poderiam existir justificativas para a adoção de um ponto ótimo relativo. Entretanto, a verdade é que mesmo nestes casos não há um ponto ótimo justificável de volatilidade eleitoral, porque não é possível determinar uma quantificação escalar endógena satisfatoriamente fundamentada que garanta a coexistência dos dois termos do problema: (1) a estabilidade eleitoral e (2) a competição partidária. Dito de forma mais precisa, não há critérios lógicos que possam determinar um grau inequivocamente defensável no intervalo entre 0 e 100 do índice de volatilidade eleitoral como sendo o ponto ótimo da

instabilidade/estabilidade para todo e qualquer sistema partidário. No caso do ponto ótimo absoluto, o que temos é que as tentativas de fundamentar critérios justificáveis para sua adoção resultam invariavelmente na conseqüência lógica e teoricamente contraditória de que o nível encontrado será sempre o ponto zero ou a estabilidade total —que é aquela de valor X, sendo 1 > X > 0, e sendo X infinitamente próximo de 0, a ponto mesmo de haver entre ambos uma diferença quantitativamente desprezível. Sendo assim, anula-se o segundo termo do problema, que é a manutenção de uma taxa minimamente satisfatória —e necessária— de competição partidária. Isso ocorre porque, ao partirmos da premissa inevitável de que é sempre preferível um grau de estabilidade o maior possível, incorremos no problema da regressão até quase-zero ou até zero.

Portanto, além de ser impraticável a definição certa e segura do nível mínimo de instabilidade para a existência de competição em um dado sistema partidário, uma vez que esta pode ser variável em função de *n* fatores, também não há como defender um grau específico de volatilidade em termos meramente convencionais, uma vez que sempre será cabível sucessivos questionamentos do por que da não-adoção de um grau infinitamente inferior. Por exemplo, se propusermos convencionalmente que a volatilidade eleitoral ótima deva ser 1, poderíamos contrapropor outros níveis, tais como 0,9; ou 0,8; ou 0,7; ou 0,6; ou ainda 0,02; 0,00000001... *n*. Se tentarmos evitar este ciclo, afirmando que o zero não é desejável, mas apenas um grau máximo de estabilidade com um grau mínimo de instabilidade, voltamos mais uma vez à espiral lógica evidenciada pela redução até zero.

A outra "solução" possível a ser pensada seria aquela que procurasse defender um ponto ótimo relativo, ou seja, a menor volatilidade eleitoral encontrada empiricamente em um conjunto de sistemas partidários analisados seria o melhor grau de institucionalização sistêmica e, portanto, o nível ideal de instabilidade. Dessa forma, todos os países seriam avaliados e julgados tendo como referência o índice encontrado naquele sistema que apresentasse o menor grau de volatilidade eleitoral. Entretanto, o critério relativo não resolve a questão. A própria variação histórica inviabiliza a adoção dessa perspectiva metodológica, uma vez que o índice de volatilidade eleitoral é uma medida dinâmica e são justamente as variações temporais que devem ser consideradas como significativas e não a média de um dado período. Se, por exemplo, no tempo t1 de uma série histórica, encontrarmos a França, a Bélgica e a Inglaterra com os índices de volatilidade respectivos de 10, 8 e 4 e, no tempo t2 da mesma série, encontrarmos, também respectivamente, 16, 10 e 8,

teremos uma variação que levaria a uma incoerência lógica. Na primeira eleição, a Inglaterra seria o ponto ótimo, com volatilidade igual a 4. Na segunda eleição, a mesma Inglaterra ainda seria o ponto ótimo, mas com o dobro da volatilidade que, aliás, era a segunda melhor em 11. Ademais, que critérios poderiam justificar que 8 de volatilidade na Bélgica seria melhor que 10 na França, na primeira eleição, se, na segunda, a Bélgica obteve os mesmos 10? Isso sem contar outros inúmeros problemas do mesmo gênero.

Portanto, é possível concluir que não há um fundamento metodológico [critério de quantificação] para a determinação de um ponto ótimo de volatilidade eleitoral, seja em termos relativos, seja em termos absolutos, de tal forma que não é possível emitir qualquer juízo de valor acerca da posição de um determinado país em relação a um suposto nível ideal de estabilidade. As únicas proposições logicamente aceitáveis são as de que (1) nenhuma instabilidade significa nenhuma competição efetiva, de que (2) nenhuma estabilidade significa nenhuma consistência racional dos atores e que (3) qualquer valor nesse intervalo indica algum grau de competição e de consistência racional. Assim sendo, ou bem se advoga a estabilidade total, às custas do requisito democrático da efetiva competição partidária, ou bem se admite a necessidade da competição e, conseqüentemente, da instabilidade eleitoral.

3. As Contradições nas Interpretações da Instabilidade Eleitoral

Se encontrássemos um índice de volatilidade eleitoral, suponhamos, igual a 20 pontos em um dado par de eleições e se tivéssemos que afirmar algo acerca do significado teórico deste número, o que exatamente poderíamos dizer? De acordo com o posicionamento padrão da literatura de política comparada, a interpretação correta a ser feita é a de que estaríamos diante de um sistema partidário bastante instável e de que tal instabilidade seria indicativa de uma falha no processo de institucionalização dos partidos, resultante ou de algum grau de debilidade cognitiva dos eleitores ou de algum grau de debilidade organizacional dos partidos —que, assim, seriam incapazes de estabelecer o enraizamento social da representação e de formar identidades políticas sólidas e duradouras—, ou, ainda, da conjunção destes dois fatores.

Mas, embora, de uma parte, a constatação da existência de determinado grau de instabilidade eleitoral seja empiricamente demonstrável, de outra parte, seria plenamente aceitável a interpretação teórica de que a instabilidade eleitoral é indicativa de pouca racionalidade dos indivíduos ou de debilidade institucional ou

ainda de baixa institucionalização partidária? Esta seria a única e "verdadeira" interpretação para o grau de volatilidade eleitoral encontrado? Em realidade, não. Isso porque, em primeiro lugar, é importante observar que mesmo que houvesse apenas um tipo de interpretação para o índice e este tipo fosse exatamente o descrito acima, já estaríamos diante de sérios problemas metodológicos, como discutido nas seções anteriores. Em segundo lugar, há uma teoria explicativa concorrente e que apresenta outra interpretação para a instabilidade eleitoral. Estas duas perspectivas são concorrentes especialmente porque (1) partem de premissas teóricas opostas, (2) utilizam princípios metodológicos díspares e (3) levam a interpretações divergentes no que se refere à explicação da instabilidade do comportamento eleitoral agregado e aos significados que podem ser extraídos do índice de volatilidade eleitoral. De um lado, temos o paradigma sociológico, que se manteve hegemônico nas explicações do comportamento político desde a conhecida "revolução comportamentalista"[22] iniciada nos anos 1940, mas que vem perdendo sua hegemonia explicativa desde os anos 1970 e, mais sensivelmente, a partir dos anos 1990. De outro, temos o paradigma neo-institucional de vertente racionalista, inspirado pela teoria da escolha racional e incrementado conceitualmente pela teoria da escolha social, responsável pelo retorno das instituições —entendidas como as "regras do jogo" político— ao centro da análise política.[23]

As diferenças cruciais entre estas duas vertentes consistem no seguinte. No âmbito do paradigma sociológico, a instabilidade eleitoral deve ser entendida como algo sempre negativo, prejudicial ao sistema político e à democracia, porque, conforme já mencionado anteriormente, a instabilidade deve ser entendida, essencialmente, como uma evidência de falha institucional nos processos de formação das identidades partidárias. Inversamente, de acordo com o paradigma institucional-racionalista [IR], a instabilidade eleitoral pode ser entendida como algo positivo, na medida em que pode ela ser evidência da racionalidade instrumental dos atores que, ao tomarem a decisão do voto, considerariam algumas estratégias alternativas —escolha de partidos diferentes daqueles que escolheram anteriormente— e, acima

[22] Sobre a revolução compartamentalista na Ciência Política, veja-se Eulau, Eldersveld and Janowitz (1956) Butler (1958), Dahl (1961), Redford (1961), Charlesworth (1962), Ranney (1962), Eulau (1963).

[23] Esse paradigma vem ganhando cada vez mais as preferências teóricas e metodológicas da comunidade acadêmica em vários campos da Ciência Política, mas, no terreno dos fenômenos partidários e eleitorais, ainda trava uma disputa encarniçada com a Sociologia Política, que, não obstante todos os reveses, ainda se mantém ligeiramente predominante (cf. Riba: 1996). Para maiores detalhes acerca da evolução dos sucessivos paradigmas na Ciência Política, veja-se Nee (1998), Remmer (1997)), Jepperson (1991), e especialmente Somit and Tanenhaus (1982). Para maiores detalhes acerca das diferentes escolas no âmbito do neo-institucionaismo, veja-se as análises classificatórias de March and Olsen (1984), Hall and Taylor (1996), Noorgard (1996) e Kato (1996).

de tudo, procederiam uma avaliação projetiva/retrospectiva em relação ao partido do governo e ao partido oponente. A instabilidade eleitoral, então, poderia ser resultante de uma escolha racional, baseada em um cálculo utilitário envolvendo os benefícios passados e presentes e os benefícios futuros almejados pelos indivíduos. Na terminologia de Downs (1999), principal formulador dessa perspectiva, tal escolha seria o resultado de um cálculo do diferencial partidário.[24] Para ilustrar melhor essas diferenças, no quadro abaixo são relacionados alguns elementos centrais de cada paradigma.

QUADRO 4.1
Comparação dos Elementos Teóricos das Abordagens Concorrentes na Explicação do Fenômeno Eleitoral

Elementos Teóricos	*Abordagem Sociológica*	*Abordagem IR*
Unidade de Análise	Classe/Grupo Social	Indivíduo
Fundamento Explicativo	Afetividade	Racionalidade
Variável Explicativa	Identidade Política	Preferência Política
Objeto de Análise	Vínculo Social	Escolha/Decisão
Conceito Central	Instabilidade/Estabilidade	Competição
Significado da Volatilidade	Falha/Crise Institucional	Decisão Racional Estratégica

A consideração comparativa desses elementos nos permite captar as principais disparidades teóricas em questão, que, como é perceptível, não são poucas e muito menos comezinhas. Note-se que a abordagem sociológica toma os agregados sociais como unidade de análise, ou seja, as classes [perspectiva marxista] ou os grupos [perspectivas não-marxistas]. A adoção de tal foco analítico ocorre em função da concepção teórica de que estas entidades seriam fundamentais na produção e na manifestação dos fenômenos políticos. Devido à ênfase nos processos de socialização, sua variável explicativa principal é a constituição de identidades partidárias e seu

[24] De acordo com Downs (1999, 60), "cada cidadão vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará uma maior renda de utilidade do que qualquer outro durante o próximo período eleitoral. Para descobrir qual partido é esse, ele compara as rendas de utilidade que crê que receberia, caso cada partido estivesse no poder." Em termos formais, o autor apenas indica a estrutura algébrica de tal cálculo em situações nas quais competem dois partidos, de modo que os diferenciais seriam, na realidade, diferenciais bipartidários, mas o raciocínio é aplicável também a sistemas multipartidários. Com relação ao cálculo dos diferenciais bipartidários, a lógica é tal que $E\,(U^{A\,(t+1)}) - E\,(U^{B(t+1)})$, no caso de cálculo projetivo, e tal que $(U^{A(t)}) - E\,(U^{B(t)})$, no caso do cálculo retrospectivo; sendo E o eleitor, U, a utilidade esperada, como na primeira equação, ou a utilidade obtida, como na segunda equação, sendo A e B os partidos em competição e $t+1$ e t os tempos considerados.

fundamento explicativo é voltado ao vínculo afetivo entre os atores e as instituições sociais e políticas. Em oposição, a abordagem do institucional-racionalismo [RI] considera que as entidades fundamentais dos processos políticos são os indivíduos, cuja característica básica seria o cálculo racional. Daí, seu fundamento explicativo ser a *racionalidade* —entendida como capacidade de escolha estruturada de forma coerente e ordenada— e a variável explicativa das ações ser a *preferência*, que é expressa por meio de um sistema lógico de escolhas nos momentos da tomada de decisão. Esta, a decisão, por sua vez, é o objeto privilegiado desse tipo de análise.

Como é possível perceber, embora apresentem explicações para o mesmo fenômeno, ambas as abordagens partem de elementos teóricos totalmente díspares, conduzindo os analistas a inferências conclusivas igualmente divergentes. Não obstante, a despeito das diferenças, as duas perspectivas apresentam explicações condizentes com suas respectivas premissas, ou seja, dados seus elementos teóricos, forma-se determinado sistema de inferências cuja conclusão sintética [predicação] impõe certo significado à instabilidade eleitoral, significado este produzido por uma decorrência lógica. Assim, é mesmo de se esperar que aqueles que adotem a perspectiva sociológica apreendam a instabilidade enquanto um problema político ou social, afinal, todo seu sistema de inferências foi montado para perceber, a *priori*, a instabilidade como evidência de crise institucional. Do mesmo modo, é de se esperar que aqueles que adotem a perspectiva institucional-racionalista [IR] apreendam a instabilidade como algo que pode ser também, digamos assim, uma "virtude" ou uma indicação de funcionamento adequado da competição política e da racionalidade dos indivíduos. Seu sistema de inferências é equipado para perceber a instabilidade por intermédio de um enquadramento conceitual no qual ser volátil pode significar ser racional face aos incentivos institucionais efetivos.

Como era de se supor, esta dissonância tem provocado uma dissensão irreconciliável, tendo como protagonistas dois grupos de pesquisadores teoricamente apartados, trabalhando com os mesmos índices e com os mesmo resultados, mas apresentando conclusões totalmente opostas a partir de interpretações díspares dos resultados numéricos do índice. Mas, se as interpretações inferem conclusões opostas e conflitantes acerca do mesmo objeto, o que temos é que, por lógica, uma delas —ou as duas— deve(m) estar equivocada(s). Portanto, ambas não podem estar simultaneamente corretas. Isso significa que é preciso encontrar justificativas para a adoção de uma ou de outra interpretação; ou, ainda, para a adoção de uma interpretação inteiramente nova para a instabilidade eleitoral. Minha concepção é a

de que não é necessário esburacar este terreno à cata de uma nova teoria com uma interpretação totalmente diferente para o problema, porque defendo que ainda é possível utilizar um dos dois paradigmas explicativos concorrentes, desde que justificada sua escolha em detrimento do outro. O procedimento mais indicado, então, seria apresentar justificativas que fundamentem tal paradigma como o mais adequado com base no critério de eficiência explicativa; ou seja, aquele paradigma que se mostrar mais eficiente na explicação do objeto em suas mais variadas nuanças, mostrar-se-á, conseqüentemente, como aquele mais adequado do ponto de vista interpretativo.

Ao longo da discussão deste capítulo, foram abertas várias frestas através das quais esta questão da adequação ou da eficiência explicativa pode agora ser mais bem iluminada. Como tivemos a oportunidade de conferir, mesmo que de relance, a abordagem sociológica adotou o modelo evolucionista de Duverger (1951) e consentiu que os partidos de massas seriam o cume do desenvolvimento das organizações representativas [hipótese empírica]; também consentiu que tais partidos devem socializar politicamente os indivíduos, representar interesses de grupos ou de classes, possuir uma ideologia clara e imutável, manusear um programa de governo inegociável e ser tocados por lideranças implacáveis no cumprimento do estatuto, que deve definir uma organização estruturalmente rígida, centralizada e disciplinada [proposições normativas]. Vimos que a emergência dos partidos "pega-tudo" foi vista como ameaça ao sistema representativo ou, no mínimo, sinal de subdesenvolvimento partidário. Vimos também que quando surgiram novos partidos que desafiavam aqueles já consolidados, em meados da década de 1960, e que quando a instabilidade eleitoral apresentou um conseqüente incremento nos anos subseqüentes, inúmeros analistas se mostraram extremamente alarmados, concluindo que a estrutura de clivagens na Europa estaria se esfacelando e, com ela, o próprio sistema representativo. Diante de tal cenário, de uma parte, alguns analistas culparam os próprios partidos pela crise iminente, devido a sua transformação organizacional e a sua atuação pragmática, voltada apenas à competição e à vitória eleitoral —tese da "descaracterização" dos partidos. De outra parte, alguns analistas culparam os eleitores, cada vez mais apáticos e desinteressados pela política e pelo governo —tese da "alienação" política. Uma terceira vertente resolveu culpar as mudanças estruturais da sociedade, a falência da base industrial e a emergência de uma era pós-industrial, com novos valores e com uma demanda por novas formas de participação e de representação políticas —tese da emergência de valores "pós-materiais".

Não obstante, conforme discutido no capítulo 2, a propagada instabilidade eleitoral européia a partir dos anos 1960, na verdade, era um mito, como mostraram Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997). De acordo com eles, já havia ocorrido instabilidade alta antes desse período e, considerada em termos gerais, a volatilidade eleitoral alta é predominante na região; e mais, o incremento da instabilidade dos sistemas partidários —medida pela oscilação na votação de todos os partidos indiscriminadamente, sem agrupá-los em famílias—, um fato realmente observado, não significou nenhuma ruptura na representação política das clivagens partidárias e muito menos crise dos partidos já consolidados. Pelo contrário, tanto as clivagens como os partidos tradicionais permaneceram relativamente estáveis, como evidenciaram os dados sobre a volatilidade entre blocos partidários (cf. Bartolini and Mair: 1990; Mair: 1997) —além do mais, as mudanças nas ações e nas organizações partidárias não necessariamente são sinais de crise, mas de adaptação ao ambiente eleitoral. A idéia *duvergeriana*, ainda amplamente predominante entre os especialistas no tema, de que o ápice evolutivo dessas organizações seria a conformação de uma estrutura partidária de massas criou uma visão teleológica e única em relação aos partidos. Porém, estes são entidades "orgânicas", "vivas" e complexas, que devem se transformar à procura de estratégias eficientes para que possam continuar atuando de maneira competitiva. De fato, alguns estudos mostram que os partidos realmente vêm se transformando em termos organizacionais e estratégicos, com a finalidade de se adaptarem às mudanças sociais e ao novo ambiente político, mais competitivo em termos eleitorais (cf. Katz and Mair: 1994; Kitschelt: 1994; Budge and Kelman: 1993; Aldrich: 1995; Ström: 1990; Maor: 1997; Müller and Ström: 1999).

Por que, então, a abordagem sociológica infere um mundo de crises quando se depara com a instabilidade eleitoral? Porque, como mostrado no quadro anterior, no qual foi exposto seu sistema de inferências, esta teoria não pode mesmo perceber outra coisa que não um vínculo direto e estreito entre instabilidade e crise. Ao relacionar o índice de volatilidade eleitoral com o conceito de institucionalização, tal paradigma automaticamente concebeu a estabilidade como seu correlato empírico. Assim, quanto maior a estabilidade, maior a institucionalização partidária e, por decorrência lógica, quanto maior a instabilidade, menor a institucionalização partidária, e quanto menor a institucionalização partidária, maior a probabilidade de crise do sistema representativo e da própria democracia. Tudo teoricamente encadeado, mas, como vimos no capítulo anterior, empiricamente contestável. Então, o que fazer quando as interpretações e as previsões extraídas da teoria não encontram

correspondência empírica? A "solução" adotada por diversos analistas (eg. Mainwaring: 1995, 1998, 1999) tem sido o investimento no "espírito de tenacidade", de forma que estes continuam a interpretar a instabilidade eleitoral como sinal de potencial crise institucional —e nada mais do que isso. Todavia, em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de que o diagnóstico da crise partidária e da representação política a partir do índice de volatilidade eleitoral pudesse estar, digamos assim, equivocado; não em função dos dados coletados que, de fato, indicam um aumento da volatilidade partidária especialmente na Europa, e sim de sua interpretação teórica. Ou seja, e se a crise não for institucional, mas do paradigma explicativo? Talvez, seja este o caso. A teoria sociológica parece explicar a estabilidade eleitoral sem muitos percalços lógicos e empíricos, entretanto, quando mira a instabilidade eleitoral, não consegue explicá-la satisfatoriamente; afinal, se a instabilidade é concebida como sinal de crise sistêmica e se não há evidências que corroboram tal assertiva, logo, esta não necessariamente significa crise institucional iminente. Portanto, o paradigma sociológico não se mostra eficiente na explicação dessa faceta do fenômeno, o que impõe a necessidade de repensarmos o significado da volatilidade eleitoral e de desvincularmos o índice das concepções sociológicas de estabilidade e de instabilidade política e social.

II. Uma Interpretação Alternativa para a Instabilidade Eleitoral

Nesta seção, procurarei justificar a adoção da interpretação institucional-racionalista [IR] para o índice de volatilidade eleitoral, tomando como eixo de raciocínio o conceito de *competição interpartidária*, ao invés do conceito de *institucionalização partidária*, como tem sido o caso predominante na literatura de política comparada. Essa mudança de enfoque parte da concepção de que o significado real desse aumento na volatilidade eleitoral sistêmica consiste na elevação no grau de competição eleitoral, em decorrência da "multipartidarização" dos sistemas em diversos países europeus. Conseqüentemente, pode-se concluir, então, que, ao invés de crise, tal dinâmica estaria a indicar a vitalidade do requisito democrático da competição política. Assim sendo, a instabilidade eleitoral observada na Europa nos últimos anos e mesmo aquela encontrada em diversos países de democracia recente —inclusive e especialmente o Brasil— pode ser simplesmente a indicação de uma democracia competitiva, na qual atores racionais tomam decisões baseadas em preferências estruturadas de uma determinada forma e que têm que fazer escolhas em um "mercado político" mais aberto, mais concorrencial.

Ao trocarmos a *institucionalização partidária* como conceito central na análise da volatilidade eleitoral, substituindo-o pelo de *competição partidária*, deixamos de ter a estabilidade como o objetivo final ou teleológico de um sistema partidário e passamos a focar a análise nos elementos que caracterizam mais propriamente a democracia contemporânea (cf. Dahl: 1956, 1972; Lijphart: 1969, 1977, 1984), quais sejam: (1) a multiplicidade de partidos representando a variabilidade de políticas possivelmente almejadas pela sociedade, (2) a liberdade de "entrada" no mercado político, (3) a liberdade para os indivíduos expressarem suas preferências diante de uma variedade mínima de alternativas, (4) a possibilidade de coordenação de estratégias coletivas e de alianças políticas que induzam à negociação e à moderação, (5) a formação de maiorias amplas, etc. Conseqüentemente, sob tal ponto de vista, a explicação da instabilidade eleitoral ganha outro contorno analítico e outra interpretação teórica.

Pedersen (1979, 1983), Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997) já ensaiaram algumas reflexões que enveredaram por esse caminho, resvalando tangencialmente nesta outra forma de interpretar os significados da volatilidade eleitoral, porém, sem o devido aprofundamento nas justificativas para semelhante inversão teórica. Como pudemos constatar no capítulo 2, Pedersen (1979) já esboçou uma explicação para a instabilidade eleitoral européia baseada em variáveis tais como a competição e a fragmentação partidárias. De acordo com ele, o aumento da instabilidade eleitoral estava associado ao aumento no número de partidos e ao conseqüente aumento da competição. Bartolini and Mair (1990) e Mair (1997), do mesmo modo, utilizaram o índice objetivando a mensuração e a tipificação da competição entre partidos de clivagens diferentes e da mesma clivagem, transcendendo a mera medida sistêmica.

De maneira geral, conforme mostraram estes autores, o aumento da competição levou ao aumento da instabilidade eleitoral, associada, portanto, à fragmentação partidária. A dinâmica da volatilidade indicava, porém, que a grande maioria dos eleitores oscilava seu voto não entre partidos quaisquer, mas entre partidos que competiam no "interior" do mesmo bloco partidário. Assim, a volatilidade eleitoral era decorrência do aumento da competição interpartidária e a maior parte dessa competição residia no espaço da mesma família de partidos. Em termos empíricos, isso significa que a instabilidade européia não era aleatória —ou, como se supunha, caótica—, mas que seguia um padrão bastante nítido. Em termos teóricos, isso quer dizer que o índice de volatilidade eleitoral envolvendo os blocos

partidários, seja no nível sistêmico, seja no nível sub-sistêmico, pode indicar, acima de tudo, o grau e o padrão da competição em um dado "mercado" político.

Então, de acordo com o raciocínio dos autores, a volatilidade eleitoral estaria relacionada, de uma parte, com o número de partidos com considerável poder de conquistar votos uns dos outros e, de outra parte, com o grau de abertura do "mercado" eleitoral. Com efeito, a despeito de se mostrar preocupado com o aumento da instabilidade eleitoral na Europa entre os anos 1960 e 1970 —uma preocupação claramente sociológica—, Pedersen (1979, 1983) chega mesmo a sugerir que este incremento poderia estar relacionado com a abertura do "mercado" político e com a conseqüente emergência de novos partidos com real poder de competição —ensaiando, assim, uma explicação de viés racional-institucionalista. Para fundamentar sua proposição, o autor recorre ao modelo espacial de competição eleitoral proposto por Downs (1999), sugerindo que, sob este prisma, haveria uma relação consistente entre a preferência dos indivíduos e a posição dos partidos em um dado contínuo unidimensional, no qual determinados "pacotes" de políticas públicas de certo teor ideológico pudessem ser distribuídos espacialmente.

Evidentemente, a lógica axiomática que dá suporte teórico a tal modelo parte das premissas básicas da racionalidade instrumental e do individualismo metodológico. Como sabemos, no modelo *downsiano*, o eleitor é, em essência, um indivíduo racional que toma decisões eleitorais baseadas em sua estrutura de preferências políticas. A decisão seria racional porque obedeceria aos requisitos de (1) ordenação, (2) coerência e (3) transitividade. As preferências dos eleitores seriam estruturadas porque seguiriam estes requisitos lógicos em qualquer situação de tomada de decisão. Dessa maneira, no que se refere aos partidos, os eleitores teriam determinadas preferências comparativas. Por meio das comparações, os eleitores classificariam mentalmente esses partidos em certa ordem de escolhas preferenciais.

Digamos, por exemplo, que um eleitor E prefira um partido A a um partido B; então, em qualquer decisão envolvendo a escolha entre estes dois partidos, e sem restrições exógenas, a preferência será sempre por A. Do mesmo modo, se houver um partido C e se o eleitor preferir o partido B ao C, toda vez que tal escolha se apresentar, também sem restrições exógenas, a preferência será sempre por B. No caso do critério de coerência, dado que esse mesmo eleitor E prefere A a B e B a C, quando tiver que escolher entre A e C, a escolha deverá ser A. Tal escolha também poderá ser transitiva, mantendo-se a coerência. Por exemplo, quando não for possível

ou mesmo estratégico escolher A —existência de restrições exógenas—, então, esse eleitor deverá "transitar" para sua segunda melhor escolha de acordo com sua estrutura de preferências, decidindo-se, no caso, pelo partido B. Abaixo, há a representação formal deste exemplo, com o eleitor E e os partidos fictícios A, B, e C, sendo suas preferências estabelecidas por graus quantitativos de utilidade de um partido em relação ao outro.

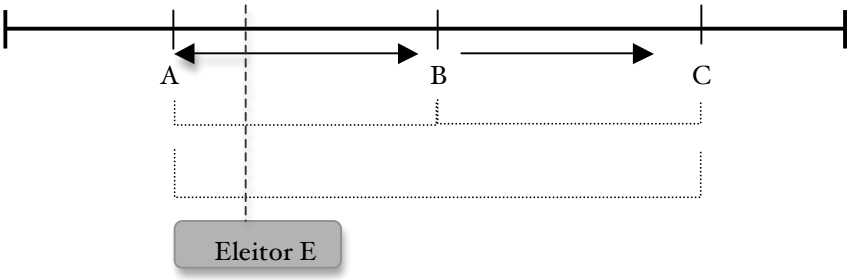
$$E \Rightarrow A > B > C$$

Dessa forma, como mostra o exemplo formalizado acima, se (1) entre duas eleições sucessivas houvesse uma mudança na votação do eleitor E, que, no caso, teria escolhido o partido A na primeira eleição e o partido B, na segunda, e se (2) isso ocorresse em função de qualquer tipo de restrição exógena à sua estrutura de preferências, cujo efeito tivesse sido o de impossibilitá-lo de manifestar sua preferência sincera pelo partido A, estaríamos diante de algo perfeitamente racional [coerente]. Ou seja, tanto a estabilidade —votações sucessivas no partido A—, quanto a instabilidade —votação em A e, depois, em B— seriam explicadas em termos racionais e interpretadas no contexto da competição eleitoral e da escolha estratégica dos eleitores. Afinal, a escolha estratégica consiste precisamente na capacidade de tomada de decisões coerentes e transitivas —ou seja, se A não é possível, então, B, dado que B > C— e, acima de tudo, está relacionada a certa distância imaginária que agrupa os partidos em uma escala ordinal de preferências em um determinado espaço político.

Sendo assim, a preferência ordinal, que estabelece uma seqüência sucessiva de partidos preferidos —por exemplo, A > B > C—, é o ponto de partida para que estes sejam localizados em um contínuo com certa distância quantitativa entre si. Tal distância refere-se tanto aos valores cultivados pelo indivíduo como ao montante de benefícios políticos que cada partido poderia lhe trazer em face ao seu mundo ideal de políticas públicas. Isso significa que a escolha do partido B, quando A não é possível, não ocorre apenas porque o eleitor E prefere idealmente o partido B ao C, mas porque, em termos espaciais, o partido B está mais próximo de A, ou seja, está mais próximo do pacote de benefícios políticos almejados por E. Contrariamente, o partido C está mais distante do partido A, portanto, suas políticas seriam mais distantes daquelas almejadas pelo eleitor E, que prefere A a B e B a C. A figura abaixo

ilustra a suposição do posicionamento espacial na competição partidária e na estruturação das preferências eleitorais.

FIGURA 4.1
Representação da Competição Espacial dos Partidos A, B e C



Como é possível perceber, em termos espaciais —é importante ter em mente que o espaço é político, ou seja, a distância é política, representa bens e/ou valores—, ambos os tipos de eleitores, cujas preferências primeiras sejam ou o partido A ou o partido C e que tenham em comum o partido B como segunda preferência, no caso de não poderem votar sinceramente, deverão adotar a decisão estratégica de votar no partido B. De outra parte, o eleitor que prefere principalmente o partido B, como no caso descrito acima, em que sua posição é eqüidistante aos partidos A e B, sua decisão terá um teor de indiferença [≈]. No caso de não serem eqüidistantes as posições de A e C em relação a B, o eleitor de B, quando necessário, deverá decidir estrategicamente em favor do partido espacialmente mais próximo. Isso nos dá os possíveis cursos das decisões a serem tomadas no contexto de tal estruturação de preferências, como ilustrado a seguir.

FIGURA 4.2
Hipotética Estrutura de Preferências do Eleitor E

(1) $A > B > C$
(2) $C > B > A$
(3) $B > A \approx C$
(4) $B > A > C$
(5) $B > C > A$

Esta simulação, por si só, indica as possibilidades de mudança nas votações entre eleições sucessivas e nos mostra a racionalidade existente em tal oscilação, que corresponde, portanto, às decisões estratégicas dos eleitores. Em realidade, sob esta ótica, o elemento estratégico da escolha é o responsável pelas oscilações estruturalmente coerentes nas votações. Contudo, este exemplo trabalha com um modelo estático de sistema partidário, ou seja, um modelo no qual o "mercado" eleitoral está fechado, sem "entrada" e "saída" de competidores. No entanto, esse fluxo de entradas e saídas de partidos é uma componente fundamental no estímulo à volatilidade eleitoral e está vinculado mais diretamente ao aumento da competição. Num mercado competitivo, a interação é dinâmica e as demandas e as ofertas são mais elásticas. Assim, além de determinados incentivos institucionais —vinculados ao sistema eleitoral [fórmula eleitoral, princípio de representação, magnitude do distrito, etc.]—, o número de partidos em competição e a distribuição das preferências eleitorais agregadas em torno desses partidos surgem como variáveis intervenientes preponderantes no cálculo que os eleitores terão de fazer no momento da decisão do voto; e isso ainda mais especialmente no que se refere ao grau de coordenação estratégica de suas escolhas, de modo que as preferências agregadas (1) aproximem-se o máximo possível da preferência sincera e primeira de cada qual e que, ao mesmo tempo, tais preferências (2) ganhem volume eleitoral por intermédio da votação convergente no mesmo partido (cf. Cox: 1997).

A conseqüência mais imediata dessas proposições é a de que quanto mais "aberto" o "mercado" eleitoral, maior o grau de competição partidária, traduzida em volatilidade nas votações. Em outros termos, quanto maior o número de partidos, menor a distância entre eles, e, conseqüentemente, maior a probabilidade de mudança nos votos entre os partidos espacialmente próximos. Entretanto, tal volatilidade não significaria uma ruptura das identidades políticas —se é que este é um problema efetivo— e muito menos os sinais iniciais de uma crise institucional generalizada, e sim a evidência de um comportamento racional e estratégico dos eleitores.[25] Se aceitarmos esta linha de raciocínio, podemos seguramente concluir que

[25] Evidentemente, alguém poderia argumentar que tal perspectiva incorreria no mesmo problema do paradigma sociológico, porém, com o sinal trocado; ou seja, enquanto o viés sociológico valoriza a estabilidade como indicador de racionalidade institucional e do eleitor, o paradigma IR valoriza a instabilidade como indicador de tal racionalidade. Pode-se argumentar, então, que no limite, para a perspectiva IR, quanto mais instável o eleitor, mais racional sua decisão, na medida em que a instabilidade seria evidência de seu cálculo eleitoral. Contudo, tal raciocínio não é verdadeiro. Em primeiro lugar, porque mesmo no caso do cálculo do diferencial partidário, o eleitor pode decidir votar no mesmo partido, dado que este pode lhe trazer mais benefícios do que os concorrentes. Em segundo lugar, porque, apesar da possibilidade racional e estratégica de ser volátil, conforme observa o próprio

a taxa de eleitores flutuantes ou voláteis deverá, então, variar, em certa medida, em função do formato do sistema, ou seja, do número de partidos em competição e do grau de competitividade do sistemas partidário em questão.[26] Esta é uma proposição que possibilita a dedução lógica de que, *ceteris paribus*, qualquer alteração no formato do sistema partidário deverá produzir mudanças nas votações agregadas dos partidos. Isso porque, o aumento no número de partidos provocaria um rearranjo na posição espacial de todos no sistema, uma vez que diminuiria a distância entre eles, incentivando as mudanças nos votos. Processo inverso, porém, com o mesmo efeito, ocorreria com a diminuição no número de partidos em competição.

Assim como a dinâmica do mercado econômico, no "mercado" político, quaisquer alterações, como entradas, saídas, cisões e fusões de partidos, produziriam determinados rearranjos na estrutura de preferências dos eleitores. Por exemplo, se um partido "deixa" o "mercado" eleitoral, seus eleitores são obrigados ou (1) a deixar de participar das eleições ou (2) a escolher outro partido disponível —e, de

---

Downs (1999), em decorrência do problema da incerteza e da carência informacional que caracteriza o "mercado" imperfeito da política, a ideologia surge como um atalho no caminho da coleta de informações relevantes para a escolha eleitoral. Ou seja, a ideologia representa, acima de tudo, um abatimento nos custos de informação para o eleitor e uma sinalização racional que o partido emite para que possa gerar a certeza agregada a respeito de suas ações futuras. Dado que toda eleição é um processo de sinalização de políticas e de decisão, o que temos é que as escolhas dependem da sinalização dos partidos a respeito da posição que eles ocupariam em um intervalo do espaço político, de modo que sejam supridas as informações mínimas para que os eleitores tomem suas decisões e não sejam indiferentes em relação aos competidores. Assim, segundo Downs (1999, 121), "num mundo obscurecido pela incerteza, as ideologias são úteis tanto aos partidos quanto aos eleitores". Por causa disso, os partidos devem ser confiáveis, responsáveis e íntegros —ideologicamente consistentes. "Um partido é confiável", continua o autor, "se suas afirmações de políticas no começo de um período eleitoral puderem ser usadas para fazer previsões precisas a respeito de seu comportamento. (...) Um partido é responsável se suas políticas num período são coerentes com suas ações no período precedente (...). "Um partido tem integridade se suas afirmações de políticas [programa] são razoavelmente sustentadas por suas ações durante o governo" (ibid., 125, 128). A conclusão a qual podemos chegar, nesse caso, é a de que "qualquer partido que seja tanto responsável quanto confiável provavelmente terá uma ideologia que é relativamente coerente e imóvel. Em outras palavras, sua ideologia não será internamente contraditória, mas será pelo menos integrada frouxamente em torno de alguma visão social" (ibid., 130). O eleitor, preferencialmente, optaria por ser sempre estável, por votar sempre no partido que é o primeiro da lista de sua estrutura de preferências. O eleitor teria, *a priori*, uma visão de "boa sociedade" e a compararia com o programa dos partidos. A distância entre sua visão e o programa seriam determinantes em sua escolha sincera e mesmo em sua escolha estratégica. Um partido, por sua vez, pela própria força da competição, não pode ser um ator que produz incerteza, que muda seus programas o tempo todo e que não cumpre nada de seu programa quando chefa ao governo. O custo de uma ação desse tipo —irracional— seria a perda sistemática de votos. Isso significa, portanto, que "para ganhar votos", assevera Downs (1999, 133), "todos os partidos são forçados, pela competição, a ser relativamente honestos e responsáveis em relação tanto às políticas quanto às ideologias". Portanto, esse modelo também guarda um naco de racionalidade para a estabilidade eleitoral, relacionando-a ao problema da incerteza informacional e à dinâmica da competição espacial.

[26] Cumpre-me destacar que essa relação é probabilística e não determinista. Isso significa que quanto maior o número de partidos em competição, maior a probabilidade de ocorrer oscilação nas votações agregadas dos partidos. Contudo, não é necessário que ocorra tal oscilação. É possível a coexistência de muitos partidos e de uma baixa volatilidade. A relação entre volatilidade e número de partidos depende de variáveis intervenientes, relativas ao contexto histórico e ao ambiente institucional em que cada sistema partidário está inserido.

preferência, que tenha um perfil programático próximo ao antigo. Se um novo partido "entra" no "mercado" eleitoral, ele pode vir a ocupar uma posição política que esteja mais próxima do ponto ideal de um conjunto de eleitores que até então votavam em um partido que se localiza um pouco mais distante desse ponto, mas que era o mais próximo dele até a "entrada" desse novo partido. Com isso, os eleitores deverão se sentir estimulados a mudarem seu voto na eleição seguinte. Processos semelhantes também poderiam ocorrer com fusões e cisões partidárias, dado que, na prática, estes processos funcionam como "entrada" e "saída" de partidos no e do "mercado" eleitoral. Visto dessa forma, qualquer incremento na volatilidade eleitoral pode ser um indicador do aumento ou da diminuição da competição, das mudanças na oferta dos "bens" a serem escolhidos, ou seja, da "entrada" e da "saída" de novos competidores. Afinal, o movimento de "alargamento" ou de "estreitamento" do "mercado" eleitoral provocaria um rearranjo na própria estrutura de preferências dos atores em função justamente de um rearranjo na distância entre os partidos disponíveis, de uma parte, e, de outra, na distância entre tais partidos e o ponto ideal de políticas objetivadas pelo eleitor em questão. Logo abaixo, há uma ilustração desse movimento de mercado e seus possíveis impactos na decisão eleitoral, com base nas suposições da simulação anterior.

FIGURA 4.3.

Possíveis Estruturas de Preferências do Eleitor E, com Preferência pela Esquerda

(1) $e > e' > c > d$
(2) $e' > e > c > d$
(3) $e \approx e' > c > d$
(4) $e \approx e' \approx c > d$

O exemplo toma um caso fictício de "entrada" de um novo partido no sistema e supõe que os partidos estejam distribuídos espacialmente em termos ideológicos. Desse modo, temos os partidos de esquerda (*e*), de centro (*c*) e de direita (*d*). Como ilustra o exemplo, se um eleitor E, com preferência pela esquerda (*e*), tivesse que escolher entre um partido de esquerda (*e*), um partido de centro (*c*) e um partido de direita (*d*), e se sua estrutura de preferências fosse tal que $e > c > d$, sua primeira escolha seria *e* e, sua segunda, seria *c*. Mas, suponhamos que entre mais um partido de esquerda (*e'*) neste sistema, o que poderia ocorrer? Os eleitores com tal estrutura de

preferências teriam que reordená-la, de forma a incluir *e'*. Esta reordenação, em termos lógicos, deveria impor as seguintes possibilidades: ou $e > e'$, ou $e < e'$, ou, então, $e \approx e'$. A decisão agora deverá seguir uma das possibilidades apresentadas na figura acima, dependendo do caso. Na estrutura de preferências (1), a primeira escolha seria *e*, e, a segunda, seria *e'*. Na estrutura de preferências (2), a primeira escolha seria *e'*, e, a segunda, *e*. Na estrutura de preferências (3), a primeira escolha seria indiferente entre *e* e *e'*, e, a segunda escolha, dependeria da primeira escolha indiferente, uma vez que, se o indivíduo escolher *e*, a segunda deverá ser *e'*, e vice-versa. Na estrutura de preferências (4), a primeira escolha seria indiferente entre *e* e *e'*, a segunda escolha, se fosse entre *e* e *c*, seria preferencial a *e*, se fosse entre *e'* e *c*, seria indiferente. A terceira escolha, entre *c* e *d*, seria favorável a *c*. Observe-se que, em quase todos os casos, *c* seria a terceira escolha e, *d*, a última, ou, mais propriamente, não seria uma escolha viável, sequer seria mesmo uma escolha, uma vez que não haveria qualquer alternativa ao partido *d*.

Este é um exemplo simplificado, focado na entrada de apenas um novo partido. Mas suponha todas as alterações nas estruturas de preferências e todas as oscilações advindas do movimento de mercado com a entrada de novos partidos de centro e de direita, com a entrada de mais de um novo partido em cada espaço ideológico e assim por diante, e já é possível antever os efeitos de tudo isso sobre a volatilidade eleitoral. Além da oscilação nas votações causada pelo movimento de "abertura" de "mercado", a própria coexistência de vários partidos distribuídos no espaço político dinamizaria ainda mais a competição e estimularia de forma intensa os votos estratégicos e, conseqüentemente, o aumento da volatilidade eleitoral. Este efeito, com elevado grau de certeza, é provocado pelo fato de que o aumento no número de partidos diminui a distância entre eles, diminuindo, por extensão, a distância que o eleitor tem de percorrer, em termos espaciais/ideológicos, para mudar seu voto, diminuindo também os custos da mudança até um limite em que seu ganho marginal será menor do que seu custo marginal.[27]

Se seguirmos tal linha de pensamento, teremos, de maneira justificada, os fundamentos de uma possível interpretação racional-institucionalista para a instabilidade eleitoral, interpretação esta que estará imune ao viés condicionante da Sociologia Política. Como pudemos perceber, parece ser contraproducente o vínculo

[27] Há, portanto, uma elasticidade no deslocamento do eleitor e dos partidos no eixo ideológico. Mas, o deslocamento na margem dessa elasticidade será tão mais freqüente e menos custoso quanto maior for o número de partidos nesse intervalo. O deslocamento também não é pleno, pois, quanto mais próximo do limite da elasticidade, maior o custo marginal e menor o ganho marginal do deslocamento.

entre a volatilidade eleitoral e a instabilidade do sistema partidária e entre esta e uma crise do sistema representativo, simplesmente porque essa cadeia causal carece de fundamentos lógicos e de corroboração empírica. Em contrapartida, parece mais adequado estabelecer um vínculo entre a volatilidade eleitoral e a competição partidária —conceito central do paradigma IR. Apesar da volatilidade eleitoral, em princípio, até poder ser resultante de algo que não esteja diretamente relacionado com a competição, há dois fatores que trabalham em favor de tal vínculo. Em primeiro lugar, há um argumento metodológico que é o de que ainda não é possível saber ao certo quais fatores exógenos à competição, de fato, interferem nas oscilações das votações partidárias.[28] Em segundo lugar, há um argumento lógico, que é o de que toda troca de votos entre quaisquer partidos sempre se relaciona, de uma forma ou de outra, com a competição eleitoral —ela ocorre na competição e em função dela.

Desse modo, se concentrarmos a análise especificamente nos aspectos dinâmicos da competição, o significado mais óbvio da volatilidade eleitoral é o de que alguns partidos perdem votos enquanto outros ganham-nos. Mas, se alguém está ganhando e alguém está perdendo votos, qual o significado disso? Este processo é aleatório ou segue alguma lógica? Este, na verdade, é o problema fundamental a ser investigado quando se toma um sistema partidário como objeto de estudo eleitoral. Neste caso, ao invés de indicador de crise, a volatilidade eleitoral pode ser tomada como um indicador do grau de "abertura" do mercado político e da dinâmica democrática de (1) competição partidária e de (2) estruturação das preferências eleitorais, especialmente em sistemas multipartidários. Vista sob esta ótica, a volatilidade eleitoral indica apenas e tão somente o nível das oscilações agregadas, ou seja, o grau de competição efetiva do mercado político. Mas, desse modo, indica também em que ponto se concentra a competição, em que ponto o mercado é mais segmentado, quais partidos são mais competitivos, quais dominam o mercado global, os segmentos e os espaços geográficos e em que grau. Similarmente, as preocupações analíticas podem ser concentradas em questões tais como: que tipo de preferências são estruturadas? Qual é a estrutura da escolha eleitoral em termos de ofertas

[28] Nesse caso, é importante ressaltar que, ao contrário do que supõem alguns autores, o assim conhecido "voto econômico" também é relacionado com a competição e com o cálculo racional do eleitor. A avaliação do governo e dos partidos em disputa em termos de cálculo projetivo ou retrospectivo são fatores endógenos à competição eleitoral. Os fatores exógenos seriam as clivagens sociais, uma vez que a competição na arena eleitoral seria decorrência de uma disputa anterior e exterior às eleições. Há alguns autores (eg. Amorim Neto and Cox: 1997) que vêm tentando articular os fatores endógenos e exógenos na explicação da fragmentação partidária, procurando defender a idéia de que o número de partidos é uma função de variáveis referentes tanto ao sistema eleitoral como à estrutura social.

partidárias? As oscilações são aleatórias [irracionais] ou há algum padrão [racionalidade]?

Sem dúvida, essa é uma perspectiva que pode trazer grandes contribuições analíticas ao estudo dinâmico dos sistemas partidários e à interpretação da instabilidade eleitoral em outros termos. A ênfase não é voltada, com qualquer expectativa normativa, ao grau de estabilidade, uma vez que a instabilidade não é tomada como indicador de pouca efetividade institucional, mas à explicação da evolução das votações e das oscilações encontradas. Espera-se, obviamente, algum grau de estabilidade, uma vez que as preferências, ao serem estruturadas, determinam algum padrão, mas a instabilidade também é esperada, já que existe o comportamento estratégico e a transitividade nas escolhas eleitorais. No escopo do modelo IR, admite-se apenas isto: que a estabilidade e a instabilidade são igualmente esperadas e racionais, e que é impossível determinar *a priori* ou *a posteriori* um ponto ótimo para a volatilidade eleitoral, uma vez que as oscilações dependem de fatores históricos, conjunturais e institucionais que, em cada momento, induzem os atores à determinada escolha, à determinada transitividade em sua estrutura de preferências e, dessa maneira, a determinado comportamento estratégico.

III. Os Critérios Metodológicos da Volatilidade Eleitoral Enquanto uma Medida Sistêmica

Mesmo no caso da adoção do paradigma institucional-racionalista, há um problema importante a ser resolvido e que é relativo a maior querela envolvendo o uso prático do índice de volatilidade eleitoral. Trata-se do problema da falácia ecológica. Em outras palavras, refere-se às possíveis e problemáticas relações existentes entre os níveis de análise micro e macro. Ou seja, em que medida é possível atribuir aos indivíduos, tomados atomicamente, as propriedades encontradas no nível agregado? Quando encontramos uma volatilidade agregada X, isso significa que X indivíduos são voláteis? Na verdade, não. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o índice de volatilidade eleitoral não é destinado à apreensão da quantidade de eleitores que, individualmente, trocaram de partidos, mas sim ao total agregado da mudança dos votos.

Para ilustrar melhor tal critério metodológico, suponhamos uma situação hipotética. Suponhamos, por exemplo, que a metade *Ma½* de eleitores que votaram no partido A mudasse seu voto para o partido B e que, por uma obra do acaso, a outra

metade *Mb½* dos eleitores, que votaram no partido B, também mudasse seu voto em sentido contrário, ou seja, para o partido A. O que teríamos? Teríamos um sistema em equilíbrio, totalmente estável, com volatilidade eleitoral igual a 0. Isso porque a medida é sistêmica e, como vimos na exposição de sua formulação algébrica no capítulo 2,[29] quando 50% mudam seu voto em uma direção e os outros 50% mudam seu voto em direção contrária, no agregado, estes montantes se anulam, totalizando zero. E isso ocorre com vários montantes de oscilações individuais, que não são detectadas no nível agregado, resultando em totais variados que discrepam dos montantes atômicos.

Justamente em função dessa característica, várias críticas têm sido endereçadas à utilização do índice de volatilidade eleitoral. Em princípio, ele seria apto a apreender apenas uma pequena parte da volatilidade real, aquela derivada do nível micro. Entretanto, há duas maneiras de enfrentar este problema. A primeira —que é a preferida pela literatura— consiste em tentar equacionar estes dois fatores, seja para defender a possibilidade de haver uma correlação entre os dois níveis de análise, seja para refutar tal correlação. A segunda maneira nem sempre é considerada, mas, conforme tentarei discutir, é a mais producente, porque resolve de forma mais direta a pendenga envolvendo a relação entre os dois níveis, mas também, e principalmente, porque é a forma mais lógica de utilização da medida. Esta consiste em adotar o índice de volatilidade eleitoral como medida sistêmica.

No primeiro caso —das tentativas de demonstrar a correlação entre a volatilidade eleitoral no plano sistêmico e a volatilidade eleitoral no plano individual—, o problema a ser enfrentado é o da determinação do quanto essa medida agregada pode apreender o que de fato acontece no nível micro e, conseqüentemente, em que medida a volatilidade eleitoral agregada serve como indicador para as mudanças eleitorais individuais. Quanto a isso, Bartolini and Mair (1990) garimparam dados e pesquisas que parecem colocar um ponto final na questão. De acordo com eles, há duas formas de equacionar o problema relativo à inferência de atributos agregados ao comportamento individual: uma, com dados empíricos, outra, com simulações matemáticas. Com relação à primeira forma de teste, conforme afirmam os autores, essa relação pode ser confirmada com a existência de uma elevada correlação positiva em termos estatísticos entre as variáveis macro e micro mais

[29] Relembremos que sua fórmula é: $VT = |VA| + |VB| + |VC| + |VD| ... + |VN| \div 2$; em que VT é a volatilidade total ou sistêmica e PV corresponde às diferenças nas votações entre duas eleições dos partidos A, B, C e D; sendo $0 \leq VES \leq 100$. O número de competidores, obviamente, pode variar até N partidos.

relevantes. Tal correlação pode ser devidamente testada pelo confronto entre *surveys*, realizados na forma de painéis [pesquisas sucessivas com os mesmos indivíduos da amostra], e as votações efetivas.[30] Com relação à segunda forma, o teste da correlação entre os níveis micro e macro pode ser realizado por meio de simulações estatísticas. Neste caso, a técnica utilizada consiste em processar um elevado número de matrizes de transição, a partir das quais é possível construir vetores de volatilidade, agregados e individuais. A partir disso, então, pode-se fazer testes representativos do grau de correlação entre estes vetores.[31] Baseados nestes dois tipos de testes, estes autores concluíram que tanto nas pesquisas empíricas como nas simulações com matrizes transacionais foram encontradas correlações estatísticas significativas entre a volatilidade eleitoral no nível macro e a volatilidade eleitoral no nível micro, sendo que, em nenhum dos casos testados, tal associação foi menor do que 0,5. Desse modo, os autores asseveram que existem evidências consideráveis que dão suporte à concepção do índice de volatilidade eleitoral como um indicador agregado cujas mensurações permitem uma aproximação segura daquilo que ocorre no plano individual.

Este é um argumento consistente em favor da correlação entre a volatilidade encontrada no nível agregado e a volatilidade que pode ocorrer nas escolhas de cada um dos eleitores. Mas, a questão não está de todo resolvida, em função de dois problemas metodológicos. O primeiro deles é que, a despeito da força das correlações positivas encontradas nas pesquisas e nas simulações citadas, não há como inferir uma conclusão geral ou uma lei a partir de experimentos singulares. Este é o velho problema da indução (cf. Popper: 1959).[32] O segundo problema é que a preocupação com a demonstração de uma correlação significativa entre os níveis de análise micro e macro atribui muita importância ao nível individual, se é que não lhe atribui mesmo

[30] O mecanismo de teste consiste em apurar o quanto as preferências eleitorais dos entrevistados mudaram de maneira correlacionada com os resultados da medida agregada —os votos efetivamente depositados nas urnas. Nesse caso, ainda de acordo com os autores, várias pesquisas realizadas com esse intuito indicaram uma correlação de até 0,930 entre o nível micro —mensurado em painéis— e o nível macro —mensurado pelo índice de volatilidade eleitoral. Realmente, um resultado extremamente significativo.

[31] Ainda segundo Bartolini and Mair (1990), essas simulações mostraram uma variação de 0,6 a 0,66, indicando também um coeficiente de correlação positiva estável e significativo.

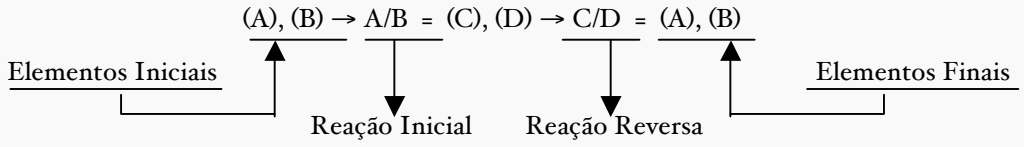
[32] Seria preciso que se realizassem inúmeros experimentos para que fosse possível retirar deles alguma conclusão, que, mesmo assim, seria probabilística. Isso significa que, na melhor das hipóteses, quando encontrássemos, por exemplo, uma volatilidade eleitoral de 20 pontos em dado sistema partidário, poderíamos concluir que haveria X% de probabilidade de estes 20 pontos corresponderem a 20 pontos de volatilidade individual. Portanto, apesar da fundamentação de tal relação em termos probabilísticos, ainda assim estaríamos diante do problema da indução e, mais especificamente, diante de possíveis casos indetectáveis de discrepância. Sempre existiria um grau de incerteza subjacente às análises, que, assim, seriam passíveis de contestação plenamente justificada.

toda a importância metodológica. Essa postura, além de levar aos problemas mencionados, acima de tudo, obscurece algo que é extremamente relevante, o que seja, que o índice de volatilidade eleitoral foi concebido como medida agregada, e isso fundamentalmente porque é uma mensuração destinada à apreensão de um fenômeno sistêmico —o sistema partidário— e não individual. Os dados da análise são eleitorais, são os votos, que, obviamente, são depositados pelos indivíduos, mas esta seria a base empírica para a análise da dinâmica do sistema partidário e, este, como o próprio nome sugere, é uma entidade sistêmica.

Na verdade, é importante que seja ressaltado que a adoção da perspectiva individualista —correspondência do nível micro com o nível macro— é extremamente ingênua e contraproducente porque não serve aos propósitos da análise de sistemas. O fato político mais relevante no caso dos sistemas partidários é a dinâmica sistêmica, agregada; o que significa que, do ponto de vista metodológico, tal análise deve ser sistêmica, portanto, uma análise que capte as oscilações que signifiquem efetivamente algum tipo de alteração na relação entre os partidos. Não interessa, então, se, em um determinado sistema, pode ter havido uma troca igual de 50% de eleitores entre dois partidos e que, em decorrência do caráter agregado do índice, não será detectada nenhuma volatilidade no nível micro; o que importa é que tal oscilação não produziu nenhum efeito concreto na dinâmica da competição e da interação partidária, não resultou em nenhuma alteração sistêmica. Com efeito, ao pesquisador, interessa muito mais apreender uma oscilação agregada de 5% de votos entre dois partidos do que aquela individual de 50% recíprocos do caso anterior. Assim, o que deve ser salientado é que o que se pretende mensurar com este índice é o grau de instabilidade do sistema e não dos indivíduos. A própria teoria dos sistemas, desenvolvida inicialmente pela Física e pela Química —e, atualmente, utilizada pela Biologia— sugere que certo grau de mudança na escala micro não altera o estado de equilíbrio do sistema; e se não há tal impacto, sua importância sistêmica é nula.

Um exemplo, por analogia, pode ilustrar melhor este ponto. Suponhamos uma reação química reversível, que é aquela em que moléculas A e B podem reagir e formar as moléculas C e D, reagindo novamente logo depois e voltando a formar moléculas A e B. No nível micro, molecular, houve mudanças ou variações; no nível macro, no âmbito do sistema, manteve-se um equilíbrio químico, pois, a taxa da reação inicial é igual à taxa da reação reversa. O esquema abaixo formaliza este processo.

FIGURA 4.4
Reação Química Reversível com Equilíbrio Sistêmico



Notações: (/) significa interação [reação], (→) significa "tal que", "implica em"

Esta analogia com o equilíbrio de sistemas químicos serve para mostrar que aquela suposta eleição sugerida acima, em que 50% de eleitores trocaram de partido com os outros 50% de eleitores, seria um caso típico de "reação reversa". Dessa forma, se metade dos eleitores *Ma½* que votaram no partido A mudasse seus votos para o partido B, e se metade dos eleitores *Mb½* do partido B passasse a votar no partido A, teríamos um sistema com volatilidade igual a zero, ou seja, um sistema estável. Todo o reboliço no nível micro não teria significado nada no plano sistêmico —e é isso o que importa no caso da análise de sistemas partidários e que deve ser considerado quando se utiliza o índice de volatilidade eleitoral. Isso quer dizer que a lógica do índice de volatilidade eleitoral não é redutível à captação da quantidade de mudanças individuais efetivas, mas se destina à mensuração da taxa de mudanças agregadas que provocam efetiva instabilidade sistêmica, que implicam em alterações nas taxas de votação dos partidos. Uma troca proporcionalmente perfeita entre dois partidos não representaria uma instabilidade sistêmica, assim como a não-detecção de um montante de eleitores que foram individualmente voláteis em função da troca equivalente com outros eleitores voláteis que migraram entre os partidos, também não constitui um problema, à medida em que tal montante não trouxe nenhum impacto no nível sistêmico.

Assim sendo, a resolução do problema da falácia ecológica pode ser mais bem encaminhada com o abandono da querela envolvendo a possível relação entre os níveis individual e sistêmico em favor da adoção do índice como uma medida sistêmica, que nada tem a dizer a respeito das oscilações individuais. Evidentemente, a adoção do paradigma institucional racionalista implica na suposição de determinadas características inerentes aos indivíduos, o que serve até mesmo como

fundamento da explicação da instabilidade em termos racionais. Contudo, a adoção de tais premissas não significa que o que se pretende é explicar as decisões individuais, mas sim os efeitos sistêmicos das decisões coletivas e das restrições institucionais. Por efeitos sistêmicos devem ser tomadas as alterações efetivas na relação entre os partidos, relação esta compreendida em termos das variações nas taxas de apoio eleitoral. Portanto, todos aqueles problemas indicados no início deste tópico podem ser contornados quando abandonada a perspectiva individualista ou a preocupação com a falácia ecológica micro/macro, em favor de uma perspectiva sistêmica.

IV. Os Critérios Metodológicos para a Análise do Caso Brasileiro

A partir do que acabou de ser discutido, minha proposta é adotar o índice de volatilidade eleitoral como uma medida sistêmica. Portanto, este é tomado como um indicador do montante do fluxo de votos agregados entre os partidos em sucessivas eleições, tanto individualmente como em blocos ou famílias partidárias, de modo que sejam detectadas apenas aquelas oscilações que efetivamente trouxerem conseqüências para o sistema como um todo. O índice também é utilizado com uma perspectiva positiva —e não normativa, em favor da estabilidade como um valor absoluto, tal como feito pela literatura comparada. Para tanto, na análise seguinte, procurarei evitar seu uso enquanto um indicador de institucionalização, embora o teste das hipóteses estabelecidas pela literatura, mencionadas anteriormente, lida com essa concepção sociológica dos significados numéricos do índice. Para contornar isso, procurarei me ater somente à discussão (a) do quanto a volatilidade eleitoral é elevada ou não e (b) em que medida ela apresenta ou não qualquer padrão mais nítido.

1. A Base de Dados e o Período

Os dados eleitorais que serão analisados neste capítulo e também no próximo são referentes às votações para a Câmara dos Deputados, abrangendo o período entre 1982 e 2002. A utilização apenas dessas votações como base empírica se justifica por duas razões. Em primeiro lugar, pela viabilidade de aplicação mais criteriosa do índice de volatilidade eleitoral a esse tipo de eleição, no caso brasileiro. As eleições majoritárias federais —Presidência e Senado— envolvem estratégias de coligação que provocam "entradas" e "saídas" artificiais de partidos competidores, criando alguns problemas para a padronização do cálculo em eleições sucessivas. Isso não ocorre nas

eleições para a Câmara dos Deputados, pois, apesar de também haver coligações, estas não implicam em movimentos de mercado artificiais, nem em falsa redução no número de partidos competidores. Em segundo lugar, esta escolha se deve ao caráter nacional desse tipo de eleição, o que leva ao descarte das eleições para deputado estadual, uma vez que a preocupação desta pesquisa é com a dinâmica nacional.[33]

Evidentemente, a unidade federativa articula-se com elementos de natureza regional, uma vez que o distrito eleitoral é o próprio estado, mas o âmbito da representação é nacional. Na verdade, a conjunção da representação nacional com a eleição circunscrita ao espaço do estado ou da unidade federativa pode oferecer um panorama comparativo para a evolução da volatilidade eleitoral brasileira, tanto em termos nacionais como regionais e estaduais. Assim, este recorte pode trazer evidências quanto à dinâmica do sistema partidário como um todo e, ao mesmo tempo, oferecer uma perspectiva comparativa entre os estados. Além da dimensão espacial, a análise aqui proposta abrange todo o período democrático até o momento [1982-2002], totalizando 5 séries temporais com 6 eleições.

2. A Unidade de Análise

Com relação à unidade de análise, serão considerados apenas os votos válidos nos partidos. A justificativa para isso é que, no caso da apreensão da instabilidade das preferências eleitorais com relação ao sistema partidário, o que mais interessa são as mudanças nas preferências partidárias e não a defecção em relação a alguma eleição ou à decisão de voltar à participar do jogo eleitoral de maneira efetiva. Meu objeto, neste caso, é estritamente a instabilidade da preferência eleitoral partidária, sendo que, com isso, minha unidade de análise torna-se, necessariamente, os votos válidos nos partidos.

[33] Obviamente, há determinadas relações entre os dois níveis de eleição —nacional e estadual—, bem como entre as duas fórmulas de representação —majoritária e proporcional. Há indicações e alguns estudos que procuram demonstrar a correlação entre a eleição para o governo de estado e a eleição para deputado federal, o que significaria que é a dinâmica da eleição para governador que condicionaria a dinâmica da eleição para a Câmara dos Deputados (Lavareda: 1991; Jones: 1995; Ames: 2001; Abrucio: 1998; Mainwaring: 1999; Samuels: 2003). Há outras indicações que procuram mostrar que a eleição para a Presidência da República vem exercendo cada vez mais influência nas eleições para os deputados federais (Shugart and Carey: 1992; Cox: 1997). Enfim, há um vasto campo de testes de tais relações e dos efeitos institucionais da forma de governo e do sistema eleitoral sobre a dinâmica da democracia no que se refere à interação de esferas e níveis diferentes de disputa eleitoral. Apesar de reconhecer essa interação e sua importância, este não é o problema que pretendo enfrentar neste trabalho. O que me interessa mais de perto é a dinâmica da competição eleitoral entre os partidos pelos cargos representativos da Câmara dos Deputados. Daí o recorte que aqui é adotado.

3. Critérios para o Cálculo do Índice de Volatilidade Eleitoral

Como se sabe, os critérios geralmente utilizados para o cálculo da volatilidade eleitoral são aqueles propostos por Bartolini and Mair (1990).[34] Neste trabalho, adotarei outro critério, porque considero que a sugestão destes autores para o cálculo da volatilidade eleitoral é problemática. Na verdade, há dois tipos de problema. Um deles é que seu critério é muito brando no que se refere à detecção das oscilações nas votações, em função de eliminar qualquer mudança de voto relacionada com as cisões e fusões partidárias, bem como com as "entradas" e as "saídas" de partidos no e do sistema. Com isso, promove-se uma redução artificial da volatilidade sistêmica. O outro problema, derivado do primeiro, é que o índice de volatilidade eleitoral deve justamente ser capaz de apreender toda e qualquer oscilação nas votações, derivada de toda e qualquer alteração no sistema partidário. Então, é importante que não sejam desconsideradas as oscilações de "mercado", tais como a "oferta" e "demanda" partidárias, e, no caso considerado, principalmente as "ofertas".[35]

Com tal perspectiva, o critério adotado neste trabalho não subestima as mudanças de votos ocorridas em decorrência dos movimentos de mercado relacionados à "oferta" partidária, tais como fusão, cisão, "saída" e "entrada" de partidos. Assim, toda oscilação nas votações será considerada no cômputo geral para o cálculo da volatilidade eleitoral; afinal as premissas lógicas que dão suporte teórico ao uso do índice são as de que este seria (1) o resultado das mudanças dos votos dos indivíduos, levando à mudança agregada na taxa das votações partidárias, (2) o resultado da mudança na composição do eleitorado, em decorrência da dinâmica de absorção e de saída de eleitores, bem como de abstenções ou defecções eleitorais conjunturais, portanto, resultado de uma alteração na "demanda" partidária no "mercado" eleitoral; e (3) o resultado de mudanças nas votações em função da oscilação na oferta partidária, decorrente de processos de "entrada", "saída", fusão e cisão partidárias.

---

[34] Estes, são os seguintes: (1) No caso do desaparecimento de um partido, seus votos devem ser computados na eleição subseqüente como sendo zero, subtraindo-se deste zero o resultado anterior, o que faz com que o mesmo resultado anterior seja considerado como a volatilidade partidária com sinal negativo, mas sem sinal negativo no cálculo da volatilidade total. (2) No caso do surgimento de um partido, deve-se utilizar o mesmo critério, só que de forma inversa. (3) No caso de uma cisão partidária, deve-se considerar o novo partido como a soma dos partidos anteriores na eleição subseqüente. (4) No caso de uma fusão partidária, o procedimento deve ser o mesmo utilizado na cisão, só que de forma inversa.

[35] Quanto a isso, voltando ao caso da Europa, como pudemos perceber na discussão do capítulo 2, grande parte de sua instabilidade eleitoral está relacionada precisamente com o aumento da "oferta" partidária —fator que incrementou a competição por votos e elevou a volatilidade sistêmica.

4. Os Blocos Partidários Ideológicos

Além da volatilidade eleitoral sistêmica, a volatilidade eleitoral entre blocos partidários também será objeto de análise. Esta será delineada com contornos ideológicos, ou seja, os partidos serão agrupados em blocos de esquerda, de centro e de direita. Os critérios para a classificação dos partidos neste contínuo ideológico baseiam-se nos resultados das pesquisas de Kinzo (1990, 1994), Schmitt (1998); Figueiredo e Limongi (1999), Singer (1999), Leoni (2002), Peres e Roma (2002) e Rodrigues (2002).

As pesquisas de Kinzo (1990, 1994) mostraram que os deputados federais da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 posicionavam-se de maneira consistente em termos ideológicos em uma escala que os classificava em esquerda, centro e direita. Este posicionamento ideológico diante de questões políticas também era consistente com os partidos aos quais eles pertenciam. Figueiredo e Limongi (1999) chegaram a resultados semelhantes ao analisarem as votações dos deputados federais na primeira metade da década de 1990. Havia claramente três grupos partidários que se perfilavam em termos de esquerda, centro e direita nas votações da Câmara. Leoni (2002), utilizando uma metodologia estatística desenvolvida para inferir preferências individuais dos deputados a partir de suas votações anteriores, também encontrou uma distribuição espacial nas preferências dos parlamentares; preferências estas que se estruturavam em termos ideológicos.

Já Singer (1999), utilizando dados de opinião pública, detectou no eleitorado brasileiro uma indicação significativa de que este possui certa orientação ideológica que o leva a classificar os partidos em uma escala com esses parâmetros. Schmitt (1998) analisou as coligações eleitorais brasileiras e detectou a existência de um elevado grau de coerência ideológica na formação das alianças partidárias para a disputa de eleições. Peres e Roma (2002) analisaram de maneira comparativa os dois principais partidos da política nacional dos últimos anos —PT e PSDB— e mostraram que há uma relação considerável entre a organização partidária —origem, composição social e visão política dos membros, estrutura decisória, programa político— e a dinâmica externa dos partidos —desempenho eleitoral, discurso político, comportamento legislativo— e que tal relação baseia-se em questões de natureza ideológica —funções do Estado e do mercado, objetivos políticos e relação entre Estado e Sociedade Civil. Finalmente, Rodrigues (2002) analisou a composição social, econômica e profissional dos membros do Congresso brasileiro e encontrou

uma correspondência significativa entre determinados perfis profissionais e o pertencimento a um determinado partido, dando indicações de que a composição social desses, de acordo com um critério ideológico —e até mesmo de classe enquanto estrutura de ocupação ou estrutura profissional—, é a tônica do sistema representativo do país.

Além disso, também há estudos que defendem que não há no Brasil nenhum tipo de clivagem social mais demarcada por meio da qual a política representativa pudesse ganhar expressão (eg. Lamounier: 1990, 1994; Mainwaring: 1999). De acordo com os autores, não há divisão social significativa nem em termos religiosos, nem em termos de classe, nem em termos étnicos e muito menos em termos culturais. Portanto, a única divisão por meio da qual a política pode ganhar expressão é a ideológica, especialmente porque, como discutido acima, há uma série de pesquisas que mostram que existe mesmo certa orientação ideológica na dinâmica política e partidária do país. Não obstante, não é o caso de afirmar que tais segmentações já existiam na sociedade desde sempre e que os partidos surgiram como "tradutores" de tais visões de mundo. O que parece mais sensato —e até factível— é conceber que os partidos é que se apresentaram assim diante dos eleitores, obrigando-os a tomarem suas decisões eleitorais nestes moldes. Ou seja, se a escolha eleitoral apresenta-se ao eleitor como uma decisão entre partidos perfilados em um contínuo ideológico, em decorrência de uma oferta do sistema partidário, então, esse mesmo eleitor não terá outra alternativa que não a de estruturar suas preferências em moldes ideológicos e tomar sua decisão de acordo com tal estrutura de preferências.

Evidentemente, pressuponho que o sistema partidário pode ser a variável independente na relação com o eleitorado. Ou seja, parto da pressuposição de que o sistema partidário estruturou um padrão de competição cuja delimitação é ideológica, em função do qual estruturaram-se preferências eleitorais nos mesmos termos. Foi o sistema partidário, portanto, que selecionou a dimensão competitiva e o tipo de escolha que o eleitor deveria fazer quando chamado a decidir a respeito dos representantes preferenciais. Obviamente, se o sistema partidário se apresentasse diante do eleitor propondo uma escolha entre partidos católicos, evangélicos, protestantes, etc., esse mesmo eleitor seria levado a decidir a partir desses parâmetros —assim como no caso do sistema promover uma competição étnica ou cultural. Porém, como sabemos, tais tipos de decisões são dicotômicas, não envolvem escolhas estratégicas e, no limite, inibem um processo eleitoral, de fato, competitivo. Então, se a competição eleitoral brasileira ocorresse sob um padrão religioso, em função da

própria estrutura de preferências religiosas predominantes no país, os partidos católicos ou o partido católico seria sempre o vencedor. Em contrapartida, a competição balizada em termos ideológicos oferece uma "estrutura de oportunidades" mais vantajosa para os diversos competidores. Isso significa que os partidos devem se apresentar com algumas diferenças ideológicas marginalmente diferentes daquelas de seus adversários espacialmente próximos e com uma diferença elástica em relação aos adversários mais distantes; e significa também que, se assim o for, é de se esperar que exista uma competição mais acirrada entre partidos de um mesmo bloco ideológico e menos acirrada entre partidos de blocos ideológicos diferentes. No caso da disputa entre partidos de blocos diferentes, haverá mais acirramento entre partidos de esquerda e de direta do que entre partidos de centro com rivais de esquerda e partidos de centro com rivais de direita.

Assim sendo, a premissa adotada neste trabalho é a de que os partidos podem ser agrupados em blocos ideológicos. Baseado nos dados das pesquisas mencionadas e na lógica que acaba de ser proposta, adoto a seguinte classificação para os partidos que compõem ou que compuseram nosso sistema, de acordo com três grupos ideológicos: esquerda, centro e direita, tal como especificado no quadro abaixo.

QUADRO 4.2
Classificação dos Partidos Brasileiros em Blocos Ideológicos

Partidos de Esquerda	*Partidos de Centro*	*Partidos de Direita*	
PT	PMDB	PDS	PP
PDT	PSDB	PTB	PFL
PSD		PL	PDC
PCB		PST	PSC
PPS		PMB	PH
PC do B		PRN	PTR
PV		PRONA	PMC
PSTU		PASART	PSL
PAN		PMN	PTR
PGT		PND	PRTB
PCO		PNR	PCN
		PTN	PNT
		PRP	PRS
		PSDC	PAS
		PT do B	PSL
		PD	PSN
		PSDC	PRTB
		PHS	PTC

Considerações Finais

Meu objetivo neste capítulo foi explorar uma discussão de teor epistemológico e metodológico, com a intenção de justificar a proposição da inversão na perspectiva a ser utilizada na interpretação da instabilidade eleitoral e, como tal, na apreensão dos significados dos níveis de volatilidade eleitoral que podem ser encontrados em determinado país. Este seria, especialmente, o caso da instabilidade eleitoral existente no Brasil. A especificidade do nosso sistema partidário deve ser levada em consideração tanto no que se refere às dinâmicas específicas de cada estado como no que se refere à formação histórica da configuração atual. No contexto brasileiro, ao longo do regime autoritário, o sistema partidário, embora controlado e restringindo, continuou em operação e, além disso, foi parte integrante da estratégia de abertura política adotada no modelo de transição pactuada, desenhada com claros incentivos à fragmentação da oposição ao governo nos primeiros anos da abertura democrática. Portanto, a evolução do atual sistema partidário brasileiro deve ser entendida como um desdobramento do sistema anterior e não como uma ruptura radical em oposição ao mesmo.

Vista dessa maneira, a volatilidade eleitoral pode ser apreendida como um dos elementos componentes do processo de abertura do mercado político à competição mais concorrencial e livre e do processo de configuração do multipartidarismo. A interpretação da instabilidade eleitoral como indicador de institucionalização no induz a ver apenas sinais de crise em processos que podem, pelo contrário, indicar justamente o oposto, ou seja, a estruturação mais efetiva do sistema partidário em questão. Dessa forma, minha proposta é adotar a perspectiva sugerida neste capítulo, bem como os critérios metodológicos, para analisar a evolução do atual sistema partidário brasileiro, principalmente no que se refere aos processos de transformação e de persistência em relação ao sistema anterior, que funcionou durante o regime autoritário. Esta análise tomará os dois capítulos seguintes, sendo que, no próximo, analiso o grau de volatilidade eleitoral do sistema brasileiro, em termos sistêmicos e em termos ideológicos. Também analiso o padrão ideológico de estruturação desse sistema, entendido como um processo de segmentação do mercado eleitoral. No capítulo 6, procuro interpretar o grau de instabilidade eleitoral existente como indicador da abertura de mercado eleitoral, de aumento da competição e, fundamentalmente, de configuração do multipartidarismo.

Segunda Parte

O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral no Brasil

Capítulo 5

A Volatilidade Eleitoral no Brasil

Introdução

CONFORME FOI discutido anteriormente, grande parte da literatura que investiga os partidos brasileiros e sua função no contexto da democracia local enfatiza com veemência que estes agentes de intermediação, de produção e de execução de políticas públicas seriam entidades ideologicamente amorfas e estruturalmente débeis, incapazes, portanto, de estruturar as preferências eleitorais de modo a conferir-lhes algum grau de estabilidade e qualquer de tipo de padronização (Abranches: 1988; Lamounier: 1987, 1990, 1991a, 1991b, 1994, 1999; Mainwaring: 1991, 1992, 1993, 1995, 1997, 1999; Mainwaring and Scully: 1994; Ames: 1995, 2001; Jones: 1995; Abrucio: 1998; Abrucio and Samuels: 1997; Samuels: 1999). Mas, essas assertivas estariam corretas do ponto de vista empírico? Minha intenção neste capítulo é tentar responder a esta pergunta. Meu objetivo central é testar o grau de validade de duas hipóteses gerais acerca da dinâmica do sistema partidário no Brasil, quais sejam: (1) que haveria instabilidade eleitoral extremamente elevada e crescente e que, em função disso, (2) prevaleceria o caos na arena representativa, manifesta por meio da ausência de qualquer padrão na expressão dos votos que, por isso, seriam aleatórios. Para a consecução deste objetivo, analisarei o índice de volatilidade eleitoral em três dimensões, quais sejam: (a) a volatilidade sistêmica ou total, (b) a volatilidade entre blocos partidários —que, neste caso, será a volatilidade ideológica— e (c) a volatilidade dentro dos blocos ou intra-ideológica.

Assim sendo, discussão está estruturada da seguinte forma. Na próxima seção, analiso a volatilidade eleitoral sistêmica; na seção II, a ideológica, e, na seção III, a volatilidade eleitoral que ocorre dentro dos blocos ideológicos. Na seção IV, analiso a segmentação ideológica do mercado eleitoral brasileiro. De acordo com os dados que serão apresentados, não é possível concluir que existe uma instabilidade eleitoral extremamente elevada e crescente no Brasil. Nosso sistema é heterogêneo, com

dinâmicas variadas em cada estado. Em termos gerais, a instabilidade não é elevada a ponto de não haver uma estruturação do comportamento eleitoral e, além disso, a instabilidade é decrescente. Em termos ideológicos, o sistema é bastante estável e a dinâmica também é de declínio da instabilidade. Por último, os dados mostram que também não é verdade que não há qualquer padrão no comportamento eleitoral, pois o sistema partidário se estrutura de acordo com um padrão ideológico no que se refere à segmentação da competição eleitoral.

I. A Volatilidade Eleitoral Total ou Sistêmica

Nesta seção, a discussão será concentrada na volatilidade eleitoral total ou sistêmica [VES], ou seja, aquela derivada do fluxo total de oscilação agregada nos votos entre todos os partidos indiscriminadamente. Na tabela a seguir, são apresentados dados com a evolução do índice nas eleições para a Câmara dos Deputados entre 1982 e 2002. Comecemos pela consideração das médias. Os números permitem uma avaliação comparativa, embora em termos estáticos, das unidades da federação entre si, da situação dos estados em relação ao ponto máximo do índice, bem como destes em relação aos países europeus, já analisados no capítulo 3.

Conforme podemos observar, há uma variabilidade considerável de volatilidade eleitoral [VES] média no Brasil. Temos estados como Alagoas [55,5], Rondônia [55,9] e Roraima [57,8], com médias semelhantes às mais altas de países do antigo bloco soviético, mas temos também estados como Santa Catarina [18,2] e Rio Grande do Sul [19], com médias próximas às de vários países europeus. Os dois estados com as menores médias são da região Sul, enquanto dois do Norte e um do Nordeste são os mais voláteis. No intervalo desses extremos, encontramos três grupos de estados, quais sejam, aqueles com VES média na casa dos 20 pontos, aqueles com VES média na casa dos 30 pontos e aqueles na casa dos 40 pontos.

TABELA 5.1

Evolução da Volatilidade Eleitoral Sistêmica ou Total nos Estados Brasileiros (1982-2002)

	1982-1986	1986-1990	1990-1994	1994-1998	1998-2002	Média
Região Norte						
Rondônia	56,9	79,2	63,8	49,4	30,6	55,9
Acre	22,3	24	25,2	61,9	41,3	34,9
Amazonas	58,2	45,8	49,7	55	11,8	44
Roraima	84	56,6	32,4	52,6	63,7	57,8
Pará	34,8	39,1	29,9	36,9	17,2	31,5
Amapá	71,2	44,4	34,5	25,7	33,9	41,9
Tocantins			63,1	48,8	30,2	47,3
Região Nordeste						
Maranhão	66,8	40,7	37,2	28	20,7	38,6
Piauí	52,1	27,9	20,2	28	22,8	30,2
Ceará	62,8	45	33,2	15,6	19,7	35,2
R.G. Norte	39,3	38,5	33,2	31,5	28,6	34,2
Paraíba	56	41,7	26,3	18,3	35	35,6
Pernambuco	54,7	37,5	22,5	28,9	25,8	33,8
Alagoas	60,1	68,2	68,8	43,4	37,1	55,5
Sergipe	70,9	33,9	37,8	41,9	25,1	41,9
Bahia	61	41	25,6	21,5	13,1	32,4
Região C. Oeste						
M.G. Sul	55,9	58,8	53,7	32,7	27,8	45,7
M. Grosso	47,5	48,9	29,8	26,9	27,8	36
Goiás	32	28,5	36,8	33,7	40,7	34,3
D. Federal		55,3	49	47,9	33,3	46,3
Região Sudeste						
M. Gerais	42,4	49	36,6	13,5	24,1	33
E. Santo	39,3	40,4	29	30	29,9	33,7
R. Janeiro	41	37,6	42,6	28,2	30,3	35,9
São Paulo	23,7	37,9	23,3	23,7	24	26,5
Região Sul						
Paraná	37,2	56,1	44,6	32,9	30,7	40,3
S. Catarina	26,4	22,6	14,5	12	15,7	18,2
R.G. Sul	31,1	23,9	17,6	11,3	11,3	19
Média	**49**	**43**	**36,3**	**32,7**	**27,8**	**37,7**
Brasil	**35,3**	**35,4**	**19,5**	**14,5**	**15,2**	**23,9**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral [TSE]

Esta variabilidade nas médias estaduais do índice, bem como o ponto de convergência de volatilidade eleitoral da maioria dos casos, pode ser mais bem ilustrada com sua classificação tal como apresentada no quadro a seguir, ordenando-os em intervalos decimais. Observe-se que, no primeiro grupo intermediário, encontramos apenas um estado do Sudeste [São Paulo, com 26,5] e a média brasileira, que totaliza 23,9. No segundo e no terceiro grupos intermediários, encontramos estados de todas as regiões, com a exceção da região Sul, cujo estado restante, o

Paraná [40,3], situa-se no grupo com a segunda maior instabilidade eleitoral sistêmica média do país. O grupo mais numeroso é aquele situado no intervalo entre 30 e 40 pontos de volatilidade, sendo, em decorrência disso, o conjunto de estados [51,8% do total de estados] com a terceira maior instabilidade eleitoral.

QUADRO 5.1
Classificação Intervalar Decimal da
Volatilidade Eleitoral Sistêmica Média [VESm] nos Estados e no Brasil [1982-2002]

10<VESm<20	*20<VESm<30*	*30<VESm<40*	*40<VESm<50*	*50<VESm<60*
Santa Catarina [S]	Brasil [BR]	Piauí [NE]	Paraná [S]	Alagoas [NE]
R. G. Sul [S]	São Paulo [SE]	Pará [N]	Sergipe [NE]	Rondônia [N]
		Bahia [NE]	Amapá [N]	Roraima [N]
		M. Gerais [SE]	Amazonas [N]	
		E. Santo [SE]	M.G. Sul [CO]	
		Pernambuco [NE]	D. Federal [CO]	
		R.G. Norte [NE]	Tocantins [N]	
		Goiás [NE]		
		Acre [N]		
		Ceará [NE]		
		Paraíba [NE]		
		R. Janeiro [SE]		
		M. Grosso [CO]		
		Maranhão [NE]		
N *%*	*N* *%*	*N* *%*	*N* *%*	*N* *%*
2 7,4	1 3,7	14 51,8	7 26	3 11,1

A grande variabilidade de estados das diversas regiões do país nos três intervalos de maior volatilidade indicam que, aparentemente, não há uma relação direta entre volatilidade eleitoral sistêmica e características sócio-econômicas estaduais, pois, encontramos tanto estados mais pobres como estados mais ricos nos mesmos intervalos. O distrito federal, por exemplo, possui uma renda *per capita* elevada, não obstante, está no grupo com a segunda maior VES média, ao lado do Amapá e do Sergipe. No terceiro grupo mais volátil, encontramos o Rio de Janeiro, ao lado do Acre, que, inclusive, apresenta uma instabilidade menor do que aquela dos fluminenses. Piauí e Pará são dois estados com renda *per capita* bastante baixa, mas são os dois menos voláteis deste mesmo grupo. Porém, no que se refere ao PIB, nos dois extremos, encontramos estados mais ricos, com VES média entre 10 e 30 [Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, principalmente, São Paulo], e estados bastante pobres,

com índices acima de 50 [Alagoas, Rondônia e Roraima]. Isso indica que seria importante uma análise multivariada com recorte transversal que perpassasse os estados e apreendesse características sociais, políticas e econômicas difusas por todo o território nacional, para que fosse possível determinar, com algum grau de certeza, quaisquer determinantes sócio-econômicos e político-institucionais da volatilidade eleitoral —algo que foge aos objetivos deste trabalho.

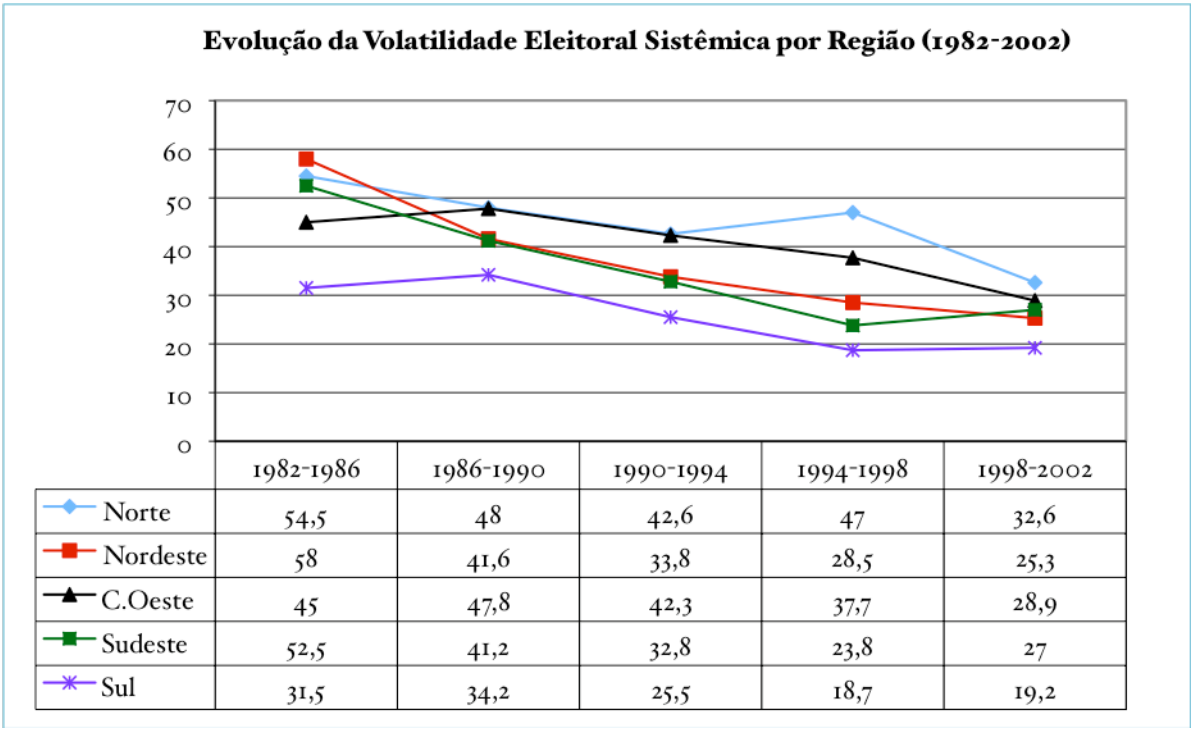
No que se refere às regiões —apesar do caráter meramente convencional na designação das regiões, em cujo interior residem diferenças estaduais consideráveis— o que temos é que as mais instáveis são Norte e Centro-Oeste. As menos instáveis são Sudeste e Sul. A região Nordeste ocupa uma posição intermediária, embora sua instabilidade seja elevada, ficando próxima dos 40 pontos. Ao enquadrarmos estes dados segundo a classificação intervalar anterior, temos as regiões Nordeste e Sudeste compondo um mesmo grupo, em função de sua posição no intervalo entre 30 e 40 de VES média. A região Sul fica isolada no intervalo entre 20 e 30 pontos.

Analisemos agora a evolução histórica do índice nos estados. Essa perspectiva é extremamente importante, porque, como já mencionado no capítulo 2, o índice de volatilidade eleitoral é uma medida dinâmica (cf. Pedersen: 1979, 1983; Bartolini and Mair: 1990; Mair: 1997) e, como tal, é um indicador voltado à apreensão do "comportamento" das linhas relativas à evolução das oscilações das votações agregadas dos partidos. Seu objetivo primordial, portanto, é captar a interação sistêmica dos partidos e destes com os eleitores nos termos da variação de tais oscilações, ou seja, se estas apresentam crescimento ou declínio ao longo de uma dada seqüência histórica. Ainda com base nos dados da tabela 5.1, encontramos uma grande variabilidade, não apenas entre os estados, mas também na própria evolução histórica de cada uma das unidades federativas.

Não obstante, quando analisamos cada estado individualmente, podemos perceber que, no que se refere à dinâmica da volatilidade eleitoral sistêmica, na maioria dos casos, há um declínio no valor do índice. Em alguns casos, o declínio é significativo. Veja-se o Amazonas, por exemplo; sua volatilidade sistêmica, que sempre foi elevada, na última seqüência eleitoral declinou para 11,8. No Pará, a volatilidade eleitoral, que atingiu 36,9, em 1998, em 2002, caiu para 17,2. No Tocantins, embora o índice tenha sido 30,2 na última eleição, este é praticamente a metade do que o estado obteve em 1994 [63,1]. Há estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em que a volatilidade eleitoral sistêmica vem caindo desde 1982, atingindo um nível pequeno e estável a partir de 1994. Evidentemente, também há

estados que apresentam crescimento no índice e, outros, em que a oscilação é pendular e de difícil classificação. Mas, de uma forma genérica, quando consideramos a média geral, calculada a partir das médias dos estados, encontramos uma evolução de declínio da volatilidade eleitoral sistêmica, passando de 49 pontos, em 1982, para 27,8 pontos, em 2002, em uma seqüência de quedas gradativas. O mesmo ocorreu no caso da volatilidade considerando-se o Brasil como um todo, que passou de 35,3, em 1982, para 15,2, em 2002 —um resultado praticamente estável em relação ao de 1998 [14,5]. Evolução semelhante também ocorreu nas regiões, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 5.1



	1982-1986	1986-1990	1990-1994	1994-1998	1998-2002
Norte	54,5	48	42,6	47	32,6
Nordeste	58	41,6	33,8	28,5	25,3
C.Oeste	45	47,8	42,3	37,7	28,9
Sudeste	52,5	41,2	32,8	23,8	27
Sul	31,5	34,2	25,5	18,7	19,2

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral [TSE]

Como indicam os dados, a partir de 1986-1990, a dinâmica é de declínio na volatilidade eleitoral sistêmica em todas as regiões —com exceção do Norte, em 1994-1998—, de modo que os desenhos das linhas apresentam certa convergência para um ponto posterior sempre abaixo do ponto anterior. No Norte, a queda é gradativa e consistente, passando de 54,5, no primeiro par de eleições, para 32,6, no último. No Centro-Oeste e no Nordeste o ritmo é parecido, mas, no Nordeste, a queda é ainda mais acentuada, passando de 58, em 1982, para 25,3, em 2002. No

Sudeste, depois de uma evolução de declínio continuado, em 2002, houve uma pequena elevação em relação a 1998, mas a diferença entre ambas as seqüências é extremamente pequena [3,2]. No Sul, o índice também apresenta uma dinâmica de queda, com certa estabilidade entre 1994 e 2002.

Para evidenciar um pouco melhor o fato de que a instabilidade eleitoral está em declínio na grande maioria dos estados, inclusive a média geral e a brasileira, consideremos dois tipos de classificação dinâmica. Um deles, pela diferença da média histórica em relação à última eleição, e, o outro, pela evolução dos estados na posição ocupada em cada série eleitoral em intervalos decimais. Vejamos, primeiramente, a classificação dinâmica pela diferença entre a média da VES histórica e a última VES, na tabela a seguir. Os dados da tabela 5.2 são relativos à média da VES entre 1982 e 1998 [V1] —portanto, com 4 pares de 8 eleições— e à VES de 1998-2002 [V2]. Na quarta coluna, encontramos o resultado da diferença entre as duas VES [1, 2], de forma que na última coluna há a notação da situação da volatilidade [SV] em cada unidade federativa, tal que: $SV = V1 - V2$; sendo que o resultado negativo indica aumento [↑] na VES e o resultado negativo, contrariamente, indica declínio [↓] na mesma. Obviamente, o tamanho da diferença indica o montante do declínio ou do aumento da VES em cada estado, em cada região e no Brasil.

Analisados dessa forma, os dados mostram um declínio generalizado na volatilidade eleitoral sistêmica brasileira. Em comparação com as seqüências históricas desde 1982 até 1998, a última eleição, em 2002, trouxe reduções extremamente significativas no índice. Em apenas 3 estados, indicados com grifo —Acre, Roraima e Goiás—, houve crescimento dinâmico da VES e todos foram relativamente reduzidos —8; 7,3 e 8 respectivamente. Todas as regiões apresentaram declínio, com destaque para o Norte [-15,4] e o Nordeste [-15,1], com quedas consideráveis. Mas, quando analisamos os estados individualmente encontramos quedas bem mais expressivas. Ao todo, 24 unidades federativas apresentaram declínio na VES. Amazonas [-40,2], Rondônia [-31,7], Tocantins [-25,7], Bahia [-24,1], Alagoas [-22,9], Mato Grosso do Sul [-22,4], Maranhão [-22,3] e Sergipe [-20,9] são grandes destaques, com reduções bastante acentuadas. Aliás, é importante que se observe que vários destes estados são justamente aqueles que têm as maiores médias gerais e os maiores índices em sua evolução histórica. Portanto, tamanha redução nestes casos é ainda mais significativa. Todos os outros estados com declínio também apresentam redução importante, inclusive aqueles cujos índices são, historicamente, os menores, como Santa Catarina [-3,1] e Rio Grande do Sul [-9,6], que obtiveram resultados

condizentes com a dinâmica geral. Tal evolução, evidentemente, reflete-se tanto na média brasileira como na VES calculada para o Brasil. No primeiro caso, a redução foi de 12,4 pontos e, no segundo, de 10,8.

TABELA 5.2
Classificação Dinâmica da Volatilidade Eleitoral Sistêmica, por Estado e Região (1998-2002)

	VES Média (1982-1998)	*VES (1998-2002)*	*Diferença*	*Situação da Volatilidade**
Rondônia	62,3	30,6	-31,7	↓
Acre	33,3	41,3	8	↑
Amazonas	52	11,8	-40,2	↓
Roraima	56,4	63,7	7,3	↑
Pará	35	17,2	-17,8	↓
Amapá	43,9	33,9	-10	↓
Tocantins	55,9	30,2	-25,7	↓
Região Norte	48	32,6	-15,4	↓
Maranhão	43	20,7	-22,3	↓
Piauí	32	22,8	-9,2	↓
Ceará	39	19,7	-19,3	↓
R.G. Norte	35,6	28,6	-7	↓
Paraíba	35,5	35	-0,5	↓
Pernambuco	35,9	25,8	-10,1	↓
Alagoas	60	37,1	-22,9	↓
Sergipe	46	25,1	-20,9	↓
Bahia	37,2	13,1	-24,1	↓
Região Nordeste	40,4	25,3	-15,1	↓
M.G. Sul	50,2	27,8	-22,4	↓
M. Grosso	38,2	27,8	-10,4	↓
Goiás	32,7	40,7	8	↑
D. Federal	50,7	33,3	-17,4	↓
Região C. Oeste	42,6	32,4	-10,2	↓
M. Gerais	35,3	24,1	-11,2	↓
E. Santo	34,6	29,9	-4,7	↓
R. Janeiro	37,3	30,3	-7	↓
São Paulo	27	24	-3	↓
Região Sudeste	33,6	27	-6,6	↓
Paraná	42,7	30,7	-12	↓
S. Catarina	18,8	15,7	-3,1	↓
R.G. Sul	20,9	11,3	-9,6	↓
Região Sul	27,4	19,2	-8,2	↓
Média	40,2	27,8	-12,4	↓
Brasil	26	15,2	-10,8	↓

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral [TSE]
* Nota Explicativa: a situação da volatilidade (SV) é o resultado da diferença entre a volatilidade de 1998-2002 (V1) e a volatilidade média de 1982-1998 (V2), tal que: $SV = V1 - V2$.

Todavia, esta classificação, embora dinâmica, cria artificialmente um parâmetro estático para a comparação. A volatilidade eleitoral sistêmica média de 1982-2002 é uma média da VES de cada par de eleições desse período temporal, o que significa que é uma medida, digamos, "congelada" dessa seqüência, enquanto a volatilidade eleitoral de 1998-2002 corresponde a apenas uma seqüência; o que significa que ela possui um parâmetro histórico. Essa é uma comparação analítica usual e, como pudemos perceber, é bastante elucidativa no que se refere aos propósitos do argumento defendido nesta seção. Mas, ao "congelar" a seqüência eleitoral anterior, este procedimento pode ocultar algumas informações relevantes, como a evolução histórica em cada seqüência eleitoral do declínio observado. Será que se fizermos uma classificação que apreenda tal aspectos, o padrão encontrado na classificação anterior será mantido? No quadro a seguir, os mesmos dados estão organizados de acordo com o segundo tipo de classificação dinâmica sugerido há pouco. Com este enquadramento, podemos observar a evolução de cada um dos estados, de cada uma das regiões e do Brasil como um todo em intervalos regulares decimais, aos quais correspondem as posições intervalares de cada caso em cada par de eleições. Os intervalos correspondem a níveis decimais de volatilidade eleitoral sistêmica e os casos são posicionados de acordo com o índice obtido em cada seqüência eleitoral. Ao todo, são 132 casos, 8 intervalos decimais e cinco pares de eleição.

Como pode ser percebido, mesmo se considerando os dados com este tipo de classificação, mantém-se o padrão anterior. Se imaginarmos a distribuição dos estados nos respectivos intervalos como pontos em um gráfico de dispersão, podemos observar que é possível traçar uma reta descendente que parte do ponto extremo superior esquerdo do quadro e aponta para seu ponto extremo inferior direito. Isso mostra que a maioria dos estados foram agrupando-se no primeiro quadrante nas primeiras eleições e foram deslocando-se para o centro do quadro nas eleições subseqüentes, até, finalmente, agruparem-se no quarto quadrante nas últimas eleições. Observando os intervalos mais altos [50-90], podemos notar que a quantidade de estados diminui paulatinamente até ser bastante pequena. Paralelamente, cresce o número de estados nos intervalos intermediários [30-40] e baixos [10-30]. Na última coluna do quadro, encontramos uma quantificação absoluta e relativa da freqüência de casos em cada intervalo decimal ao longo de todo o período. Mesmo quando consideramos o período como um todo, encontramos evidências de uma maior quantidade de casos incidentes em intervalos menores —abaixo de 30 pontos [26,71].

QUADRO 5.2

Classificação dos Estados Segundo sua Posição Intervalar (PI) de Volatilidade Eleitoral Sistêmica (1982-2002)

Intervalos	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*	*Freq. % (N)*
80<PI<90						0,76 (1)
	Roraima					
70<PI<80						2,29 (3)
	Amapá	Rondônia				
	Sergipe					
60<PI<70						7,63 (10)
	Maranhão	Alagoas	Rondônia	Acre	Roraima	
	Ceará		Tocantins			
	Alagoas		Alagoas			
	Bahia					
50<PI<60						9,92 (13)
	Paraíba	Roraima	M. G. do Sul	Amazonas		
	Rondônia	M. G. do Sul		Roraima		
	Amazonas	D. Federal				
	Piauí	Paraná				
	Pernambuco					
	R. G. do Sul					
40<PI<50						19,84 (26)
	Rondônia	Amazonas	Amazonas	Rondônia	Acre	
	Paraíba	Amapá	D. Federal	Tocantins	Goiás	
	Mato Grosso	Maranhão	Rio de Janeiro	Alagoas		
	Minas Gerais	Ceará	Paraná	Sergipe		
		Espírito Santo	Paraíba	D. Federal		
	Rio de Janeiro	Bahia				
		Mato Grosso				
		Minas Gerais				
		Espírito Santo				
30<PI<40						24,42 (32)
	Goiás	Pará	Roraima	Pará	Rondônia	
	Pará	R. G. do Norte	Amapá	R. G. do Norte	Amapá	
	R. G. do Sul	Pernambuco	Maranhão	M. G. do Sul	Tocantins	
	Paraná	Sergipe	Ceará	Goiás	Paraíba	
	R. G. do Norte	Rio de Janeiro	R. G. do Norte	Espírito Santo	Alagoas	
		São Paulo	Sergipe	Paraná	D. Federal	
			Minas Gerais		Rio de Janeiro	
					Paraná	
20<PI<30	Acre	Acre	Acre	Amapá	Maranhão	26,71 (35)
	São Paulo	Piauí	Pará	Maranhão	Piauí	
	Santa Catarina	Goiás	Piauí	Piauí	R. G. do Norte	
		Santa Catarina	Paraíba	Pernambuco	Pernambuco	
		R. G. do Sul	Pernambuco	Bahia	Sergipe	
			Bahia	Mato Grosso	M. G. do Sul	
			Mato Grosso	Rio de Janeiro	Mato Grosso	
			Espírito Santo	São Paulo	Minas Gerais	
			São Paulo		Espírito Santo	
					São Paulo	
10<PI<20						9,16 (11)
			Santa Catarina	Ceará	Amazonas	
			R. G. do Sul	Paraíba	Pará	
				Minas Gerais	Bahia	
				R. G. do Sul	Santa Catarina	
					R. G. do Sul	

Na verdade, a incidência da posição intervalar de cada estado e de cada região também pode ser mais bem explorada como uma evidência de que o índice de volatilidade eleitoral sistêmica não é tão elevado e generalizado e que, além disso,

apresenta uma dinâmica decrescente. Na tabela seguinte, aparecem os dados relativos à distribuição de freqüência da incidência de casos em cada intervalo decimal estabelecido no quadro anterior, controladas —as freqüências— pela seqüência eleitoral histórica do período. De acordo com os dados, a incidência de casos com VES acima dos 80 pontos foi de apenas 3,7% [somente 1 caso], no primeiro par de eleições. Houve apenas 3 casos de incidência de VES acima dos 70 e abaixo dos 80 pontos, sendo 2 deles na primeira seqüência eleitoral e, 1, na segunda. Com a sucessão histórica das eleições, a freqüência dos casos com posição intervalar entre 40 e 20 pontos foi aumentando cada vez mais, do mesmo modo que nas últimas eleições houve um incremento da freqüência de casos cuja incidência ocorreu nos intervalos entre 30 e 10 pontos.

TABELA 5.3
Distribuição de Freqüência da Incidência da Posição Intervalar (PI) da Volatilidade Eleitoral Sistêmica nos Estados (1982-2002)

	80<PI<90	*70<PI<80*	*60<PI<70*	*50<PI<60*	*40<PI<50*	*30<PI<40*	*20<PI<30*	*10<PI<20*
1982-86	3,7 (1)	7,4 (2)	14,8 (4)	22,2 (6)	22,2 (6)	18,5 (5)	11,1 (3)	0
1986-90	0	3,7 (1)	3,7 (1)	14,8 (4)	33,3 (9)	22,2 (6)	18,5 (5)	0
1990-94	0	0	11,1 (3)	3,7 (1)	14,8 (4)	29,6 (8)	33,3 (9)	7,4 (2)
1994-98	0	0	3,7 (1)	7,4 (2)	18,5 (5)	22,2 (6)	29,6 (8)	14,8 (4)
1998-02	0	0	3,7 (1)	0	7,4 (2)	29,6 (8)	37 (1)	18,5 (5)

A partir da análise destes dados, podemos chegar a algumas conclusões parciais. A primeira é que, em termos gerais, a volatilidade eleitoral sistêmica, considerada de maneira sincrônica, tomando-se apenas as médias do período, de fato, é relativamente elevada em comparação com àquelas dos países europeus. Contudo, há uma variabilidade bastante grande nas médias estaduais —desvio-padrão de 9,6—, o que mostra a heterogeneidade da dinâmica eleitoral no Brasil e a necessidade de análises que considerem sua evolução desagregada por estado. A segunda conclusão é que, em termos contextuais, a instabilidade eleitoral alta não é uma característica sistêmica, ou seja, não é válida para o sistema partidário como um todo, afinal, há estados com índices mais elevados e estados com índices bem menos elevados. A terceira conclusão é a de que a VES, na maioria dos estados, indica uma estabilidade que varia entre 65 e 70 pontos. A própria estabilidade calculada para o Brasil fica em torno de 76 pontos. A quarta conclusão é que a evolução histórica do índice mostra

que ele está em declínio na grande maioria dos estados, das regiões e no país como um todo.

Portanto, as evidências correspondentes à volatilidade eleitoral sistêmica mostram que, em termos estáticos, considerando-se apenas as médias do período, ela não é tão elevada a ponto de significar a prevalência de processos eleitorais caóticos. Mostram também que, em termos dinâmicos, a instabilidade eleitoral decresce de maneira bastante nítida. Vejamos, a seguir, como são os índices em cada estado quando agrupamos os partidos em blocos ideológicos.

II. A Volatilidade Eleitoral Ideológica

A análise realizada nesta seção avalia o fluxo de votos que oscilam entre blocos partidários e não entre partidos individualmente, como ocorreu na discussão anterior. No presente caso, os partidos são agrupados em blocos ideológicos, segundo a classificação e os critérios já especificados no capítulo anterior. São três os blocos ideológicos: esquerda, centro e direita. A medida da volatilidade eleitoral ideológica [VEI], portanto, capta apenas a oscilação da taxa de votos agregados entre estes três grupos de partidos.

Como pode ser observado na tabela a seguir, os dados relativos à volatilidade eleitoral ideológica [VEI] média dos estados brasileiros são surpreendentes. Em comparação com a volatilidade sistêmica, seus níveis são extremamente baixos. O estado com o índice mais elevado é Rondônia, com 23,9 pontos, nível exatamente igual ao da volatilidade eleitoral sistêmica calculada para o Brasil, o terceiro menor grau dessa medida. Observe-se também que vários estados estão abaixo dos 20 pontos, sendo que a maioria deles está abaixo dos 15 pontos. Curiosamente, Tocantins, que é o estado com a quarta maior VES média brasileira, aparece agora com a menor VEI média. Outro ponto a ser destacado é que a média geral também é significativamente mais baixa [15,6], acompanhada pela VEI calculada para o Brasil [9,9].

TABELA 5.4
Evolução da Volatilidade Eleitoral Ideológica por Estado (1982-2002)

	1982-1986	*1986-1990*	*1990-1994*	*1994-1998*	*1998-2002*	*Média*
Região Norte						
Rondônia	28	46,2	30,1	8,6	6,6	23,9
Acre	15,7	18,5	3,3	20,5	28,1	17,2
Amazonas	32,8	29,2	16,9	28,3	11,8	23,8
Roraima	10,7	6,4	3,1	18,2	26,4	12,9
Pará	20,5	26,2	7,9	2,8	8,5	13,1
Amapá	33,2	23,5	11,8	20	17,3	21,6
Tocantins			1,4	4,5	13,4	6,4
Região Nordeste						
Maranhão	16,2	20	27,3	3,3	11,8	15,7
Piauí	10	6,8	5,9	22,8	11,2	11,3
Ceará	35,4	5,3	20,3	9,4	16,2	17,3
R.G. Norte	6,8	7,4	0,9	8,6	16,2	7,9
Paraíba	15,2	25	21,2	3,7	5,8	14,1
Pernambuco	10	33,8	7,5	15,2	10,4	15,3
Alagoas	15,8	40,4	25	22,2	15,1	23,7
Sergipe	26,7	21,6	13,8	26,2	13,6	20,3
Bahia	27,1	26,7	4,8	4,2	9,6	14,4
Região C. Oeste						
M.G. Sul	9	25,9	36,6	2	17,3	18,1
M. Grosso	17,7	46,2	19,8	17,4	12	22,6
Goiás	4,9	13,9	7,7	15,2	8,8	10,1
D. Federal		20,7	3	19	3,4	11,5
Região Sudeste						
M. Gerais	21,6	29,4	7,6	4,2	19	16,3
E. Santo	15,8	13,1	14,1	21,7	19,6	16,8
R. Janeiro	4,4	16,9	14,4	1,2	5,8	8,5
São Paulo	8,1	11,7	12,5	13,7	14,1	12
Região Sul						
Paraná	29	35,2	11,4	10,5	25,2	22,2
S. Catarina	7,6	18,6	12	0,9	11,7	10,1
R.G. Sul	15,7	18,5	2,1	4	6,9	9,4
Média	**17,5**	**22,5**	**12,6**	**12,1**	**13,5**	**15,6**
Brasil	**11,5**	**19,8**	**6,4**	**1,5**	**10,3**	**9,9**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral [TSE]

De maneira panorâmica, o que estes dados mostram é que a instabilidade eleitoral média brasileira cai drasticamente quando agrupamos os partidos em blocos ideológicos, o que sugere que a ideologia parece ser um fator preponderante na estruturação das preferências partidárias —em realidade, essa perspectiva será esmiuçada com mais detalhe mais adiante, na próxima seção, quando a análise voltar-se-á à volatilidade eleitoral que ocorre dentro dos blocos ideológicos. É possível adiantar, porém, que isso significa que a maior parte da instabilidade eleitoral

mensurada pela volatilidade sistêmica se deve às mudanças dos votos entre partidos pertencentes a uma mesma família ideológica, indicando que existe uma competição considerável dentro de cada bloco e uma segmentação das preferências de acordo com ideologias de esquerda, centro e direita. Mas, exploremos de forma um pouco mais analítica os dados da tabela acima, seguindo os mesmos procedimentos utilizados no seção anterior.

No quadro a seguir, os estados estão classificados em intervalos de volatilidade Eleitoral Ideológica [VEI]. Em decorrência de seu nível ser genericamente bem mais reduzido do que o da volatilidade eleitoral sistêmica, a classificação agora organiza os dados em 4 intervalos de 5 pontos, com sucessivos aumentos nas faixas dos graus de volatilidade ideológica. Na parte inferior do quadro, estão relacionados os montantes relativos e absolutos da incidência de estados em cada intervalo.

QUADRO 5.3
Classificação Intervalar da Volatilidade Eleitoral Ideológica Média [VEIm] nos Estados

5<VEIm≤10	*11<VEIm<15*	*15<VEIm<20*	*20<VEIm<25*
Tocantins [N]	Piauí [NE]	Pernambuco [NE]	Sergipe [NE]
R. G. do Norte [NE]	D. Federal [CO]	Maranhão [NE]	Amapá [N]
Rio de Janeiro [SE]	São Paulo [SE]	Minas Gerais [SE]	Paraná [S]
R. G. do Sul [S]	Roraima [N]	Espírito Santo [SE]	Mato Grosso [CO]
Santa Catarina [S]	Pará [N]	Acre [N]	Alagoas [NE]
Goiás [CO]	Paraíba [NE]	Ceará [NE]	Amazonas [N]
	Bahia [NE]	M. T. do Sul [CO]	Rondônia [N]
N %	N %	N %	N %
6 22	7 26	7 26	7 26

Note-se que a distribuição dos estados nos intervalos é bastante homogênea, com uma ligeira discrepância apenas do intervalo menor, disposto na primeira coluna. Essa homogeneidade na incidência quantitativa de estados se reproduz também em termos regionais. Há estados de todas as regiões em todos os intervalos considerados. Os estados da região Sul são aqueles com maior concentração —embora, pouco significativa—, que ocorre no intervalo de menor valor. Em oposição, os estados da região Centro-Oeste são aqueles que apresentam a distribuição mais homogênea, com um estado em cada intervalo. De acordo com os dados, a menor média regional é

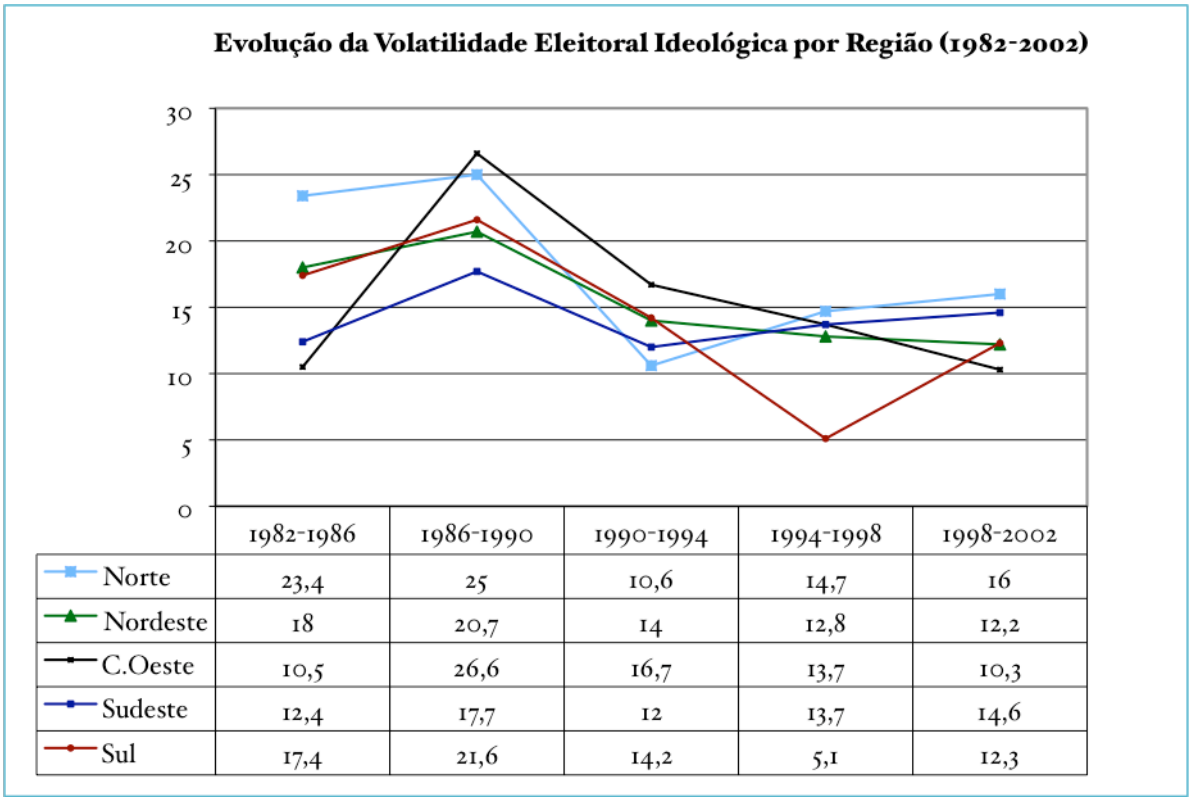
a do Sul [13,9] e a maior é a do Norte [17,9]. Uma diferença, portanto, de 4 pontos. O Sudeste [13,3] obteve uma média quase idêntica à do Sul, de forma que estas duas regiões mantêm-se como as mais estáveis também no que se refere à volatilidade eleitoral ideológica. Em um nível intermediário, porém, extremamente próximo, encontramos as regiões Nordeste e Centro-Oeste —esta, como exceção neste caso, pois é uma das regiões mais instáveis no que se refere à volatilidade sistêmica—, com índices idênticos [15,5]. O Norte é a região com a maior instabilidade ideológica, embora, como já salientado, próxima das outras regiões e com índice reduzido.

Mas, se a análise das médias históricas destacou que o sistema partidário brasileiro apresenta um nível bastante reduzido de volatilidade eleitoral ideológica, quando consideramos a evolução do índice nas sucessivas eleições, encontramos outra indicação importante, que consiste no fato de que a VEI, assim como a VES, apresenta uma dinâmica geral de declínio. Retomando os dados da tabela 5.4, podemos observar que os níveis históricos de instabilidade são relativamente reduzidos, embora exista igualmente neste caso uma variabilidade considerável nos índices estaduais. Também é reduzida e vem-se diminuindo a diferença entre a média geral e a VEI do Brasil, especialmente na seqüência eleitoral de 1998-2002. A média geral, por sua vez, mantém-se estável desde 1990-1994, com um ligeiro aumento em 1998-2002.[36] Contudo, se analisarmos a evolução do índice nos estados isoladamente, perceberemos que a volatilidade ideológica vem caindo na maioria deles. O mesmo ocorre com as regiões.

No gráfico a seguir, encontramos a evolução do índice em termos regionais e, mais uma vez, depois de uma subida convergente na instabilidade eleitoral em 1986-1990, todas as curvas são descendentes em 1990-1994, quase todas são descendentes em 1994-1998 —o Norte e o Sudeste são exceções, porém, com aumentos pouco expressivos. Em 1998-2002, o Norte e o Sudeste apresentam uma pequena oscilação positiva e, o Sul, uma oscilação positiva um pouco mais acentuada.

[36] É importante destacar que também houve um aumento mais expressivo na VEI calculada para o Brasil, passando de 1,5, em 1994-1998, para 10,3, em 1998-2002. Esse aumento, provavelmente, deve-se à elevação do índice em distritos com maior densidade eleitoral, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São Paulo, o maior distrito eleitoral, também apresentou um aumento no índice, embora bastante pequeno. O crescimento da VEI brasileira, também provavelmente, deve-se à disputa eleitoral presidencial. A vitória do PT, um partido de esquerda, em aliança com o PL, um partido de direita, deve ter implicado em mudanças eleitorais em termos ideológicos, especialmente entre os eleitores de centro. Isso, de fato, ocorreu, como poderá ser constatado mais adiante, quando serão apresentados os dados relativos à volatilidade eleitoral dos blocos e ao seu desempenho eleitoral no período. Os dados mostram que tanto o centro como a direita perderam votos em 2002, votos estes que migraram, em termos agregados, para a esquerda.

GRÁFICO 5.2



	1982-1986	1986-1990	1990-1994	1994-1998	1998-2002
Norte	23,4	25	10,6	14,7	16
Nordeste	18	20,7	14	12,8	12,2
C.Oeste	10,5	26,6	16,7	13,7	10,3
Sudeste	12,4	17,7	12	13,7	14,6
Sul	17,4	21,6	14,2	5,1	12,3

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral [TSE]

Mas, se considerarmos toda a seqüência histórica, ainda assim as indicações são de diminuição generalizada na volatilidade eleitoral, tanto nos estados como nas regiões. Para ressaltar essa evolução, utilizo mais uma vez aqueles dois tipos de classificação dinâmica para as séries históricas do índice nos estados e nas regiões brasileiras. Inicialmente, a diferença da média histórica em relação à última eleição, e, na seqüência, a evolução de cada estado de acordo com sua posição intervalar, que é aquela obtida em intervalos decimais em cada par de eleição.

Observe-se que os dados expostos na tabela 5.5, logo abaixo, corroboram a assertiva de que a evolução geral indica um declínio no índice. No entanto, este declínio é menor do que aquele observado no caso da volatilidade sistêmica.

TABELA 5.5
Classificação Dinâmica da Volatilidade Eleitoral Ideológica por Estado e Região (1982-2002)

	VEI Média 1982-1998	*VEI 1998-2002*	*Diferença*	*Situação da Volatilidade*
Rondônia	28,2	6,6	-21,6	↓
Acre	14,5	28,1	13,6	↑
Amazonas	26,8	11,8	-15	↓
Roraima	9,6	26,4	16,8	↑
Pará	14,3	8,5	-5,8	↓
Amapá	22,1	17,3	-4,8	↓
Tocantins	2,9	13,4	10,5	↑
Região Norte	**18,4**	**16**	**-2,4**	**↓**
Maranhão	16,7	11,8	-4,9	↓
Piauí	11,3	11,2	-0,1	↓
Ceará	17,6	16,2	-1,4	↓
R.G. Norte	5,9	16,2	10,3	↑
Paraíba	16,2	5,8	-10,4	↓
Pernambuco	16,6	10,4	-6,2	↓
Alagoas	25,8	15,1	-10,7	↓
Sergipe	22	13,6	-8,4	↓
Bahia	15,7	9,6	-6,1	↓
Região Nordeste	**16,3**	**12,2**	**-4,1**	**↓**
M.G. Sul	18,3	17,3	-1	↓
M. Grosso	25,2	12	-13,2	↓
Goiás	10,4	8,8	-1,6	↓
D. Federal	14,2	3,4	-10,8	↓
Região C. Oeste	**16,8**	**10,3**	**-6,5**	**↓**
M. Gerais	15,7	19	3,3	↑
E. Santo	16,1	19,6	3,5	↑
R. Janeiro	9,2	5,8	-3,4	↓
São Paulo	11,5	14,1	2,6	↑
Região Sudeste	**13**	**14,6**	**1,6**	**↑**
Paraná	21,5	25,2	3,7	↑
S. Catarina	9,7	11,7	2	↑
R.G. Sul	10	6,9	-3,1	↓
Região Sul	**13,7**	**14,6**	**0,9**	**↑**
Média Geral	**16,1**	**13,5**	**-2,6**	**↓**
Brasil	**9,8**	**10,3**	**0,5**	**↑**

* Nota Explicativa: a situação da volatilidade (SV) é o resultado da diferença entre a volatilidade de 1998-2002 (V1) e a volatilidade eleitoral média de 1982-1998 (V2), tal que: $SV = V1 - V2$

Nos estados em que a VEI se elevou, há um grupo com aumento significativo —Roraima [16,8], Acre [13,6], Tocantins [10,5], Rio Grande do Norte [10,3]— e um grupo com aumento mais modesto —Minas Gerais [3,3], Espírito Santo [3,5] e Santa Catarina [2]. A volatilidade eleitoral ideológica calculada para o Brasil também apresentou aumento, mas extremamente pequeno [0,5], a ponto de ser possível

considerar que há uma estabilidade no índice. Aliás, a estabilidade encontrada não é de menor importância —em três regiões [Norte, Nordeste e Centro-Oeste], a instabilidade é decrescente. Curiosamente, as três regiões com maior instabilidade apresentaram decréscimo na volatilidade ideológica, enquanto as duas mais estáveis, contrariamente, obtiveram acréscimo. Mas, é importante ainda atentarmos para duas coisas. Em primeiro lugar para as pequeníssimas diferenças entre a VEI média e a VEI de 1998-2002, no Sudeste [1,6] e no Sul [0,9], implicando na consideração de que, na verdade, há uma estabilidade dinâmica da volatilidade eleitoral ideológica nessas regiões. Em segundo lugar, para o fato de que essas regiões concentram os maiores distritos eleitorais, nos quais, como já vimos, houve um ligeiro aumento da VEI. Além disso, quando consideramos os estados em que houve declínio, percebemos que o padrão geral é mesmo este. Em 66,6% dos estados [18], houve queda no índice. Em algumas unidades federativas, a queda é expressiva, como em Roraima [-21,6], no Amazonas [-15], no Distrito Federal [-10,8], em Alagoas [-10,7] e na Paraíba [10,4].

Consideremos agora a segunda classificação, que desagrega a evolução histórica condensada na VEI média de 1982-1998. No quadro a seguir, as séries históricas são controladas por intervalos decimais de volatilidade ideológica. Imaginemos, mais uma vez, que os estados são pontos em um gráfico de dispersão. Imaginemos também que o quadro divide-se em quatro quadrantes simétricos. Podemos notar que nas duas primeiras seqüências eleitorais os estados se concentraram no primeiro quadrante superior esquerdo e se deslocaram nas séries eleitorais subseqüentes para o segundo quadrante inferior. Se traçarmos uma reta com sentido da evolução histórica acompanhando a concentração dos estados, outra vez —assim como ocorreu no caso da VES— teremos uma reta descendente apontando para o segundo quadrante inferior. Se considerarmos os intervalos, perceberemos ainda que, além de haver bem poucos estados nos decimais mais elevados [30-50], com a sucessão dos períodos eleitorais, eles vão ficando vazios, até não conterem nenhum estado. No intervalo intermediário [20-30], os estados aí contidos vão-se escasseando, e nos intervalos menores, a concentração já é considerável desde a primeira seqüência eleitoral e vai-se tornando cada vez maior. Na última coluna, onde constam os totais absolutos e relativos, temos a confirmação da dinâmica de declínio do VEI: dos 132 casos de todo o período, cerca de 71% dos casos incidem nos intervalos até 20 pontos de volatilidade ideológica, sendo que 34% deles ocorrem no intervalo entre 0 e 10 pontos.

QUADRO 5.4: Classificação dos Estados Segundo sua Posição Intervalar (PI) de VEI (1982-2002)

Intervalos	*1982-2986*	*1986-1990*	*1990-1994*	*1994-1998*	*1998-2002*	*Freq. % (N)*
40<PI<50						2,30 (3)
		Rondônia				
		Alagoas				
		Mato Grosso				
30<PI<40						5,30 (7)
	Amazonas	Pernambuco	Rondônia			
	Amapá	Paraná	M. G. do Sul			
	Ceará					
20<PI<30						21,20 (28)
	Rondônia	Amazonas	Maranhão	Acre	Acre	
	Pará	Pará	Ceará	Amazonas	Roraima	
	Sergipe	Amapá	Paraíba	Piauí	Paraná	
	Bahia	Paraíba	Alagoas	Alagoas		
	Minas Gerais	Sergipe		Sergipe		
	Paraná	Bahia		Espírito Santo		
		M. G. do Sul				
		D. Federal				
		Minas Gerais				
10<PI<20						37,11 (49)
	Acre	Acre	Amazonas	Roraima	Amazonas	
	Roraima	Maranhão	Amapá	Amapá	Amapá	
	Maranhão	Goiás	Sergipe	Pernambuco	Tocantins	
	Paraíba	Espírito Santo	Mato Grosso	Mato Grosso	Maranhão	
	Alagoas	Rio de Janeiro	Espírito Santo	Goiás	Piauí	
	Mato Grosso	São Paulo	Rio de Janeiro	D. Federal	Ceará	
	Espírito Santo	Santa Catarina	São Paulo	São Paulo	R. G. do Norte	
	R. G. do Sul	R. G. do Sul	Paraná	Paraná	Pernambuco	
			Santo Catarina		Alagoas	
					Sergipe	
					M. G. do Sul	
					Mato Grosso	
					Minas Gerais	
					Espírito Santo	
					São Paulo	
					Santa Catarina	
0<PI<10						34 (45)
	Piauí	Roraima	Acre	Rondônia	Rondônia	
	R. G. do Norte	Piauí	Roraima	Pará	Pará	
	Pernambuco	Ceará	Pará	Tocantins	Paraíba	
	M. G. do Sul	R. G. do Norte	Tocantins	Maranhão	Bahia	
	Goiás		Piauí	Ceará	Goiás	
	Rio de Janeiro		R. G. do Norte	R. G. do Norte	D. Federal	
	São Paulo		Pernambuco	Paraíba	Rio de Janeiro	
	Santa Catarina		Bahia	Bahia	R. G. do Sul	
			Goiás	M. G. do Sul		
			D. Federal	Minas Gerais		
			Minas Gerais	Rio de Janeiro		
			R. G. do Sul	Santa Catarina		
				R. G. do Sul		

Para enfatizar esta informação, segue na tabela abaixo a distribuição de freqüência da incidência dos estados na posição intervalar sugerida. Como indicam os dados, controlados agora pelas séries eleitorais, realmente temos uma concentração de casos nos intervalos menores, seguindo um padrão histórico. O ápice da concentração dos níveis de volatilidade eleitoral ideológica mais reduzidos ocorreu em 1998-2002, no caso do intervalo entre 0 e 10 pontos, e em 1998-2002, no caso do intervalo entre 10,1 e 20 pontos. A concentração nos intervalos entre 30 e 50 é desprezível e a concentração no intervalo intermediário —entre 20 e 30— não é tão significativa, além de diminuir sensivelmente ao longo das seqüências eleitorais.

TABELA 5.6
Distribuição de Freqüência da Incidência da Posição Intervalar (PI) da Volatilidade Eleitoral Ideológica nos Estados Brasileiros (1982-2002)

	0<PI≤10	*10<PI≤20*	*20<PI≤30*	*30<PI≤40*	*40<PI≤50*
1982-86	6 (8)	6 (8)	4,54 (6)	2,27 (3)	0
1986-90	3 (4)	6 (8)	6,81 (9)	1,51 (2)	2,27 (3)
1990-94	9 (12)	6,81 (9)	3 (4)	1,51 (2)	0
1994-98	9,84 (13)	6 (8)	4,54 (6)	0	0
1998-02	6 (8)	12,12 (16)	2,27 (3)	0	0
Total	34 (45)	37,11 (49)	21, 20 (28)	5,30 (7)	2,30 (3)

O que todos esses dados e essas classificações mostram é que a volatilidade eleitoral ideológica média apresenta um padrão geral de elevada estabilidade nas votações dos blocos partidários alinhados com os respectivos perfis de esquerda, centro e direita. Tais informações parecem dar suporte ainda mais substancioso à refutação da perspectiva predominante na literatura de política comparada que mira seu foco investigativo no sistema partidário brasileiro. Se a volatilidade eleitoral total, tanto no que se refere à média como no que se refere à série histórica, não permitem uma afirmação taxativa de que a instabilidade eleitoral é a característica essencial do sistema partidário do país, a volatilidade eleitoral ideológica, por sua vez, demonstra com mais vigor esta negação. Isso fica ainda mais evidente quando vislumbramos o índice em seu reverso, ou seja, quando consideramos não a instabilidade, mas o grau de estabilidade eleitoral. De acordo com os dados, não há nenhum estado brasileiro com estabilidade inferior a 75 pontos. Há três grupos bem nítidos de estados com estabilidade na casa dos 70 pontos [25,9%], na casa dos 80 pontos [51,9] e na casa dos

90 pontos [22,2]. A estabilidade média geral é 84,4 e, a nacional, 90,1. Com semelhantes níveis de estabilidade, como seria possível concluir que a arena eleitoral seria caótica?

Portanto, em consonância com as evidências apresentadas nesta seção, as conclusões mais óbvias às quais podemos chegar são que (1) a volatilidade eleitoral ideológica é bastante reduzida e que (2) há uma dinâmica geral de declínio do índice no caso dos estados, das regiões e da média nacional e de estabilidade com nível reduzido no caso do cálculo para o Brasil, e que (3) há um padrão ideológico na estruturação do comportamento eleitoral, que funciona como uma forma de segmentação da competição e, assim, como fator de estabilização das votações. Na próxima seção, a discussão será concentrada precisamente neste possível padrão na oscilação das votações agregadas dos partidos.

III. A Volatilidade Entre os Blocos Partidários Ideológicos

A análise agora explorará a terceira componente do índice de volatilidade eleitoral, que é aquela que ocorre entre partidos que pertencem a um mesmo bloco ou família partidária. Como já discutido anteriormente, o índice de volatilidade eleitoral é um compósito de três elementos: (1) a volatilidade eleitoral sistêmica, que apreende a oscilação total de votos entre todos os partidos indiscriminadamente; (2) a volatilidade inter-blocos, que apreende o fluxo de votos entre famílias partidárias diferentes; e (3) a volatilidade intra-blocos, que apreende o fluxo de votos entre partidos que podem ser agrupados em uma mesma família ou grupo. Formalmente, a volatilidade sistêmica ou total [VES] é composta pela volatilidade eleitoral ideológica [VEI] e pela volatilidade eleitoral intra-blocos [VIB], de tal modo que: $VES = VEI + VIB$. Logo, podemos concluir que, inversamente: $VIB = VES - VEI$

A análise da volatilidade intra-blocos —ou, no caso, intra-ideológica [VEI]— é especialmente importante quando realizada em comparação com a volatilidade inter-blocos [VIB], porque quando seu montante é inferior ao da VEI, temos a indicação de que o maior fluxo de votos referentes à volatilidade eleitoral do sistema é resultante primordialmente das oscilações nas votações entre partidos do mesmo bloco ideológico. Quanto menor o montante da VEI em relação ao da VIB, maior o peso deste tipo de volatilidade na composição da volatilidade total do sistema. Neste caso, haveria indicações de que o padrão da competição partidária é dado por uma maior segmentação das preferências em termos ideológicos. Além disso, haveria

indicações também de que a volatilidade não seria simplesmente aleatória, na medida em que, em termos agregados, os eleitores preferencialmente votariam em partidos próximos de seu mundo ideal, representado por determinados valores ou políticas de orientação ideológica. Vejamos, inicialmente, as médias destes índices nos estados, nas regiões e no Brasil como um todo.

TABELA 5.7

Comparação entre a Volatilidade Eleitoral Sistêmica Média, a Volatilidade Eleitoral Ideológica Média e a Volatilidade Intra-Bloco Ideológico Média nos Estados e nas Regiões (1982-2002)

	VES	*VEI*	*VIB*	*Relação VIB/VEI*
Rondônia	55,9	23,9	32	>
Acre	34,9	17,2	17,7	=
Amazonas	44	23,8	20,2	<
Roraima	57,8	12,9	44,9	>
Pará	31,5	13	18,5	>
Amapá	41,9	21	20,9	<
Tocantins	47,3	6,4	40,9	>
Região Norte	**44,9**	**17,9**	**27**	>
Maranhão	38,6	15,7	22,9	>
Piauí	30,2	11,3	18,9	>
Ceará	35,2	17,2	18	>
Rio Grande do Norte	34,2	7,9	26,3	>
Paraíba	35,6	14,1	21,5	>
Pernambuco	33,8	15,3	18,5	>
Alagoas	55,5	23,7	31,8	>
Sergipe	41,9	20,3	21,6	>
Bahia	32,4	14,4	18	>
Região Nordeste	**37,4**	**15,5**	**21,9**	>
Mato Grosso do Sul	45,7	18	27,7	>
Mato Grosso	36	22,6	13,4	<
Goiás	34,3	10	24,3	>
Distrito Federal	46,3	11,5	34,8	>
Região Centro-Oeste	**40,5**	**15,5**	**25**	>
Minas Gerais	33	16,3	16,7	=
Espírito Santo	33,7	16,8	16,9	=
Rio de Janeiro	35,9	8,5	27,4	>
São Paulo	26,5	12	14,5	>
Região Sudeste	**32,2**	**13,3**	**18,9**	>
Paraná	40,3	22,2	18,1	>
Santa Catarina	18,2	10	8,2	<
Rio Grande do Sul	19	9,4	9,6	=
Região Sul	**25,8**	**13,9**	**11,9**	>
Média Geral	**37,7**	**15,6**	**22,1**	>
Brasil	**23,9**	**9,9**	**14**	>

Nota Explicativa: a relação entre VIB/VEI refere-se à comparação entre estes dois índices, ou seja, se, em relação à VEI, a VIB é maior [>], menor [<] ou equivalente [=].

Conforme os dados da tabela acima, há um amplo predomínio da volatilidade intra-ideológica mais elevada do que da volatilidade ideológica. Apenas 4 estados, todos grifados —Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Santa Catarina—, têm a volatilidade eleitoral ideológica média mais elevada do que a intra-ideológica e, em três deles, a diferença entre ambos os índices é extremamente pequena. Todos os outros estados e todas as regiões têm predomínio de VIB relativamente mais elevada. O mesmo ocorre tanto com a média geral como com a volatilidade brasileira. Quando observamos os estados individualmente, percebemos também que, em vários deles, a vantagem numérica da volatilidade ideológica é bastante elevada, como são os casos de Roraima, do Pará, de Tocantins, do Rio Grande Norte, de Goiás, do Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

Mesmo quando introduzimos a dimensão temporal, considerando a evolução histórica desses índices, este padrão é mantido, embora com uma variabilidade bem maior nas dinâmicas dos estados, como mostra a tabela a seguir. Segundo indicam os dados, somente em dois períodos a volatilidade intra-ideológica foi menor do que a ideológica. Em 1986-1990, quando a VIB foi maior em 40,7% dos estados, e em 1998-2002, quando a VIB superou a VEI em apenas 37% das unidades federativas. Em 1990, ocorreram as primeiras eleições parlamentares depois da primeira eleição presidencial da atual democracia brasileira, quando houve vários rearranjos no quadro partidário-eleitoral.

Além disso é importante lembrar que tal eleição representou ainda uma reação ao insucesso do plano cruzado e ao crescimento vertiginoso do PMDB, em 1986. Em 2002, a eleição presidencial, com a vitória do PT, também implicou em certa oscilação trans-ideológica dos votos agregados. Mas, em 1982-1986, em 1990-1994 e em 1994-1998, a VIB é mais elevada do que a VEI na maioria dos estados. Nas seqüências eleitorais de 1982-1986, de 1990-1994, e de 1994-1998, todas as regiões apresentam maior volatilidade dentro dos blocos ideológicos do que entre eles. Em 1986-1990, em três regiões [Norte, Centro-Oeste e Sul] esta relação é favorável à volatilidade ideológica. Em 1998-2002, estes índices são equivalentes em duas regiões [Norte e Nordeste] e, em outras duas [Sudeste e Sul] a volatilidade ideológica supera a volatilidade intra-blocos ideológicos.

TABELA 5.8

Evolução das Volatilidades Eleitorais Sistêmica, Ideológica e Intra-Ideológica nos Estados Brasileiros (1982-2002)

	1982-1986			1986-1990			1990-1994			1994-1998			1998-2002		
	VES	**VEI**	**VIB**	**VES**	**VEI**	**VIB**	**VES**	**VEI**	**VIB**	**VES**	**VEI**	**VIB**	**VES**	**VEI**	**VIB**
Rondônia	57	28	29	79	46,2	33	64	30	34	49	8,6	41	31	6,6	24
Acre	22	15,7	6,6	24	18,5	5,5	25	3	22	62	21	41	41	28	13
Amazonas	58	32,8	25	46	29,2	17	50	17	33	55	28	27	12	12	0
Roraima	84	10,7	73	57	6,4	50	32	3	29	53	18	34	64	26	37
Pará	35	20,5	14	39	26,2	13	30	8	22	37	2,8	34	17	8,5	8,7
Amapá	71	33,2	38	44	23,5	21	35	12	23	26	20	6	34	17	17
Tocantins							63	1	62	49	4,5	44	30	13	17
Região Norte	**55**	**23,4**	**31**	**48**	**25**	**23**	**43**	**11**	**32**	**47**	**15**	**32**	**33**	**16**	**17**
Maranhão	67	16,2	51	41	20	21	37	27	9,9	28	3,3	25	21	12	8,9
Piauí	52	10	42	28	6,8	21	20	6	14	28	23	5	23	11	12
Ceará	63	35,4	27	45	5,3	40	33	20	13	16	9,4	6	20	16	3,5
R.G. Norte	39	6,8	33	39	7,4	31	33	1	32	32	8,6	23	29	16	12
Paraíba	56	15,2	41	42	25	17	26	21	5,1	18	3,7	15	35	5,8	29
Pernambuco	55	10	45	38	33,8	3,7	23	8	15	29	15	14	26	10	15
Alagoas	60	15,8	44	68	40,4	28	69	25	44	43	22	21	37	15	22
Sergipe	71	26,7	44	34	21,6	12	38	14	24	42	26	16	25	14	12
Bahia	61	27,1	34	41	26,7	14	26	5	21	22	4,2	17	13	9,6	3,5
Região Nordeste	**58**	**18**	**40**	**42**	**20,7**	**21**	**34**	**14**	**20**	**29**	**13**	**16**	**25**	**12**	**13**
M.G. Sul	56	9	47	59	25,9	33	54	37	17	33	2	31	28	17	11
M. Grosso	48	17,7	30	49	46,2	2,7	30	20	10	27	17	10	28	12	16
Goiás	32	4,9	27	29	13,9	15	37	8	29	34	15	19	41	8,8	32
D. Federal				55	20,7	35	49	3	46	48	19	29	33	3,4	30
Região C. Oeste	**45**	**10,5**	**35**	**48**	**26,6**	**21**	**42**	**17**	**26**	**35**	**13**	**22**	**32**	**10**	**22**
M. Gerais	42	21,6	21	49	29,4	20	37	8	29	14	4,2	9	24	19	5,1
E. Santo	39	15,8	24	40	13,1	27	29	14	15	30	22	8	30	20	10
R. Janeiro	41	4,4	37	38	16,9	21	43	14	28	28	1,2	27	30	5,8	25
São Paulo	24	8,1	16	38	11,7	26	23	13	11	24	14	10	24	14	9,9
Região Sudeste	**37**	**12,4**	**24**	**41**	**17,7**	**24**	**33**	**12**	**21**	**24**	**10**	**14**	**27**	**15**	**12**
Paraná	37	29	8,2	56	35,2	21	45	11	33	33	11	22	31	25	5,5
S. Catarina	26	7,6	19	23	18,6	4	15	12	2,5	12	0,9	11	16	12	4
R.G. Sul	31	15,7	15	24	18,5	5,4	18	2	16	11	4	7	11	6,9	4,4
Região Sul	**32**	**17,4**	**14**	**34**	**24,1**	**10**	**26**	**9**	**17**	**19**	**5,1**	**14**	**19**	**15**	**4,6**
Média Geral	**49**	**17,5**	**32**	**43**	**22,5**	**21**	**36**	**13**	**24**	**33**	**12**	**21**	**28**	**14**	**14**
Brasil	**35**	**11,5**	**24**	**35**	**19,8**	**16**	**20**	**6**	**13**	**15**	**1,5**	**13**	**15**	**10**	**4,9**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral [TSE]

Este predomínio pode ser mais bem visualizado pela indicação de qual índice prevalece em cada estado e em cada região em todas as seqüências eleitorais do período. Na tabela abaixo, são indicadas tais prevalências. Como é possível perceber, a VIB é mais elevada do que a VEI na maioria dos estados na maioria das seqüências eleitorais, quais sejam: em 1982-1986 [66,6%], em 1990-1994 [70,3%] e em 1994-1998 [62,9%]. No que se refere à média geral, a VIB prevaleceu em três ocasiões, sendo

que as duas restantes foram de valores equivalentes para ambos os índices. No caso da volatilidade ideológica brasileira, também houve prevalência da VIB em três seqüências eleitorais.

TABELA 5.9
O Tipo de Volatilidade Predominante em cada Seqüência Eleitoral e no Período nos Estados e nas Regiões (1982-2002)

	1982-2986	*1986-1990*	*1990-1994*	*1994-1998*	*1998-2002*	*Prevalência*
Rondônia	VIB	VEI	VIB	VIB	VIB	VIB
Acre	VEI	VEI	VIB	VIB	VEI	VEI
Amazonas	VEI	VEI	VIB	VIB	VEI	VEI
Roraima	VIB	VIB	VIB	VIB	VIB	VIB
Pará	VEI	VEI	VIB	VIB	EQUIV.	EQUIV.
Amapá	VIB	VEI	VIB	VEI	EQUIV.	EQUIV.
Tocantins			VIB	VIB	VIB	VIB
Região Norte	**VIB**	**VEI**	**VIB**	**VIB**	**EQUIV.**	**VIB**
Maranhão	VIB	EQUIV.	VEI	VIB	VEI	EQUIV.
Piauí	VIB	VIB	VIB	VEI	EQUIV.	VIB
Ceará	VEI	VIB	VEI	VEI	VEI	VEI
R.G. Norte	VIB	VIB	VIB	VIB	VEI	VIB
Paraíba	VIB	VEI	VEI	VIB	VIB	VIB
Pernambuco	VIB	VEI	VIB	EQUIV.	VIB	VIB
Alagoas	VIB	VEI	VIB	EQUIV.	VIB	VIB
Sergipe	VIB	VEI	VIB	VEI	VEI	VEI
Bahia	VIB	VEI	VIB	VIB	VEI	VIB
Região Nordeste	**VIB**	**EQUIV.**	**VIB**	**VIB**	**EQUIV.**	**VIB**
M.G. Sul	VIB	VIB	VEI	VIB	VEI	VIB
M. Grosso	VIB	VEI	VEI	VEI	VIB	VEI
Goiás	VIB	VIB	VIB	VIB	VIB	VIB
D. Federal		VIB	VIB	VIB	VIB	VIB
Região C. Oeste	**VIB**	**VEI**	**VIB**	**VIB**	**VIB**	**VIB**
M. Gerais	EQUIV.	VEI	VIB	VIB	VEI	EQUIV.
E. Santo	VIB	VIB	EQUIV.	VEI	VEI	EQUIV.
R. Janeiro	VIB	VIB	VIB	VIB	VIB	VIB
São Paulo	VIB	VIB	VEI	VEI	VEI	VEI
Região Sudeste	**VIB**	**VIB**	**VIB**	**VIB**	**VEI**	**VIB**
Paraná	VEI	VEI	VIB	VIB	VEI	VEI
S. Catarina	VIB	VEI	VEI	VIB	VEI	VEI
R.G. Sul	EQUIV.	VEI	VIB	VIB	VEI	EQUIV.
Região Sul	**VEI**	**VEI**	**VIB**	**VIB**	**VEI**	**VEI**
Média Geral	**VIB**	**EQUIV.**	**VIB**	**VIB**	**EQUIV.**	**VIB**
Brasil	**VIB**	**VEI**	**VIB**	**VIB**	**VEI**	**VIB**

Desse modo, a ideologia parece ser um fator importante na estruturação da competição eleitoral na maioria dos estados brasileiros e no país como um todo. De uma parte, ela serve de dimensão para a competição entre partidos pertencentes a uma mesma linhagem, digamos assim, e, de outra, ela serve como obstáculo à

migração de votos para partidos de linhagens diferentes. Na verdade, o peso da volatilidade eleitoral ideológica na composição da volatilidade eleitoral sistêmica ou total pode ser um indicador ainda mais preciso no que tange à corroboração dessa assertiva. Na tabela a seguir, aparecem os dados referentes a este peso proporcional, conceituado por Bartolini and Mair (1990) como índice de saliência ideológica [SI], cujo cálculo consiste em determinar a porcentagem da volatilidade ideológica [VEI] no montante da volatilidade eleitoral sistêmica [VES], tal que: *SI = VEI/VES*100*.

TABELA 5.10
Evolução da Saliência da Volatilidade Ideológica na Composição da Volatilidade Sistêmica nos Estados e nas Regiões (1982-2002)

	1982-1986	*1986-1990*	*1990-1994*	*1994-1998*	*1998-2002*	***Média***
Rondônia	49,2	58,3	47,1	17,4	21,5	42,7
Acre	70,4	77	13	33,1	68	49,2
Amazonas	56,3	63,7	34	51,4	100	54
Roraima	12,7	11,3	9,5	34,6	41,4	22,3
Pará	58,9	67	26,4	7,5	49,4	41,2
Amapá	46,6	52,9	34,2	77,8	51	50,1
Tocantins			2,2	9,2	44,3	13,5
Região Norte	42,9	52	24,8	31,2	49	39,8
Maranhão	24,2	49,1	73,3	11,7	57	40,6
Piauí	19,1	24,3	29,2	81,4	49,1	37,4
Ceará	56,3	11,7	61,1	60,2	82,2	48,8
R.G. Norte	17,3	19,2	2,7	27,3	56,6	23
Paraíba	27,1	59,9	80,6	20,2	16,5	39,6
Pernambuco	18,2	90,1	33,3	52,5	40,3	45,2
Alagoas	26,2	59,2	36,3	51,1	40,7	42,7
Sergipe	37,6	63,7	36,5	62,5	54,1	48,4
Bahia	44,4	65,1	18,7	19,5	73,2	44,4
Região Nordeste	31	49,7	41,2	44,9	48,2	41,4
M.G. Sul	16,1	44	68,1	6,1	62,2	39,3
M. Grosso	37,2	94,4	66,4	64,6	43,1	62,7
Goiás	15,3	48,7	20,9	45,1	21,6	29,1
D. Federal		37,4	6,1	39,6	10,2	24,8
Região Centro Oeste	23,3	55,6	39,4	37,9	31,7	38,2
M. Gerais	50,9	60	20,7	31,1	78,8	49,3
E. Santo	40,2	32,4	48,6	72,3	65,5	49,8
R. Janeiro	10,3	44,9	33,8	4,2	19,1	23,6
São Paulo	34,1	30,8	53,6	57,8	58,7	45,2
Região Sudeste	33,8	42,9	36,5	42,8	54	41,3
Paraná	77,9	62,7	25,5	31,9	82	55
S. Catarina	28,7	82,3	82,7	7,5	74,5	54
R.G. Sul	50,4	77,4	11,9	35,3	61	49,4
Região Sul	55,2	70,4	33,3	27,2	76	53,8
Média Geral	35,7	52,3	34,7	37	48,5	41,3
Brasil	32,5	55,9	32,8	10,3	67,7	41,4

Fonte: Dados Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral [TSE]

Observe-se que há estados em que a competição parece ser altamente ideológica —competição entre partidos de ideologias diferentes—, uma vez que a proporção da volatilidade ideológica na instabilidade total é extremamente elevada, como é o caso do Acre, do Amazonas, do Maranhão, do Piauí, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nestes estados, em algumas das seqüências eleitorais analisadas, a saliência ideológica atingiu níveis elevados. Em decorrência desse fenômeno ocorrido em algum momento nos três estados da região Sul, esta também apresenta dois pares de eleição com proporções de SI elevada.

Contudo, em termos gerais, a maioria das proporções são inferiores a 50%. Com relação às médias estaduais, os resultados também indicam uma pequena saliência ideológica na composição da volatilidade sistêmica. Em apenas cinco estados [Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina] a volatilidade eleitoral corresponde a mais do que 50% da volatilidade sistêmica. Em quatro deles, a proporção não chega a 60%. Em todos os outros estados, a volatilidade ideológica é ou uma proporção moderadamente menor do que 50%, ficando na casa dos 40% [Rondônia, Acre, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul], ou significativamente menor do que 50%, ficando entre 20% e 40% [Roraima, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro]. No que se refere às regiões, as proporções também são inferiores a 50%, chegando a ser menor do que 40% na região Norte. A média geral é de 41,3%, quase idêntica ao resultado brasileiro, que é 41,4%.

A propósito desses resultados, é importante observar que, para o caso europeu [48%], mesmo com uma proporção ligeiramente superior à brasileira, Bartolini and Mair (1990) concluíram que a saliência ideológica naquele contexto era uma forte evidência de que a hipótese do "congelamento" das clivagens partidárias ainda era válida. Sendo assim, por que no Brasil seria diferente? Na verdade, estes dados indicam que o grau de instabilidade eleitoral encontrado no nível sistêmico explica-se, em grande parte, pela competição intensa entre partidos do mesmo bloco ideológico e pelo conseqüente fluxo de votos entre tais partidos. Não há, portanto, a prevalência de uma dinâmica errática nas decisões eleitorais, mas sim um padrão que parece ser, em primeiro lugar, de caráter ideológico, e, em segundo lugar, de intensa competição entre partidos da mesma família ideológica, pela liderança de seus

respectivos blocos partidários junto às preferências do eleitorado. Em outros termos, isso significa que o mercado eleitoral brasileiro vem se segmentado de maneira ideológica, com partidos de um mesma família entrando diretamente em disputa pelo domínio de seu segmento e, paralelamente, com tais partidos em conjunto, enquanto um bloco partidário, competindo por fatias maiores do mercado eleitoral como um todo.

IV. A Segmentação do Mercado Eleitoral

A análise será agora concentrada nas evoluções das votações de cada bloco ideológico e suas variações, entendidas como a volatilidade eleitoral dos blocos. O cálculo do índice de volatilidade eleitoral ideológica apreende apenas o montante total das oscilações agregadas ocorridas entre os blocos partidários, de modo que não indica nem que bloco obteve aumento ou sofreu declínio em suas votações, nem o sentido dos fluxos de votos agregados, na medida em que se desconsidera o sinal das diferenças entre as votações, se positivo ou se negativo. Assim, ao considerarmos a volatilidade eleitoral dos blocos ideológicos [VDB], podemos perceber melhor a maneira pela qual o mercado político foi-se estruturando em determinados segmentos que disputam votos. Esses dados, portanto, possibilitam uma apreensão mais apurada do padrão de competição que se desenvolve no país.

Para facilitar a análise, os dados são dispostos em tabelas que organizam os estados em termos regionais. Para iniciar, consideremos os estados da região Norte. Como pode ser observado na tabela a seguir, no Amazonas, a direita veio aumentando sua votação ao longo do período analisado, de forma que ela vem exercendo domínio de maneira isolada no mercado eleitoral deste estado. Enquanto isso, o centro e a esquerda vêm perdendo votos. No Tocantins, os três blocos detiveram de maneira estável uma determinada fatia do mercado até 2002, quando o centro e a esquerda apresentaram crescimento. Mas, a direita, que detinha de maneira ampla o domínio do mercado, mantém-se ainda na liderança. No Amapá, tanto a direita como o centro perderam votos, dando ensejo ao crescimento da esquerda, especialmente em 2002, quando este bloco passou a dominar a maior fatia do mercado eleitoral do estado. No Pará, enquanto a direita perdeu votos de maneira mais acentuada, a direita manteve-se mais ou menos estável e a esquerda também apresentou uma trajetória de crescimento. Em Roraima, o domínio do mercado pela direita é significativo. Ao longo das sucessivas eleições, o centro perdeu votos importantes, principalmente em 2002. Em contrapartida, a esquerda, que era eleitoralmente inexpressiva, apresentou

um crescimento considerável nesse mesmo ano. No estado do Acre, o declínio do centro foi ainda mais acentuado e o crescimento da esquerda ainda mais expressivo, de forma que este bloco assumiu a liderança do mercado eleitoral em 2002, desbancando uma trajetória de domínio ininterrupto da direita. Esta também decresceu em Rondônia, enquanto o centro ficou mais ou menos estável ao longo do período considerado. A esquerda, por sua vez, replicou neste estado seu padrão de crescimento continuado.

TABELA 5.11
Evolução da Votação e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Ideológicos nos Estados do Norte (1982-2002)

	Evolução da Votação dos Blocos						*Evolução da Volatilidade dos Blocos*				
	1982	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*
Amazonas											
Direita	45,1	27,1	56,2	46,2	74	75,5	-18	-29,2	-10	-27,8	1,5
Centro	53,4	38,6	25,5	42,4	14,1	2,2	-14,8	-13,1	16,9	-28,2	-11,9
Esquerda	1,5	34,4	18,3	11,4	12	22,4	32,9	-16,1	-6,9	0,6	10,3
Tocantins											
Direita			65,2	66,2	61,7	48,3			1	-4,5	-13,4
Centro			30,6	31	34,3	40,5			0,4	3,3	6,2
Esquerda			4,2	2,8	4	11,2			-1,4	1,2	7,2
Amapá											
Direita	79,3	46,1	69,4	57,6	37,5	33,9	-33,2	23,3	-11,8	-20,1	-3,6
Centro	17,3	33,5	10	17,5	28,6	14,8	16,2	-23,5	7,5	11,1	-13,8
Esquerda	3,4	20,4	20,6	24,9	34	51,3	17	0,2	4,3	9,1	17,3
Pará											
Direita	48,4	28	43,7	35,8	33	24,5	-20,4	15,7	-7,9	-2,8	-8,5
Centro	50,2	62,2	35,9	42,1	42,6	48,4	12	-26,3	6,2	0,5	5,8
Esquerda	1,4	10	20,4	22,1	24,4	27,1	8,6	10,4	1,7	2,3	2,7
Roraima											
Direita	74,3	79	85,5	82,4	64,1	78	4,7	6,5	-3,1	-18,3	13,9
Centro	24,4	13,7	9,1	11,8	29,5	3,1	-10,7	-4,6	2,7	17,7	-26,4
Esquerda	1,3	7,3	5,5	5,9	6,4	18,9	6	1,8	0,4	0,5	12,5
Acre											
Direita	47,9	32,2	43,2	42,2	51	27,9	-15,7	12	-2	8,8	-23,1
Centro	46	60,3	42,2	40,4	19,9	14,9	14,3	-18,1	-1,8	-20,5	-5
Esquerda	6,1	7,5	14,6	17,4	29,1	57,2	1,4	7	2,9	11,7	28,1
Rondônia											
Direita	57,8	29,8	75,7	45,6	39	35,9	-28	45,9	-30,1	-6,6	-3,1
Centro	38,7	53,4	7,2	30,1	38,7	35,2	14,7	-46,2	22,9	8,6	-3,5
Esquerda	3,5	16,8	17,1	24,3	22,3	28,9	13,3	0,3	7,2	-2	6,6
Norte											
Direita	50,1	30,2	54,3	45,6	47,5	40,6	19,9	24,1	-8,7	1,9	-6,9
Centro	48	53,4	28,6	37,5	32,8	32,4	5,4	-24,8	8,9	-4,7	-0,4
Esquerda	1,9	16,5	17,1	16,9	19,7	27	14,6	0,6	-0,2	2,8	7,3

Dessa forma, o que temos na região Norte é um padrão de declínio geral tanto da direita como do centro. No caso deste último, a redução de seu mercado apresenta uma dinâmica mais demarcada. Paralelamente, deu-se uma evolução de crescimento do segmento da esquerda. No que se refere à volatilidade eleitoral nos estados, é importante destacar que as eleições de 1986 e de 2002 são aquelas que envolveram maior deslocamento de votos agregados entre os blocos. Naquele contexto, a esquerda e o centro foram beneficiados com as oscilações negativas da direita. Outro ponto a ser destacado é que, em 1990, o centro perdeu votos maciçamente, sendo que estes migraram, em termos agregados, para a direita. Em 1994, ocorre processo inverso, com o centro recebendo votos agregados da direita e voltando a ganhar uma fatia mais generosa do mercado eleitoral. Este padrão de crescimento do centro e de declínio da direita foi mantido em 1998, embora de maneira menos generalizada. Em 2002, a esquerda deu um salto em suas votações e ampliou seu segmento, conquistando espaço do centro e da direita. Finalmente, deve ser destacado que o padrão esperado na oscilação dos votos agregados, de acordo com a estrutura de preferências ideológicas hipoteticamente concebida, é, em grande parte, corroborado. Isso porque, os fluxos dos votos voláteis entre os blocos segue um padrão mais ou menos preferencial em que a direita recebe votos em sua maioria vindos do centro, do mesmo modo que a esquerda, enquanto o centro recebe votos de ambos. Empiricamente, o maior fluxo de votos é entre direita e centro e centro e direita.

Na tabela a seguir, são apresentados os dados referentes aos estados do Nordeste. No Ceará, ocorreu um declínio sistemático da direita e um aumento do segmento de centro, que passou a dominar o mercado eleitoral já desde 1986. A esquerda veio crescendo de maneira continuada até conquistar o segundo maior capital eleitoral no estado, em 2002. Na Bahia, a direita apresentou oscilações pendulares e conseguiu se manter de maneira inequívoca como o maior segmento daquele mercado eleitoral. O centro sofreu uma queda acentuada em suas votações e o segmento de esquerda logrou alargar seu mercado, de modo que veio a ser a segunda força eleitoral também neste estado, em 2002. Dinâmica parecida aconteceu com a esquerda em Sergipe. No caso da direita, apesar de seu declínio, esta ainda é predominante. O centro apresentou uma oscilação pendular, entre desempenhos negativos e positivos, mas conseguiu manter uma fatia de mercado estável, quando consideramos o início e o final do período analisado. Em Alagoas, a direita liderou o tempo todo, com uma pequena oscilação negativa. Neste estado, a esquerda

apresentou crescimento importante a partir de 1994, conseguindo a segunda maior fatia do mercado em 2002.

TABELA 5.12
Evolução da Votação e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Ideológicos nos Estados do Nordeste (1982-2002)

	Evolução da Votação dos Blocos						*Evolução da Volatilidade dos Blocos*				
	1982	***1986***	***1990***	***1994***	***1998***	***2002***	***1982-86***	***1986-90***	***1990-94***	***1994-98***	***1998-02***
Ceará											
Direita	73,9	38,5	33,4	17,1	10,1	20,8	-35,4	-5,1	-16,3	-7	10,7
Centro	25,6	49,3	49	69,3	66,9	50,7	23,7	-0,3	20,3	-2,4	-16,2
Esquerda	0,5	12,3	17,6	13,6	23	28,5	11,8	5,3	-4	9,4	5,5
Bahia											
Direita	63,3	36,2	52,2	57	58,8	54,2	-27,1	16	4,8	1,8	-4,6
Centro	35,8	54,3	27,6	23,7	19,5	14,5	18,5	-26,7	-3,9	-4,2	-5
Esquerda	0,9	9,5	20,2	19,3	21,7	31,3	8,6	10,7	-0,9	2,4	9,6
Sergipe											
Direita	76,7	50	67,7	53,9	27,7	41,3	-26,7	17,7	-13,8	-26,2	13,6
Centro	22,6	39,4	17,8	27,3	33,5	20,2	16,8	-21,6	9,5	6,2	-13,3
Esquerda	0,7	10,6	14,5	18,8	38,8	38,5	9,9	3,9	4,3	20	-0,3
Alagoas											
Direita	60,1	44,3	84,7	61,4	39,2	53,4	-15,8	40,4	-23,3	-22,2	14,2
Centro	39,9	46,2	7,1	32,1	33	17,9	3,6	-39,1	25	0,9	-15,1
Esquerda	0,4	9,5	8,2	6,5	27,8	28,7	9,5	-1,3	-1,7	21,3	0,9
Pernambuco											
Direita	55,2	45,1	53,3	51,6	41,3	30,9	-10,1	8,2	-3,7	-10,3	-10,4
Centro	44,5	46	12,1	7,4	22,5	29,8	1,5	-33,9	-4,7	15,1	7,3
Esquerda	0,3	9	34,6	41,2	36,2	39,3	8,7	25,6	6,6	-5	3,1
Paraíba											
Direita	60	44,8	39,9	30,5	33,1	38,6	-15,2	-4,9	-9,4	2,6	5,5
Centro	39,6	51,9	31,7	52,9	49,2	43,4	12,3	-20,2	21,2	-3,7	-5,8
Esquerda	04	3,3	28,4	16,6	17,7	18	2,9	25	-11,8	1,1	0,4
RG do Norte											
Direita	59,8	53	50,6	51,2	42,5	46,5	-6,8	-2,4	0,6	-8,7	4
Centro	39,8	44,5	39,5	38,6	44,9	28,7	4,7	-5	-0,9	6,3	-16,2
Esquerda	0,4	2,5	9,9	10,3	12,6	24,8	2,1	7,4	0,4	2,3	12,2
Piauí											
Direita	61,6	69	64,8	70	47,2	36	7,4	-4,2	5,2	-22,2	-11,2
Centro	37,6	27,6	25	19,1	37,8	38,1	-10	-2,6	-5,9	18,7	0,3
Esquerda	0,8	3,4	10,2	10,9	15	25,9	2,6	6,8	0,7	4,1	10,9
Maranhão											
Direita	78,5	62,2	78,1	50,8	54,1	43,7	-16,3	15,9	-27,3	3,3	-10,4
Centro	19,2	30,6	10,6	31,4	28,2	26,8	11,4	-20	20,8	-3,2	-1,4
Esquerda	2,4	7,2	11,3	17,8	17,7	29,6	4,8	4,1	6,5	-0,1	11,9
Nordeste											
Direita	64,8	45,6	53,5	46,9	41	40,3	19,2	7,9	-6,6	-5,9	-0,7
Centro	34,5	46,1	26,5	33,3	35,1	29,3	11,6	-19,6	6,8	1,8	-5,8
Esquerda	0,7	8,3	20	19,8	23,9	30,4	7,6	11,7	-0,2	4,1	6,5

Já Em Pernambuco, a direita perdeu votos e a liderança do mercado, em 2002, e quem tomou a dianteira foi a esquerda, depois de um crescimento constante e consistente. O centro, por sua vez, apresentou uma dinâmica pendular, mas com saldo negativo. Em compensação, o centro vem liderando o mercado eleitoral na Paraíba desde 1986, apesar do declínio em suas votações entre 1994 e 2002. A esquerda, que obteve votação expressiva, em 1990, perdeu muitos votos, em 1994, e acabou se estabilizando desde então. A direita perdeu mercado até 1990, mas acabou mantendo uma fatia mais ou menos estável daquele mercado eleitoral. No Rio Grande do Norte, a direita sofreu uma pequena queda, mas, mesmo assim, vem garantindo a liderança isolada nas votações do estado. O centro, mais uma vez, apresentou variação pendular, porém, com um ligeiro declínio. A esquerda, mantendo o padrão desenhado até aqui, cresceu de forma constante. O Piauí deixou de ter seu mercado eleitoral dominado pela direita somente em 2002, quando o centro obteve uma votação expressiva, confirmando seu crescimento continuado desde 1994. A esquerda também cresceu, especialmente a partir de 1998. No Maranhão, a direita sofreu uma queda significativa em sua votação. O centro, por sua vez, conseguiu voltar a crescer a partir de 1994, recuperando seu desempenho de 1986. Também neste estado a esquerda ampliou seu segmento de maneira contínua até 1998. Em 2002, suas votações deram um salto positivo.

Portanto, considerando-se a região Nordeste como um todo, o padrão que se observa é de redução mais acentuada do segmento eleitoral de direita e menos acentuada do segmento de centro. Em contrapartida, a esquerda vem aumentando de maneira significativa sua fatia de mercado. No caso da volatilidade dos blocos, o padrão geral é mantido, com oscilações agregadas preferenciais da direita para o centro, da esquerda para o centro e deste para a esquerda e o centro. Na maioria dos casos, os votos perdidos pelo centro migraram, de maneira agregada, para a direita. Em 2002, houve uma ruptura importante neste padrão, na medida em que a esquerda recebeu votos sistêmicos tanto do centro como da direita.

Vamos, agora, aos estados da região Centro-Oeste. Como mostram os dados da tabela abaixo, com a exceção da eleição de 1994, quando o centro e a direita obtiveram desempenhos similares, o mercado eleitoral de Goiás foi dominado o tempo todo pelos partidos de centro —mesmo com o ligeiro declínio desse segmento. O segmento da direita permaneceu mais ou menos estável e o da esquerda cresceu um pouco. No Distrito Federal, o mercado eleitoral foi dominado de maneira isolada pela direita até 1998. Este bloco apresentou declínio em suas votações e

permitiu que a esquerda compartilhasse a liderança do mercado a partir de 2002. O centro, perdeu muito espaço entre 1990 e 1994, recuperando-se a partir de 1998. No Mato Grosso, os três segmentos apresentaram desempenhos pendulares, mas, de maneira geral, a direita e o centro perderam mercado, enquanto a esquerda ganhou uma fatia pequena, porém, significativa. A liderança neste estado vem sendo exercida pela direita desde 1990. No Mato Grosso do Sul, o domínio do mercado eleitoral ficou a cargo do segmento de direita entre 1986 e 1990, sendo tomado pelo centro, em 1994, e pela esquerda, em 2002. A direita apresentou uma dinâmica de declínio em suas votações, da mesma forma que o centro. A esquerda, pelo contrário, apresentou uma trajetória de crescimento. Desse modo, na região Centro-Oeste, o padrão de segmentação do mercado eleitoral é de estabilidade da direita —apesar das oscilações entre 1990 e 1994—, de declínio do centro e de crescimento da esquerda. A volatilidade eleitoral dos blocos, segue o padrão de oscilações agregadas preferenciais já destacada anteriormente.

TABELA 5.13
Evolução da Votação e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Ideológicos nos Estados do C. Oeste (1982-2002)

	Evolução da Votação dos Blocos						*Evolução da Volatilidade dos Blocos*				
	1982	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*
Goiás											
Direita	33,6	30,7	35,9	43,6	30,7	33,9	-2,9	5,2	7,7	-12,9	3,2
Centro	65,6	63,6	49,7	43,1	58,4	49,5	-2	-13,9	-6,6	15,3	-8,9
Esquerda	0,8	5,7	14,4	13,3	11	16,6	4,9	8,7	-1,1	-2,3	5,6
D. Federal											
Direita		47,4	53,3	50,3	40,1	38,2		5,9	-3	-10,2	-1,9
Centro		26,2	5,5	6,6	25,6	24,1		-20,7	1,1	19	-1,5
Esquerda		26,4	41,2	43,1	34,3	37,7		14,8	1,9	-8,8	3,4
Mato Grosso											
Direita	52,8	35,1	66,6	49,2	41,1	41,9	-17,7	31,5	-17,4	-8,1	0,8
Centro	46,8	61,4	15,2	35	52,5	40,4	14,6	-46,2	19,8	17,5	-12,1
Esquerda	0,4	3,5	18,2	15,8	6,5	17,7	3,1	14,7	-2,4	-9,3	11,2
M. T. do Sul											
Direita	47,1	52,4	72,9	36,3	35,9	32,2	5,3	20,5	-36,6	-0,4	-3,7
Centro	51	42	16,1	43,3	41,7	28,1	-9	-25,9	27,3	-1,6	-13,6
Esquerda	1,9	5,6	11	20,4	22,4	39,7	3,7	5,4	9,4	2	17,3
C. Oeste											
Direita	39,7	38,5	51,7	44,6	35,8	36,1	-1,2	13,2	-7,1	-8,8	0,3
Centro	59,3	52,2	28	34,1	47	38,9	-7,1	-24,2	6,1	12,9	-8,1
Esquerda	1	9,4	20,3	21,3	17,2	25	8,4	10,9	1	-4,1	7,8

Na próxima tabela, são apresentados os dados da evolução das votações e da volatilidade dos blocos relativos aos estados da região Sudeste. Como pode ser observado, ocorreu um crescimento contínuo e vigoroso do segmento de esquerda em São Paulo, culminando com a tomada da liderança desse mercado por este bloco em 2002. Enquanto isso, direita e centro decresceram. Panorama totalmente oposto é encontrado no Rio de Janeiro, onde a direita e o centro apresentaram uma dinâmica bastante estável em suas votações, enquanto a esquerda cresceu um pouco. No Espírito Santo, depois de oscilações pendulares entre 1986 e 1998, a direita, em 2002, voltou ao volume de votação do início do período democrático. O centro, perdeu mercado, e, a esquerda, conquistou espaço importante já a partir de 1994. Em Minas Gerais, a direita e o centro se encolheram, abrindo espaço para o crescimento do segmento de esquerda, que chegou a dominar o mercado em 2002.

TABELA 5.14
Evolução da Votação e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Ideológicos nos Estados do Sudeste (1982-2002)

	Evolução da Votação dos Blocos						*Evolução da Volatilidade dos Blocos*				
	1982	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*
São Paulo											
Direita	39,7	36,1	45,9	33,4	41,4	31,2	3,6	9,8	-12,5	8	-10,2
Centro	48,8	44,3	32,6	41,5	27,9	23,9	-4,5	-11,7	8,9	-13,6	-4
Esquerda	11,5	19,6	21,5	25,1	30,9	45	8,1	1,9	3,6	5,8	14,1
Rio de Janeiro											
Direita	40,6	42,3	41,3	42,9	43,2	39,3	1,7	-1	1,6	0,3	-3,9
Centro	22,6	25,3	9,4	22,2	23,1	21,2	2,7	-15,9	12,8	0,9	-1,9
Esquerda	36,8	32,4	49,4	34,9	33,7	39,5	-4,4	17	-14,5	-1,2	5,8
Espírito Santo											
Direita	40,4	24,6	29,5	17,8	37,2	40,1	-15,8	4,9	-11,7	19,4	2,9
Centro	58	60,2	47,1	44,7	47	27,4	2,2	-13,1	-2,4	2,3	-19,6
Esquerda	1,6	15,2	23,4	37,5	15,8	32,5	13,6	8,2	14,1	-21,7	16,7
Minas Gerais											
Direita	47,3	27,9	52,5	45	40,6	35,7	-19,4	24,6	-7,5	-4,4	-4,9
Centro	50,3	61,5	31,9	37,4	41	26,7	11,2	-29,6	5,5	3,6	-14,3
Esquerda	2,4	10,6	15,6	17,6	18,4	37,6	12,7	4,7	2,2	0,5	18,9
Sudeste											
Direita	41,9	35,1	45,7	37,5	41,4	34,4	-6,8	10,6	-8,2	3,9	-7
Centro	43,4	44,4	27,1	36,5	30,5	24,2	1	-17,3	9,4	-6	-6,3
Esquerda	14,8	20,5	27,2	26	28,1	41,4	5,7	6,7	-1	2,1	13,3

Em termos regionais, repete-se o padrão observado até o momento, qual seja, decréscimo acentuado do segmento da direita, decréscimo menos acentuado do segmento do centro e incremento do capital eleitoral da esquerda. No que se refere à volatilidade eleitoral dos blocos, mais uma vez, manifesta-se a dinâmica geral de

deslocamento de votos agregados da esquerda para o centro e da direita para o centro, assim como de deslocamento indiferenciado do centro para os outros dois segmentos.

Finalmente, vejamos como se dá a dinâmica de segmentação do mercado eleitoral nos estados da região Sul, seguindo os dados apresentados na tabela a seguir. No Paraná, a direita e o centro perderam fatias do mercado eleitoral. A direita, que foi o segmento dominante desde 1990, acabou ficando em terceiro lugar, em 2002, quando o centro conquistou o segundo lugar e a esquerda tomou a liderança. Aliás, a esquerda conseguiu conquistar um pedaço significativo do mercado eleitoral, principalmente se levarmos em consideração que este bloco obteve votação irrisória nas primeiras eleições democráticas. Em Santa Catarina, ocorreu uma dinâmica semelhante, com a direita e o centro perdendo espaço e a esquerda conquistando-o de maneira vigorosa. Também no Rio Grande do Sul a direita perdeu mercado, mas de maneira bastante moderada; o centro, pelo contrário, encolheu-se de forma mais acentuada, e, a esquerda, que já iniciou o período democrático controlando uma parcela importante dos votos, cresceu ainda mais, de modo que se tornou o segmento dominante desde 1990.

TABELA 5.15

Evolução da Votação e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Ideológicos dos Estados da Região Sul (1982-2002)

	Evolução da Votação dos Blocos						*Evolução da Volatilidade dos Blocos*				
	1982	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*
Paraná											
Direita	41,1	22	50,3	50,8	54,9	29,7	-39,1	28,3	0,5	4,1	-25,2
Centro	58,2	68,4	33,2	21,7	28,2	33,4	10,2	-35,2	-11,5	6,5	5,2
Esquerda	0,7	9,6	16,5	27,5	16,9	36,9	9	6,9	10,9	-10,5	20
Santa Catarina											
Direita	50,8	43,2	56,9	44,9	44,5	36,1	-7,6	13,7	-12	-0,4	-8,4
Centro	48,5	48,5	29,9	33,7	33,1	29,8	0	-18,6	3,8	0,6	-3,3
Esquerda	0,7	8,3	13,3	21,5	22,4	34,1	7,6	5	8,2	0,9	11,7
R. G. do Sul											
Direita	40	24,3	33,7	31,9	30,4	34,3	-15,7	9,4	-1,8	-1,5	3,9
Centro	36,8	50,5	32	31,7	29,2	22,3	13,7	-18,5	-0,3	-2,5	-6,9
Esquerda	23,2	25,2	34,3	36,4	40,4	43,4	2	9,1	2,1	4	3
Região Sul											
Direita	42,8	27,2	44,2	41,3	42,1	33	-15,6	17	-2,9	0,8	-9,1
Centro	47,1	56,5	31,9	28,6	29,7	28	9,4	-24,6	-3,3	1,1	-1,7
Esquerda	10,1	16,3	23,9	30,3	28,2	39	6,2	7,6	6,4	-2,1	10,8

Assim sendo, o padrão geral da região Sul indica certa estabilidade do segmento eleitoral da direita, uma queda acentuada no segmento do centro e um crescimento substancial do segmento da esquerda. A volatilidade dos blocos mantém o padrão geral de deslocamento dos votos, inclusive a oscilação dos votos da direita e do centro para a esquerda, em 2002.

Com efeito, a dinâmica de segmentação do mercado eleitoral nos vários estados brasileiros indica que a esquerda vem abrindo espaço na competição, diminuindo as parcelas de votos antes compartilhadas apenas pelos partidos de centro e de direita. Essa evolução, por sua vez, indica duas coisas importantes. Primeiramente, que a competição parece impelir os competidores e os blocos partidários a algum ponto de equilíbrio na distribuição dos votos. Ainda não há como saber qual o limite da expansão do segmento da esquerda e qual o limite de compressão dos segmentos de centro e de direita, porque isso depende dos movimentos de mercado relativos à cisão, fusão, entrada e saída de partidos, assim como dos incentivos institucionais e das coordenações que as lideranças políticas e os eleitores vierem a fazer nas próximas competições. Em segundo lugar, essa evolução indica que a instabilidade eleitoral encontrada no Brasil está vinculada à formação de um mercado eleitoral competitivo e segmentado ideologicamente. Ao mesmo tempo em que partidos de uma mesma família competem pela liderança de seus segmentos ideológicos, eles, em conjunto, competem para conquistar um mercado maior para seu próprio segmento. Essa dinâmica, inclusive, é a responsável pela formação de mercados que são dominados por determinados segmentos nos diversos estados brasileiros.

Na tabela abaixo, segue uma síntese dessa evolução de segmentação do mercado, em que fica mais evidente a orientação ideológica predominante em cada distrito eleitoral. Os dados são referentes às votações médias de cada segmento, seguidas das indicações do segmento que predominou ao longo do período e da segunda força eleitoral em cada um desses nichos de mercados. Como pode ser percebido, há um amplo domínio da direita, seja nos estados, seja nas regiões ou mesmo no Brasil como um todo. O centro é o segundo maior segmento eleitoral. A esquerda, embora apresente uma trajetória de crescimento expressivo, ainda apresenta uma votação média bastante pequena em comparação com os outros segmentos. Desconsiderando-se os fluxos de votos que se encaminharam para a esquerda em 2002, podemos afirmar que, na média, o eleitorado brasileiro, no que se refere à escolha dos deputados federais, é majoritariamente de direita, com leves

inclinações para o centro, como evidencia a evolução das votações médias calculadas para o Brasil.

TABELA 5.16
Votação Média dos Blocos Ideológicos e Segmento Eleitoral Predominante (1982-2002)

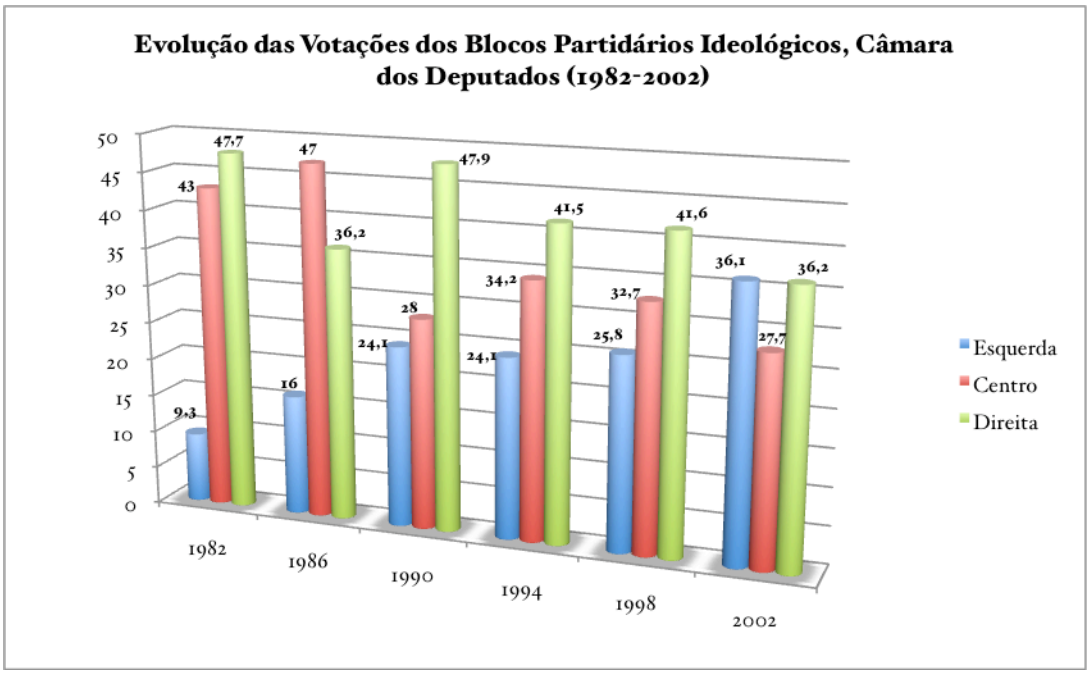
	Esquerda	*Centro*	*Direita*	*Predomínio*	*2º Força Eleitoral*
Pará	17,5	47	35,5	Centro	Direita
Amapá	25,8	20,2	54	Direita	Esquerda
Tocantins	5,6	34,1	60,3	Direita	Centro
Amazonas	17	29	54	Direita	Centro
Roraima	7,6	15,2	77,2	Direita	Centro
Acre	22,5	37	40,5	Direita	Centro
Rondônia	19,2	33,8	47	Direita	Centro
R. Norte	**16,6**	**38,7**	**44,7**	**Direita**	**Centro**
Ceará	15,9	51,8	32,3	Centro	Direita
Bahia	17,2	29,2	53,6	Direita	Centro
Sergipe	20,4	26,8	52,8	Direita	Centro
Alagoas	13,4	29,2	57,4	Direita	Centro
Pernambuco	26,8	27	46,2	Direita	Centro
Paraíba	14	45	41,1	Centro	Direita
RG do Norte	10	39,4	50,6	Direita	Centro
Piauí	11	30,8	58,1	Direita	Centro
Maranhão	14,3	24,4	61,2	Direita	Centro
R. Nordeste	**17,2**	**34,2**	**48,6**	**Direita**	**Centro**
Goiás	10,3	55	34,7	Centro	Direita
Brasília	36,6	17,6	45,8	Direita	Esquerda
Mato Grosso	10,3	41,8	47,7	Direita	Centro
M.G. do Sul	17	37	46	Direita	Centro
R. C.Oeste	**15,8**	**43,2**	**41**	**Centro**	**Direita**
São Paulo	25,6	36,4	38	Direita	Centro
Rio de Janeiro	37,8	20,6	41,6	Direita	Esquerda
Espírito Santo	21	47,4	31,6	Centro	Direita
Minas Gerais	17	41,5	41,5	Direita/Centro	Direita/Centro
R. Sudeste	**26,4**	**34,3**	**39,3**	**Direita**	**Centro**
Paraná	18	40	42	Direita	Centro
Santa Catarina	16,8	37,2	46	Direita	Centro
R.G. do Sul	33,8	33,7	32,5	Esquerda/Centro	Centro
R. Sul	**24,6**	**36,9**	**38,5**	**Direita**	**Centro**
Brasil	**22,6**	**35,6**	**41,8**	**Direita**	**Centro**

Outra afirmação possível é que, em decorrência da distribuição média dos votos, se essas proporções forem traduzidas diretamente em cadeiras legislativas, encontramos uma situação na qual fica clara a necessidade de alianças eleitorais e de coalizões para que o Executivo consiga algum grau satisfatório de governabilidade. Isso mostra, inclusive, que o sistema partidário brasileiro, desenhado pelos

legisladores para ser um sistema multipartidário, parece cumprir plenamente sua função constitucional, que é a de fragmentar o poder representativo e de levar essa fragmentação à arena legislativa, forçando a negociação entre os atores e a moderação dos governos. Tal fragmentação é "produzida" pelo sistema partidário, sendo derivada da dinâmica da competição em meio aos incentivos institucionais existentes no sistema eleitoral.

Portanto, em decorrência da segmentação ideológica do mercado eleitoral e do elevado grau de competição, com diversos partidos, configurou-se no Brasil uma estrutura de preferências eleitorais média que vem, cada vez mais, gerando um certo equilíbrio na distribuição dos votos entre os blocos partidários, potencializando, desse modo, a própria função constitucional do sistema. No esquema a seguir, é apresentada a evolução da estrutura de preferências médias nas sucessivas eleições para a Câmara dos Deputados.

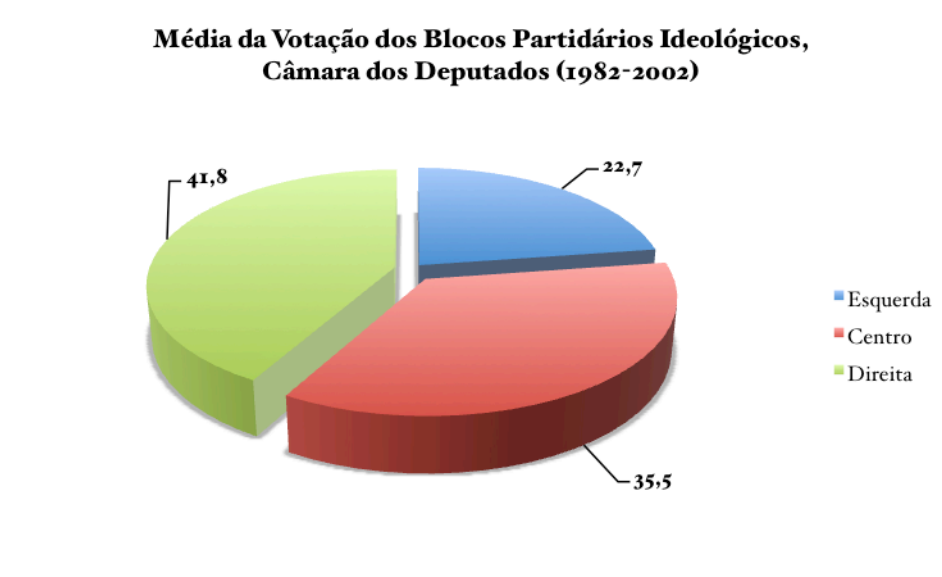
Gráfico 5.3



Como pode ser observado no gráfico 5.3, é visível que o crescimento da esquerda vem ocorrendo em detrimento do centro, que vem se encolhendo sistematicamente. A direita, até 2002, manteve-se mais ou menos estável, detendo o domínio do mercado eleitoral. Mas, na última eleição, a esquerda empurrou o centro e a direita, levando-os a um encolhimento expressivo e conquistando uma espaço

importante. Entretanto, quando consideramos a estrutura de preferências agregadas média, formada ao longo do período analisado, encontramos ainda um amplo domínio da direita, conforme mostrado no gráfico abaixo.

Gráfico 5.4



Não obstante, as proporções do mercado eleitoral detidas pelos blocos impõem um fato político importante, qual seja, nenhum bloco partidário conseguiria atingir a maioria dos votos —simples ou qualificada— de maneira isolada, sem qualquer tipo de acordo ou aliança com partidos de outros blocos. Daí que o assim chamado "presidencialismo de coalizão" brasileiro tem seus incentivos iniciais localizados antes da arena parlamentar e do processo legislativo, mais propriamente na dinâmica competitiva do sistema partidário no mercado eleitoral.

Considerações Finais

Neste capítulo, vimos que diversas análises da dinâmica eleitoral do sistema partidário brasileiro apontam que existiria uma instabilidade sistêmica exorbitante, crescente e caótica. Vimos que, segundo as interpretações desses analistas esse fenômeno seria resultante das oscilações idiossincráticas nas preferências individuais dos eleitores em relação aos partidos e da incapacidade destes no que se refere à sinalização coerente de suas posições programáticas. Isso, sem mencionar que, de acordo com a literatura, os programas dos partidos não seriam nada mais do que peças de ficção. Dessa forma, sem operar com uma lógica programática consistente,

sem sinalizar ao eleitor sua posição política, os partidos tornar-se-iam praticamente indiferentes aos olhos do eleitorado. Tal indiferença traria como conseqüência um comportamento eleitoral também variável, inconstante, incoerente e até mesmo errático. Assim sendo, estas seriam as variáveis explicativas da volatilidade eleitoral extremamente elevada e crescente e este seria o enredo principal do drama democrático brasileiro, protagonizado por eleitores volúveis e cognitivamente precários, de uma parte, e, de outra, por partidos inorgânicos e ideologicamente inexpressivos.

Contudo, como também pudemos ver pela análise dos dados, tais concepções não são plenamente corroboradas no plano factual. Em primeiro lugar, a instabilidade eleitoral elevada não é um problema sistêmico, ou seja, há variações consideráveis quando analisamos a sua evolução em cada estado. A literatura de política comparada desconsidera este tipo de desagregação —extremamente necessário no caso de um país tão extenso e diverso como o Brasil—, avaliando o índice apenas de maneira nacionalmente agregada, por intermédio das medias, desconsiderando, inclusive, a grande variabilidade tanto no tempo —entre as eleições— como no espaço —entre os estados. Mas, mesmo neste caso, a literatura se equivoca, porque, em termos nacionais, a volatilidade eleitoral sistêmica não é tão elevada a ponto de imperar o caos nas decisões de voto, tampouco a volatilidade sistêmica ou total é crescente. Ocorre justamente o inverso, a VES nacional é decrescente. No que se refere aos estados individualmente, a VES não é tão elevada na maioria dos casos, e também em sua maioria ela está em declínio. Em segundo lugar, no caso da volatilidade ideológica, além de ela ser bastante reduzida em quase todos os estados e no nível nacional e de apresentar uma dinâmica de declínio, ela ainda mostra que, ao invés de caos ou de aleatoriedade na expressão dos votos, existe certo padrão de segmentação ideológica da competição interpartidária. O sinal de ocorrência de tal fenômeno foi reforçado pela análise da volatilidade eleitoral que se manifesta dentro dos blocos partidários agrupados ideologicamente [VIB]. Na maioria dos estados e das eleições, o grau de volatilidade eleitoral dentro dos blocos partidários é maior do que o grau de volatilidade eleitoral entre os mesmos. Isso indica que temos evidências circunstanciais de que há um padrão de segmentação ideológica do sistema, como pudemos ver na última seção; e indica também que, em função disso, é possível conceber que há uma dinâmica de competição eleitoral mais acirrada em termos partidários no interior dos blocos ideológicos, o que significa que a maior parte da

instabilidade, mensurada pela volatilidade eleitoral sistêmica ou total, deve-se às oscilações de votação entre partidos da mesma ideologia.

Desse modo, é possível afirmar que, em termos gerais, o sistema não é caótico e não apresenta instabilidade extremamente elevada e crescente. Mas, mesmo assim, essa constatação não resolve o problema mais essencial vislumbrado pela literatura, qual seja, o de que a instabilidade indica, em maior ou menor grau, o estágio de institucionalização do sistema partidário e que, no caso brasileiro, mesmo que a volatilidade seja mais reduzida do que se proclama e que, historicamente, esteja em declínio, ela, ainda assim, refletiria o nível pouco satisfatório de consolidação do sistema representativo no país. Mas, se assim o for, isso quer dizer que, ao fim e ao cabo, a questão mais crucial —a "disfuncionalidade" do sistema— permaneceria intacta. Afinal, se seguirmos a orientação teórica da literatura, realmente voltaremos ao ponto de partida, especialmente porque, no âmbito de seu arcabouço teórico, mesmo se o sistema não fosse tão instável quanto se presumia, mesmo que houvesse um grau considerável de estruturação das preferências, restaria o fato incontestável de que, dado que a volatilidade eleitoral seria relativamente elevada em comparação com a Europa —e vimos que, a comparar com as últimas eleições européias, isso não é de todo verdadeiro—, persistiria o problema da pequena institucionalização sistêmica, cujo grau ainda colocaria o Brasil no último ou quase no último lugar do *ranking* comparativo.

Portanto, apesar de o sistema partidário brasileiro não ser tão instável como afirma parte da literatura, ainda resta uma questão inescapável a ser enfrentada: e a instabilidade de fato existente, como pode ser interpretada? A concepção que procuro defender —conforme explorada no capítulo anterior— é a de que, se continuarmos a entender o índice de volatilidade como indicador do grau de institucionalização sistêmica, ficaremos ainda presos à manivela daquele velho realejo que reproduz incessantemente a famosa cantiga: "*inchoate party system, feckless democracy*". Isso porque, segundo esse viés analítico, apesar do sistema brasileiro até poder apresentar indicações de que "funciona" minimamente, no entanto, seu funcionamento não seria satisfatório ou mesmo efetivo, em decorrência do grau de instabilidade não ser minimamente próximo de zero. Devido a isso, ainda estaríamos distantes de um estágio mais avançado de institucionalização. Porém, conforme também já foi discutido, tal concepção não apenas contém problemas metodológicos como, acima de tudo, deixa escapar o que pode haver de específico na dinâmica da democracia e do sistema partidário no caso do Brasil, que é o processo de formação

de um ambiente eleitoral liberalizado e competitivo, em oposição àquele mais fechado e, de certo modo, oligárquico, do regime autoritário. Procurarei tratar desse problema no próximo capítulo, adotando, então, uma perspectiva diferente, qual seja, a de que a instabilidade do sistema partidário brasileiro deve ser interpretada sob a ótica da competição partidária e, portanto, como resultado do processo de formação de um "mercado" eleitoral aberto e concorrencial. Com isso, poderemos observar a evolução sistêmica por outro prisma.

Como mencionado há pouco, tanto os estudos comparativos como os estudos específicos do caso brasileiro tomaram o índice de volatilidade eleitoral como indicador de institucionalização e não de competição política. Assim, os analistas não consideram a passagem de um tipo de sistema partidário —com duopólio— para outro —concorrencial—, com os efeitos da abertura política enquanto uma "abertura de mercado" eleitoral —claramente, o caso brasileiro. Vista sob esse ângulo, a análise da instabilidade eleitoral permite perceber melhor que a característica historicamente mais marcante do sistema atual é que ele se formou não em confronto ou ruptura radical com o anterior, mas a partir dele e em interação com ele. Permite perceber que a abertura política, ensaiada com a descompressão do regime autoritário a partir de 1979 e com a nova Lei partidária —que possibilitou a criação espontânea de novas organizações representativas—, significou também a abertura do espaço político para competição, implicando, na prática, a abertura do "mercado" eleitoral; antes, represado. Este processo, evidentemente, trouxe, ao longo do tempo, um aumento progressivo na "oferta" partidária, aumentando o grau de competição sistêmica e, por conseqüência, da volatilidade eleitoral. Entretanto, tal volatilidade, ao invés de indicar crise ou dificuldade de institucionalização, indica que o sistema multipartidário foi-se constituindo efetivamente, em detrimento da antiga estrutura de competição bipartidária.

Capítulo 6

A Volatilidade Eleitoral e a Abertura do Mercado Político no Brasil

Introdução

A DISCUSSÃO DO capítulo anterior foi encerrada com a indicação de que refutar as afirmações de que há uma volatilidade elevadíssima e crescente nas votações partidárias no Brasil e de que esta é desprovida de qualquer padrão resolve apenas uma parte do problema relacionado à instabilidade sistêmica, uma vez que restaria ainda a interpretação para o nível de volatilidade de fato encontrado. Em função disso, propus a seguinte questão: é possível haver outro significado para a efetiva instabilidade eleitoral brasileira que não aquele que a percebe como evidência de pouca institucionalização sistêmica? Já sabemos que os analistas de política comparada adotam a perspectiva de que estabilidade eleitoral corresponde à institucionalização sistêmica e que, então, qualquer instabilidade significa distanciamento em relação à máxima institucionalização. Mas, já sabemos também que tal concepção é metodologicamente problemática e que desconsidera a dinâmica competitiva dos partidos e a conseqüente volatilidade relacionada com essa competição. Desse modo, minha intenção neste capítulo é discutir a evolução do sistema partidário brasileiro atual com outra perspectiva, qual seja, a de que a volatilidade eleitoral pode ser interpretada pela ótica da competição inter-partidária e que, portanto, pode ser tomada como um indicador do grau de "abertura" e de concorrência do mercado de votos. No caso brasileiro, isso é especialmente importante porque o aumento da volatilidade eleitoral ocorre depois da liberalização do regime e da instauração do multipartidarismo.

Para encaminhar tal análise, utilizarei alguns dados básicos relativos à dinâmica do sistema e ao processo eleitoral do período, com o propósito de demonstrar minimamente este possível significado para a instabilidade eleitoral no país. A discussão está organizada do seguinte modo. Na seção I, analiso a dinâmica eleitoral do período autoritário, procurando mostrar que a restrição à competição formou um mercado duopolista com elevada estabilidade eleitoral. Na seção II,

analiso a abertura do mercado eleitoral como parte do processo de abertura política do regime autoritário, procurando ressaltar os efeitos disso sobre a competição partidária e a volatilidade eleitoral. Finalmente, na seção III, apresento algumas considerações gerais acerca dessa evolução do sistema partidário brasileiro.

I. O Bipartidarismo Brasileiro: Duopólio formal com Monopólio Real

Como se sabe, as duas únicas forças partidárias que disputaram as eleições para a Câmara dos Deputados no período de 1966 a 1978 no Brasil foram a ARENA —Aliança Renovadora Nacional— e o MDB —Movimento Democrático Brasileiro. A ARENA reunia parlamentares ligados ao regime militar, que apoiavam quase incondicionalmente as medidas deste no Congresso, dando-lhe, portanto, base de apoio legislativo. Na oposição, não apenas ao governo, mas, acima de tudo, ao regime, reuniam-se políticos dos mais diversos matizes ideológicos —menos da direita mais extrema, obviamente— naquele que, em função de acolher um mosaico de vertentes políticas, veio a ser conhecido como o "partido ônibus", que era o MDB.

Na verdade, o regime autoritário brasileiro foi *sui generis* em relação aos seus congêneres, fundamentalmente porque o governo, embora de exceção, decidiu adotar certo verniz constitucional, mantendo o poder legislativo em funcionamento e garantido a realização de eleições para o parlamento. Não obstante, houve uma série de manipulações institucionais das regras eleitorais para beneficiar o partido do governo nas disputas que vieram a se suceder nos anos 1970 —sem mencionar aquelas primeiras dos anos 1980 (Kinzo: 1980, 1990; Lima Jr.: 1993)—, de modo que a ocorrência de eleições parlamentares deveria apenas cumprir os propósitos de manter a fachada de ordem constitucional, de uma parte, e, de outra, fazer com que fosse garantido ao regime autoritário um poder decisório extremamente concentrado. Dessa forma, o "casuísmo" eleitoral, como nomeado pelos analistas do período, beneficiou fartamente o partido do regime —a ARENA— e, conseqüentemente, o próprio regime, especialmente por manter a competição partidária em um nível bastante reduzido, com o fiel da balança dos votos pendendo sempre favoravelmente ao governo. Assim, toda vez que a competição eleitoral ameaçava sair do "controle" e o MDB ensaiava um crescimento indesejável, fazia-se uso do expediente da manipulação estratégica da legislação, de modo que era tolhida a possibilidade de que a oposição viesse a se tornar governo por meio da obtenção da maioria dos votos no Colégio Eleitoral, responsável pela escolha indireta do Presidente da República.

Há algumas conseqüências práticas e analíticas importantes advindas da instituição do sistema bipartidário no âmbito de um regime autoritário e do vasto casuísmo da legislação eleitoral. Uma delas é que, do ponto de vista prático, criou-se um mercado político de estrutura fechada, no interior do qual os diversos atores sociais tiveram que se acomodar estrategicamente. A redução compulsória e arbitrária do número de partidos significou a redução do escopo das alternativas partidárias e ideológicas que vinham sendo estruturadas na democracia de 1945-1964 (cf. Lavareda: 1991). Diante dessa restrição, os políticos tiveram que decidir se continuariam ou não a participar do jogo eleitoral e, aqueles que decidiram se manter na disputa das cadeiras legislativas, tiveram que optar entre as duas únicas organizações partidárias disponíveis. A estratégia mais coerente a ser adotada seria ingressar naquele partido que defendesse um programa o mais próximo possível do ponto ideal —seja no que se refere às políticas públicas, seja no que se refere aos valores ou à visão social de mundo— de cada deputado ou de cada postulante a tal cargo. Assim, o MDB se formou em oposição ao governo militar e ao regime autoritário, agregando preferências políticas que, em sua grande maioria, distribuíam-se no espectro ideológico desde o centro até a esquerda. A ARENA, por sua vez, aglutinou pessoas favoráveis ao governo e ao regime, cujas posições localizavam-se desde o centro-direita até a direita do espaço ideológico. Ao próprio eleitorado, não coube alternativa à escolha dentre aqueles dois partidos, com exceção também da decisão de não participar das eleições, com algum tipo de defecção —voto nulo ou em branco, ou abstenção. Então, da mesma forma que ocorreu com os políticos, os eleitores que decidiram por seguir participando do jogo eleitoral tiveram que encontrar em um dos dois partidos aquele que pudesse expressar determinada posição política a mais próxima possível de seu ponto ideal.

A segunda conseqüência é que, do ponto de vista analítico, uma vez estruturada a competição nestes termos dicotômicos, não caberia mais nenhum tipo de escolha estratégica por parte dos eleitores quando da decisão do voto. Isso porque, mudá-lo significaria distanciar-se demais de sua preferência mais próxima. Poderíamos supor apenas que alguns eleitores que se localizavam no ponto mediano da distribuição das preferências eleitorais pudessem se deslocar estrategicamente entre ambos os partidos, em função de sua posição ser, hipoteticamente, eqüidistante em relação aos dois partidos.

Uma terceira conseqüência, também analítica, é que isso significa que o grau de instabilidade eleitoral agregada deveria ser reduzido, uma vez que qualquer

volatilidade sistêmica seria ao mesmo tempo uma volatilidade ideológica. É claro que também deveria haver uma quantidade de eleitores que, ao longo do período, ainda estivessem estruturando suas preferências diante do novo e restritivo quadro partidário, além daqueles que pudessem se mostrar desiludidos com o andamento do novo regime e, em virtude disso, teriam mudado seu voto, e vice-versa; e isso contribuiria para o crescimento da instabilidade eleitoral ou para sua manifestação elevada desde o início do sistema. Mas, dadas as condições de limitação estratégica, era de se esperar que o sistema partidário, em média e no geral, pudesse gerar um grau reduzido de competição e, conseqüentemente, de volatilidade eleitoral.[37]

Finalmente, uma quarta e última conseqüência possível é que o partido que viesse a se estruturar mais rapidamente, de forma a se tornar eficiente na conquista da maioria dos votos já no início do período autoritário nos vários distritos, deveria obter uma vantagem fundamental no que se refere à liderança dos votos e mesmo a manter tal liderança ao longo de toda seqüência eleitoral. Especialmente se esse partido pudesse contar com vantagens institucionais, como foi o caso da ARENA, que contou com várias "maquinações" do governo militar para que seu partido continuasse a dominar o mercado eleitoral. O resultado disso é que, embora o sistema partidário fosse composto formalmente por dois partidos e sua dinâmica fosse, em princípio, duopolista, na prática, poderia vir a prevalecer, em vários estados, e até nacionalmente, um monopólio partidário real. Ademais, com características como estas, o sistema partidário brasileiro que foi instaurado em 1966 e que vigorou oficialmente até as eleições de 1978, impôs à esfera representativa do país uma dinâmica de contenção das possíveis alternativas políticas e das preferências sinceras de diversos eleitores, do mesmo modo que limitou a manifestação de decisões estratégicas ao longo das sucessivas eleições, induziu o sistema a uma redução artificial em seu número de partidos e, acima de tudo, condicionou a configuração de um mercado extremamente fechado, propenso à baixa competição partidária e à reduzida volatilidade eleitoral sistêmica. Os dados que serão apresentados a seguir corroboram tais assertivas.

[37] Porém, é importante observar que pode haver situação de competição elevada com volatilidade reduzida, do mesmo modo que pode haver volatilidade elevada com competição reduzida. O raciocínio desenvolvido aqui se aplica especificamente ao caso brasileiro. Devido à competição bipartidária, a expectativa lógica é a de que deve existir uma relação direta entre a volatilidade eleitoral e a competição sistêmica.

1. A Estrutura de Competição do Sistema Bipartidário

Inicialmente, observemos o quanto a competitividade se manteve reduzida tanto em termos partidários como em termos sistêmicos. No que se refere aos partidos, podemos mensurar o nível da competitividade pela relação entre o número de candidatos de cada partido que se aventuraram na competição e as vagas em disputa, tal como proposto por Santos (1997). Sua lógica, segundo o autor, é que "se o número de candidatos fosse igual ao número de vagas, não haveria competição pelos lugares disponíveis. É necessário que existam, no mínimo, dois candidatos para cada vaga. A formulação, portanto, expressa o número de vezes em que o número real de candidatos é superior ou inferior ao que deveria ser para que se alcançasse o grau mínimo de competitividade" (ibid., 12).[38]

Na tabela a seguir, estão dispostos os índices para cada estado e para cada eleição daquele período. Como é possível perceber, são escassas as eleições competitivas. Em 1966, não houve nenhuma, pois, todas obtiveram resultado inferior a 0,6. Em 1970, apenas na Guanabara ocorreu uma eleição competitiva e, segundo os critérios do autor, de competitividade alta [IC > 1]. Em 1974, mais uma vez, houve apenas uma eleição competitiva, só que, desta feita, com baixa competitividade. Por último, em 1978, houve duas eleições competitivas, no Amazonas e em São Paulo, cujos índices se aproximaram da competitividade alta. À parte estas raras exceções, todos os outros 92 casos mostraram uma baixa competitividade na relação entre postulantes ao cargo de deputado federal de cada partido e o número de cadeiras em disputa.

[38] A fórmula do cálculo do índice de competitividade [IC] é: $IC = N/2W - 1$, em que N é o número real de candidatos e W é o tamanho da bancada. Somente teremos eleições com alguma competitividade quando IC > 0,6.

TABELA 6.1
Índice de Competitividade para as Eleições para a Câmara dos Deputados (1966-1978)

	1966	*1970*	*1974*	*1978*
Acre	0,57	0,33	0,5	0,25
Amazonas	0,14	0,25	0,2	0,92
Roraima	-0,5	-0,5	-0,5	0
Pará	0,2	0,13	-0,15	0,4
Amapá	-0,5	0	0	1
Maranhão	-0,06	0,14	-0,28	-0,13
Piauí	0,31	-0,07	-0,13	0
Ceará	0,17	-0,17	-0,16	0
Rondônia	-0,21	0	-0,31	0
Paraíba	-0,04	0	-0,09	0,14
Pernambuco	-0,15	0,07	0,03	0,27
Alagoas	0,11	0,2	-0,17	0,07
Sergipe	0,14	0,1	0,6	0,33
Bahia	-0,16	-0,2	0,02	0,05
Minas Gerais	-0,01	-0,07	0,01	0,02
Espírito Santo	0,06	-0,07	0,25	0,44
Guanabara	0,57	1,15	0,5	
Rio de Janeiro	0,36	0,19	0,2	0,49
São Paulo	0,36	0,4	0,29	0,89
Paraná	0,02	0,17	-0,2	0,56
Santa Catarina	-0,11	-0,27	-0,16	0,09
Rio Grande do Sul	0,19	0,13	-0,05	0,28
Mato Grosso	0,06	0,17	0,06	0,06
Mato Grosso do Sul				0,17
Goiás	-0,08	-0,14	0	0,25
Brasil	**0,11**	**0,14**	**0,05**	**0,32**

Fonte: LEEX – IUPERJ
*Nota Explicativa: a fórmula do cálculo do índice de competitividade [IC] é $IC = N/2W - 1$, em que: N é o número real de candidatos e W é o tamanho da bancada.

Para detalhar um pouco melhor estes dados, avancemos um pouco mais na classificação também proposta por Santos (1997) para categorizá-los. Seguindo seus critérios, podemos dividir as eleições em dois tipos, as competitivas e as não-competitivas. As eleições competitivas subdividem-se em duas categorias: (a) baixa competitividade, quando 0,6 < IC < 1; e (b) alta competitividade, quando IC > 1. As eleições não-competitivas, por sua vez, subdividem-se em quatro categorias: (a) sub-competitivas [negativa], quando IC < 0; (b) competitividade zero, quando IC = 0; (c) competitividade quase-zero, quando 0 < IC < 0,1; e, finalmente, (d) quase-competitiva, quando 0,1 < IC < 0,6. Esta classificação é mostrada no quadro abaixo.

QUADRO 6.1

Classificação das Eleições Segundo a Classe de Competitividade, Câmara dos Deputados (1966-1978)

	1966	*1970*	*1974*	*1978*
Competitividade Negativa	11	8	11	1
Competitividade Zero	0	4	3	4
Competitividade quase Zero	3	1	4	5
Quase Competitiva	11	11	6	11
Total de Não Competitivas	**25**	**24**	**24**	**21**
Baixa Competitividade	0	0	1	4
Alta Competitividade	0	1	0	0
Total de Competitivas	**0**	**1**	**1**	**4**
Total Geral	**25**	**25**	**25**	**25**

Fonte: LEEX – IUPERJ

Se atentarmos apenas para as categorias das eleições competitivas e não-competitivas, poderemos notar que a competitividade se manteve sempre muito baixa e estável ao longo de todo o período. De um total de 96 casos, em apenas 4 deles houve eleições competitivas. Quanto às eleições não-competitivas, encontramos um total de 31 casos. Houve ainda 24 casos de eleições de competitividade zero e quase-zero. Com isso, a predominância de eleições não-competitivas neste período é quase absoluta [95,8% dos casos]. De acordo com Santos (1997), essa baixa oferta de candidatos constitui uma clara situação de "competição fechada", dado que, de acordo com os critérios poliárquicos de Dahl (1972), tal restrição caracterizaria uma condição política de oligarquias competitivas.

Do mesmo modo que no caso da oferta de candidatos no mercado eleitoral, a oferta partidária reduzida com demanda concentrada também pode levar à redução da competição em nível sistêmico. A análise da competitividade sob este aspecto também traz evidências de uma competição que, em geral, era pequena. Para isso, analisemos o número efetivo de partidos eleitorais [NEE], utilizando a fórmula de Laakso and Taagepera (1979),[39] conforme exposta na tabela abaixo.

[39] A fórmula para o cálculo é: $NEE = 1/\sum vi^2$, em que v é a proporção de votos recebida por um partido p em um conjunto de partidos i.

TABELA 6.2

Evolução do Número Efetivo de Partidos Eleitorais (NEE) e da Situação do Mercado Eleitoral nos Estados Brasileiros (1966-1978)

	1966	1970	1974	1978
Acre	2 [DP]	1,8 [D]	1,8 [D]	2 [DP]
Amazonas	1,7 [QD]	1,6 [QD]	1,9 [D]	1,8 [D]
Pará	1,5 [M]	1,6 [QD]	1,7 [QD]	1,9 [D]
Maranhão	1,4 [M]	1,3 [M]	1,2 [M]	1,4 [M]
Piauí	1,3 [M]	1,3 [M]	1,3 [M]	1 [MP]
Ceará	1,6 [QD]	1,5 [M]	1,4 [M]	1,6 [QD]
Rondônia	1 [MP]	1,8 [D]	1,9 [D]	1,9 [D]
Paraíba	1,9 [D]	1,9 [D]	1,9 [D]	1,9 [D]
Pernambuco	1,5 [M]	1,5 [M]	1,7 [QD]	1,9 [D]
Alagoas	1,8 [D]	1,5 [M]	1,8 [D]	1,7 [QD]
Sergipe	1,3 [M]	1 [MP]	1,5 [M]	1,8 [D]
Bahia	1,5 [M]	1,3 [M]	1,5 [M]	1,6 [QD]
Mato Grosso	1,6 [QD]	1 [MP]	1,6 [QD]	1,6 [QD]
Mato Groso do Sul				1,8 [D]
Goiás	1,9 [D]	1,9 [D]	1,9 [D]	2 [DP]
Minas Gerais	1,5 [M]	1,5 [M]	1,9 [D]	1,9 [D]
Espírito Santo	1,6 [QD]	1,7 [QD]	1,9 [D]	1,9 [D]
Guanabara	1,7 [QD]	1,8 [D]	1,6 [QD]	
Rio de Janeiro	2 [DP]	1,9 [D]	1,9 [D]	1,6 [QD]
São Paulo	2 [DP]	1,6 [QD]	1,9 [D]	1,8 [D]
Paraná	1,5 [M]	1,4 [M]	2 [DP]	2 [DP]
Santa Catarina	1,5 [M]	1,7 [QD]	2 [DP]	2 [DP]
Rio Grande do Sul	2 [DP]	2 [DP]	1,9 [D]	2 [DP]
Média	**1,6 [M]**	**1,5 [M]**	**1,7 [QD]**	**1,7 [QD]**
MP**	4,5 (1)***	9 (2)	0	4,5 (1)
M	40,9 (9)	36,3 (8)	22,7 (5)	4,5 (1)
QD	22,7 (5)	22,7 (5)	18 (4)	22,7 (5)
D	13,6 (3)	27,2 (6)	50 (11)	45,4 (10)
DP	18 (4)	4,5 (1)	9 (2)	22,7 (5)

Fonte: Dados Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral [TSE].
*Nota Explicativa: MP significa monopólio perfeito [NEE = 1], M significa monopólio [1< NEE < 1,6], QD significa quase-duopólio [1,6 ≤ NEE < 1,8], D significa duopólio [1,8 ≤ NEE < 2] e DP significa duopólio perfeito [NEE = 2].
** Nota Explicativa: os números indicados correspondem às porcentagens e os números entre parênteses correspondem às freqüências absolutas.

A evolução do NEE, mostra que a dinâmica da competição na maioria dos estados começou a se intensificar somente a partir de 1974, sofrendo um incremento importante em 1978. É possível notar que foi precisamente nessa eleição que a competição eleitoral começou a dar indicações de uma disputa bipartidária na maioria das unidades federativas. Além disso, há estados em que a competição entre

os dois partidos se mostrou elevada desde o início do período —São Paulo [exceção de 1970] e Rio de Janeiro [exceção de 1978]. Mas, em contrapartida, é possível observar também que há estados nos quais a competição se manteve muito baixa, dando indicações de que, na prática, prevaleceu o monopartidarismo. Estes são os casos do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Sergipe, da Bahia e de Mato Grosso. Ademais, apesar de ocorrer um aumento significativo da competição em vários estados a partir de 1974, quando consideramos as médias históricas do país como um todo, constatamos que, embora nas duas últimas rodadas eleitorais tenha surgido um segundo partido capaz de dividir de maneira mais equilibrada as votações, estes resultados não chegaram a determinar de maneira cabal a consolidação do bipartidarismo em escala nacional —e isso nem mesmo em 1978. Na verdade, como veremos mais adiante, o bipartidarismo, paradoxalmente, consolidou-se somente em 1986, já no interior do mercado eleitoral aberto pela transição democrática.

Para explicitar melhor este argumento, consideremos as categorias analíticas que acompanham os dados. Além do NEE, a tabela apresenta ainda uma classificação do tipo de mercado configurado em cada eleição. Nas eleições em que NEE é igual a 1, haveria uma situação de monopólio perfeito [MP], com o domínio total de apenas um partido. Contrariamente, quando NEE é igual a 2, a situação seria de duopólio perfeito [DP], com dois partidos compartilhando o mercado eleitoral de maneira equilibrada. Entre esses dois extremos, teríamos uma situação de monopólio [M] quando $1<NEE<1,6$; teríamos uma situação de quase-duopólio [QD] quando $1,6\leq NEE<1,8$; e, finalmente, teríamos uma situação de duopólio [D] quando $1,8\leq NEE<2$.

A parte inferior da tabela acima apresenta uma síntese quantitativa da freqüência de cada tipo de mercado de acordo com a classificação proposta. A divisão do NEE em cinco categorias de mercado possibilita uma apreensão mais detalhada da evolução do nível de competição partidária daquele período, especialmente no que se refere ao grau de abertura do mercado. De acordo com os dados, na eleição de 1966, há uma larga predominância de estados cuja competição é bastante limitada, de forma que prevalece uma situação de monopólio —45,4% dos casos somados de monopólio perfeito e de monopólio. Na eleição seguinte, em 1970, aumentam os casos de duopólio, mas os casos de monopólio ainda mantêm uma estreita vantagem —35,3% somados MP e M, contra 32,7% somados de D e DP. Em 1974, há uma inversão completa nessa relação, com um expressivo aumento dos casos de duopólio —59%

somados D e DP. A predominância de estados com duopólio ou com efetiva competição bipartidária atinge uma proporção extremamente elevada em 1978, totalizando 68,1% dos casos de D e DP. Isso explica a antecipação do governo autoritário no que se refere à abertura do mercado eleitoral como estratégia de fragmentação da oposição.

Não obstante este claro aumento na competição eleitoral no final do período bipartidário, é importante salientar dois pontos. Em primeiro lugar, a evolução do NEE médio do país mostra que, em termos nacionais, a despeito da competição ter aumentado em 1974, a situação estruturada foi de quase-duopólio, situação esta que se manteve em 1978. Isso significa que a disputa considerada nacionalmente não é mais tão fechada a ponto de ser um monopólio, mas tampouco é "aberta" a ponto de ser francamente duopolista. O duopólio começa a se estruturar, mas ainda há uma pequena, embora importante, margem de votos a ser distribuída com mais equilíbrio. Em segundo lugar, é importante salientar que a proporção de casos considerados de quase-duopólio é significativa e relativamente estável em todo o período. Essa é uma situação intermediária entre o monopólio e o duopólio, mas já bem próxima deste último, uma vez que se trata de casos cujos NEE estão acima de 1,5. Mas, é importante salientar que, mesmo assim, a diferença entre o partido líder [NEE = 1] e o segundo partido [0,7 ou 0,8] garante ao primeiro uma margem importante de votação para que sua vitória seja assegurada ou para que a maioria das cadeiras de um distrito sejam por ele conquistadas. É claro que os números não indicam qual partido representa o 1 do NEE, e que pode ser que tenha ocorrido uma rotatividade na liderança, rotatividade esta oculta pela representação meramente numérica do índice, mas, como veremos na tabela a seguir, o grande beneficiário da situação de pouca competição foi mesmo a ARENA.

A tabela 6.3. indica o partido predominante, ou seja, aquele que obteve a maior votação em cada estado, em cada eleição. Essa classificação contribui para elucidar o que, de fato, estava em curso em termos práticos na dinâmica da competição apontada nos dados anteriores. A despeito do crescimento eleitoral do MDB, evidenciado pela elevação do NEE, naquele período prevaleceu um amplo domínio de mercado exercido pela ARENA. No que se refere à disputa pelas cadeiras da Câmara dos Deputados, o duopólio que começou a ser estruturado a partir de 1974, na verdade, configurou-se muito mais como uma situação de quase-oligopólio.

TABELA 6.3

Indicação do Partido Predominante em cada Estado em Função da Votação, Câmara Federal (1966-1978)*

	1966	*1970*	*1974*	*1978*	*Predomíno*
Rondônia	ARENA (77)	MDB (62)	MDB (59)	MDB (55)	MDB
Acre	ARENA (61)	ARENA (57)	MDB (52)	ARENA (51)	ARENA
Amazonas	ARENA (66)	ARENA (65)	MDB (53)	ARENA (60)	ARENA
Roraima	ARENA (84)	ARENA (100)	ARENA (100)	ARENA (80)	ARENA
Pará	ARENA (80)	ARENA (72)	ARENA (66)	ARENA (61)	ARENA
Amapá	ARENA (100)	MDB (55)	MDB (53)	ARENA (60)	DIVIDO
Maranhão	ARENA (77)	ARENA (81)	ARENA (81)	ARENA (84)	ARENA
Piauí	ARENA (80)	ARENA (79)	ARENA (83)	ARENA (87)	ARENA
Ceará	ARENA (74)	ARENA (78)	ARENA (80)	ARENA (75)	ARENA
Rio Grande do Norte	ARENA (92)	ARENA (67)	ARENA (63)	ARENA (60)	ARENA
Paraíba	ARENA (63)	ARENA (64)	ARENA (65)	ARENA (66)	ARENA
Pernambuco	ARENA (79)	ARENA (76)	ARENA (69)	ARENA (65)	ARENA
Alagoas	ARENA (67)	ARENA (71)	ARENA (66)	ARENA (64)	ARENA
Sergipe	ARENA 91	ARENA (75)	ARENA (70)	ARENA (67)	ARENA
Bahia	ARENA (79)	ARENA (86)	ARENA (80)	ARENA (75)	ARENA
Mato Grosso do Sul				ARENA (59)	ARENA
M. Grosso	MDB (54)	MDB (52)	MDB (56)	ARENA (72)	MDB
Goiás	MDB (74)	MDB (72)	MDB (75)	ARENA (54)	MDB
Minas Gerais	ARENA (77)	ARENA (80)	ARENA (62)	ARENA (59)	ARENA
Espírito Santo	ARENA (68)	ARENA (68)	ARENA (60)	ARENA (58)	ARENA
Guanabara	MDB (73)	MDB (66)	MDB (74)		MDB
Rio de Janeiro	MDB (54)	ARENA (58)	MDB (59)	MDB (75)	MDB
São Paulo	ARENA (67)	ARENA (77)	ARENA (64)	MDB (67)	ARENA
Paraná	MDB (62)	ARENA (51)	MDB (80)	ARENA (57)	DIVIDO
Santa Catarina	ARENA (70)	ARENA (67)	MDB (61)	ARENA (57)	ARENA
Rio Grande do Sul	ARENA (82)	ARENA (81)	ARENA (67)	MDB (55)	ARENA
Brasil	**ARENA (64)**	**ARENA (69)**	**ARENA (52)**	**ARENA/MDB**	**ARENA**

Observe-se que a ARENA predominou na grande maioria dos estados ao longo de todo o período considerado. Em 1966, o partido liderou as votações em 80% dos estados, proporção que se repetiu em 1970. Entre 1966 e 1970, o MDB tomou a liderança da ARENA em apenas dois distritos eleitorais [Rondônia e Amapá]. Nos outros estados em que liderou [Mato Grosso, Goiás e Guanabara], o partido apenas manteve sua posição. Em dois estados [Rio de Janeiro e Paraná], o MDB perdeu a liderança para a ARENA. Em 1974, o MDB duplicou o número de estados em que era líder, aumentado seu predomínio para 40%. Ele se manteve com líder do mercado eleitoral em Rondônia, no Amapá, em Mato Grosso, em Goiás e na Guanabara; e tomou a liderança da ARENA no Acre, no Amazonas, no Rio de Janeiro, no Paraná e em Santa Catarina. Contudo, a ARENA continuou predominando na maioria dos estados brasileiros —60% deles. Em 1978, encontramos um resultado contra-intuitivo, pois, embora o MDB tenha continuado a aumentar sua votação em vários estados e tenha se mantido como força eleitoral importante, algo evidenciado pelo aumento do número efetivo de partidos eleitorais, no que se refere à liderança das votações, a ARENA mais do que recuperou seu desempenho de 1966-1970. Note-se que o partido retomou a liderança no Acre, no Amazonas, no Amapá, no Mato Grosso, em Goiás —que havia sido liderado o tempo todo pelo MDB—, no Paraná e em Santa Catarina. O MDB, por sua vez, tomou a liderança em apenas dois estados, São Paulo e Rio Grande do Sul. Com isso, a ARENA acabou conseguindo a proporção máxima de predomínio nos estados de todo o período —84% deles.

Portanto, como mostra a evolução das votações, a liderança esteve sempre nas mãos do partido do regime autoritário. Como mostram os resultados para todo o Brasil, com a exceção de 1978, quando houve uma situação de "liderança dividida", a ARENA sempre predominou como o partido com as maiores porcentagens de voto. Em 1966 e em 1970, este predomínio foi expressivo —64% e 69% dos votos nacionais respectivamente. Neste caso, o que pode ter acontecido em 1974, quando sua votação nacional reduz-se significativamente [52%], e em 1978, quando os partidos se equiparam em votação, foi que, apesar da ARENA ainda dominar o mercado na grande maioria dos estados, o MDB conseguiu conquistar a liderança em distritos de elevada densidade eleitoral, como os do Rio de Janeiro, do Paraná e de Santa Catarina, em 1974, e de Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, em 1978. Mas, considerando os distritos eleitorais como mercados independentes, essa equiparação nacional, em 1974, e, mais nitidamente, em 1978, não altera o quadro de amplo domínio da ARENA. Considerando todo o período em cada estado, como

mostra a última coluna da tabela, encontramos o predomínio da ARENA em 73% dos estados, enquanto o MDB predomina em apenas 26%, sendo que, em 8% dos estados, a votação foi dividida de maneira equilibrada por ambos os partidos.

2. A Reduzida Volatilidade Eleitoral Sistêmica

Com o mercado eleitoral fechado, pouco competitivo e amplamente dominado por um partido —a ARENA—, deveríamos esperar certa estabilidade nas votações, em decorrência das barreiras ao livre fluxo de votos entre os partidos já discutidas acima. Devido a isso, a volatilidade eleitoral também deveria ser, no geral e na média, significativamente reduzida. Na tabela abaixo encontramos a corroboração de tal expectativa.

TABELA 6.4
Evolução do Índice de Volatilidade Eleitoral Sistêmica, Câmara dos Deputados (1966-1978)

	1966-1970	*1970-1974*	*1974-1978*	*Média*
Rondônia	39	3	4	15
Acre	4	9	3	5,3
Amazonas	1	18	13	10,6
Roraima	16	0	20	12
Pará	8	6	5	6,3
Amapá	55	2	13	23,2
Maranhão	4	0	3	2,3
Piauí	1	4	4	3
Ceará	4	2	5	3,6
Rio Grande do Norte	25	4	3	10,6
Paraíba	1	1	1	1
Pernambuco	3	7	4	4,6
Alagoas	4	5	2	3,6
Sergipe	6	5	3	4,6
Bahia	7	6	5	6
Mato Grosso	2	4	28	11,3
Goiás	2	3	29	11,3
Minas Gerais	3	18	3	8
Espírito Santo	0	8	2	3,3
Guanabara	7	8		7,5
Rio de Janeiro	12	17	16	15
São Paulo	10	13	31	18
Paraná	13	31	37	27
Santa Catarina	3	28	-18	4,3
Rio Grande do Sul	1	14	22	12,3
Brasil	**5**	**17**	**2**	**8**
Média	**9**	**8,8**	**9,6**	**9,1**

Fonte: Dados Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral [TSE]

Perceba-se que há poucos estados com volatilidade eleitoral sistêmica bastante elevada, o que pode ser demonstrado inclusive por meio de sua classificação em um intervalo de incidência dos casos. Se considerarmos como volatilidade elevada todas as eleições cujo índice seja maior que 10, teremos uma incidência de 24% dos casos em 1966-1970, de 28%, em 1970-1974, e de 41%, em 1974-1978. Considerando-se as médias estaduais, a proporção é de 44% dos casos. Se aumentarmos a faixa do intervalo para 15 pontos de volatilidade sistêmica, os resultados diminuem consideravelmente: 16%, em 1966-1970, 20%, em 1970-1978, e 33%, em 1974-1978, sendo 20% os casos das médias dos estados. Aumentado-se para 20 pontos, teremos 12% no primeiro par de eleições, 8%, no segundo, e 25%, no terceiro. A proporção das médias estaduais, neste caso, é 8%. Isso mostra que os maiores índices de volatilidade sistêmica situam-se no intervalo entre 10 e 20 pontos e, mesmo assim, representam apenas 23 [31%] dos 74 casos analisados. Aliás, o total de eleições com VES superior a 10 pontos é 34, correspondendo, portanto, a 45% do total. Desse modo, além dos casos de volatilidade alta não serem tão altos, sua freqüência é bem inferior àquela de casos de volatilidade extremamente reduzida. Em 1970, há 56% de eleições com VES igual ou menor do que 5 pontos; em 1974, estas compreendem 48% dos casos e, em 1978, 58%. Há diversas eleições com volatilidade sistêmica igual a 1, e há três casos [Espírito Santo, em 1970, e Roraima e Maranhão, em 1974] em que a volatilidade é igual a zero, ou seja, uma situação de estabilidade total ou de inexistência de competição sistêmica.

Um ponto a ser destacado é que as poucas oscilações elevadas nas votações se relacionam, de uma parte, com o aumento da competitividade do MDB em relação à ARENA e, de outra, com o aumento da competitividade da ARENA em relação ao MDB —neste último caso, seja na conquista de eleitores "novos", seja na reconquista de eleitores que haviam migrado na eleição anterior. No primeiro caso, pode ser destacada a volatilidade eleitoral de 1970, em Rondônia, quando a ARENA perdeu 39% de votação para seu rival, sem que estes votos agregados pudessem ser recuperados posteriormente. O mesmo ocorreu no Amapá, com o MDB conquistando 55% da votação de seu oponente, e no Rio Grande do Norte, com a conquista de 25% de votos. Processo semelhante também aconteceu em 1974 [Amazonas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul] e em 1978 [Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul]. Inversamente, a ARENA também avançou sobre o mercado de seu competidor,

como em Roraima, em 1970, e, em 1978, no Amazonas [13%], no Amapá [13%], no Mato Grosso [28%], em Goiás [29%], no Paraná [37%] e em Santa Catarina [18%].

No entanto, estes são os poucos casos de elevação da competição entre ambos os partidos, de modo que o que prevaleceu foi mesmo uma instabilidade reduzida advinda de uma situação de pouca competição. Veja-se, por exemplo, que a evolução destes mesmos dados, calculados para todo o Brasil, evidencia ainda mais o padrão de volatilidade eleitoral reduzida, com ligeiro aumento em 1974, mas com retorno à estabilidade em 1978. Na média, o índice brasileiro ficou abaixo de 10 pontos. Quanto à evolução da média calculada para os estados, a oscilação não só foi pequena como também foi estável, ficando em torno de 9 pontos.

3. Um Sistema Estável e Pouco competitivo

Os dados analisados até aqui são importantes porque mostram duas coisas fundamentais. A primeira é que o bipartidarismo era uma imposição formal que não se materializou facilmente como um mercado de duopólio na dinâmica eleitoral. Houve um elevado grau de monopólio partidário ao longo do período e, em alguns estados, ele conseguiu se manter intacto —estes são os casos do Maranhão, do Piauí e do Mato Grosso, para toda série histórica, e do Ceará, do Sergipe e da Bahia, até 1978. A segunda é que, a despeito do aumento do NEE, que detectou a constituição do duopólio partidário em 1978, a ARENA se manteve na liderança das votações todo o tempo, dominando um mercado com sérias inclinações ao monopólio. Podemos inferir a partir disso que o duopólio, embora formal, não caracterizava a dinâmica do sistema bipartidário ao longo de todo o período autoritário e, em decorrência dessa situação de competição restringida, explica-se a manifestação reduzida da volatilidade eleitoral sistêmica. Afinal, concorriam alguns fatores importantes para isso, como a baixa competitividade na oferta de candidatos, a pequena competitividade sistêmica e a segmentação do mercado em termos dicotômicos, separando aqueles que apoiavam o regime autoritário e aqueles que demandavam maior liberalização.

Assim, o que temos, finalmente, é que a pequena volatilidade eleitoral do período autoritário não pode ser tomada —como seria o caso se seguíssemos o padrão analítico da literatura— como indicador de institucionalização do sistema bipartidário. Como vimos, aquele sistema, com aquele formato numérico, não veio a se consolidar plenamente, ao menos no que se refere ao NEE e ao domínio compartilhado do mercado eleitoral. Somente em 1974 é que surgiram algumas

indicações isoladas e, em 1978, outras indicações mais contundentes de que o MDB estava se tornando mais competitivo e conquistando fatias maiores do eleitorado. Porém, como também vimos, este crescimento não chegou a ameaçar mais enfaticamente a liderança da ARENA no que se refere às votações na grande maioria dos estados. Dadas as condições iniciais da disputa, com maciço predomínio da ARENA desde o começo do sistema, o que temos é que, para que o bipartidarismo viesse a se consolidar plenamente, seria necessário que o período todo fosse caracterizado por uma volatilidade eleitoral mais elevada e generalizada, evidenciando uma competição com conquista de votos do adversário —o MDB. Portanto, o fato da volatilidade eleitoral ser reduzida naquele período, não torna possível a inferência de que tal estabilidade pudesse significar que, a despeito de ser parte do regime autoritário, o sistema bipartidário pelo menos estivesse plenamente institucionalizado. Ao não atentar para a competição eleitoral, a literatura poderia ser induzida à conclusão incorreta de que a estabilidade nas votações dos partidos significaria também naquele caso —como em todos os outros— que estaríamos diante de um sistema institucionalizado. Mas, pelo contrário, a pouca competição, inerente ao mercado fechado desenhado pelo governo autoritário, é evidência de que o bipartidarismo formal encontrava severos obstáculos para se instaurar no plano da dinâmica real do sistema partidário.

Vejamos agora o impacto que a liberalização do regime trouxe em termos de "abertura de mercado" para a concorrência eleitoral àquele sistema fechado e pouco competitivo do período autoritário. Procurarei mostrar que, primeiro, a estrutura bipartidária e quase-oligopolista prolongou-se para além de suas fronteiras "naturais", mantendo-se, de certa maneira, na nova configuração que o sistema partidário brasileiro viria a adquirir a partir de 1982, com o processo de redemocratização. Na verdade, o bipartidarismo anterior se consolidou justamente no interior e no início do sistema multipartidário, com os partidos "herdeiros" do mercado eleitoral anterior. Procurarei mostrar também que a abertura trouxe mais competição e, conseqüentemente, maior instabilidade eleitoral e maior fragmentação partidária. Além disso, procurarei mostrar também que a volatilidade eleitoral, neste caso, é indicativa da estruturação de um sistema multipartidário e que este sistema, com este formato, somente veio a se configurar plenamente nas eleições de 1990.

II. A Abertura do Mercado Eleitoral e a Configuração do Multipartidarismo

Como vimos no seção anterior, entre 1966 e 1978, estruturou-se na esfera representativa do país um sistema bipartidário artificial, criado e mantido de maneira compulsória pelo regime autoritário. Este, utilizando-se de vários expedientes institucionais, logrou implementar, mesmo que à *fórceps*, um sistema com dois partidos nacionais e com organizações razoavelmente bem estruturadas. Este sistema operava como um mercado de duopólio formal, o que possibilitou que tanto a ARENA como o MDB dividissem apenas entre si os espólios eleitorais do sistema de 1945-64, de forma a controlarem um amplo capital eleitoral, composto por eleitores cujas decisões ficaram bastante limitadas em uma estrutura de escolha dicotômica. Defronte a este quadro partidário e institucional, que tipo de efeitos sistêmicos poderiam ser esperados a partir da abertura política iniciada no final dos anos 1970? Mais especificamente, que efeitos deveriam ser observados na dinâmica do sistema partidário com a reforma institucional que extinguiu as legendas da ARENA e do MDB e abriu o mercado eleitoral à concorrência de diversos partidos?

A abertura de um mercado que até então estava represado deveria ter como efeito mais direto o aumento do número nominal de partidos. Mais do que tudo, os incentivos para participar da competição deveriam aumentar à medida que fossem sendo diminuídos os custos de entrada neste mercado —algo que, como veremos, ocorre a partir de 1986, quando são suprimidas as manipulações das regras eleitorais por parte do Estado. Paralelamente, um segundo efeito esperado seria o de que o aumento na oferta partidária deveria levar, em dado momento, ao aumento do grau de competição sistêmica e partidária. É claro, entretanto, que persistiria um importante obstáculo estrutural ao aumento da competição e à conseqüente formação de um mercado partidário concorrencial. Este consiste no fato de que a entrada eleitoralmente bem sucedida de novos partidos dependeria da superação de um considerável empecilho à conquista de votos, relativo à manutenção da estrutura partidária anterior e, por extensão, à manutenção da lógica de competição do sistema bipartidário. Acontece que os dois partidos que dominavam aquele sistema já detinham capital eleitoral, tecnologia de campanha, experiência em competição e uma "economia de escala", digamos assim, uma vez que estes possuíam uma estrutura organizacional espalhada nos vários estados brasileiros. Dessa maneira, a devida implantação de um sistema multipartidário efetivo demandava a superação do

mercado oligopolista anterior, que, de forma alguma, teve sua dinâmica interrompida juntamente com a extinção das siglas da ARENA e do MDB.

Um terceiro efeito da abertura do mercado eleitoral é que o aumento da oferta partidária e a disputa entre novos partidos e os partidos que já surgiram estruturados e eleitoralmente capitalizados —PDS e PMDB—, deveria levar ao aumento da competição tanto partidária como sistêmica, resultando no aumento do número efetivo de partidos e na conseqüente fragmentação do sistema partidário, evidenciada pela multiplicidade de partidos que passariam a obter votação expressiva e a dominar fatias consideráveis do mercado. Há ainda um quarto e necessário efeito que deveríamos observar, que é o aumento da volatilidade eleitoral. Em termos políticos, este processo corresponde à transformação do sistema bipartidário em um sistema multipartidário; em termos analíticos, corresponde à formação de um "mercado" aberto, portanto, concorrencial, em detrimento de um "mercado" fechado, controlado, portanto, não concorrencial e pouco competitivo. Os dados analisados a seguir, confirmam tais expectativas.

1. O Aumento das Competições Partidária e Sistêmica

A Lei 6.767, editada em 20 de Dezembro de 1979 foi fundamental porque possibilitou a liberalização do mercado da representação política no Brasil. Com ela, o empreendimento partidário tornou-se livre de restrições legais à formação de novas siglas e à competição eleitoral —evidentemente, cumpridas determinadas exigências mais ou menos restritivas à entrada no mercado político. Em realidade, o sistema partidário foi peça fundamental na própria estratégia de transição do regime autoritário para a democracia que viria a se instalar paulatinamente no país. Além da originalidade do regime brasileiro consistir na admissão do funcionamento dos partidos e das eleições —embora controlados— durante o autoritarismo, há outro dado peculiar e original no caso brasileiro que é o de que o sistema partidário foi parte importante do processo de abertura democrática, na medida em que aqueles que deixavam o governo procuraram, por meio da utilização estratégica de certa "engenharia eleitoral", manter-se como parte integrante da política nacional. Os atores que protagonizaram o drama eleitoral de 1966-1978 continuariam em cena, só que, agora, de maneira realmente competitiva.

Como é sabido, os militares decidiram-se por uma recondução à normalidade democrática baseada num prolongamento, o máximo possível, da partilha do poder

representativo do regime autoritário. Para isso, tentaram barrar o crescimento eleitoral da oposição, adotando a estratégia de permitir a existência do multipartidarismo, de forma que os opositores se fragmentassem em diversos partidos, ao passo que o partido do governo deveria se manter intacto e coeso. Essa estratégia realmente colheu os resultados esperados até certo ponto e certo momento. De início, quem se fragmentou foi mesmo a oposição, embora tal fragmentação não tenha ameaçado a liderança desse bloco, que pertencia ao MDB e, agora, ao seu legítimo herdeiro, o PMDB. Contudo, em 1985, o PDS, herdeiro da ARENA, sofreu uma importante cisão e, com ela, surgiu o PFL, de modo que a direita política brasileira viu-se diante de sua primeira grande fragmentação desde 1962. Mais adiante, em 1988, foi a vez do centro político sofrer uma cisão importante, que levou à criação do PSDB e à fragmentação desse segmento eleitoral.

Assim, o que temos ao longo dos anos 1980 é a dinâmica própria de um mercado que se liberaliza e que se torna concorrencial, sendo que, para isso, teve que promover a ruptura da estrutura do bipartidarismo quase-duopolista do regime autoritário. Os primeiros efeitos desse processo podem ser observados justamente no aumento imediato e, de certo modo, contínuo, do número nominal de partidos [NNP], ou seja, da quantidade de partidos legalmente inscritos na justiça eleitoral que lançaram candidatos nas sucessivas eleições. Este número não representa, portanto, o peso de cada partido no que se refere ao capital eleitoral de cada qual, mas tão somente a sua existência no mercado político. Este é um indicador importante da livre iniciativa do empreendimento da representação e, como tal, é indicativo dos efeitos da abertura.

Na tabela abaixo, temos a evolução do NNP em cada eleição e as diferenças entre pares de eleições. Na eleição de 1982, a primeira depois da abertura, temos 5 partidos nominais. Além do PDS e do PMDB, que mantiveram suas franquias eleitorais anteriores, surgiram 3 novos partidos: o PT, o PDT e o PTB. Estes dois últimos, disputando os espólios de seu ancestral do primeiro período de democracia competitiva do país, qual seja, o Partido Trabalhista Brasileiro, de inspiração varguista. O PT era a grande novidade do sistema, trazendo uma representação societária e vinculada às novas gerações. Em 1986, ocorreu uma "explosão" no NNP, com o surgimento de 24 novas organizações partidárias que, somadas às cinco anteriores, totalizaram 29 partidos. Um novo aumento ocorre em 1990, e uma sensível queda, em 1994; mas, o NNP volta a subir, em 1998, e se mantém estável, em 2002, com 30 partidos nominais.

TABELA 6.5
Evolução do Número Nominal de Partidos (NNP), Câmara dos Deputados (1982-2002)*

Ano/Diferença	*NNP*
1982	5
1986	29
Diferença 1986-1982	24
1990	33
Diferença 1990-1986	9
1994	23
Diferença 1994-1990	-10
1998	30
Diferença 1998-1994	7
2002	30
Diferença 2002-1998	0
Amplitude**	28

Fonte: Dados Eleitorais – IUPERJ
* Nota Explicativa: o NNP corresponde ao número de partidos que disputaram a eleição para a Câmara dos Deputados nas respectivas eleições indicadas.
** Nota Explicativa: a amplitude corresponde à diferença entre o menor e o maior NNP. No caso, estes correspondem exatamente à primeira eleição e à última eleição.

Na última linha da tabela acima, temos a amplitude do NNP, que se refere à diferença entre o menor e o maior números registrados no período. Coincidentemente, o menor número é da primeira eleição, o que possibilita, inclusive, uma avaliação evolutiva do NNP. O maior número foi em 1990, mas em decorrência de sua proximidade com o número de partidos nominais de 2002, podemos considerar a amplitude como 25, um número aproximado de 28, a amplitude real. Então, historicamente, observamos realmente um aumento progressivo do NNP, um efeito possibilitado pela liberalização do sistema. Ao ensejar o aumento da oferta partidária, a liberação trouxe ao ambiente eleitoral uma maior possibilidade de incremento da competição, tanto no que se refere aos partidos que passaram cada vez mais a ofertar um número elevado de candidatos, como no que se refere ao próprio sistema, cuja composição quantitativa foi-se alterando significativamente com o aumento do número efetivo de partidos.

Com relação à oferta partidária de candidatos, conforme mostram os dados da tabela 6.6, logo a seguir, podemos observar um efeito importante já na segunda eleição do novo sistema, em 1986. De acordo com o índice de competitividade, ainda em 1982 houve pouca competição no Brasil como um todo. Embora aquela eleição tenha sido competitiva, de acordo com os critérios propostos por Santos (1997) —já discutidos no seção anterior—, sua competitividade foi baixa. Mas, a partir de 1986, a

competitividade se torna alta, incrementando-se cada vez mais e culminando na eleição extremamente competitiva de 2002.

TABELA 6.6
Evolução do Índice de Competitividade nos Estados Brasileiros (1966-2002)

	1966	*1970*	*1974*	*1978*	*1982*	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*
Rondônia	-0,5	0	0	1	0,5	0	4,19	3,25	2,69	5,56
Acre	0,57	0,33	0,5	0,25	0,31	0,5	3,19	1,44	2,25	3,31
Amazonas	0,14	0,25	0,2	0,92	1,13	1,44	2,5	1,75	2	3,31
Roraima	-0,5	-0,5	-0,5	0	0,88	0,5	2,31	2	1,5	3,44
Pará	0,2	0,13	-0,15	0,4	0,63	0,71	2,91	1,82	2,09	2,5
Amapá	-0,5	0	0	1	1,13	0,75	3,81	1,75	2,94	3
Tocantins							0,13	1	1,75	2,81
Maranhão	-0,06	0,14	-0,28	-0,13	0,06	-0,22	1,33	1,69	1,22	2,81
Piauí	0,31	-0,07	-0,13	0	0,17	1	1,55	1,05	2,15	3
Ceará	0,17	-0,17	-0,16	0	0,25	1,14	1,5	0,95	1,3	1,77
Rondônia	-0,21	0	-0,31	0	0,56	0,25	0,44	1,44	1,94	3,69
Paraíba	-0,04	0	-0,09	0,14	0,46	0,67	2,75	1,08	1,38	2,79
Pernambuco	-0,15	0,07	0,03	0,27	0,17	0,54	1,3	1,32	1,22	2,82
Alagoas	0,11	0,2	-0,17	0,07	0	0,06	1,78	1,22	2	3,22
Sergipe	0,14	0,1	0,6	0,33	0,19	1,25	3,56	1,06	2,31	3,56
Bahia	-0,16	-0,2	0,02	0,05	0	0,56	1,23	1,46	0,51	0,72
Minas Gerais	-0,01	-0,07	0,01	0,02	0,19	2,51	2,47	2,09	2,52	3,04
Espírito Santo	0,06	-0,07	0,25	0,44	0,72	1,15	3,4	2,7	2,65	4,05
Guanabara	0,57	1,15	0,5							
Rio de Janeiro	0,36	0,19	0,2	0,49	1,84	4,35	5,01	2,9	3,78	5,26
São Paulo	0,36	0,4	0,29	0,89	1,31	3,35	4,23	2,75	3,72	4,17
Paraná	0,02	0,17	-0,2	0,56	0,75	0,93	3,25	1,6	2,27	2,5
Santa Catarina	-0,11	-0,27	-0,16	0,09	0,5	0,59	1,94	1	2,31	2,88
Rio Grande do Sul	0,19	0,13	-0,05	0,28	0,69	1,66	2,52	2,13	2,15	2,24
Mato Grosso do Sul				0,17	0,94	0,94	2,44	1,5	2,31	4,5
Mato Grosso	0,06	0,17	0,06	0,06	0,56	0,13	3,06	1	2,06	3
Goiás	-0,08	-0,14	0	0,25	0,59	0,79	2,76	1,85	1,65	3,03
Distrito Federal						0,81	6,38	3,63	4,44	5,69
Brasil	**0,11**	**0,14**	**0,05**	**0,32**	**0,65**	**1,61**	**2,8**	**1,93**	**2,33**	**3,19**

Fonte: LEEX – IUPERJ

Quando observamos a evolução do índice nos estados individualmente, encontramos uma dinâmica generalizada de aumento da competitividade, que até então, era extremamente baixa. Os dados da tabela mostram uma perspectiva mais alargada do sistema, considerando-o desde 1966, de modo que podemos comparar mais detidamente esta transformação. Como pode ser notado, na grande maioria dos

estados, a competição é extremamente reduzida, inclusive, como já visto no quadro 6.1, com a maioria dos casos enquadrados na categoria de eleições não competitivas pelo menos até 1982 —muitos deles, até 1986. As exceções são Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que apresentaram ao menos uma eleição competitiva até 1978. Em 1982, já ocorrem eleições competitivas em 10 estados e, em 1986, em 16. Em 1990, a competitividade se generaliza, de modo que em apenas dois estados —Tocantins e Rondônia— não ocorrem eleições competitivas. Finalmente, em 1994, a competitividade é total, atingindo indistintamente todos os estados. Obviamente, deve ser salientado que o sistema como um todo só veio a ficar mais competitivo no quesito da oferta de candidatos à disposição do eleitor em 1994, vindo a ser totalmente competitivo somente em 2002.

A classificação dessas eleições segue no quadro abaixo, que evidencia o aumento progressivo da competitividade do sistema já a partir das eleições de 1982. Depois dessa eleição, só houve seis casos somados de competitividade negativa, de competitividade igual a zero e de competitividade quase igual a zero. Outro ponto importante a ser destacado é que não apenas as eleições foram se tornando cada vez mais competitivas, como ainda, em sua maioria, estas se tornaram altamente competitivas. Em 1998 e em 2002, de um total de 27 casos, 26 são de eleições de alta competitividade.

QUADRO 6.2
Classificação das Eleições
Segundo a Classe de Competitividade, Câmara dos Deputados (1966-2002)

	1966	*1970*	*1974*	*1978*	*1982*	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*
Competitividade Negativa	11	8	11	1		1				
Competitividade Zero		4	3	4	2	1				
Competitividade Quase Zero	3	1	4	5	1	1				
Quase Competitiva	11	11	6	11	12	7	2		1	
Total de Eleições Não-Competitivas	**25**	**24**	**24**	**21**	**15**	**10**	**2**	**0**	**1**	**0**
Baixa Competitividade			1	4	6	8		4		1
Alta Competitividade		1			4	8	25	23	26	26
Total de Eleições Competitivas	**0**	**1**	**1**	**4**	**10**	**16**	**25**	**27**	**26**	**27**
Total Geral	**25**	**25**	**25**	**25**	**25**	**26**	**27**	**27**	**27**	**27**

Fonte: LEEX – IUPERJ

Com efeito, o aumento do número nominal de partidos e a elevação da competitividade em termos da oferta de candidaturas, configuraria um ambiente propício ao aumento da competitividade sistêmica, evidenciada, obviamente, pela elevação do número de partidos que conseguem participação expressiva na distribuição dos votos nas sucessivas eleições. A expectativa, portanto, é a de que aqueles dois fatores pudessem contribuir para dinamizar a competição em nível sistêmico, de modo que mais partidos fossem capazes de conquistar votos e de tal conquista representar montantes significativos.

A tabela a seguir contém a evolução do número efetivo de partidos eleitorais ao longo de todo o período e seus dados confirmam a expectativa de aumento da competição sistêmica. Como é possível perceber, a partir de 1982, com as exceções do Maranhão e do Ceará, o NEE apresenta um crescimento importante em relação a 1978, de forma que seus números nestes estados são ou muito próximo de 2, ou igual a 2, ou um pouco superior a 2. Em 1986, na maioria dos estados, o NEE aparece em torno de 2,5 e, em alguns deles, aproxima-se de 3 ou é maior do que 3, como nos casos de São Paulo [3,6] e do Rio de Janeiro [4,9]. Na verdade, o NEE já se mostra mais elevado desde 1982 em São Paulo [2,9], no Rio Grande do Sul [2,8] e no Rio de Janeiro [3,7]. Nestes estados, os novos partidos que entraram no sistema são mais estruturados e competem com lideranças com maior capacidade de conquista do eleitorado. No caso do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, há, evidentemente, a atuação da figura de Brizola na condução do PDT; já no caso de São Paulo, há o PT. Mas a trajetória de aumento do número efetivo de partidos eleitorais fica mais acentuada a partir de 1990, quando em quase todos os estados o índice atinge um nível maior ou igual a 3. Em alguns deles, o NEE fica em torno de 4 [Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul]; em outros, o NEE é igual ou superior a 5 [Ceará, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal]. Há alguns estados em que o NEE tem um aumento expressivo, como em São Paulo [7,5], Minas Gerais [7,3] e Bahia [6,5]. Em 1994, a competição sistêmica se generaliza, havendo apenas dois estados [Rondônia, com 2,1, e Paraíba, com 2,4] em que o NEE não atinge mais do que 2,5. Em 1998, essa quantidade diminui para apenas um estado [Rondônia, com 2,5] em que o NEE ainda indica uma situação de competição sistêmica entre apenas dois partidos. Nas eleições de 2002, finalmente, todos os estados atingem um NEE elevado acima de 3 partidos eleitoralmente relevantes.

TABELA 6.7
Evolução do Número Efetivo de Partidos Eleitorais nos Estados, Câmara dos Deputados (1966-2002)

	1966	*1970*	*1974*	*1978*	*1982*	*1986*	*1990*	*1994*	*1998*	*2002*
Rondônia					1,9	1,9	1,3	4	4,6	5,3
Acre	2	1,8	1,8	2	2	2,1	1,9	2,5	4	4
Amazonas	1,7	1,6	1,9	1,8	2	3,2	4,6	3,2	3,2	3,2
Roraima						2	4	3,2	2,9	4
Pará	1,5	1,6	1,7	1,9	2	1,6	4,6	4	5,5	5,3
Amapá						1,6	3,2	4	4	5,3
Tocantins							2,9	4	3,6	4
Maranhão	1,4	1,3	1,2	1,4	1,4	2,5	4,8	3,9	5,2	4,6
Piauí	1,3	1,3	1,3	1	1,8	2,6	2,9	2,9	2,8	3,8
Ceará	1,6	1,5	1,4	1,6	1,5	2,5	5,1	3,1	2,8	4,7
Rondônia	1	1,8	1,9	1,9	1,9	2,5	3,2	2,1	2,5	4
Paraíba	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	2,2	3,8	2,4	3,8	6,5
Pernambuco	1,5	1,5	1,7	1,9	2	2,1	3,6	3,5	4,3	7,2
Alagoas	1,8	1,5	1,8	1,7	1,9	2,5	3,5	7,4	7,4	5,4
Sergipe	1,3	1	1,5	1,8	1,6	2,5	2,9	4,6	6,4	6,4
Bahia	1,5	1,3	1,5	1,6	1,9	2,2	6,5	4,6	3,2	3,5
Minas Gerais	1,5	1,5	1,9	1,9	2,1	2,1	7,3	6,8	6,2	8,6
Espírito Santo	1,6	1,7	1,9	1,9	2	1,9	2,2	5	4,5	7,1
Guanabara	1,7	1,8	1,6							
Rio de Janeiro	2	1,9	1,9	1,6	3,7	4,9	4,9	9,9	6,7	9,5
São Paulo	2	1,6	1,9	1,8	2,9	3,6	7,5	6,7	6,9	7,8
Paraná	1,5	1,4	2	2	1,9	1,5	5,6	7	6,1	6,8
Santa Catarina	1,5	1,7	2	2	2	2,4	4,1	4,4	5,1	4,1
Rio Grade do Sul	2	2	1,9	2	2,8	2,8	4,2	5,3	5,7	6,4
Mato Grosso do Sul				1,8	2	2,5	4	4,6	5,3	4
Mato Grosso	1,6	1	1,6	1,6	2	2,1	3,6	6,4	4	4,6
Goiás	1,9	1,9	1,9	2	1,8	1,8	2,4	4,6	3,7	4,6
Distrito Federal						2,5	5,3	4	5,3	4
Média	**1,6**	**1,5**	**1,7**	**1,7**	**2**	**2,3**	**4**	**4,5**	**4,6**	**5,3**

Fonte: Dados Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral [TSE].

Portanto, algo que é importante destacar é que, a despeito da competição sistêmica apresentar uma trajetória de aumento continuado, inclusive desde 1966, há indicações de que o bipartidarismo efetivo somente veio a se consolidar em 1986, já em plena vigência do mercado aberto e competitivo. Como vimos pela análise realizada na primeira seção deste capítulo, durante o período autoritário, houve um amplo predomínio da ARENA, de forma que o crescimento do MDB foi mais lento, implicando que, na prática, a competição mais efetiva entre os dois partidos naquele

período somente veio a se tornar mais significativa em 1978, quando ocorreu a abertura política e a dissolução daquelas siglas. Não obstante, a abertura do mercado eleitoral não significou que aquelas duas organizações tenham simplesmente deixado de existir. Elas se metamorfosearam nos dois principais partidos do início do novo sistema —PMDB e PDS. Estes, como era de se supor, deram prosseguimento à dinâmica anterior de conquista de votos e de controle do mercado. Some-se a isso as regras eleitorais que foram editadas na primeira parte da década de 1980, visando a favorecer os partidos maiores e já estabelecidos, principalmente, o PDS.[40]

Portanto, a lógica bipartidária, encarnada justamente pelos dois herdeiros da estrutura partidária anterior, prolongou-se até pelo menos 1986, quando o NEE na maioria dos estados girou em torno de 2,5. Na verdade, se formos rigorosos, poderemos considerar que o sistema multipartidário somente veio a se consolidar mais plenamente em 1994, quando a elevação do NEE acima de 3 é confirmada depois das elevações que ocorreram na eleição de 1990. E, se formos ainda mais rigorosos, o multipartidarismo somente poderá ser considerado totalmente consolidado em 2002, quando todos os estados apresentaram uma competição sistêmica tal que seu NEE se elevou acima de 3. Isso significa que a formação do mercado eleitoral concorrencial não surgiu imediatamente após a abertura política, nem concomitantemente ao aumento imediato do número nominal de partidos ou do grau de competitividade dos partidos no que se refere à oferta mais ampla de candidatos. Estas, obviamente, foram condições necessárias, porém, não suficientes para a estruturação de um mercado realmente competitivo em termos sistêmicos; afinal, foi preciso que os partidos estruturassem organizações com capilaridade nas diversas unidades federativas, foi preciso que se adotassem determinadas estratégias de competição, foi preciso que, enfim, houvesse uma intensa disputa por eleitores até então habituados a votar apenas naqueles dois grandes partidos que dominavam o mercado político desde os anos 1970 —ARENA/PDS e MDB/PMDB.

Conseqüentemente, o mercado eleitoral brasileiro se tornou mais competitivo e, de fato, concorrencial, ou, mais propriamente, um efetivo mercado eleitoral, apenas nos anos 1990, quando o multipartidarismo passou a ser um fato político real. De certo modo, o que temos, então, é um processo de transformação que abrange o período de 1966 até 2002, no qual assistimos à emergência e à estruturação de um

[40] As principais regras restritivas, objetivando a manipulação da competição estariam contidas na Lei 6.978, de 1982, que estabeleceu o vínculo dos votos e a proibição das coligações eleitorais (Kinzo :1990; Lima Jr.. :1993).

mercado fechado e duopolista e a sua dissolução paulatina, em função da abertura do mercado à concorrência partidária livre. Se o objetivo Constitucional maior dos legisladores daquela época —porém, não só deles, mas também dos legisladores do período democrático recente, conforme confirmou-se na carta de 1988— era a implantação e a vigência plena e efetiva de um sistema multipartidário, este objetivo foi alcançado somente na década de 1990, quando se completou a estruturação do mercado eleitoral nos moldes da concorrência aberta.

2. O Aumento da Concorrência e a Elevação da Volatilidade do Mercado Eleitoral

Conforme já foi salientado, o processo de estruturação do mercado eleitoral concorrencial e de consolidação do multipartidarismo demandaria, necessariamente, que os novos partidos conquistassem votos, o que significa que este processo exigiria a ruptura do padrão de votações mais estáveis do período autoritário, e isso, por sua vez, implicaria aumento da instabilidade eleitoral. Em outras palavras, o aumento da volatilidade eleitoral não apenas era um efeito esperado, como também era necessário como indicativo de êxito na implantação do multipartidarismo.

Com tal perspectiva, observemos os dados da tabela abaixo, referentes à volatilidade eleitoral sistêmica no Brasil entre 1966 e 2002. Nela, são replicados em conjunto os dados correspondentes à VES já apresentados anteriormente de maneira separada. Este alargamento temporal permite visualizar com mais precisão os efeitos da abertura do mercado eleitoral sobre a oscilação dos votos agregados entre os partidos do sistema. Confirmando a expectativa, ocorre uma brusca elevação do índice entre 1978 e 1982. A média geral, que era 9,6, em 1978, salta para 49, em 1982. Embora a média decline de maneira constante daí por diante, em nenhum momento ela sequer se aproxima da mais alta do período de 1966-1978. Mesmo no caso do Brasil como um todo, a diferença entre os períodos também é elevada.

Quando olhamos os estados individualmente, encontramos raros casos em que a volatilidade eleitoral até 1978 tenha alcançado um valor próximo àqueles que aparecem depois de 1982. Apenas no Amapá [55] e em Rondônia [39], em 1970; no Paraná [31], em Santa Catarina [28], em Minas Gerais [18] e no Amazonas [18], em 1974; e no Paraná [37], em São Paulo [31], em Goiás [29], no Mato Grosso [28], no Rio Grande do Sul [22], em Roraima [20], em Santa Catarina [18] e no Rio de Janeiro [16], em 1978, é que encontramos VES em níveis semelhantes aos de alguns casos do sistema multipartidário. E, mesmo assim, em sua maioria, estes casos se assemelham

aos de volatilidade mais reduzidas do período posterior a 1982. Um outro aspecto importante a ser destacado é que as médias obtidas para este período mais alargado sofrem uma queda importante na quase totalidade dos estados, quando comparada com as médias de 1982-2002. Evidentemente, tal redução ocorre em função da introdução da VES, bastante pequena, de 1966-1978 no cálculo, o que contribuiu para a redução das médias e da VES do Brasil como um todo.

TABELA 6.8
Evolução da Volatilidade Eleitoral Sistêmica nos Estados Brasileiros (1966-2002)

	1966-70	*1970-74*	*1974-78*	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*	*Média*
Rondônia	39	3	4	56,9	79,2	63,8	49,4	30,6	40,7
Acre	4	9	3	22,3	24	25,2	61,9	41,3	23,8
Amazonas	1	18	13	58,2	45,8	49,7	55	11,8	31,5
Roraima	16	0	20	84	56,6	32,4	52,6	63,7	40,6
Pará	8	6	5	34,8	39,1	29,9	36,9	17,2	22,1
Amapá	55	2	13	71,2	44,4	34,5	25,7	33,9	34,9
Tocantins						63,1	48,8	30,2	47,3
Maranhão	4	0	3	66,8	40,7	37,2	28	20,7	25
Piauí	1	4	4	52,1	27,9	20,2	28	22,8	20
Ceará	4	2	5	62,8	45	33,2	15,6	19,7	23,4
R.G. Norte	25	4	3	39,3	38,5	33,2	31,5	28,6	25,3
Paraíba	1	1	1	56	41,7	26,3	18,3	35	22,5
Pernambuco	3	7	4	54,7	37,5	22,5	28,9	25,8	22,9
Alagoas	4	5	2	60,1	68,2	68,8	43,4	37,1	36
Sergipe	6	5	3	70,9	33,9	37,8	41,9	25,1	27,9
Bahia	7	6	5	61	41	25,6	21,5	13,1	22,5
M.G. Sul				55,9	58,8	53,7	32,7	27,8	45,78
M. Grosso	2	4	28	47,5	48,9	29,8	26,9	27,8	26,8
Goiás	2	3	29	32	28,5	36,8	33,7	40,7	25,7
D. Federal					55,3	49	47,9	33,3	46,3
M. Gerais	3	18	3	42,4	49	36,6	13,5	24,1	23,7
E. Santo	0	8	2	39,3	40,4	29	30	29,9	22,3
Guanabara	7	8							7,5
R. Janeiro	12	17	16	41	37,6	42,6	28,2	30,3	28
São Paulo	10	13	31	23,7	37,9	23,3	23,7	24	23,3
Paraná	13	31	37	37,2	56,1	44,6	32,9	30,7	35,3
S. Catarina	3	28	18	26,4	22,6	14,5	12	15,7	17,5
R.G. Sul	1	14	22	31,1	23,9	17,6	11,3	11,3	16,5
Média	**9**	**8,8**	**9,6**	**49**	**43**	**36,3**	**32,7**	**27,8**	**27**
Brasil	**5**	**17**	**2**	**35,3**	**35,4**	**19,5**	**14,5**	**15,2**	**17,9**

Fonte: Dados Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral [TSE].

Estes dados evidenciam três pontos relevantes. O primeiro é que se entendermos que o sistema partidário atual é uma transformação dinâmica do sistema estruturado até 1978, e não um outro sistema totalmente diferente daquele, deveremos, ao contrário do que faz a literatura comparativa, considerar a volatilidade sistêmica brasileira neste quadro temporal mais amplo. Com isso, em termos gerais, os resultados médios da instabilidade eleitoral no país são ainda mais reduzidos do que aqueles já discutidos no capítulo anterior. O segundo é que a elevação abrupta e expressiva da volatilidade eleitoral entre 1978 e 1982 não significaria a sinalização de uma crise institucional iminente, mas sim os efeitos da transformação sistêmica rumo a uma estrutura mais aberta e competitiva. Finalmente, o terceiro ponto é que a própria instabilidade eleitoral relativamente elevada —porém, como já discutido, não tão elevada, nem caótica— observada depois de 1982 não indicaria sérias dificuldades de institucionalização do sistema partidário, mas o processo de instalação da concorrência em um mercado liberalizado e, mais do que isso, a estruturação, ou, se quisermos, a institucionalização do pluripartidarismo.

O que não pode ser esquecido, portanto, é que o sistema partidário estruturado em 1966-1978 era um sistema com pouquíssima competição e que, do ponto de vista da decisão do eleitor, não havia alternativas estratégicas para a manifestação mais volátil de seu voto. Como também já foi observado, mudar o voto, automaticamente implicava em mudança ideológica. Então, com apenas dois partidos em competição e com uma barreira ideológica à mudança dos votos de grande parte do eleitorado, aquele sistema deveria mesmo ser, em geral, pouco volátil. Seus números nominal e efetivo de partidos eram mínimos e os mesmos, o que era conseguido artificialmente por meio de uma legislação autoritária, e não por meio de processos mecânicos e psicológicos ligados ao sistema eleitoral e à dinâmica da competição interpartidária. Com a abertura política, como pudemos ver, abriu-se simultaneamente uma estrutura de oportunidades para o empreendimento partidário, com o aumento da oferta à disposição do eleitor e com o acirramento da concorrência.

Essa evolução, relacionada à dinâmica democrática e à formação de um mercado eleitoral concorrencial, contém, portanto, uma lógica competitiva que não apenas explica o aumento da instabilidade eleitoral como confere outro significado aos graus de volatilidade eleitoral sistêmica e ideológica observados no período. Neste caso, inclusive, encontramos algumas semelhanças notáveis entre a dinâmica do sistema partidário de período democrático atual e a dinâmica daquele sistema que

funcionou durante a democracia de 1945-1964, conforme mostram os dados da tabela abaixo.

TABELA 6.10

Evolução Comparativa da Volatilidade Eleitoral Sistêmica
Nos Estados Brasileiros nos Períodos de 1945-1962 e 1982-2002

	1945-50	*1950-54*	*1954-58*	*1958-62*	*1982-86*	*1986-90*	*1990-94*	*1994-98*	*1998-02*
Rondônia*	50	4,6	7	30,2	56,9	79,2	63,8	49,4	30,6
Acre	41,1	3,7	12,9	12,9	22,3	24	25,2	61,9	41,3
Amazonas	24,1	50,4	20,4	39,3	58,2	45,8	49,7	55	11,8
Roraima**	50	96,8	30,8	87,6	84	56,6	32,4	52,6	63,7
Pará	23,1	25,3	21,9	12,8	34,8	39,1	29,9	36,9	17,2
Amapá	50	1,4	29,9	62	71,2	44,4	34,5	25,7	33,9
Tocantins							63,1	48,8	30,2
Maranhão	79,6	76,1	15	7	66,8	40,7	37,2	28	20,7
Piauí	5	18,9	13,5	21,2	52,1	27,9	20,2	28	22,8
Ceará	23,5	21,2	14	20,9	62,8	45	33,2	15,6	19,7
R.G. Norte	44,5	19,5	26,7	25	39,3	38,5	33,2	31,5	28,6
Paraíba	22,4	10,2	32,3	29,7	56	41,7	26,3	18,3	35
Pernambuco	28,5	19,4	23,8	41	54,7	37,5	22,5	28,9	25,8
Alagoas	43,1	47,2	30,1	19,4	60,1	68,2	68,8	43,4	37,1
Sergipe	44,5	18	13,4	4,3	70,9	33,9	37,8	41,9	25,1
Bahia	22,5	26	20,7	21,9	61	41	25,6	21,5	13,1
M.G. Sul					55,9	58,8	53,7	32,7	27,8
M. Grosso	21,5	16,1	9,2	3,4	47,5	48,9	29,8	26,9	27,8
Goiás	21,1	11,3	22	6,1	32	28,5	36,8	33,7	40,7
D. Federal 2***						55,3	49	47,9	33,3
M. Gerais	19,2	9,9	9,2	15	42,4	49	36,6	13,5	24,1
E. Santo	26,7	18,4	14	26,2	39,3	40,4	29	30	29,9
R. Janeiro	28,9	12,6	10,5	20,1	41	37,6	42,6	28,2	30,3
São Paulo	46,4	14,1	21,7	17,9	23,7	37,9	23,3	23,7	24
D. Federal 1***	46,4	21,5	17	29,6					
Paraná	19,9	15	35,3	16,2	37,2	56,1	44,6	32,9	30,7
S. Catarina	15,1	13,7	13,2	2,1	26,4	22,6	14,5	12	15,7
R.G. Sul	42,5	8	11,7	8,6	31,1	23,9	17,6	11,3	11,3
Brasil	**25,7**	**5,8**	**6,8**	**10,2**	**35,3**	**35,4**	**19,5**	**14,5**	**15,2**

Fonte: Dados Eleitorais, TSE; Nicolau (2004)
*Nota Explicativa: o atual estado de Rondônia era o Território do Guaporé no período de 1945-1962.
** Nota Explicativa: o atual estado de Roraima era o Território de Rio Branco no período de 1945-62.
*** Nota Explicativa: o Distrito Federal 1 corresponde à cidade do Rio de Janeiro e o Distrito Federal 2 corresponde à cidade de Brasília.

Como pode ser observado, as variações da volatilidade eleitoral são parecidas na maioria dos estados, da mesma forma que, quando considerada a evolução nacional, encontramos indicações de uma instabilidade uma pouco mais elevada no início do sistema e que sofre declínio ao longo das sucessivas eleições, chegando a atingir um nível de volatilidade sistêmica reduzido. Mesmo a volatilidade eleitoral ideológica foi extremamente baixa. Em 1945-50, foi 12,2; em 1950-1954, 1,2; em 1954-1958, 1,3; e, finalmente, em 1958-1962, 3,2; totalizando uma volatilidade eleitoral ideológica média de 4,4 pontos. De acordo com Nicolau (2004, 102), estes "números revelam um quadro de surpreendente estabilidade do sistema partidário"; tanto assim, que, continua o autor, é possível cogitar que "1962 não explica 1964".

3. A Diversificação da "Oferta" Partidária e a Consolidação do Mercado Aberto

Conforme já discutido na capítulo 5, o mercado eleitoral brasileiro pode ser apreendido em termos de segmentação ideológica, dividida em três blocos partidários. No interior desses blocos, ocorre uma competição pelo domínio do segmento e, entre os blocos, ocorre uma competição pelo domínio do mercado como um todo. Isso somente é possível porque a competição eleitoral é livre e a concorrência é aberta, pois, conforme também discutido, os efeitos mais diretos da abertura do mercado se manifestaram na forma da proliferação de partidos, no aumento da competição eleitoral e, conseqüentemente, na elevação do índice de volatilidade eleitoral do período multipartidário. Vejamos agora, estes efeitos no que se refere à diversificação partidária, especialmente no interior de cada segmento ideológico.

No quadro abaixo, são apresentados dados referentes ao partido que dominou cada bloco partidário em cada estado e em cada período eleitoral. Entre colchetes, são relacionados os números de partidos que obtiveram votação igual ou superior a 5%. Desse modo, quando este número for igual a 1, temos a indicação de que apenas aquele partido que aparece como o líder do bloco atingiu aquela porcentagem ≥5%. Quando o número entre colchetes for igual a 0, isso significa que nem mesmo o partido que lidera a votação em cada bloco atingiu 5% de votação.

QUADRO 6.3

Evolução dos Partidos Dominantes e do Número de Partidos com votação ≥ 5% nos Estados, nas Regiões e no Brasil (1982-2002)

	1982			*1986*			*1990*		
	E	***C***	***D***	***E***	***C***	***D***	***E***	***C***	***D***
Pará	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [1]	PMDB [1]	PDS [2]	PT [2]	PMDB [1]	PFL [4]
Amapá	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [2]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [2]	PMDB/PSDB [2]	PFL [4]
Tocantins							PT/PDT [0]	PMDB [1]	PDC [4]
Amazonas	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PSB [1]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [3]
Roraima	PDT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [0]	PMDB [1]	PTB [2]	PDT [0]	PSDB [1]	PDS [5]
Acre	PT [1]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [2]	PMDB [1]	PDS [2]	PT [1]	PMDB [1]	PDS [3]
Rondônia	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [2]	PMDB [1]	PFL [1]	PR [1]	PSDB[1]	PTB [3]
R. Norte	**PT [0]**	**PMDB [1]**	**PDS [1]**	**PT [1]**	**PMDB [1]**	**PFL [2]**	**PT [1]**	**PMDB [2]**	**PTB [5]**
Ceará	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [2]	PDT [1]	PSDB [2]	PFL [3]
Bahia	PT [0]	PMDB [1]	FFL [1]	PC do B [0]	PMDB [1]	PFL [1]	PDT [2]	PMDB [2]	PFL [3]
Sergipe	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [1]	PMDB [1]	PFL [4]
Alagoas	0	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PFL [2]	PDT [1]	PMDB [0]	PSC [4]
Pernambuco	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PCB [0]	PMDB [1]	PFL [1]	PSB [1]	PMDB [1]	PFL [2]
Paraíba	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PFL [1]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [3]
RG do Norte	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [0]	PMDB [1]	PFL [2]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [3]
Piauí	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PFL [2]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [2]
Maranhão	PDT [0]	PMDB [1]	PPS [1]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [1]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [4]
R. Nordeste	**PT [0]**	**PMDB [1]**	**PDS [1]**	**PDT [1]**	**PMDB [1]**	**PFL [2]**	**PDT [2]**	**PMDB [2]**	**PFL [3]**
Goiás	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PDC [3]	PT [0]	PMDB [1]	PDC [3]
Brasília				PT/PDT [3]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [3]	PSDB [0]	PTR [3]
Mato Grosso	PT/PDT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [0]	PMDB [1]	PFL [2]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [4]
M.G. do Sul	PDT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [1]	PMDB [2]	PTB [4]
R. C.Oeste	**PT [0]**	**PMDB [1]**	**PDS [1]**	**PT [0]**	**PMDB [1]**	**PFL [2]**	**PT [2]**	**PMDB [1]**	**PFL [5]**
São Paulo	PT [1]	PMDB [1]	PDS [2]	PT [1]	PMDB [1]	PTB [4]	PT [1]	PMDB [2]	PDS [4]
Rio de Janeiro	PDT [1]	PMDB [1]	PDS [2]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [3]	PDT [2]	PMDB [2]	PFL [4]
Espírito Santo	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [1]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [2]	PMDB [2]	PFL [1]
Minas Gerais	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [1]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [1]	PMDB [2]	PRN [5]
R. Sudeste	**PDT [2]**	**PMDB [1]**	**PDS [2]**	**PT [2]**	**PMDB [1]**	**PFL [4]**	**PT [2]**	**PMDB [2]**	**PDS [5]**
Paraná	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [1]	PT [2]	PMDB [2]	PRN [2]
Santa Catarina	PT [0]	PMDB [1]	PDS [1]	PT [0]	PMDB [1]	PDS [2]	PT [1]	PMDB [1]	PDS [2]
R.G. do Sul	PDT [1]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [2]	PMDB [1]	PDS [2]	PDT [2]	PMDB [2]	PDS [2]
R. Sul	PDT [1]	PMDB [1]	PDS [1]	PDT [2]	PMDB [1]	PDS [2]	PDT [2]	PMDB [2]	PDS [3]
Brasil	**PDT [1]**	**PMDB [1]**	**PDS [1]**	**PT/PDT [2]**	**PMDB [1]**	**PFL [2]**	**PT/PDT [2]**	**PMDB [2]**	**PFL [4]**

QUADRO 6.3 (Continuação)

Evolução dos Partidos Dominantes e do Número de Partidos com votação ≥ 5% nos Estados, nas Regiões e no Brasil (1982-2002)

	1994			*1998*				*2002*	
	E	***C***	***D***	***E***	***C***	***D***	***E***	***C***	***D***
Pará	PT [1]	PMDB [1]	PPB [1]	PT [2]	PMDB [2]	PFL [3]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]
Amapá	PSB [3]	PMDB [1]	PFL [4]	PSB [3]	PSDB/PMDB [2]	PFL [3]	PDT [3]	PSDB [2]	PPB [3]
Tocantins	PT [0]	PMDB [1]	PPB [3]	PT [0]	PMDB [1]	PFL [2]	PT [1]	PSDB [2]	PFL [3]
Amazonas	PC do B [1]	PMDB [2]	PPB [3]	PC do B [1]	PSDB [1]	PFL [5]	PC do B [1]	PMDB [0]	PFL [4]
Roraima	PDT [0]	PSDB [1]	PTB [4]	PT/PDT [0]	PSDB [2]	PPB [3]	PDT [1]	PMDB [0]	PFL [5]
Acre	PC do B [2]	PMDB [1]	PPB [2]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [2]	PT [4]	PMDB [2]	PPB [1]
Rondônia	PT [3]	PSDB [2]	PP [3]	PDT [2]	PMDB [2]	PFL [4]	PT [3]	PMDB [2]	PPB/PFL [3]
R. Norte	**PT [1]**	**PMDB [2]**	**PPR [3]**	**PT [2]**	**PSDB [2]**	**PFL [3]**	**PT [2]**	**PMDB [2]**	**PFL [4]**
Ceará	PC do B [0]	PSDB [2]	PP [2]	PT [3]	PSDB [2]	PPB [2]	PT [3]	PSDB [2]	PFL [1]
Bahia	PT [2]	PMDB [2]	PFL [1]	PT [1]	PSDB [2]	PFL [1]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [1]
Sergipe	PDT [2]	PMDB [2]	PPR [4]	PT [3]	PMDB [2]	PFL [3]	PT [3]	PSDB [2]	PFL [4]
Alagoas	PT [0]	PMDB [2]	PP [6]	PSB [2]	PSDB [2]	PFL [5]	PSB [1]	PMDB [2]	PTB [4]
Pernambuco	PSB [3]	PSDB [1]	PFL [1]	PSB [2]	PMDB [2]	PFL [2]	PSB [2]	PMDB [2]	PFL [2]
Paraíba	PDT [1]	PMDB [1]	PFL [23]	PT [2]	PMDB [1]	PFL [3]	PT [1]	PSDB [1]	PFL [3]
RG do Norte	PT [1]	PMDB [2]	PFL [2]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [3]	PT [2]	PMDB [1]	PFL [3]
Piauí	PT [1]	PMDB [1]	PFL [3]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [2]	PT [2]	PSDB [2]	PFL [1]
Maranhão	PT [2]	PMDB [2]	PFL [2]	PDT [1]	PSDB [2]	PFL [3]	PDT [3]	PMDB [2]	PFL [2]
R. Nordeste	**PT [3]**	**PMDB [2]**	**PFL [2]**	**PT [3]**	**PMDB [2]**	**PFL [2]**	**PT [2]**	**PMDB/PSDB [2]**	**PFL [2]**
Goiás	PT [1]	PMDB [2]	PP [3]	PT [1]	PMDB [2]	PL [2]	PT [1]	PSDB [2]	PPB [2]
Brasília	PT [2]	PSDB [0]	PP [2]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]	PT [2]	PMDB [1]	PFL [1]
Mato Grosso	PDT [2]	PSDB [2]	PTB [5]	PT [0]	PSDB [2]	PFL [3]	PT [1]	PSDB [2]	PPB [3]
M.G. do Sul	PDT [2]	PMDB [2]	PFL [2]	PT [1]	PMDB [2]	PFL [3]	PT [3]	PMDB [1]	PFL [2]
R. C.Oeste	**PT [1]**	**PMDB [2]**	**PP [4]**	**PT [1]**	**PMDB [2]**	**PFL [3]**	**PT [1]**	**PMDB [2]**	**PFL [2]**
São Paulo	PT [1]	PMDB [2]	PPB [2]	PT [1]	PSDB [2]	PPB [3]	PT [2]	PSDB [2]	PRONA [2]
Rio de Janeiro	PDT [2]	PSDB [2]	PPB [3]	PDT [2]	PSDB [1]	PFL [2]	PT [3]	PSDB [2]	PPB [3]
Espírito Santo	PDT [3]	PMDB [2]	PFL [1]	PT [1]	PSDB [2]	PFL [2]	PDT [3]	PSDB [2]	PPB [3]
Minas Gerais	PT [1]	PMDB [2]	PFL [3]	PT [1]	PSDB [2]	PFL [4]	PT [1]	PSDB [2]	PFL [3]
R. Sudeste	**PT [2]**	**PMDB/PSDB [2]**	**PPR [5]**	**PT [2]**	**PSDB [2]**	**PPB/PFL [3]**	**PT [2]**	**PSDB [2]**	**PFL [3]**
Paraná	PDT [2]	PMDB [2]	PP [4]	PT [2]	PSDB [2]	PFL [3]	PT [3]	PMDB [2]	PPB [3]
Santa Catarina	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]
R.G. do Sul	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [2]
R. Sul	PT [2]	PMDB [2]	PPR [4]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [3]	PT [2]	PMDB [2]	PPB [3]
Brasil	**PT [2]**	**PMDB [2]**	**PFL [4]**	**PT [2]**	**PMDB [2]**	**PFL [3]**	**PT [3]**	**PSDB [2]**	**PFL [2]**

Nota Explicativa: os números que aparecem entre colchetes representam a quantidade de partidos de cada bloco ideológico que obtiveram votação ≥5%.

O quadro mostra o processo de diversificação da oferta partidária no mercado mais global e nos segmentos de mercado ao longo das seqüências eleitorais. Perceba-se como a esquerda foi aumentando sua participação no mercado eleitoral como um todo e como a disputa no interior desse segmento foi sendo intensificada. O PDT dominava a esquerda no Brasil, em 1982, passando a disputar este segmento com o PT até 1994, quando este partido finalmente assumiu a liderança das votações nacionais da esquerda. O domínio prolongado do PDT deveu-se principalmente às suas

votações expressivas nas regiões Sul e Sudeste, no início, e no Sul e no Nordeste, de 1986 a 1990. A partir de 1994, o PDT passa a dominar apenas alguns poucos estados. O PT, em contrapartida, passa a dominar quase a totalidade do segmento de esquerda no país. No caso do centro, o PMDB também liderou as votações nacionais até 2002, quando o PSDB passou a ser o partido mais votado deste segmento. Evidentemente, os tucanos já vinham conquistando votações expressivas em diversos estados, como também já vinham dominando o segmento de centro em vários distritos. Mas, o domínio nacional ficou a cargo do PMDB durante praticamente todo o período. No segmento de direita, a oferta partidária é abundante na maioria dos estados e também em termos nacionais. Este é o bloco mais fragmentado e aquele que mais contribui para a fragmentação nacional do sistema partidário —inclusive com partidos de expressão ou regional ou estadual, bem como com partidos episódicos. Na verdade, este segmento vem diminuindo o número de partidos com votação [V] relevante —tal que $V \geq 5\%$— desde 1998. Em 2002, houve apenas dois partidos com votação nacionalmente significativa, quais sejam, o PFL e o PPB. Mas, o PPB, como mostram os dados, é um partido mais regional, com inserção no Sudeste até 1998 —perdendo espaço para o PFL, em 2002— e no Sul do país.

Note-se, portanto, que é possível identificar um grupo de partidos que foram se tornando mais expressivos ou que mantiveram seus desempenhos ao longo do tempo em meio ao mercado eleitoral mais diverso que foi-se formando desde a abertura política de 1979. Estes são o PT e o PDT, à esquerda —com crescimento recente do PSB, especialmente em Alagoas e Pernambuco—, o PMDB e o PSDB, no centro, e o PDS/PPR/PPB, o PTB e o PFL, à direita. O Partido dos Trabalhadores é o grande líder da esquerda nacional, enquanto o PFL lidera o segmento da direita e o PMDB e o PSDB dividem de maneira mais ou menos equilibrada o segmento eleitoral do centro.

Na verdade, seria ainda mais interessante uma análise que pudesse identificar precisamente a evolução da conquista do mercado pelos partidos, de maneira que não apenas identificássemos quais as legendas que estariam a conquistar o mercado, mas também o nível da fragmentação do sistema partidário simultaneamente. Para tanto, no quadro a seguir, são identificadas as legendas que em cada eleição obtiveram uma votação expressiva. O critério continua sendo o mesmo da tabela anterior, ou seja, são incluídos todos os partidos que obtiveram votação igual ou superior a 5%.

QUADRO 6.4

Evolução dos Partidos que Obtiveram Votação ≥ 5% nos Estados Brasileiros (1982-2002)

	1982	*1986*	*1990*
Rondônia	PDS, PMDB	PFL, PMDB, PDT, PT	PTB, PFL, PRN, PSDB, PT
Acre	PDS, PMDB, PT	PDS, PFL, PMDB, PT	PDS, PFL, PRN, PMDB, PT
Amazonas	PDS, PMDB	PFL, PMDB, PDT, PSB	PFL, PDC, PST, PMDB, PSDB, PT
Roraima	PDS, PMDB	PTB, PFL, PMDB	PDS, PTB, PDC, PSC, PTR, PSDB
Pará	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB, PT	PDS, PTB, PFL, PRN, PMDB, PT, PC do B
Amapá	PDS, PMDB	PFL, PMDB, PDT, PT	PTB, PFL, PL, PSC, PMDB, PSDB, PDT, PT
Tocantins			PDS, PFL, PDC, PRN, PMDB, PSDB
Maranhão	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB, PDT	PDS, PFL, PDC, PRN, PMDB, PDT
Piauí	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB	PDS, PFL, PMDB, PSDB, PT
Ceará	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB, PDT	PDS, PFL, PDC, PMDB, PSDB, PDT
R.G. Norte	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB	PFL, PST, PRN, PMDB, PSDB, PT
Paraíba	PDS, PMDB	PFL, PMDB	PDS, PFL, PRN, PMDB, PDT
Pernambuco	PDS, PMDB	PFL, PMDB	PFL, PRN, PMDB, PSB
Alagoas	PDS, PMDB	PTB, PFL, PMDB	PTB, PFL, PSC, PRN, PDT
Sergipe	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB	PDS, PFL, PRN, PMDB, PT
Bahia	PDS, PMDB	PFL, PMDB	PTB, PFL, PDC, PRN, PMDB, PSDB, PDT, PT
M.G. Sul	PDS, PMDB	PTB, PFL, PMDB	PTB, PFL, PST, PRN, PMDB, PSDB, PT
M. Grosso	PDS, PMDB	PDS, PFL, PL, PMDB	PDS, PTB, PFL, PL, PMDB, PDT
Goiás	PDS, PMDB	PDS, PFL, PDC, PMDB	PDC, PRN, PSD, PMDB, PT
D. Federal		PFL, PDMB, PDT, PT, PCB	PFL, PRN, PTR, PDT, PT, PCB
M. Gerais	PDS, PMDB	PFL, PMDB, PT	PTB, PFL, PL, PRN, PRS, PMDB, PSDB, PT
E. Santo	PDS, PMDB	PFL, PMDB, PT	PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT
R. Janeiro	PDS, PTB, PMDB, PDT	PTB, PFL, PL, PMDB, PDT	PDS, PTB, PFL, PRN, PMDB, PDT, PT
São Paulo	PDS, PTB, PMDB, PT	PDS, PTB, PFL, PL, PMDB, PT	PDS, PTB, PL, PRN, PMDB, PSDB, PT
Paraná	PDS, PMDB	PFL, PMDB, PDT	PTB, PFL, PRN, PMDB, PSDB, PDT, PT
S. Catarina	PDS, PMDB	PDS, PFL, PMDB	PDS, PFL, PMDB, PT
R.G. Sul	PDS, PMDB, PDT	PDS, PFL, PMDB, PDT, PT	PDS, PFL, PMDB, PDT, PT
Brasil	**PDS, PMDB, PDT**	**PDS, PFL, PMDB, PDT, PT**	**PDS, PTB, PFL, PRN, PMDB, PSDB, PDT, PT**

QUADRO 6.4 (Continuação)

	1994	*1998*	*2002*
Rondônia	PP, PTB, PL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB	PPB, PTB, PFL, PSC, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT, PPS
Acre	PPB, PP, PMDB, PT, PC do B	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PMDB, PT, PSB, PPS, PC do B
Amazonas	PPB, PP, PFL, PMDB, PSDB, PC do B	PPB, PTB, PFL, PL, PSL, PSDB, PC do B	PTB, PFL, PL, PSL, PC do B
Roraima	PPB, PTB, PFL, PSC, PSDB	PPB, PTB, PL, PMDB, PSDB	PPB, PTB, PFL, PL, PST, PDT
Pará	PPB, PMDB, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PMDB, PSDB, PDT, PT
Amapá	PPB, PP, PTB, PFL, PMDB, PDT, PT, PSB	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB	PPB, PTB, PL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB
Tocantins	PPB, PP, PFL, PMDB	PPB, PFL, PMDB, PSDB	PPB, PFL, PSD, PMDB, PSDB, PT
Maranhão	PP, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PFL, PL, PSD, PMDB, PSDB, PDT	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB
Piauí	PDS, PP, PFL, PMDB, PT	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PT	PFL, PMDB, PSDB, PT, PC do B
Ceará	PP, PFL, PMDB, PSDB	PMDB, PSDB, PT, PPS, PC do B	PFL, PMDB, PSDB, PT, PPS, PC do B
R.G. Norte	PFL, PL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PFL, PL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PDT, PT
Paraíba	PDS, PFL, PMDB, PDT	PPB, PTB, PFL, PDMB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT
Pernambuco	PFL, PSDB, PDT, PT, PSB	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PT, PSB	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PT, PSB
Alagoas	PPR, PP, PTB, PFL, PSC, PSD, PMDB, PSDB	PPB, PTB, PFL, PMN, PSD, PMDB, PSDB, PT, PSB	PTB, PFL, PL, PRTB, PMDB, PSDB, PSB
Sergipe	PPB, PP, PFL, PMN, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PFL, PMN, PMDB, PSDB, PT, PSB, PC do B	PPB, PFL, PL, PMN, PMDB, PSDB, PT, PSB, PPS
Bahia	PFL, PL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PFL, PMDB, PSDB, PT	PFL, PMDB, PSDB, PT
M.G. Sul	PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT	PTB, PFL, PMDB, PDT, PT, PPS
M. Grosso	PPB, PP, PTB, PFL, PL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PTB, PFL, PL, PMDB, PSDB	PPB, PFL, PL, PMDB, PSDB, PT
Goiás	PPB, PP, PFL, PMDB, PSDB, PT	PFL, PL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PT
D. Federal	PP, PFL, PT, PPS	PPB, PFL, PRONA, PMDB, PSDB, PT, PC do B	PFL, PMDB, PT, PC do B
M. Gerais	PP, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PTB, PFL, PL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PFL, PL, PMDB, PSDB, PT
E. Santo	PTB, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSDB	PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB
R. Janeiro	PDS, PP, PL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PFL, PSDB, PDT, PT	PPB, PFL, PL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB
São Paulo	PPB, PL, PMDB, PSDB, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT	PFL, PRONA, PMDB, PSDB, PT, PSB
Paraná	PPB, PP, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT
S. Catarina	PPB, PFL, PMDB, PDT, PT	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT
R.G. Sul	PPB, PTB, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PMDB, PSDB, PDT, PT	PPB, PTB, PMDB, PSDB, PDT, PT
Brasil	**PPB, PP, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT**	**PPB, PTB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT**	**PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB**

Observe-se como as colunas respectivas às sucessivas eleições vão se tornando cada vez mais largas para acomodar um número sempre maior de partidos, e que a maior parte desse alargamento se deve à proliferação de partidos de direita, em primeiro lugar, e, em segundo, com peso bem menor, à proliferação de partidos de esquerda. Em termos nacionais, como mostram as últimas linhas das duas partes da tabela, passamos de um sistema partidário com 3 grandes partidos em termos eleitorais, com votação igual ou superior a 5%, em 1982, para 5 partidos, em 1986, 8 partidos, em 1990 e em 1994, e, finalmente, para uma sistema com 7 partidos nas eleições de 1998 e 2002. Houve, portanto, uma considerável fragmentação eleitoral, com a formação de um sistema multipartidário nacional. Em 1982, os três segmentos ideológicos eram dominados por apenas um partido em cada um deles, quais sejam, o PDS [direita], o PMDB [centro] e o PDT [esquerda]. Mas, logo em 1986 tanto a direita como a esquerda se fragmentaram, com o crescimento eleitoral do PT, à esquerda, e o surgimento do PFL, à direita. Em 1990, a direita se fragmenta ainda mais, com o crescimento eleitoral do PTB e do PRN, ambos favorecidos pela eleição de Collor à presidência. No centro, o PMDB passou a dividir seu segmento com o PSDB, surgido como uma cisão no interior do partido. Na esquerda, continuaram dividindo o mesmo segmento apenas PDT e PT, algo que se manteve nas eleições seguintes, de 1994 e 1998. Apenas em 2002 surgiu outro partido de esquerda com votação expressiva, embora de inserção mais ou menos regional,que é o PSB.

Então, desde 1982 até 2002, ocorreu uma considerável proliferação partidária, tanto em termos nominais como em termos efetivos. Tal fragmentação do sistema partidário como um todo acomoda em seu interior uma significativa fragmentação do centro, primeiramente, da esquerda, em segundo lugar, e, finalmente, do centro. Não obstante, apenas quatro partidos despontaram como líderes de cada segmento ideológico ao final do período eleitoral analisado: PT [esquerda], PMDB e PSDB [centro] e PFL [direita]. Isso mostra uma fragmentação efetiva um pouco mais reduzida do que a que comumente é considerada pela literatura comparada.

Considerações Finais

Minha proposta neste capítulo consistiu em analisar a instabilidade do sistema partidário brasileiro pela ótica da competição eleitoral. Parti da concepção teórica geral de que a adoção de tal perspectiva permitiria perceber que a abertura política do início dos anos 1980 resultou na abertura do "mercado" eleitoral, adotada como estratégia de fragmentação da oposição, com o objetivo de viabilizar uma transição

democrática lenta e gradual. Como tal, ou seja, como uma estratégia voltada à liberalização da competição eleitoral com vistas à fragmentação da representação, tal alteração institucional, de fato, ensejou a proliferação de partidos e, assim, alargou o espectro das alternativas políticas à disposição do eleitor. Conseqüentemente, estes fatores propiciaram o aumento da fragmentação partidária e o recrudescimento da volatilidade eleitoral, porque os novos partidos que "entraram" neste "mercado", agora aberto, tiveram necessariamente que concorrer com aqueles que dominavam o "mercado" anterior, bastante fechado, procurando arrancar-lhes votos até então consideravelmente estáveis.

Portanto, a passagem de um "mercado" fechado, de duopólio, para um "mercado" aberto, concorrencial, deveria mesmo produzir uma elevação na fragmentação e na volatilidade eleitoral. Não obstante, o aumento na instabilidade eleitoral não poderia ser interpretado como sinal de crise sistêmica ou de dificuldade de institucionalização. Na verdade, se ainda fosse o caso de avaliarmos essa dinâmica pelas lentes teóricas da institucionalização sistêmica, seu significado mais direto, no caso brasileiro, seria contra-intuitivo, pois seria totalmente oposto àquele concebido pela literatura. Aqui, uma volatilidade mais elevada, ao invés de indicar baixa institucionalização, indicaria, pelo contrário, a institucionalização de um sistema multipartidário; afinal, para que ele viesse a se estabelecer, seria necessário que os eleitores se desgarrassem dos partidos tradicionais —ARENA/PDS e MDB/PMDB—, e se fragmentassem diante do amplo *portfólio* partidário do novo sistema. Ou seja, este somente poderia lograr êxito se os novos partidos conseguissem conquistar votos dominados pelos dois partidos estabelecidos até então. Dessa forma, a superação do sistema bipartidário, por conseqüência, demandaria um aumento da instabilidade eleitoral, mas uma instabilidade relacionada à competição partidária e indicativa de que o novo sistema, multipartidário, estaria, efetivamente, implementando-se.

Obviamente, tal dinâmica somente pode ficar mais evidente se atentarmos para o fato de que o sistema atual é um desdobramento do sistema anterior e, ao mesmo tempo, um empreendimento voltado à promoção de sua superação. Daí, a amplitude temporal da análise ter sido alargada, diferentemente do que usualmente tem sido feito pela literatura de política comparada, pois deveria contemplar a dinâmica histórica de ambos os sistemas, de modo que a volatilidade eleitoral atual pudesse ser vista em confronto com aquela que prevaleceu no período autoritário. Afinal, o sistema partidário brasileiro que começou a se estruturar a partir de 1982

não surgiu num vácuo, nem histórico, nem institucional, nem partidário, nem no que se refere ao padrão de escolha dos eleitores. Pelo contrário, já havia um sistema relativamente estruturado, inclusive nacionalmente, já havia uma estrutura de preferências eleitorais mais ou menos ordenada, já havia organizações partidárias bem fincadas nos municípios e nos estados, já havia, portanto, uma história, embora curta e precária, de competição partidária no país. A devida compreensão desse processo demandava que o sistema atual não fosse entendido simplesmente como outro sistema totalmente diferente do anterior, criado num único lampejo de ruptura institucional, mas sim que fosse entendido como o resultado, ainda não totalmente concluído, de uma transformação ocorrida naquele sistema bipartidário, duopolista; transformação esta que veio a configurar o atual sistema multipartidário bastante competitivo.

Conclusão

A EDIÇÃO DA LEI 6.767 de 20/12/1979, levando à extinção do MDB e da ARENA e possibilitando a livre criação de partidos, veio a por fim definitivo ao Ato Institucional Nº 2, de 27/10/65, que, de maneira autoritária, aboliu as organizações partidárias existentes no período de 1945-64, e ao Ato Complementar Nº 4, de 20/11/65, que continha as regras para a constituição dos novos partidos que viriam a protagonizar as disputas eleitorais "controladas" do período do governo militar no Brasil. Na prática, essa Lei fazia parte de um pacote de medidas adotadas pelo regime autoritário com o objetivo de promover uma abertura política lenta e gradual (Kinzo: 1980, 1990, 1994; Lima Jr.: 1993). Como tal, ela era parte integrante de uma estratégia deliberada de alinhavar com cautela um processo de transição "transada", pactuada, de forma que os militares pudessem retornar às casernas sem maiores represálias, depois de entregar o poder político aos civis moderados e comprometidos com a assim chamada institucionalidade. Sendo componente de uma estratégia de contenção da oposição, a permissão para a formação de partidos em um sistema plural, na verdade, continha o propósito de fragmentar o maior partido oposicionista, o MDB, de modo que o partido do governo, a ARENA, transfigurado em outra sigla [PDS], pudesse garantir nas eleições de 1982 a maioria das cadeiras do Colégio Eleitoral que, em 1985, viria a eleger indiretamente o próximo Presidente da República.

Aliado a este "casuísmo" eleitoral, os reveses sofridos pela democracia nos longos anos da repressão autoritária sobre as organizações políticas tradicionais do país, segundo alguns autores, teriam criado dois efeitos deletérios para o novo sistema. De uma parte, como observa Kinzo (1990, 105), "com o advento da Nova República, não assistimos ao ressurgimento daquele sistema partidário dominado pela tríade PSD-PTB-UDN, que marcou o processo eleitoral do regime democrático de 1945-64". De outra, de acordo com Lima Jr. (1993, 152), "o bipartidarismo, com a persistência do casuísmo legal (...) só a partir de 1986 deixou de ser o eixo dominante da disputa eleitoral. (...) [Mas, produziu-se um sistema com] número elevado de partidos e acentuada fragmentação eleitoral e parlamentar (...)". Portanto, o "novo"

sistema partidário surgiu sem deitar qualquer raiz nos partidos do período democrático anterior e, ao mesmo tempo, trouxe consigo uma profusão de novas organizações. Então, de acordo com os autores, as conseqüências desses dois efeitos sobre os novos partidos e sobre o próprio sistema partidário seriam problemáticas, porque, ainda segundo Lima Jr. (1993, 153), "as alterações pelas quais passou o sistema partidário, em parte como decorrência do processo eleitoral, foram de tal forma profundas que dificilmente se poderia apontar indicações de seu fortalecimento". "Na verdade", assevera Kinzo (1990, 105), "o que tem predominado no Brasil é um quadro de indefinição partidária (...). E é evidente que esta falta de consolidação estrutural, como exprimiu Sartori ao se referir ao caso brasileiro, contribui para aumentar o grau de instabilidade do sistema político". Lima Jr. (1993, 26) é ainda mais enfático, observando que "embora se possa reconhecer que o partido político esteja ameaçado, mesmo em democracias representativas estáveis, sua situação no Brasil é particularmente alarmante". E isso poderia até mesmo levar o país a uma crise de representação de "desenlace inteiramente imprevisível" (ibid.).

Em realidade estes autores sintetizam a visão predominante em grande parte da literatura brasileira e de política comparada acerca dos partidos e do sistema partidário do período atual, como pudemos ver no capítulo 1. A fragmentação partidária e a instabilidade eleitoral são freqüentemente utilizados por eles como recursos demonstrativos de que o sistema partidário brasileiro seria muito pouco institucionalizado. De fato, como vimos no capítulo 5, o sistema partidário brasileiro é fragmentado e apresenta uma instabilidade eleitoral relativamente elevada. Contudo, como também pudemos ver, tal instabilidade não é tão elevada a ponto de significar deficiência na funcionalidade do sistema representativo; tampouco ela mostra uma evolução de crescimento. Na verdade, a instabilidade eleitoral do país apresenta uma dinâmica de declínio e não é tão elevada como se supõe. Mas, o que é mais importante é que a volatilidade eleitoral existente não indica crise de representação ou *déficit* de institucionalização do sistema partidário; indica sim o processo de transformação de um sistema pouco competitivo que passou a ser concorrencial e multipartidário, conforme discutido no capítulo 6.

Este foi o enfoque que orientou a discussão realizada neste trabalho, cujo intuito consistiu em sugerir outra perspectiva para a compreensão da evolução do sistema partidário brasileiro e para a interpretação da instabilidade eleitoral. Em primeiro lugar, foi ampliado o escopo histórico e foi defendida a idéia de que o sistema de 1966-78 não foi plenamente extinto, nem outro sistema completamente

diferente foi posto em seu lugar. Em realidade, temos um processo dinâmico de transformação sistêmica e não de criação de um sistema partidário totalmente novo. Essa transformação envolveu a conformação de características do sistema anterior, que persistiram na atual configuração, como os grandes partidos que dominam o centro e a direta do espectro ideológico, e de características de mudanças e inovações, que consolidaram-se ao longo de quase 30 anos de história eleitoral. Em segundo lugar, essa outra perspectiva consistiu também na proposição de que a instabilidade eleitoral do período democrático deve ser interpretada como indicativa da consolidação do multipartidarismo. Isso porque a volatilidade eleitoral no caso brasileiro é efeito e indicador do aumento da competição partidária, advinda da abertura e da formação do mercado eleitoral concorrencial. Este mercado, por sua vez, segmentou-se em uma estrutura ideológica, que podemos classificar analiticamente em blocos partidários de direita, centro e esquerda.

Então, as alterações ocorridas na dinâmica da política brasileira nos últimos 25 anos envolvem, em um contexto mais geral, o processo de democratização, timidamente iniciado no final dos anos 1970, e, em um contexto mais específico, o processo de transformação do sistema partidário, tanto em seu formato como em seu conteúdo ideológico. Antes, no período autoritário, havia apenas dois partidos e a divisão do mercado era dicotômica entre oposição [MDB] e governo [ARENA]. Na oposição, misturavam-se diversos matizes de centro e de esquerda. Depois da abertura, surgiram vários partidos, muitos deles conquistando capital eleitoral relevante. O mercado eleitoral passou a ser segmentado de maneira mais complexa, mas, por outro lado, mais clara em termos ideológicos, com partidos de esquerda, de centro e de direta, com matizes também variados e com determinadas diferenças marginais.

Mas, o sistema multipartidário e concorrencial não se instalou pondo fim aos principais atores representativos do sistema anterior. Estes passaram apenas a conviver com o ambiente democrático e mais competitivo e, é claro, com os novos partidos desafiantes. E mais, estes atores mais tradicionais ainda dominam amplamente os segmentos eleitorais da direita e do centro ideológico. PMDB e PDS se fragmentaram e, por cisão, deram origem às novas siglas do PFL e do PSDB; o próprio PDS celebrou algumas fusões com outros partidos menores, mudando sua sigla algumas vezes até a atual denominação [PP]. Contudo, o centro político, bem como a direta, continuam sendo mercados controlados pelos mesmos atores do antigo sistema e/ou por suas proles [ARENA/PDS/PP/PPR/PPB e PFL e

MDB/PMDB e PSDB]. Em contrapartida, o espaço de mercado que realmente teve que ser aberto e conquistado totalmente a partir do zero foi o segmento da esquerda. Isso explica o fato da esquerda começar o período, em 1982, com uma votação pequena, em poucos estados, e apresentar um aumento constante nas votações e na quantidade de estados em que sua votação excede 5%. Tudo isso quer dizer, então, que os anos 1980 e 1990 correspondem à tensa e disputada abertura de mercado composta de seus movimentos característicos, tais como fusão, cisão, saída e entrada de partidos, e também à competição entre novos partidos e partidos já capitalizados, bem como à concorrência entre partidos capitalizados e partidos originados por cisão, que passaram a fragmentar determinados segmentos de mercado.

A primeira metade dos anos 1980 corresponde ao embate entre o governo e a oposição fragmentada entre um grande partido de centro [PMDB] e os novos partidos de esquerda [PT e PDT]. A fragmentação da direta, em 1985, com a cisão de parte dos membros do PDS, levando à fundação do PFL, tornou possível duas coisas extremamente importantes. A primeira foi a chegada da oposição à Presidência da República em 1985, com a vitória da aliança entre o centro [PMDB] e parte da direita [PFL] na votação do Colégio Eleitoral. A segunda foi a primeira rotatividade no poder desde o golpe de 1964, quando a oposição, representada historicamente pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, finalmente chegou ao poder político em escala nacional, conquistando a grande maioria dos cargos executivos e legislativos do país em 1986. Já a segunda metade dos anos 1980 corresponde ao crescimento mais significativo da esquerda e ao "desencanto" popular com o governo de centro, do PMDB. Este "desencanto" ensejou, de uma parte, a cisão e a formação do PSDB,[41] em 1988, o que promoveu uma fragmentação importante do segmento de mercado localizado no centro ideológico, e, de outra, uma queda brusca na votação do centro, em 1990, especialmente do PMDB. Basta dizer que o centro, dominado apenas pelo PMDB, até 1990, obteve 43% e 47% dos votos nacionais em 1982 e 1986, respectivamente; em 1990, somados seus votos ao do PSDB, recém criado, os votos nacionais do centro totalizam 28%. O PMDB, que, em 1986, obtivera sozinho 47,8% de votos em todo o Brasil, na eleição de 1990, não passou de 19,3% de votos.

Na primeira metade dos anos 1990, o processo mais marcante foi o retorno da aliança política entre o centro e a direita partidárias, possibilitando a superação da

[41] Há indicações (Roma: 2003) de que o PSDB foi criado com o objetivo eleitoralmente pragmático de possibilitar a disputa de cargos por políticos vetados dentro do PMDB e de aproveitar a abertura de certo nicho de mercado no próprio centro político, em função do descontentamento geral da população com o governo do presidente Sarney.

intensa fragmentação da direta na eleição presidencial do final da década de 1980 e do distanciamento entre estes dois pólos ideológicos, ocorrido também naquele momento. Essa aliança em torno da presidência de Itamar Franco, bem como sua reprodução e ampliação no governo de Fernando Henrique Cardoso, deve ter contribuído para a ligeira recuperação dos partidos de centro nas votações para a Câmara dos Deputados a partir de 1994, e, especialmente, para o crescimento eleitoral do PSDB que, em 1998, é o líder na votação do centro, com 17,5%.[42] Na segunda metade da década de 1990, os elementos mais marcantes da dinâmica do sistema foram o declínio, embora não muito acentuado, das votações do centro e da direita e o crescimento significativo da esquerda, principalmente do PT, e da emergência de novos partidos de esquerda com votação mais expressiva, como o PPS, em menor grau, e o PSB, em maior grau. A esquerda como um todo, aumentou de maneira sensível sua votação nacional entre 1986 e 1990, passando de 16% para 24,1%. Sua votação permaneceu relativamente estável até 2002, quando este bloco partidário atingiu 36,1% dos votos nacionais. Não obstante a votação ainda expressiva, embora esparsa, do PDT e o crescimento considerável do PPS e do PSB, o domínio desse segmento do mercado eleitoral passou a ser exercido cada vez mais vigorosamente pelo PT, que, em 2002, conquistou 18,4% dos votos nacionais —o que representa 50,9% dos votos de toda a esquerda.

Assim, temos todos os elementos que podem ser mobilizados como evidência de que o sistema partidário atual não rompeu totalmente com o sistema anterior, pois, persistiram atores representativos importantes que ainda dominam grandes fatias do mercado de votos. Não obstante, o atual sistema não é uma continuidade completa e recauchutada do anterior. Houve intensas transformações que levaram, inclusive, à fragmentação dos partidos tradicionais e dos segmentos ideológicos que eles dominavam isoladamente. Ademais, surgiram novos partidos, especialmente de esquerda, que conquistaram grandes fatias do mercado e colaboraram para a consolidação de um segmento até então pouco demarcado, que é o segmento ideológico da esquerda. Mas, acima de tudo, as transformações mais importantes foram a estruturação de um sistema multipartidário que opera em um mercado eleitoral liberalizado e bastante competitivo.

[42] Um fator institucional importante na produção desse efeito pode ter sido a implantação de eleições simultâneas, a partir de 1994, ou seja, a concomitância da eleição para o Parlamento com a eleição para a Presidência da República. Infelizmente, o escopo deste trabalho não permite uma incursão, nem teórica, nem empírica nessa questão. Para uma discussão dessa relação, veja-se o trabalho de Shugart and Carey (1992).

Portanto, o sistema partidário brasileiro não é totalmente instável, não é caótico e não está em rota de colisão ou de ruptura dos mecanismos de representação. Nem a instabilidade eleitoral significa debilidade organizacional dos partidos ou ausência de racionalidade do eleitor, muito menos crise de institucionalização. Na verdade, seu significado maior é que o multipartidarismo cumpre seus propósitos constitucionais de fragmentar o poder político, incentivando a negociação e a moderação dos atores na esfera governamental, e de promover a competição política, contribuindo, assim, para uma dinâmica pluralista da democracia.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio (1988). "Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro", *Dados*, 01.

ABRUCIO, Luiz F. (1998). *Os Barões da Federação*: São Paulo: Hucitec.

ABRUCIO, Luiz F. and SAMUELS, David (1997). "A Nova Política dos Governadores", *Lua Nova*, 40/41.

AMES, Barry (1995). "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation", *American Journal of Political Science*, 39.

AMORIM NETO, Octavio and COX, Gary (1997). "Electoral Institutions, Cleavage Structures and the Number of the Parties", *American Journal of Political Science,* 41/1.

ARROW, Kenneth (1951). *Social Choice and Individual Values*. New Haven: Yale University Press.

ASCHER, W. and TARROW, S. (1975). The Stability of Communist Electorates: Evidence From a Longitudinal Analysis of French and Italian Aggregate Data", *American Journal of Political Science*, 10.

BARTOLINI, Stefano and MAIR, Peter (1990). *Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates (1885-1985)*. Cambridge: Cambridge University Press.

BIELASIAK, Jack (1997). "Substance and Process in the Development of Party Systems in East Central Europe", *Communist and Post-Communist Studies*, 30/1.

_____(2001). "The Institutionalization of Party Systems in Emerging Democracies", *American Political Science Association*, Annual Meeting, San Francisco Convention, APSA Proceedings.

_____(2003). "Party System Competitiveness in Emerging Democracies: Post-Communism in Comparative Perspective", *American Political Science Association*, Annual Meeting, Philadelphia Convention, APSA Proceedings.

_____(Forthcoming). "The Institutionalization of Electoral Party Systems in Postcommunist States", *Comparative Politics*.

BIRCH, Sarah (2001). "Electoral Systems and Party System Stability in Post-Communist Europe", *American Political Science Association*, Annual Meeting, San Francisco Convention, APSA Proceedings.

BROUGHTON, David and DONAVAN, Mark (1999). *Changing Party System in Western Europe*. London: Pinter.

BRUCE, Valerie and CSANADI, Maria (1993). "Uncertainty in the Transition: Post-Communism in Hungary", *East European Politics and Society*, 7/2.

BUARQUE de HOLLANDA, Sérgio (1999). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

BUDGE, Ian (1982). "Electoral Volatility: Issue Effects and Basic Change in 23 Post-War Democracies", *Electoral Studies*, 01.

_____(1994). "A New Spatial Theory of Party Competition: Uncertainty, Ideology and Political Equilibria Viewed Comparatively and Temporally", *British Journal of Political Science*, 24.

BUDGE, I., CREWE. I. and FARLIE, D. (Eds.) (1976). *Party Identification And Beyond.* London: John Wiley and Sons.

BUDGE, Ian and KELMAN, Hans (1993). *Parties and Democracy: Coalition Formation and Government Functioning in Twenty States*. Oxford: Oxford University Press.

BURNHAM, W. (1970). *Critical Elections and the Mainsprings of American Parties.* New York: W. W. Norton.

_____(1975). "American Politics in the 1970's: Beyond Party?" in CHAMBERS, W. and BURNHAM, W. (Eds.). *The American Party Systems.* New York: Oxford University Press.

BUTLER, D. and STOKES, D. (1975). *Political Change in Britain.* London: Mcmillan.

BUTLER, David (1958). *The Study of Political Behavior*. London: Routledge.

CAMPBELL, B. (1977). "Patterns of Change in the Partisan Loyalties in the Native Southerners: 1952-1972", *Journal of Politics,* 39.

CAREY, John and SHUGART, Matthew (1994). *Executive Decree Authority*: Cambridge: Cambridge University Press.

CHARLESWORTH, James (1962). *The Limits of Behavioralism in Political Science*. Philadelphia.

CLAGGETT, William, FLANIGAN, William and ZINGALE, Nancy (1984). "Nationalization of the American Electorate", *American Political Science Review,* 78.

CLUBB, J.M., FLANIGAN, William and ZINGALE, Nancy. (1980). *Partisan Realignement: Voters, Parties and Governement in American History*. Beverly Hills/London: Sage.

CONVERSE, Philip (1969). "Of Time and Partisan Stability", *Comparative Political Studies,* 2.

_____(1972). "Change in the American Electorate"; In: CAMPBELL, Angus and CONVERSE, Philip (Eds.). *The Human Meaning of Social Change*. New York: Russel Sage Foundation.

COPPEDGE, Michael (1995). "Freezing in the Tropics: Explaining Party-System Volatility in Latin America" *mimeo*, University of Notre Dame.

_____(1997). "District Magnitude, Economic Performance and Party System Fragmentation in Five Latin American Countries*", Comparative Political Studies*, 30.

_____(1998). "The Dynamic Diversity of Latin American Party Systems", *Party Politics*, 04/04.

COX, Gary (1997). *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

CREWE, Ivor (1980). "Prospects of Partisan Realignment: An Anglo-American Comparison", *Comparative Politics*, 12.

_____(1985). "Electoral Change in Western Democracies: A Framework for Analysis"; In: CREWE, Ivor and DENVER, David (Eds.) (1985). *Electoral*

Change in Western Democracies: Patterns and Sources of Volatility. London: Croom Helm.

CREWE, I.,SARLVIK, B and ALT, J. (1977). "Partisan Dealignment in Britain (1964-1974)", *British Journal of Political Research*, 07.

CREWE, Ivor and DENVER, David (Eds.) (1985). *Electoral Change in Western Democracies: Patterns and Sources of Volatility*. London: Croom Helm.

CROTY, W. and JACOBSON, G. (1980). *American Parties in Decline*. Boston/Toronto: Little/Brown.

DAHL, Robert (1956). *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____(1961). "The Behavioral Approach", *American Political Science Review*, 55/04.

_____(1972). *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

_____(2003). *How Democratic is the American Constitution?* New Haven: Yale University Press.

DALTON, Russel and WATTENBERG, Martin (Eds.) (2000) *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

DALTON, Russel, McALLISTER, Ian and WATTENBERG, Martin (2000). "The Consequences of Partisan Dealignement"; In: DALTON, Russel and WATTENBERG, Martin (Eds.) *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

DALTON, Russel, FLANAGAN and BECK, Paul (Eds.) (1984). *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignement or Dealignement,* . Princeton: Princeton University Press.

DENVER, David (1985). "Conclusion"; In: CREWE, Ivor and DENVER, David (Eds.) (1985). *Electoral Change in Western Democracies: Patterns and Sources of Volatility*. London: Croom Helm.

DIAMOND, Larry (1999). *Developing Democracy Toward Consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins.

DOWNS, Anthony (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.

DUCH, Raymond (1998). "The Electoral Connection and Democratic Consolidation", *Electoral Studies*, 17-2.

DUVERGER, Maurice (1951). *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin.

ELSTER, John, OFFE, Klaus and PREUSS, Ulrich (1998*). Institutional Design in Post-Communist Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

ERSSON, S. and LANE, J-E. (1982). "Democratic Party Systems in Europe: Dimensions, Changes and Stability", *Scandinavian Political Studies*, 5 (new series).

EULAU, Heinz (1963). *The Behavioral Persuasion*. New York: The Free Press

EULAU, Heinz; ELDERSVELD, Samuel and JANOWITZ, Morris (Eds.) (1956). *Political Behavior: A Reader in Theory and Research*. Illinois: Glencoe.

EVANS, Geoffrey and WHITEFIELD, Stephen (1993). "Identifying the Bases of Party Competition in Eastern Europe", *British Journal of Political Science*, 23:4.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. São Paulo: FGV.

FRANKLIN, Mark (1992). "The Decline of Cleavage Politics"; In: FRANKLIN, Mark, MACKE, Thomas VALEN, Henry *et al*. *Electoral Change*: *Responses to Envolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*. Cambridge: Cambridge University Press.

FRANKLIN, Mark, MACKE, Thomas VALEN, Henry *et al*. *Electoral Change*: *Responses to Envolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*. Cambridge: Cambridge University Press.

FUCHS, Dieter and KLINGEMANN, Hans-Dieter (1990). "The Left-Right Schema"; In: JENNINGS, Kent, VAN DETH, Jan *et al. Continuities in Political Action: A Longitudinal Study of Political Orientations in Three Western Democracies*. Berlin: Walter de Gruyter.

GEDDES, Barbara (1995). "A Comparative Perspective on the Leninist Legacy in Eastern Europe", *Comparative Political Studies*, 28/2.

GUNTHER, Richard, DIAMANDOUROS, Nikiforos and PUHLE, Hans-Jurgen (Eds.) (1995). *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective.* Baltimore: Johns Hopkins.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James and JAY, John (1978). *The Federalist*. Chicago: Britannica.

HARRISON, Ross (1996). *Democracy*. London: Routledge.

INGLEHART, Ronald (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics.* Princeton: Princeton University Press.

_____ (1979). "The Impact of Values, Cognitive Level and Social Background"; In: BARNES, Samuel, KAASE, Max *et al.* (Eds.). *Political Action*. Beverly Hills: Sage.

_____ (1984). "The Changing Structure of political Cleavages in Western Society", In: DALTON, Russel, FLANAGAN and BECK, Paul (Eds.). *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignement or Dealignement?,* . Princeton: Princeton University Press.

_____ (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.

IRVINE, W. and GOLD, H. (1980). "Do Frozen Cleavages Ever Go Stale?", *British Journal of Political Science,* 10.

ISHYAMA, John (1997). "Transitional Electoral Systems in Post-Communist Eastern Europe", *Political Science Quarterly*, 112/1.

JEPPERSON, Ronald (1991). "Institutions, Institutional Effects, and Institutionalism"; In: DIMAGGIO, P. and POWELL, W. (Eds), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press.

JONES, Mark (1995). *Electoral Law and the Survival of Presidential Democracies*. Notre Dame: Notre Dame University Press.

KARL, Terry Lynn (1990). "Dillemas of Democratization in Latin America", *Comparative Politics,* 23:1, 1-21.

KATO, Junko (1996). "Institutions and Rationality in Politics: Varieties of Neo-Institutionalists", *British Journal of Political Science*, 26/04.

KATZ, Richard and MAIR, Peter (1994). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage Publications.

_____ (1995). "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party", *Party Politics* 1(1).

KEY, V. (1955). "A Theory of Critical Elections", *Journal of Politics*, 17.

KINZO, Maria D'Àlva (1990). "O Quadro Partidário e a Constituinte"; In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *O Balanço da Transição*. São Paulo: Idesp/Sumaré.

_____(1993). *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro.* São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiftung.

KIRCHHEIMER, Otto (1966). "The Transformation of the Western European Party Systems'; In: LAPALOMBARA, J. and WEINER, M (Eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.

KITSCHELT, Herbert (1992). "The Formation of Party Systems in East Central Europe", *Politics and Society,* 20:1.

_____(1994), *The Transformation of European Social Democracy*. New York: Cambridge University Press

_____(1995). "Formation of Party Cleavages in Post-Communist Democracies: Theoretical Proposition", *Party Politics* 1.4.

_____(2000). "Linkages Between Citizens and Politicians in Democratic Polities", *Comparative Political Studies,* 33/6-7.

KITSCHELT, Herbert; MANSFELDOVA, Zdenka and MARKOWSKI, Radoslaw (1999). *Post-Communist Party Systems: Competition, Representation and Inter-Party Cooperation*. Cambridge: Cambridge University Press.

KNUTSEN, Oddbjorn (1995). "Value Orientations, Political Conflicts and Left-Right Identification: a Comparative Study", *European Journal of Political Research,* 28.

KOPECKY, Petr (1995). "Developing Party Organizations in East-Central Europe: What Type of Party is Likely to Emerge?", *Party Politics*, 1/4.

KUHN, Thomas (2000). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.

LAAKSO, Markky and TAAGEPERA, Rein (1979). "Effective Number of Parties: A Mesure with Application to West Europe", *Comparative Political Studies*, 12/01.

LAMOUNIER, Bolivar (1990). "*Authoritarian Brazil* Revisited: The Impact of Elections on the *Abertura*" in STEPAN, Alfred (Ed*.). Democratizating Brazil: Problems of Transition and Consolidation*.. New York: Oxford University Press.

_____(1990). *O Balanço da Transição*. São Paulo: Idesp/Sumaré.

_____(1992). "Estrutura Institucional e Governabilidade na Década de 1990"; *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.), *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____ (1994). "A Democracia Brasileira de 1985 à Década de 90: A Síndrome da Paralisia Hiperativa"; In: VELLOSO, João P. dos Reis (Org.), *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LAMOUNIER, Bolivar and MENEGUELLO, Rachel (1986). *Partidos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro.* São Paulo: Brasiliense.

LAVAREDA, Antônio (1991). *A Democracia nas Urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

LIJPHART, Arend (1969). "Consociational Democracy", *World Politics* 21, 207-25.

_____(1977). *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven/ London: Yale University Press.

_____(1984). *Democracies: Patterns of Majoriatarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven/ London: Yale University Press.

_____(1992). "Democratization and Constitutional Choices in Czecho-Slovakia, Hungary and Poland 1989-1991", *Journal of Theoretical Politics*, 4:2, 207-223.

_____(1994). *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies (1945-1990)*. Oxford: Oxford University Press.

LIJPHART, Arend and WAISMAN, Carol (Eds.) (1996). *Institutional Designs in New Democracies: Eastern Europe and Latin America.* Boulder: Westview.

LIMA JR.., Olavo Brasil de (1997). *O Sistema Partidário Brasileiro.* Rio de Janeiro: FGV

_____(1999). "Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações", *RBCS*, 40.

LINZ, Juan. (1978). *The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown and Reequilibrium.* Baltimore: John Hopkins.

LINZ, Juan and STEPAN, Alfred (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. Baltimore: John Hopkins.

LIPSET, Seymour Martin and ROKKAN, Stein (Ed.) (1967a). *Party Systems and Voter Alignements: Cross-National Perspectives.* New York: Free Press.

_____(1967b). "Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignement: na Introduction" in LIPSET, Seymour Martin and ROKKAN, Stein (Ed). *Party Systems and Voter Alignements: Cross-National Perspectives.* New York: Free Press.

MAGUIRE, M. (1983). "Is There Still Persistence? Electoral Change in Western Europe, 1948-1978"; In: DAALDER, Hans and MAIR, Peter (Eds.) *Western Europeans Party Systems: Continuity and Change*. Beverly Hills/London: Sage.

MAINWARING, Scott (1992). "Brazilian Party Underdevelopment in Comparative Perspective", *Political Science Quaterly*, 107/04.

_____(1995). "Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy?; In: MAINWARING, Scott and SCULLY, Timothy (Eds.), *Building Democratic Institutions: Parties and Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

_____(1997). "Multipartism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brasil"; In: MAINWARING, Scott and SHUGART, Matthew (Eds.), *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____(1998). "Party Systems in The Third Wave" *Journal of Democracy*, 9/2.

_____(1999). *Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy (1994). "A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina", *Dados*, 37/1.

_____(1995). *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

MAIR, Peter (1979). "The Authonomy of the Political: The Development of the Irish Party System", *Comparative Politics*, 11.

_____(1990). "Political Parties and the Stabilization of Party Systems'; In: Mair, P. (Ed.), *The West European Party Systems.* Oxford: Oxford University Press.

_____(1997). *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Oxford University Press

MAOR, Moshe (1997). *Political Parties and Party Systems: Comparative Approaches and the British Experience*. London: Routledge.

MARCH, James and OLSEN, John (1984). "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life", *The American Political Science Review*, 78/03.

MARKOWSKI, Radoslaw (1997). "Political Parties and Ideological Spaces in East Central Europe", *Communist and Post-Communist Studies* 30/3.

MARTZ, John (1964). "Dilemmas in the Study of Latin American Parties*", Journal of Politics* 26.

MILLER, Arthur, HESLI, Vicki and REISINGER, William (1997). "Conceptions of Democracy Among Mass and Elite in Post-Soviet Society", *British Journal of Political Science*, 27.

MILLER, Arthur, ERB, Gwyn, REISINGER, William and HESLI, Vicky (2000) "Emerging Party Systems in Post-Soviet Societies: Fact or Fiction?", *Journal of Politics,* 62/2.

MORLINO, Leonardo (1998). *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe*. Oxford: Oxford University Press.

MÜLLER, Wolfgang and STRÖM, Kaare (1999). *Policy, Office or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. New York: Cambridge University Press.

NEE, V. (1998). "Sources of the New Institutionalism"; in: BRINTON, Mary and NEE, V. (Eds.), *The New Institutionalism in Sociology*. New York: Sage.

NICOLAU, Jairo. (1998a). *Dados Eleitorais do Brasil: 1982-1996*. Rio de Janeiro: Revan.

_____ (1998b). *A Volatilidade Eleitoral nas Eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1982-1994)*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.

NOORGAARD, Sonne (1996). "Rediscovering Reasonable Rationality in Institutional Analysis", *European Journal of Political Research*, 29.

NUNES, Edson (1997). *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

O'DONNEL, Guillermo (1994). "Delegative Democracy", *Journal of Democracy*, 5/1.

O'DONNEL, Guillermo and SCHMITTER, Philipe (1986). *Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies.* Baltimore: Johns Hopkins.

O`DONNEL, Guillermo, SCHMITTER, Philipe and WHITEHEAD, Lawrence (Eds.) (1986). *Transitions from Authoritarian Rule: Comparactive Perspectives.* Baltimore,: John Hopkins.

OFFE, Claus (1991). "Capitalism by Democratic Design? Democratic Theory Facing the Triple Transitions in East Central Europe", *Social Research*, 58/4.

OLSON, David (1998). "Party Formation and Party System Consolidation in New Democracies of Central Europe", *Political Studies* 46.

ODERSHOOK, Peter (1995). "Institutions and Incentives", *Journal of Democracy*, 6/2.

PEDERSEN, Mogens (1979). "The Dynamics of European Party System: Changing Patterns of Electoral Volatility", *European Journal of Political Research*, 07/01.

PERCHERON, Annick and JENNINGS, M. Kent (1981). "Political Continuities in French Families: a New Perspective on an Old Controversy", *Comparative Politics,* 13.

PLATÃO (1996). *A República*. São Paulo: Nova Cultural.

POPPER, Karl (1959). *The Logic of Scientific Discovery*. London: Hutchinson and Co.

_____(1972). *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*. London: Oxford University Press.

PRIDHAM, Geoffrey and LEWIS, Paul (Eds.) (1996). *Stabilising Fragile Democracies: Comparing New Party Systems in Southern and Eastern Europe*. London/New York: Routledge.

PRZEWORSKI, Adam (1975). "Institutionalization of Voting Patterns, or is Mobilization the Source of Decay?", *The American Political Science Review,* 69.

RANNEY, Austin (1962). *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Illinois: Urbana.

REDFORD, Emmette (1961). "Reflections on a Discipline", *The American Political Science Review*, 55/04.

REMMER, Karen (1985). "Redemocratization and the Impact of Authoritarian Rule in Latin America", *Comparative Politics*, 18.

_____(1991). "The Political Impact of Economic Crisis in the Latin America in the 1980´s", *American Political Science Review,* 85.

_____(1997). "Theoretical Decay and Theoretical Development: The Resurgence of Institutional Analysis", *World Politics*, 50/1.

RICHARDSON, Bradley (1991). "European Party Loyalties Revisited", *The American Political Science Review,* 85.

ROBERTS, Kenneth and WIBBELS, Erik (1999). "Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Teste of Economic, Institutional and Structural Explanations", *American Political Science Review*, 93/03.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos, Ideologia e Composição Social.* São Paulo: Edusp.

ROSE, Richard and IRWIN, Derek (1970). "Persistence and Change in Western Party Systems (1945-69)". *Political Studies*, 18/3.

SAMUELSON, Paul (1978). *Introdução à Análise Econômica.* Rio de Janeiro: Agir.

SARLVIK, B. and CREWE, I. (1983). *Decade of Dealignment*. Cambridge: Cambridge University Press.

SARTORI, Giovanni (1968). "Political Development and Political Engineering"; In: MONTGOMERY, John and HIRSHMAN, Albert (Eds.), *Public Policy*: Cambridge: Harvard University Press.

SCHAMIR, Michal (1984). "Are Western Party Systems 'Frozen'? A Comparative Dynamic Analysis", *Comparative Political Studies,* 17.

SCHMITTER, Philippe (1995). "Transitology: The Science or the Art of Democratization?"; In: TULCHIN, Joseph and ROMERO, Bernice (Eds*). The Consolidation of Democracy in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner.

SCHUMPETER, Joseph (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper.

SCHWARTZMAN, Simon (1982). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus.

SHABAD, Goldie and SLOMCZYNSKI, Kazimierz (1999). "Political Identities in the Initial Phase of Systemic Transformation in Poland: a Test of the Tabula Rasa Hypothesis", *Comparative Political Studies,* 32/6.

SHUGART, Mathew and CAREY, John (1992). *Presidents and Assemblies*. Cambridge: Cambridge University Press.

SHVESTOVA, Olga (1999). "A Survey of Post-Communist Electoral Institutions: 1990-1998", *Electoral Studies*, 18.

SIMON, Janos (1997). "Electoral Systems and Democracy in Central Europe", *International Political Science Review*, 18/4.

SINGER, André (1999). *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: Fapesp/Edusp.

SOARES, Glaucio (1973). *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel.

SOMIT, Albert and TANENHAUS, Joseph (1982). *The Development of American Political Science*. New York: Irvington Publishers.

STRÖM, Kaare. (1990), "A Behavioral Theory of Competitive Political Parties". *American Journal of Political Science*. 34/ 01.

TOCQUEVILLE, Alexis (1998). *Democracy in America*. London: WordsWorth Classics.

TORCAL, Mariano and MAINWARING, Scott (2002). "Social Cleavages, the Anchoring of the Vote, and Party System Stability: Latin America and Western Europe", *American Political Science Association*, Annual Meeting, Boston Convention, APSA Proceedings.

VALENZUELA, Samuel (1992). "Democratic Consolidation in Post-Transitional Settings: Notion, Process and Facilitating Conditions"; In MAINWAING, Scott, O'DONNEL, Guillermo and VALENZUELA, Samuel (Eds.). *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspectives.* Notre Dame: University of Notre Dame Press.